



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

Tese de Doutorado

**EMBATES ENTRE A FRONTEIRA EXTRATIVA AGRÁRIA E A FRONTEIRA
SOCIOAMBIENTAL NO SUDOESTE PARAENSE**

Gabriel de Mendonça Domingues

Orientador: Sérgio Sauer

Brasília, julho de 2022

GABRIEL DE MENDONÇA DOMINGUES

**EMBATES ENTRE A FRONTEIRA EXTRATIVA AGRÁRIA E A FRONTEIRA
SOCIOAMBIENTAL NO SUDOESTE PARAENSE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Sérgio Sauer

Brasília, julho de 2022

EMBATES ENTRE A FRONTEIRA EXTRATIVA AGRÁRIA E A FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL NO SUDOESTE PARAENSE

Gabriel de Mendonça Domingues

Orientador: Sérgio Sauer

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Sérgio Sauer (CDS/UnB)

Prof^a. Dr^a. Stéphanie Nasuti (CDS/UnB)
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Girolamo D. Treccani (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA)
(Examinador externo)

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto (DGEO/ICH/UFJF)
(Examinador externo)

Brasília, julho de 2022

A todos aqueles que, na fronteira amazônica, foram mortos e perseguidos por lutarem pela vida e por um mundo mais justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Sem dúvida alguma, este trabalho é fruto do esforço, colaboração e contribuição de muitas pessoas e instituições com as quais convivi ou que cruzaram o meu caminho ao longo de toda a trajetória do doutorado. Não seria possível mencionar todo mundo, mas, em especial, agradeço:

Ao professor Sérgio, pela parceria, paciência e generosidade com as quais se dispôs a me acompanhar nesse processo e a revisar repetidamente o meu trabalho.

Ao Ministério do Meio Ambiente por ter apostado e investido no meu potencial.

Aos colegas e amigos do (extinto) Departamento de Extrativismo/MMA, com os quais troquei ricas experiências e que me inspiraram enormemente a aprofundar os meus estudos sobre a Amazônia Brasileira e os povos e comunidades que nela habitam. Cito, em especial: Jacobson, Mariana, Valois, Renata, Rodrigo, Letícia, Márcia David, Márcia Franceschini, Paula, Tiago, Daniel, Iara, Sofia, Juliana Nunes, Andréa, Gabriel Lui, Léo Corrêa, Léo Pacheco, Carol, Bebel, Vinícius, Lidineyde, Jânio, Larissa, João D'Angelis, Mauro, Pedro e Juliana Simões.

Aos amigos do CNS e da CNPCT, pelo choque de realidade e pelos debates (e embates) profícuos com o governo, na busca de políticas mais robustas para a proteção e consolidação dos territórios ocupados pelos povos do campo, da floresta e das águas.

Às colegas da CEDUC, Carol, Ana, Anne e Nayara, pela generosa acolhida no retorno aos trabalhos no MMA.

Aos colegas do CDS/UnB que se tornaram amigos durante essa caminhada. Em especial à *galera do rock*, Fernanda, Luiz, Guadalupe, Clara, Alfonso e Denise, pelo compartilhar das aventuras e desventuras que fizeram parte desse processo.

Ao grupo de estudos dos *desorientados* reunidos pelo prof. Sérgio: Acácio, Patrícia, Nicinha, Felipe, Diego, Anderson, Geovani, Guadalupe, Joice, Karla, Bianca, Felipe e Melissa, pelos momentos maravilhosos de discussões, debates e trocas de visões sobre os temas de pesquisa.

Ao corpo docente do CDS/UnB.

Aos professores Marcel, Doris, Zé Luiz, Cristiane, Saulo, Sabourin, Sérgio e Ludivine pelas disciplinas ministradas, que foram fundamentais para o amadurecimento do projeto.

À professora Stéphanie Nasuti, pela gentil contribuição no pré-projeto e pelos aportes no projeto final e na tese.

Aos professores Frédéric, Marc e Stéphane pela indescritível experiência de aprendizado no Vale do Tapajós. Aos colegas de Brasília, do Pará e do Québec que participaram daquela inesquecível viagem.

Ao professor Frédéric, por ter me dado a oportunidade maravilhosa do estágio sanduíche em Montréal, que me abriu muitas portas de estudo, aprendizado e reflexões.

Aos professores do ISE/UQAM, Marc, Eric e Isabel pela acolhida e por tantas oportunidades de crescimento e aprendizado que me abriram.

Aos amigos Matheus, Agda, Diego e Marie Hélène pela hospitalidade e o carinho dispensados durante a estadia em Montréal. Ao Matheus, ainda, pela ajuda na tradução dos resumos.

À família da Pousada Pedra Fina, no Matutu, pelo refúgio e convivência durante o período mais crítico da pandemia: Letícia, Vitorio, Ravi (*in memoriam*), Tainá, Déborah, Mariana e as pequenas Lira, Anis e Luana.

À Déborah, por todo o apoio e por ter tolerado minhas rabugices durante a escrita da tese.

À Vera pela inspiração, pelo proveitoso período da estadia em Teresópolis (RJ) e pelo apoio com o material de pesquisa.

Aos parceiros do Icmbio, Taína, Maressa, Carlos Augusto, Leo Konrath, Lula e Andréa e do ISA, Marcelo e Léo Moura, pelas entrevistas concedidas.

Ao professor Girolamo por ter gentilmente aceitado participar da banca de defesa.

Ao professor Vicente, pela inspiração, pela amizade, pela gentil avaliação do pré-projeto, por fazer parte dessa história.

À Linha do Tucum, que nunca se rompe.

Aos meus guias e mestres espirituais.

A Govinda, o Senhor do meu coração

Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu nunca deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Resumo

O objetivo principal desse trabalho é analisar os embates entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense, tendo em vista os sucessivos ciclos extrativos que se abateram sobre a região ao longo da história, buscando entender de que forma os diferentes atores sociais se organizaram para forçar um novo ordenamento do território, a partir do paradigma socioambiental. O trabalho adota o significado geopolítico da fronteira, que é assumida como um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado, onde atores, atuando em diferentes escalas, disputam o território para a implementação de projetos políticos distintos. Acerca da fronteira extrativa agrária na Amazônia, observou-se que o extrativismo se apresenta como um elemento de interconexão e continuidade entre a ordem colonial e a ordem neoliberal, a partir do desencadeamento de sucessivos ciclos extrativos, que têm início com a colonização ibérica. Do lado da fronteira socioambiental, observa-se a confluência das frentes ambientalista, camponesa e indigenista, que, com origens e contextos históricos diferentes, se encontram na Amazônia e conformam uma correlação de forças capaz de rivalizar minimamente com o avanço da fronteira extrativa agrária. Ressalta-se, contudo, a infiltração de interesses econômicos e geopolíticos diversos na fronteira socioambiental, na medida em que a natureza passa a ser valorizada, cada vez mais, sob a lógica da acumulação. No Sudoeste Paraense, observa-se a formação do mosaico de áreas protegidas, possível graças a coalização de movimentos de trabalhadores rurais, organizações indígenas e indigenistas, organizações ambientalistas internacionais, ONG's nacionais, a ampliação da atuação dos órgãos federais e a diversificação das fontes de financiamento internacional para os projetos socioambientais. Observou-se, porém, uma contraofensiva agroextrativa na região, a partir da desregulamentação ambiental, agrária e indigenista e o desmonte dos órgãos de fiscalização federais que vem ensejando uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa agrária. Ressalta-se o papel do Estado no sentido de definir o modelo de desenvolvimento a ser priorizado e dispor dos instrumentos legais e dos recursos necessários à sua implementação. A simples entrega da região ao sabor das flutuações da dinâmica da fronteira significará o predomínio definitivo da lógica extrativa, pois é ela que rege a atual fase da economia globalizada.

Palavras-chave: Amazônia, fronteira extrativa agrária, fronteira socioambiental, neoliberalismo, capital extrativo, conservação ambiental, povos da floresta, Sudoeste Paraense.

Abstract

The main objective of this work is to analyze the clashes between the agrarian extractive frontier and the socio-environmental frontier in the Southwest of Pará, in view of the successive extractive cycles that have occurred in the region throughout history and seeking to understand how the different social actors organized themselves to force a new ordering of the territory, from the socio-environmental paradigm. The work adopts the geopolitical meaning of the frontier, which is assumed as a space in incorporation into the fragmented global space, where actors, acting at different scales, dispute the territory for the implementation of different political projects. Regarding the extractive agrarian frontier in the Amazon, it was observed that extractivism presents itself as an element of interconnection and continuity between the colonial order and the neoliberal order, from the triggering of successive extractive cycles, which began with the Iberian colonization. On the side of the socio-environmental frontier, the confluence of environmentalist, peasant and indigenist fronts can be observed, which, with different origins and historical contexts, have met in the Amazon and formed a correlation of forces capable of minimally opposing the advance of the agrarian extractive frontier. It is noteworthy, however, the infiltration of different economic and geopolitical interests in the socio-environmental frontier, as nature is increasingly valued under the logic of accumulation. In the Southwest of Pará, the formation of a mosaic of protected areas can be observed, made possible by the coalition of rural workers' movements, indigenous and indigenist organizations, international environmental organizations, national NGOs, the expansion of the activities of federal agencies and the diversification of sources of international financing for socio-environmental projects. However, an agro-extractive counteroffensive was observed in the region, based on environmental, agrarian and indigenist deregulation and the dismantling of federal inspection agencies, which has led to an acceleration of the advance of all fronts that make up the agrarian extractive frontier. The role of the State is highlighted in the sense of defining the development model to be prioritized and having the legal instruments and resources necessary for its implementation. The simple surrender of the region to the fluctuations of the dynamics of the frontier will mean the definitive predominance of extractive logic, as it is what governs the current phase of the globalized economy.

Keywords: Amazon, extractive agrarian frontier, socio-environmental frontier, neoliberalism, extractive capital, environmental conservation, forest peoples, Southwest Pará.

Résumé

L'objectif principal de ce travail est d'analyser les affrontements entre la frontière extractive agraire et la frontière socio-environnementale dans le sud-ouest du Pará, compte tenu des cycles extractifs successifs qui ont frappé la région à travers l'histoire et comprendre comment les différents acteurs sociaux se sont organisés pour imposer une nouvelle ordonnance du territoire, à partir du paradigme socio-environnemental. L'œuvre adopte le sens géopolitique de la frontière, qui est assumée comme un espace en incorporation dans l'espace global fragmenté, où des acteurs, agissant à différentes échelles, se disputent le territoire pour la mise en œuvre de différents projets politiques. En ce qui concerne la frontière agraire extractive en Amazonie, il a été observé que l'extractivisme se présente comme un élément d'interconnexion et de continuité entre l'ordre colonial et l'ordre néolibéral, depuis le déclenchement de cycles extractifs successifs, qui ont commencé avec la colonisation ibérique. Du côté de la frontière socio-environnementale, on observe la confluence de fronts écologistes, paysans et indigénistes qui, d'origines et de contextes historiques différents, se sont rencontrés en Amazonie et ont formé une corrélation de forces capables de s'opposer à l'avancée de la frontière extractive agraire. Il convient de noter, cependant, l'infiltration de différents intérêts économiques et géopolitiques dans la frontière socio-environnementale, car la nature est de plus en plus valorisée dans la logique de l'accumulation. Dans le sud-ouest du Pará, on peut observer la formation d'une mosaïque d'aires protégées, rendue possible par la coalition des mouvements de travailleurs ruraux, des organisations indigènes et indigénistes, des organisations environnementales internationales, des ONG nationales, l'expansion des activités des agences fédérales et la diversification des sources de financement international des projets socio-environnementaux. Cependant, une contre-offensive agro-extractive a été observée dans la région, basée sur la dérégulation environnementale, agraire et indigéniste et le démantèlement des agences fédérales d'inspection, ce qui a conduit à une accélération de l'avancée de tous les fronts qui composent la frontière extractive agraire. Le rôle de l'Etat est mis en exergue dans le sens de définir le modèle de développement à privilégier et de disposer des instruments juridiques et des ressources nécessaires à sa mise en œuvre. La simple soumission de la région aux fluctuations de la dynamique de la frontière signifiera la prédominance définitive de la logique extractive, puisque c'est elle qui gouverne la phase actuelle de l'économie mondialisée.

Mots-clés: Amazonie, frontière agraire extractive, frontière socio-environnementale, néolibéralisme, capital extractif, conservation de l'environnement, peuples forestiers, Sud-ouest du Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios do Sudoeste Paraense	48
Figura 2 – Sudoeste Paraense: Unidades de Conservação e Terras Indígenas.....	50
Figura 3 – Sudoeste Paraense: frentes de expansão agropecuária e do desmatamento.....	50
Figura 4 – MacroZee da Amazônia Legal: Unidades Territoriais.....	51
Figura 5 – Região da <i>Terra do Meio</i> , nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu.....	53
Figura 6 - Principais rodovias na Amazônia Legal	90
Figura 7 - Eixos de Integração e Desenvolvimento para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana	101
Figura 8 – Frentes de expansão rodoviária e da colonização, a partir de Marabá.....	189
Figura 9 – Expansão da exploração aurífera na bacia do Tapajós	191
Figura 10 – Terra do Meio: abertura da estrada da Canopus e da Transiriri.....	193
Figura 11 – Terras Indígenas no Sudoeste Paraense	204
Figura 12 – Desafetação da TI Baú.....	206
Figura 13 – Mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio proposto pelo ISA	212
Figura 14 – Mosaico da Terra do Meio como foi implementado.....	213
Figura 15 – Debate entre governo federal e governo estadual sobre os limites da Estação Ecológica da Terra do Meio.....	215
Figura 16 – Criação das Unidades de Conservação ao longo do eixo da BR-163	218
Figura 17 – Posição do Distrito Florestal Sustentável da BR-163	220
Figura 18 – Localização das pistas de pouso dinamitadas na Terra do Meio	221
Figura 19 – Ano de criação das unidades de conservação no Sudoeste Paraense.....	223
Figura 20 – Sobreposição da Gleba Leite com as UC's Flona Trairão, Resex Riozinho do Anfrísio e Parna do Jamanxin	226
Figura 21 – Esquema logístico do roubo de madeira das UCs na região de Trairão	227
Figura 22 – O projeto da Belo Sun na Volta Grande do Xingu	232
Figura 23 – Localização das UHE do Complexo Hidrelétrico do Tapajós	233
Figura 24 – Localização da Terra Indígena Sawré Muybu	234
Figura 25 – Evolução da densidade do desmatamento no trecho Sinop-Miritituba da BR-163, entre os anos de 2018 e 2020.....	235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atributos da Fronteira extrativa agrária e da fronteira socioambiental.....	46
Quadro 2 - Homologação das Terras Indígenas no Sudoeste Paraense.....	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Boom</i> da Produção da Borracha Amazônica.....	82
Gráfico 2 – Crescimento da População Amazônica.....	82
Gráfico 3 – Taxa de desmatamento na Amazônia Legal em Km ²	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ABA - Associação Brasileira de Antropologia
- AFP - Associação Floresta Protegida
- ALAP - Área de Limitação Administrativa Provisória
- AMORA – Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
- APA – Área de Proteção Ambiental
- APLs - Arranjos Produtivos Locais
- ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
- ATIX – Associação Terra Indígena do Xingu
- BASA - Banco da Amazônia
- BID - Banco Interamericano do Desenvolvimento
- BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAR - Cadastro Ambiental Rural
- CDB - Convenção da Diversidade Biológica
- CI - Conservation International
- CEFT-BAM – Centro de Estudos Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM)
- CF - Constituição Federal
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- CNPI - Conselho Nacional de Proteção dos Índios
- CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Populações Tradicionais
- CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COIAB - Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira
- CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
- COP - Conferência das Partes
- CPI - Comissão Pró-Índio
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CITES - Convenção Sobre Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção

ED - Environmental Defense

EDF - Environmental Defense Fund

EID - Eixos de Integração e Desenvolvimento

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI - Earth Policy Institute

ESEC - Estação Ecológica

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Food and Agriculture Organization

FAOR - Fórum da Amazônia Oriental

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBC - Fundação Brasil Central

FETAGRI - Federações dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará

FLONA – Floresta Nacional

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPA - Frente Parlamentar Mista da Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FVPP - Fundação Viver Produzir Preservar

GEF - Global Environmental Fund

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

GIZ - Agência de Cooperação Alemã

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IIRSA - Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICV - Instituto Centro Vida

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Pensar a Agropecuária
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA - Instituto Socioambiental
IUCN - International Union for Conservation of Nature
IUPN - International Union for Protection of Nature
KFW - Banco da Alemanha
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF - Ministério Público Federal
MPST - Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRDC - Natural Resources Defense Council
NWF - National Wildlife Federation
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Agroflorestal
PARNA - Parque Nacional
PBA-CI - Plano Básico Ambiental – Componente Indígena
PBQ - Plano Brasil Quilombola
PCN - Programa Calha Norte
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC - Programa Grande Carajás

PIC - Projetos Integrados de Colonização
PIMACI - Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PIN - Plano de Integração Nacional
PIX - Parque Indígena do Xingu
PNAF - Política Nacional de Agricultura Familiar
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNDRSS - Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPCDAM - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PP-G7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
PPP - Plano Puebla-Panamá
PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia
PRODES - Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
PRONABIO - Programa Nacional de Biodiversidade
PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
RADAM - Projeto Radar da Amazônia
REBIO - Reserva Biológica
RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado
REDD - Reducing Emissions From Deforestation and Forest Degradation
RESEX - Reserva Extrativista
SCA/MMA - Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SECTAM - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPI - Serviço de Proteção ao Índio
SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
STJ - Superior Tribunal de Justiça
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA - Superintendência da Borracha
TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável
TI - Terra Indígena
TNC - The Nature Conservancy
UFPA - Universidade Federal do Pará
UHE - Usina Hidrelétrica
UNEMAT - Universidade Estadual do Mato Grosso
UNI - União das Nações Indígenas
USAID - Agência de Cooperação Americana
USP - Universidade de São Paulo
UC - Unidade de Conservação
UT - Unidade Territorial
VTE - Vetor Tecnológico
VTI - Vetor Tecnoindustrial
WCS - Wildlife Conservation Society
WRI - World Resources Institute
WRM - World Rainforest Movement
WWF - World Wildlife Fund
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
PARTE I – A “GRANDE FRONTEIRA”: A AMAZÔNIA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA AGROEXTRATIVO GLOBAL.....	28
Capítulo 1 – Evolução da noção de fronteira e quadro teórico-analítico	30
1.1. A construção do mito da fronteira nos Estados Unidos e seus desdobramentos para a América Latina	30
1.2. A construção da noção de fronteira no Brasil.....	37
1.3. Fronteira e geopolítica na Amazônia	42
1.4. O Sudoeste Paraense: fronteira extrativa agrária e fronteira socioambiental	47
Capítulo 2 – Fronteira extrativa agrária: da ordem colonial à ordem neoliberal	54
2.1. Extração como princípio da acumulação	54
2.2. Extração colonial: <i>Plantation</i> e mineração	57
2.3. Modernização extrativa: cultura cafeeira e agroindustrialização	61
2.4. Divisão territorial dos trabalhos e das trocas entre a agricultura e a indústria: Amazônia na fronteira da extração	64
2.5. Extração neoliberal: <i>commodities</i> agrícolas e minerais	68
2.6. Extração global: financeirização e reconfiguração territorial	72
Capítulo 3 - Amazônia: fronteira extrativa agrária	77
3.1. Modos de extração e modos de produção	77
3.2. Os sucessivos ciclos extrativos na Amazônia.....	79
3.3. O Estado moderno e a política agroextrativa para a Amazônia.....	87
3.4. Ação ambígua do Estado: embates entre os modelos familiar/comunitário e os grandes empreendimentos agropecuários e minerais	91
3.5. Consequências do modelo agroextrativo orientado pelo Estado	96
3.6. Neoliberalismo e as novas frentes agroextrativas na Amazônia.....	98
3.7. A fronteira extrativa agrária na Amazônia em um cenário de ascensão da extrema direita ao poder	102
Conclusões preliminares	106
PARTE II – AMAZÔNIA: FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL.....	108
Capítulo 4 – A frente ambientalista	114
4.1. Os primórdios do ambientalismo	114
4.2. Do início do Século XX ao Pós Guerra	119
4.3. Meio ambiente e desenvolvimento	121
4.4. Da contracultura à biologia da conservação	123

4.5. A utopia do Desenvolvimento Sustentável.....	127
4.6. O ambientalismo sob a lógica da acumulação.....	132
Capítulo 5 - A frente camponesa	138
5.1. A organização da luta dos seringueiros	139
5.2. Dos trabalhadores rurais da Transamazônica aos novos sujeitos políticos na Amazônia.....	146
5.3. Terras tradicionalmente ocupadas e povos e comunidades tradicionais.....	149
Capítulo 6 – A frente indigenista.....	153
6.1. A exploração do índio nos seringais	154
6.2. A evolução do indigenismo oficial no Brasil.....	156
6.3. Constituinte, movimento indígena e aliança dos povos da floresta.....	159
Capítulo 7 – A constituição da fronteira socioambiental	164
7.1. O encontro das três grandes frentes	164
7.2. O choque com a fronteira extrativa agrária e a criação das Resex	167
7.3. As esdrúxulas alianças para consolidação dos territórios	170
Conclusões preliminares	177
PARTE III – O CHOQUE ENTRE A FRONTEIRA EXTRATIVA AGRÁRIA E A FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL NO SUDOESTE PARAENSE.....	179
Capítulo 8 - Os sucessivos ciclos extrativos no Sudoeste Paraense	181
8.1. Dos aldeamentos indígenas ao ciclo da borracha	181
8.2. Colonização e garimpo	187
8.3. Madeira e Pasto.....	194
Capítulo 9 – A reação socioambientalista.....	202
9.1. Consolidação das Terras Indígenas.....	202
9.2. Coalização para a formação do mosaico de áreas protegidas da <i>Terra do Meio</i>	208
9.3. A mobilização na área de influência da BR-163	215
9.4. A nova configuração territorial.....	220
9.5. Embates com a fronteira extrativa agrária	224
9.6. Fronteira energética	229
9.7. Radicalização agroextrativa	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
REFERÊNCIAS	245

INTRODUÇÃO

À medida que avançamos Século XXI adentro, fica mais nítida a aceleração do tempo resultante da ampliação, em escala global, da circulação de informações, capital e mercadorias. As profundas transformações no espaço-tempo, ditadas pelo ritmo alucinante da modernidade, fazem desaparecer uma diversidade de territorialidades, em uma velocidade que não nos permite reflexões sobre a importância dos diferentes povos (com seus saberes e fazeres) e dos diferentes biomas (com suas espécies e ecossistemas) para a manutenção de uma base social e ecológica necessária ao nosso devir. Caminhamos, assim, para um mergulho no escuro, em que somos arrancados de nossas raízes sem a certeza de que teremos onde nos sustentar no futuro.

Tal condição de profundas incertezas nos coloca, enquanto sociedade globalizada, em uma zona fronteira, em um estágio de transição em que as diferentes escalas de transformação do território se chocam e entram em contínua contradição, gerando tensionamentos e conflitos entre os diferentes atores sociais. Nesse contexto, estudar a Amazônia torna-se fundamental para entendermos essa condição de fronteira civilizatória em que nos encontramos, dada a vastidão do território, a diversidade biológica, étnica, sociocultural e linguística, as inúmeras riquezas inexploradas, bem como os diferentes vetores de transformação regional que incidem sobre a região.

A região do Sudoeste Paraense guarda toda essa complexidade e essas inúmeras contradições. Com imensas áreas de floresta exuberante e diversas áreas protegidas, abriga toda uma diversidade de povos e grupos sociais cuja sobrevivência ainda depende da interação constante com os ambientes amazônicos. Por outro lado, a região está na área de influência das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, tendo se tornado, nas últimas décadas, espaço privilegiado para a expansão e escoamento da produção de soja, para a implementação de projetos de exploração mineral e para a geração de hidro energia. Como se não bastasse, a região assiste a uma nova investida do saque madeireiro e do garimpo ilegal, inclusive no interior das áreas protegidas.

Em um cenário político de ultradireita neoliberal ocupando a presidência da república, observa-se o retorno do aumento das taxas anuais de desmatamento, associado à escalada da violência decorrente de conflitos territoriais. Reacende-se, assim, o debate acerca do modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia, e das causas de a região ser constantemente reduzida à condição de fornecedora de recursos para o atendimento de interesses externos, em suma, à condição de uma *fronteira extrativa agrária*.

A valorização, nas últimas décadas, da Amazônia enquanto patrimônio natural da humanidade, choca-se frontalmente com o recrudescimento da lógica extrativa na região. Dessa maneira a pergunta que norteou essa pesquisa foi: dado o avanço histórico e contínuo da fronteira extrativa agrária, quais foram os elementos que possibilitaram a formação de uma fronteira socioambiental na Amazônia e, em particular, no Sudoeste Paraense?

A opção pelo termo *fronteira extrativa agrária*, e não apenas fronteira extrativa, possibilita incluir os grandes projetos agropecuários (somados às atividades minerárias e de extração de recursos, como energia, e investimentos em infraestrutura) que vêm impactando a Amazônia, em especial a partir da década de 1960. É enfatizado, ainda, o caráter extrativo de tais projetos agropecuários, tendo em vista as características principais da economia extrativa discutidas nesse trabalho. O termo dá conta de que a terra, em si, veio crescentemente se tornando o foco da acumulação do capital extrativo, em um cenário de financeirização do agronegócio.

Por outro lado, quando categorias interpretativas como Amazônia, neoliberalismo e exploração ou preservação ambientais são entrelaçadas, a noção de *fronteira socioambiental* se torna uma ferramenta útil para estudar as dinâmicas socioeconômicas e abordar lutas, resistências e contradições que envolvem a discussão sobre geopolítica, desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e inclusão social (ou justiça socioambiental) na Amazônia contemporânea (DOMINGUES e SAUER, 2021).

O objetivo principal desse trabalho é analisar os embates entre a *fronteira extrativa agrária* e a *fronteira socioambiental* no Sudoeste Paraense, tendo em vista os sucessivos ciclos extrativos que se abateram sobre a região ao longo da história e buscando entender de que forma os diferentes atores sociais se organizaram para forçar um novo ordenamento do território, a partir do paradigma socioambiental.

Partimos do pressuposto de que a noção de *fronteira* permite abarcar a complexidade de atores, ações e articulações em disputa por um território que, por não estar plenamente estruturado, está sujeito a ser apropriado por diferentes projetos políticos. Nesse contexto, a abordagem dos *vetores de transformação regional* (BECKER, 1986; 1990; 1999; 2009b; 2009c; 2010) permitiu a construção de uma análise capaz de abarcar aspectos da realidade amazônica que, por sua complexidade, são comumente menosprezados ou negligenciados na literatura sobre o tema, e que serão detalhados a seguir.

Um primeiro aspecto refere-se à noção de região como importante balizador das relações entre o território, o Estado e a economia globalizada. Conforme propôs Becker (1990),

tomar a região como um poder territorial significa entender que esta reúne a combinação dos diferentes atores que concorrem para a formação do território.

O processo de regionalização pode ser entendido, dessa forma, a partir da superposição das grandes redes e territórios impostos pelo Estado (malha técnico-política) e do espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira, definindo também seus territórios (malha sócio-política). Segundo a autora, dependendo de seu potencial político, como resistência, grupo de pressão ou, mesmo, como objeto de manipulação política, os grupos sociais no espaço vivido (assentamentos, reservas, comunidades, fazendas, etc) podem dar origem a novas unidades da federação, vilas, distritos, municípios e Estados, forjando-se novas regiões (BECKER, 1990).

O território, como espaço vivido, é onde se concretizam as diferentes relações de poder entre os grupos sociais (BECKER, 2010). A região se coloca nesse espaço de tensão entre a autonomia local e seus limites diante de um poder central (GOMES, 2008). O território é entendido como espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, 2008). A territorialidade é definida pelo conjunto de dinâmicas, práticas e relações sociais, que permitem a formação e a continuidade de um determinado território, frente aos diferentes processos de apropriação do espaço (BECKER, 2010).

Acerca dos diferentes processos de apropriação do espaço, Haesbaert (2007) salienta que o território envolve: a) uma dimensão simbólica e cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos diferentes grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço que vivem; b) uma dimensão concreta, de caráter político-disciplinar. Esta última se constitui em uma apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2007).

Considerando a dominação do espaço a partir da transformação técnica sobre a natureza, Becker (2009a) cita a noção de Lefebvre (1978) de “produção do espaço” pelo Estado. Conforme tal formulação, para exercer o controle social, constituído de normas, leis e hierarquias, o Estado desenvolve uma tecnologia espacial e impõe sobre o território uma malha de controle técnico e político, constituída de todos os tipos de conexões e redes. Essa malha é denominada pela autora como “malha programada” e será detalhada na discussão sobre a atuação planejada do Estado brasileiro sobre a Amazônia.

Um segundo aspecto importante da abordagem adotada é que, diferente do que comumente aparece na literatura, ela permite situar a fronteira agrícola em conjunto com as fronteiras mineral e energética, dentro de um mesmo *vetor de transformação regional*. Esse é um elemento importante, uma vez que, em que pese as divergências entre os diferentes atores

envolvidos, a reconfiguração do território amazônico (possibilitada pela implantação de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos) viabiliza de forma integrada as frentes da agricultura, da mineração e da energia (hidrelétrica, petróleo e gás).

Há forte dependência da mineração em grande escala da infraestrutura de transportes e sobretudo energética. As áreas onde estão a maior parte das zonas mineiras em produção/prospecção demonstram a perversa sinergia de devastação e violência dos complexos logísticos de estradas-hidrelétricas-mineração em grande escala dominados pela lógica burguesa-gestorial. Afinal, a construção de barragens e estradas visa viabilizar os projetos mineiros e o *agribusiness* (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.75).

Um terceiro aspecto importante trazido pela abordagem aqui proposta é a possibilidade de se trabalhar de forma conjunta os projetos conservacionistas e preservacionistas, dentro de um mesmo vetor de transformação regional. São comuns os trabalhos que partem da oposição de categorias como territórios tradicionais x unidades de conservação (DIEGUES, 2008; BENSUSAN, 2014; MPF, 2014; OLIVEIRA, 2018), povos amazônicos x ambientalismo (LITTLE, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2017; MALHEIRO et al., 2021), conhecimento tradicional x bioprospecção (CUNHA, 2007; SANTILLI, 2005).

Esses trabalhos buscam ressaltar o conflito de interesses e a divergência dos projetos envolvendo essas categorias, especialmente porque, na maioria dos casos, existe uma necessidade clara de se defender os direitos das diferentes comunidades ao seu território e à manutenção de seus saberes e práticas tradicionais, frente à intervenção do Estado em favor do interesse de grandes organizações ambientalistas internacionais. Em um cenário, porém, de contínua desregulamentação ambiental e agrária, associado à ampliação do poder político dos setores mais conservadores ligados à fronteira extrativa, os pontos de convergência entre as correntes preservacionistas e conservacionistas são realçados.

Face à necessidade de se contrapor à lógica agroextrativa, que ameaça a integridade dos territórios e a continuidade dos projetos ligados à área socioambiental, tende-se à formação de uma coalizão de diferentes atores situados no campo socioambiental. Tal coalizão retoma a ideia expressada por Becker (2015a), no início da década de 1990, acerca da *fronteira socioambiental*:

Povos da floresta, ambientalistas nacionais e mundiais, governos estrangeiros e firmas detentoras da tecnologia moderna convergem na defesa do patrimônio amazônico, embora com interesses diversos. Territorialmente essa proposta se expressa em recortes territoriais, as terras indígenas, as reservas extrativistas e reservas ecológicas que poderão ser futuras ilhas de experimentos biotecnológicos avançados (BECKER, 2015a, p.78).

Adicionalmente, a abordagem aqui proposta, aplicada à região do Sudoeste Paraense, permitirá uma análise da região de forma integrada, uma vez que muitos trabalhos acerca da região se concentram, ou na região do vale do Tapajós e BR-163 (TORRES, et al., 2017; BARBOSA, 2014; SCHITTINI, 2010; COSTA, 2010; HOEFLE, 2013) ou na região do Médio Xingu e Terra do Meio (WINTHER, 2002; VELÁSQUEZ, 2006; TARAVELLA, 2008; DOBLAS, 2015; SCHMINK et al., 2019). Tal abordagem integrada se mostra importante em especial porque muitas das áreas protegidas na região são influenciadas pelas dinâmicas que ocorrem tanto na região do Tapajós, quanto na região do Xingu.

A Terra do Meio representa 30% do corredor Xingu, e pode ser considerada uma barreira de fundamental importância para a contenção dos vetores de pressão oriundos dos eixos das rodovias Transamazônica, em seu trecho Itaituba-Altamira, e Cuiabá-Santarém, no trecho Itaituba-Novo Progresso. Note-se que essas dinâmicas observadas no oeste paraense também incidem sobre a Terra do Meio, o que torna extremamente necessário considerar o planejamento do território de forma articulada com as unidades de conservação da bacia do Tapajós, em uma visão ampla do mosaico cujo fortalecimento contribuirá para a defesa da integridade territorial da região como um todo (DOBLAS, 2015, p.6).

Partimos da hipótese de que há duas concepções distintas de desenvolvimento da Amazônia, excludentes entre si, onde atores sociais diversos, atuando em diferentes escalas, se colocam em disputa pela apropriação do território na região estudada. Essas duas concepções são representadas de um lado pela *fronteira extrativa agrária*, associada ao *vetor tecnoindustrial de transformação regional*, e de outro lado pela fronteira socioambiental, associada ao *vetor tecnoecológico de transformação regional*, da forma como será detalhada ao longo deste trabalho.

Esta tese começou a ser redigida em Montréal, durante o estágio doutoral sanduíche realizado junto ao Institut des Sciences de l'Environnement/Université du Québec à Montréal (ISE\UQÀM), entre agosto e dezembro de 2019. Esse período foi oportuno para o levantamento de material de pesquisa associado à discussão da temática de fronteira na América do Norte e também acerca do extrativismo no Canadá, que foram importantes para elucidar aspectos da lógica extrativa do capital discutidas neste trabalho.

Para a realização do estudo de caso no Sudoeste Paraense, estava prevista a realização de duas etapas de trabalhos de campo nos municípios de Itaituba, Santarém e Altamira, combinando-se técnicas de observação e entrevistas. Previstos para o ano de 2020, os trabalhos de campo não puderam ser realizados, dada a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. Dessa forma, o estudo foi sendo direcionado para a análise de estudos, pesquisas e levantamentos produzidos sobre a região nos últimos anos, combinada com a realização de

encontros virtuais com integrantes de órgãos governamentais e outras instituições atuantes nos territórios estudados. Tendo sido realizados em caráter exploratório, essas conversas não foram utilizadas diretamente no texto, mas serviram para orientar o levantamento dos dados empíricos acerca da área de estudo.

Ao longo de todo o período de realização da pesquisa, foram sendo arquivados artigos e matérias jornalísticas relacionadas ao avanço da fronteira extrativa no Sudoeste Paraense e os seus embates com a fronteira socioambiental. Esse material permitiu a posterior aferição dos fatos relatados durante os encontros virtuais, tendo sido, em parte, citado como referência na construção do texto.

Esperamos que a investigação aqui proposta possa contribuir para a construção de abordagens analíticas que privilegiem o olhar sobre o processo de formação do território, em suas diferentes escalas e vetores de transformação regional. Poderão ser favorecidas, assim, as propostas de desenvolvimento para a Amazônia que tenham em vista a superação do modelo agroextrativo e do conflito entre demandas nacionais e internacionais e o direito da população à sua região.

Este trabalho está dividido em três partes. A primeira parte busca situar a Amazônia no processo histórico de formação da fronteira extrativa agrária, a partir de uma dinâmica de apropriação do território, extração de recursos e exploração do trabalho. O primeiro capítulo discute a evolução da noção de fronteira ao longo da história, partindo das formulações dos autores norte-americanos até as discussões realizadas no contexto do desenvolvimento do capitalismo Brasil e na região Amazônica, para que seja possível apresentar o modelo analítico utilizado na tese, partindo das categorias fronteira extrativa agrária e fronteira socioambiental.

O capítulo 2 busca situar a Amazônia no contexto da formação da fronteira extrativa agrária no Brasil, articulando as noções de colonialismo, extrativismo e neoliberalismo, para explicitar o caráter contínuo do processo extrativo ao longo de toda a história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O capítulo 3 estabelece a região amazônica enquanto fronteira extrativa agrária a partir de três processos distintos e complementares: 1) como fornecedora de produtos florestais, no contexto das relações colônia-metrópole; 2) sendo integrada à economia brasileira, primeiramente a partir da exportação da borracha e, posteriormente, como fornecedora de recursos para a expansão dos empreendimentos agropecuários, da exploração mineral e da geração de hidro energia; e 3) como fonte de ativos para a acumulação do capital extrativo agrário, em um contexto de radicalização da doutrina neoliberal.

O terceiro capítulo discute, ainda, de que forma os sucessivos ciclos extrativos que se abatem sobre a Amazônia provocaram rupturas dos sistemas ecológicos, sociais e produtivos que têm reforçado o padrão de exploração agroextrativa e inviabilizado o desenvolvimento autônomo da região nos ciclos econômicos que se sucederam. Tais processos abriram caminho para as posteriores apropriação generalizada dos recursos e espoliação das comunidades amazônicas, em atendimento às demandas de acumulação do capital extrativo agrário, em um contexto de radicalização do neoliberalismo.

A segunda parte discute a formação da frente socioambiental na Amazônia, a partir da confluência das frentes ambientalista, camponesa e indigenista. É dedicado um capítulo para analisar as origens históricas, atores sociais e dinâmicas diferenciadas de cada uma dessas frentes para, num capítulo posterior, explicitar de que forma elas se entrelaçam na Amazônia para constituir a fronteira socioambiental. Destaca-se, em especial, o caráter ambíguo da frente ambientalista, que, por um lado, abre a possibilidade de articulação de uma rede internacional em prol da proteção da floresta e da instituição de áreas especialmente protegidas, mas, por outro, subjuga os territórios e as comunidades locais à temporalidade e à racionalidade de uma economia verde emergente.

Na terceira parte do trabalho é analisado o processo histórico de formação da fronteira extrativa agrária no Sudoeste Paraense, passando pelos sucessivos ciclos extrativos que se abateram sobre a região, desde o período colonial. Posteriormente é analisada a coalização de diferentes atores e projetos político-institucionais que possibilitaram a formação da fronteira socioambiental. Essa última traduzindo-se em uma certa contenção no avanço da fronteira extrativa agrária na região e em uma proposta alternativa de desenvolvimento, com foco no aproveitamento econômico da biodiversidade e no fortalecimento dos territórios, a partir de uma perspectiva comunitária.

Analisa-se, por fim, o acirramento das disputas territoriais na região, a partir do recrudescimento do neoliberalismo na última década e da criação de um ambiente político-institucional favorável à radicalização da racionalidade agroextrativa.

**PARTE I – A “GRANDE FRONTEIRA”: A AMAZÔNIA E A
FORMAÇÃO DO SISTEMA AGROEXTRATIVO GLOBAL**

Será explicitada na primeira parte do trabalho a noção de fronteira adotada, situando-a no quadro teórico geral sobre o tema. Para isso será realizada uma análise da evolução na compreensão do conceito de fronteira ao longo da história. Tal percurso tem início no final do século XIX, passa por autores de diferentes gerações, nacionalidades e áreas do conhecimento, chegando a autores contemporâneos. Esses últimos se apropriaram da noção de fronteira para utilizá-la como uma ferramenta interpretativa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, mais especificamente, a sua expansão para a região amazônica.

Em seguida, será descrito o processo histórico de formação da fronteira extrativa agrária no Brasil, a partir da dinâmica de apropriação do território, extração de recursos e exploração do trabalho, que se inicia no período colonial e que moldará a forma com que se dará o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse contexto, será demonstrado que o aprofundamento da racionalidade neoliberal nas últimas décadas vem propiciando a estruturação de um sistema econômico global de características agroextrativas. No caso da Amazônia, isso representa uma aceleração do processo de ruptura ecológica, social e institucional que, ao longo de sucessivos ciclos extrativos, tem levado ao subdesenvolvimento da região e à exaustão dos seus bens naturais.

Capítulo 1 – Evolução da noção de fronteira e quadro teórico-analítico

1.1. A construção do mito da fronteira nos Estados Unidos e seus desdobramentos para a América Latina

O famoso ensaio de Frederick Jackson Turner, intitulado “o significado da fronteira na história americana”, é publicado em 1893, no momento em que pairava sobre a sociedade norte-americana um sentimento de mal-estar civilizacional, nos anos que antecederiam a virada do século XIX. A expansão para o oeste chegava ao fim, assim como findava um ciclo de prosperidade, que dava lugar aos problemas crescentes observados nos centros urbanos, associados à desigualdade social, poluição e degradação ambiental.

Esse sentimento de fim de século é expressado por Roderick Nash (1982), na sua obra sobre o papel da natureza selvagem na formação do pensamento americano:

Parte do otimismo geral e da esperança dos anos pré-guerra renderam-se, conforme se aproximava o fim do século, a avaliações mais sóbrias, dúvidas e incertezas. Muitos consideraram os problemas da sociedade em que viviam como uma evidência de que a esperança tácita de tempos anteriores no progresso era infundada. Razões para o pessimismo apareceram em toda parte. Uma inundação de imigrantes parecia para muitos que estava diluindo a raça americana e enfraquecendo suas tradições. Os valores associados aos negócios e a vida urbana eram sentidos como que subjungando o caráter, o gosto e a moralidade. O imenso tamanho e a natureza altamente organizada da economia e do governo pareciam representar obstáculos à efetividade do indivíduo. Ao invés do novo milênio, a civilização americana parecia ter trazido confusão, corrupção e uma superabundância debilitante. Existia, por certo, uma contracorrente no pensamento americano de orgulho e esperança, mas persistia a crença de que os Estados Unidos, se não todo o mundo ocidental, havia assistido ao seu melhor momento, e estava num incipiente estado de declínio (NASH, 1982, p.144, tradução nossa).

As forças vitalizadoras que impulsionaram o processo civilizacional e forjaram os valores e a identidade da nação pareciam se esvaír na medida em que findava a marcha para o Oeste¹. Trata-se, portanto, de um momento histórico propício à consolidação de um mito de origem que, organizando ideias já existentes, pudesse explicar a natureza da sociedade norte-americana, promover uma unidade nacional e dar um sentido para os novos desafios aos quais os Estados Unidos se lançariam, na entrada do século XX (VELHO, 2009).

¹ A marcha para o oeste se refere aqui ao processo de ocupação do continente norte-americano, a partir da costa leste e que foi se interiorizando no sentido oeste, até alcançar a costa do pacífico.

Em Turner (1976²), a conquista da fronteira representa a formação do novo mundo. A ocupação do Oeste é retratada na forma de uma fronteira móvel, uma linha civilizatória que, conforme adentra o continente, supera os valores atrasados do velho mundo e forja os alicerces daquilo que seria uma sociedade libertária, individualista e democrática.

A conquista da fronteira, segundo o autor, está associada a um processo de construção de uma identidade nacional assentada em valores que representavam uma ruptura com o antigo regime europeu. Com suas sofisticações e privilégios, tal regime não oferecia oportunidades para que os indivíduos, mediante seus próprios esforços, alcançassem uma melhoria crescente nas suas condições de vida.

Para Turner (1976), é na luta dos pioneiros por dominar a natureza, se estabelecer no território, manter contato com a “sociedade primitiva” e desenvolver suas atividades produtivas que vão se constituindo os elementos necessários à posterior formação da república.

Dessa forma, o desenvolvimento americano tem mostrado ser, não apenas um mero avanço em uma única linha, mas um retorno às condições primitivas em um avanço contínuo da linha de fronteira e um novo desenvolvimento daquela área. O desenvolvimento social americano foi contínua e repetidamente reiniciado na fronteira. É desse renascimento perene, dessa fluidez da vida americana, dessa expansão na direção do oeste com suas novas oportunidades, seu contato contínuo com a simplicidade da sociedade primitiva, que proveem as forças que dominam o caráter americano. O verdadeiro ponto de vista na história desta nação não é a costa atlântica, mas o Grande Oeste (TURNER, 1976, p.2, tradução nossa).

A fronteira é vista como o ponto de encontro entre a civilização e a simplicidade da vida selvagem. No encontro com a natureza selvagem – incluindo aí os povos indígenas e sua cultura “primitiva” –, o colonizador é despojado de suas vestes, ornamentos e de seus antigos hábitos e costumes para, ao se lançar em uma luta contínua pela sobrevivência, “renascer” ou se refazer como americano. Conforme vai tendo sucesso em dominar esse ambiente inóspito, o antigo homem europeu se transforma e dá lugar ao “homem americano”. Este vai se tornando mais e mais americano à medida que avança na direção do Oeste (TURNER, 1976).

As instituições americanas também são produtos desse processo, nascendo e se desenvolvendo em meio ao desafio de terem que se adaptar às constantes mudanças de um povo em expansão (TURNER, 1976). Tal constatação está na base da proposição de que o próprio pensamento político norte-americano – bem como a sua concepção de uma sociedade democrática e uma república igualitária – foi sendo forjado e moldado pela contínua

2 A obra original foi publicada em 1893.

transformação de uma sociedade que se colocava permanentemente em uma condição de fronteira.

Dessa forma, o avanço da fronteira significou um distanciamento constante da influência da Europa, um crescimento contínuo da independência nas linhas americanas. E, estudar esse avanço, o homem que surgiu sob essas condições assim como os resultados políticos, econômicos e sociais disso, é estudar a verdadeira parte americana da nossa história (TURNER, 1976, p.4, tradução nossa).

Apesar de reconhecer o papel da cultura indígena na formação do dito “homem americano”, Turner (1976) entende que esse contato com os “povos primitivos” era apenas mais um obstáculo que as “terras livres” ofereciam ao estabelecimento da civilização no novo mundo. Para ele, a existência de uma grande área de terras livres e seu recuo contínuo, diante da expansão da colonização americana na direção do Oeste, são os fatores que sintetizam a sua interpretação do desenvolvimento americano (TURNER, 1976).

A noção de “terras livres” assume centralidade também na obra de Walter Prescott Webb, no início da década de 1950, quando propôs a sua tese da “grande fronteira”, em um livro publicado em 1951. Assim como Turner, ele enxerga a fronteira móvel como o avanço de pessoas civilizadas na direção de uma área selvagem, inabitada ou esparsamente povoada por povos primitivos. Tal processo tratava-se na América de um movimento civil dentro do território obtido pela nação, diferente dos movimentos de invasão de território e conquistas vividos na Europa (WEBB, 1979³).

Ele chama atenção para o fato de que, diferente dos europeus, os americanos viam a fronteira não como um limite, diante do qual era preciso se deter, mas como uma vasta área que convida para entrar e ser explorada, a fim de se construir um novo mundo. Assim como Turner (1976), Webb (1979) entende que o movimento de avanço da fronteira permeou toda a história dos Estados Unidos, influenciando e sendo influenciado pelos eventos que foram fundamentais para o desenvolvimento, a independência e a constituição da nação.

Independentemente de quais outras tarefas os americanos tinham nas mãos em um determinado período, havia a adicional, sempre presente tarefa de avançar para o interior e colonizar o novo país. Fizeram isso enquanto forjavam os princípios de um governo democrático e tal governo era eventualmente adequado às necessidades do homem da fronteira; e não cessaram de fazê-lo no período da guerra civil. Raramente alcançaram os limites das áreas que tinham obtido antes de adquirirem novas áreas, o território da Louisiana pela compra, a Flórida por

3 Obra publicada originalmente em 1951.

negociação, o Texas por tratado e a porção sudoeste dos Estados Unidos pela conquista (WEBB, 1979, p.5, tradução nossa).

Webb (1979), no entanto, vai além de Turner (1976) ao propor um mito da fronteira que abarcava não somente os Estados Unidos, mas o conjunto das terras descobertas pelos europeus a partir do século XVI. As terras das Américas, sul da África e Oceania equivaliam a cinco ou seis vezes o tamanho da Europa, e Webb (1979) unifica esse conjunto de terras como sendo a “grande fronteira”. Segundo ele, essas representavam a possibilidade de a Europa buscar a solução para os problemas relacionados à escassez de terras, alimentos e demais recursos necessários ao crescimento da população e à melhoria da sua qualidade de vida (WEBB, 1979).

Não é preciso elaborar aqui as condições sob as quais essas pessoas viviam em 1500. Deve-se lembrar, contudo, que, pelos padrões modernos a sociedade era estática, com classes bem definidas. A população exercera uma forte pressão sobre os meios de subsistência. Não havia alimentos suficientes e praticamente nenhum meio de fuga para aquelas pessoas que viviam em um mundo fechado. A ideia de progresso não havia nascido. Apenas o paraíso, que poderia ser alcançado somente através dos portais da morte, oferecia esperança para as massas da Metrôpole (WEBB, 1979, p.9, tradução nossa).

Considerando a “grande fronteira” como uma “vasta propriedade que foi repentinamente concedida para a Metrôpole”, o autor imagina o quão perplexos ficaram os “novos proprietários” ao constatarem que se tratava essencialmente de “um imenso corpo de riqueza sem proprietários. Uma terra vazia seis vezes o tamanho da Europa Ocidental, com recursos que não foram explorados”. A metrôpole poderia obter tudo o que quisesse da natureza material da fronteira, em quantidades nunca antes sonhadas, sem nenhuma ou alguma pouca resistência dos habitantes primitivos, que poderia ser facilmente contornada. “E algo que você nunca teve na sua memória histórica virá a você como um subproduto, e isso é um grau extraordinário de liberdade” (WEBB, 1979, p.11).

Conforme aponta o autor, dessa relação de exploração da metrôpole em relação à fronteira, o europeu enxergava uma troca. A extração das riquezas nas áreas da fronteira poderia ser compensada pela cultura que seria levada pela metrôpole às aquelas populações primitivas.

A verdadeira história da Grande Fronteira e a Metrôpole nasce sobre os fragmentos de ambos. O que se passou entre eles foi referido como o drama da história moderna. [...] houve todas as razões para que os dois atores se interessassem um pelo outro e entrar em uma troca mútua de benefícios, um ganhando riqueza e o outro cultura, eventualmente misturando seus destinos só para encontrá-los no final, ambos se tornaram muito diferentes daquilo que eram quando a cortina se levantou no primeiro ato (WEBB, 1979, p.11, tradução nossa).

Assim como Turner (1976) buscou fazer com a história dos Estados Unidos, Webb (1979) utilizou a noção de fronteira como uma ferramenta para fabricar um mito que pudesse sintetizar e dar sentido e unicidade ao processo civilizatório. Tal mito, no entanto, é fabricado a partir de uma visão simplificadora da história da colonização europeia dessas extensas áreas, com toda a sua imensa diversidade de povos, culturas e biomas (HENNESSY, 1978).

Apesar das críticas e controvérsias, Webb (1979) expressa claramente a mentalidade do colonizador europeu, quando definiu as “terras novas” como uma imensa propriedade, que deveria ser explorada para enriquecimento da metrópole. Tal mentalidade se expressará também nas posteriores estratégias de ocupação dos territórios e subjugação dos povos originários.

Conforme salienta Hennessy (1978), Webb (1979) estabelece uma visão geral do processo de formação do capitalismo no mundo ocidental, assentado na dinâmica extrativa fronteira-metrópole. Tal dinâmica, estabelecida entre a Europa e suas colônias, permitiu, ao longo da história moderna, a formação de um sistema comercial mundial unificado (HENNESSY, 1978), baseado em atividades agroextrativas da fronteira.

Tal visão permitiu a Webb (1979) a formulação da hipótese de que a história moderna se desenvolveu em uma condição de “boom”, de fartura de recursos disponíveis. Ou seja, o conjunto das instituições que regem os sistemas políticos, econômicos e sociais da vida moderna foram forjados e moldados no sentido de atender às necessidades de um mundo que se vê, a partir da abertura da “grande fronteira”, em uma situação de enorme disponibilidade de recursos naturais, minerais e energéticos (WEBB, 1979).

Conforme propõe o autor, o impasse civilizatório que se coloca para a sociedade moderna decorreria de que, ainda hoje, as instituições permanecem programadas para operarem nessa condição de “boom”. Elas não se adaptaram à realidade de escassez de territórios e recursos que foi se colocando ao longo do século XX.

A abundância de coisas, e nossa grande facilidade em torná-las disponíveis, encobre uma verdade fundamental que precisamos ver claramente se quisermos ter alguma esperança de enfrentar o principal problema com o qual se confronta a civilização ocidental hoje. Essa verdade básica é que as Coisas que são tão abundantes, mesmo o ouro e a prata, estão sobre a terra e dela são derivados. A terra tem muito a oferecer e, quando ela está com muita gente, ela tem menos a oferecer a cada um do que quando ela existia em abundância. Independentemente de quaisquer técnicas que nós possamos ter desenvolvido para extrair mais da terra, existe um limite que não poderá ser ultrapassado; e se nossas técnicas acelerarem o processo de utilização e destruição, como estão fazendo agora, apressarão o dia em que a substância da qual eles se alimentam, e da qual uma população inchada subsiste temporariamente, se aproximará da escassez ou da exaustão (WEBB, 1979,p.26, tradução nossa).

A partir da década de 1970, a noção de fronteira sofre uma série de transformações ao ser adotada para retratar a realidade dos processos de colonização nos diversos países da América Latina. As análises passam a levar em conta aspectos demográficos, migratórios, fundiários e socioambientais que não tinham sido privilegiados na análise dos autores norte-americanos. Hennessy (1978), ao tratar do tema da fronteira na história da América Latina, chama atenção para a impropriedade do termo “terras livres”. Adotado pelos ideólogos da fronteira, o termo foi empregado muito mais a serviço da criação de um mito – para explicar o advento da democracia norte-americana e o desenvolvimento da sociedade moderna – do que para explicar os fatos como ocorreram ao longo do período colonial.

A expansão da fronteira introduziu o conceito europeu de propriedade e a ideia de lucro e troca monetária nas sociedades onde antes isso era desconhecido. Uma vez que uma região era tocada pela expansão da fronteira, poderia não ter mais volta. Para os povos indígenas a escolha era limitada: eles poderiam rejeitar a modernidade se recolhendo nas montanhas ou florestas, mas isso poderia significar a extinção. A ironia da frase ‘terra livre’ é que a terra era livre apenas se as reivindicações prévias dos indígenas fossem ignoradas (HENNESSY, 1978, p.22, tradução nossa).

Hennessy (1978) relativiza as teses comumente adotadas, ainda nos dias de hoje, para explicar os contrastes no desenvolvimento da América do Norte e da América Latina. O autor considera que as diferenças no processo de avanço da fronteira em ambas as regiões não se mostram tão diferentes quanto possam parecer em um primeiro momento. Fatores como a concentração de terra, dizimação de populações indígenas, fome e pobreza no campo, sistemas escravocratas agroexportadores, investimento em larga escala em criação bovina e extração mineral marcaram a história das Américas, de Norte a Sul.

À medida que a história dos grupos minoritários submersos começa a ser escrita nos tornamos conscientes da existência de um lado obscuro do mito da democracia. Liberdade não significava apenas liberdade em relação ao sistema de classes europeu, mas também a liberdade para destruir aqueles incapazes de competir. A fronteira simbolizou não apenas a democracia, mas a ânsia pela propriedade, revestida pelos postulados do individualismo Lockeano. [...] Sob essa perspectiva, é o especulador de terra, e não o rude pioneiro, que parece ser a figura mais significativa na fronteira (HENNESSY, 1978, p.22, tradução nossa).

Para o autor, o mito da democracia agrária norte-americana se refere a uma sobrevalorização, por parte de autores como Turner, da experiência observada no Noroeste dos Estados Unidos, que desconsiderava a realidade do sul profundo.

A produção rural nos Estados Unidos eventualmente se tornou muito eficiente, depois dos métodos baseados em desperdício do meio do século XIX, mas, tendo

alcançado isso, as fazendas prósperas e as atitudes políticas dos seus proprietários guardam muito pouca relação com o agrarismo *Jeffersoniano* e a democracia *Jacksoniana* nas quais Turner, com seus olhos fixos principalmente no velho Noroeste, estava embebido (HENNESSY, 1978, p.23, tradução nossa).

Os contrastes entre a América do Norte e a América Latina, no que se refere aos níveis de crescimento econômico observados, seriam explicados melhor pelos mecanismos que permitiram um maior desenvolvimento tecnológico da primeira. Exemplo disso seria a política migratória associada à grande disponibilidade de terras na América do Norte que, atraindo um grande fluxo de pessoas, acomodava no território pessoas de diferentes culturas e religiões. Comprometidos com o desenvolvimento de assentamentos produtivos, tais colonos criavam situações de debates e trocas favoráveis ao desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas produtivas (HENNESSY, 1978).

Na América Latina, por outro lado, a empresa colonial fortemente comprometida com os interesses das Coroas Portuguesa e Espanhola, e sob os desígnios da empreitada catequista da Igreja Católica, favoreceu a formação de uma estrutura autoritária de poder. Privilegiando a formação de uma aristocracia latifundiária, tal estrutura restringiu o fluxo de imigrantes e perpetuou diversas formas sociais e econômicas arcaicas (HENNESSY, 1978).

Atitudes inflexíveis foram geradas por uma superfluidez de terra em uma situação de escassez de trabalho. Grandes proprietários tornaram a terra artificialmente escassa ao restringirem o seu acesso, forçando, assim, as pessoas a trabalharem para eles. A escassez de trabalho decorrente da catástrofe demográfica do século XVI, associada à baixa taxa de imigração da Europa, e as dificuldades de atrair capital às fronteiras tornou várias regiões um deserto de exílio e desespero (HENNESSY, 1978, p.25, tradução nossa).

Essa estrutura de poder centralizadora e autoritária levou ao predomínio do modelo de ocupação em forma de arquipélago, baseado na instalação de estruturas agroextrativas em locais abundantes em determinado recurso de alto valor comercial. Tais recursos eram explorados até a exaustão ou até o fim do seu ciclo econômico. O subproduto desse processo é a formação de regiões economicamente empobrecidas e ambientalmente degradadas, com possibilidades restritas de desenvolvimento, gerando o fenômeno das “fronteiras ocas⁴” (HENNESSY, 1978).

As cidades, por outro lado, se desenvolvem nas áreas favoráveis à exportação dos produtos agroextrativos, na proximidade de estradas e portos. Estabelece-se, assim, uma

⁴ O termo se refere a regiões de fronteira em que, dada a natureza do processo de colonização, não foram criadas as condições sociais e econômicas favoráveis ao seu posterior desenvolvimento. Tais regiões, após um período de intensa exploração extrativa, são abandonadas ou relegadas a condições de depressão social e econômica (HENNESSY, 1978).

conexão maior com os centros metropolitanos do que com suas próprias hinterlândias, causando o fenômeno das “fronteiras em contração”, ou seja, o estabelecimento de uma dinâmica migratória das áreas de fronteira na direção dos centros urbanos em expansão (HENNESSY, 1978).

Conforme aponta o autor, tal dinâmica engendrou inúmeros desequilíbrios estruturais e o estabelecimento de uma relação entre o rural e o urbano no sentido fronteira-metrópole, parecida com aquela estabelecida entre países industrializados e não industrializados (ou centrais e periféricos). Alguns autores chamarão tal processo de “colonialismo interno” (HENNESSY, 1978).

1.2. A construção da noção de fronteira no Brasil

O geógrafo francês Pierre Monbeig, que dedicou a maior parte de seus estudos à análise do processo de modernização da sociedade brasileira, abordou o tema da fronteira a partir do conceito de regiões pioneiras. Em uma concepção que se aproxima da ideia da “grande fronteira” de Webb (1979), as regiões pioneiras são definidas pelo autor como setores em processo de incorporação à *ecumene*⁵ (MONBEIG, 1966). Seriam, portanto, as regiões em vias de serem integradas ao sistema-mundo ocidental cristão, centrado na Europa. Conforme salienta o autor, tal processo significa, sobretudo, a integração das outras partes do mundo a um espaço econômico único, sob a direção da Europa Ocidental (MONBEIG, 1966).

Monbeig (1966) vê esse processo de incorporação das zonas pioneiras ao sistema econômico global como sendo um avanço tortuoso e impreciso, tornando complexo o desafio de mapear essas regiões, pois trata-se de uma sociedade em movimento, sendo mais apropriado chama-las de “franjas pioneiras” (MONBEIG, 1966). Segundo o autor, o termo “frente pioneira”, utilizado para abordar o avanço da fronteira, emprestado do vocabulário militar, transmite uma ideia de um avanço organizado, contínuo, uniforme, em linha, que não corresponde à complexa transformação do espaço observada nas regiões pioneiras (MONBEIG, 1966).

As franjas pioneiras correspondem, então, a essas zonas imprecisas, espaços em transformação, que separam a paisagem natural e a paisagem humanizada, o mundo dos brancos

5 Derivado do Grego, o termo ‘ecumene’ foi historicamente empregado para se referir à parte mais civilizada do mundo conhecido. Sendo que o termo “civilizado” vai se referir comumente ao mundo cristão (para um estudo mais aprofundado ver Pina-Cabral, 2010).

e o mundo dos índios. São espaços de contato e conflito entre sociedades humanas técnica, econômica, demográfica e politicamente desiguais (MONBEIG, 1966; THÉRY, 1991).

Ao abordar os movimentos pioneiros na América Latina, em contextos de ascensão dos militares ao poder em diversos países, Monbeig (1979) enfatiza o tema das franjas pioneiras como uma “questão de Estado”. O despertar dos governos para o potencial das ditas “terras virgens” como fonte de riqueza, impulsionou o desenvolvimento de uma “teoria da segurança nacional” nos diferentes países. Com algumas variações nas estratégias de implementação, a ideia geral seria promover a ocupação das regiões menos povoadas e diminuir as tensões sociais nas regiões mais populosas, tendo em vista o alcance de um maior equilíbrio regional interno, o reforço na segurança nas áreas de fronteira com os outros países e o emprego das “terras virgens” a serviço do crescimento econômico (MONBEIG, 1979). No Brasil, esse projeto se expressa no lema “terra sem homens para homens sem terra”, adotado pelo governo militar na década de 1970, para impulsionar projetos de colonização na região amazônica.

O tema da fronteira no Brasil ganha fôlego a partir dos processos de ocupação do território nacional, em um contexto de forte autoritarismo do Estado. Diferentemente do que ocorrera nos Estados Unidos, em que o território nacional se consolidava à medida que a ocupação avançava na direção do oeste, o esforço de ocupação dos ditos “espaços vazios” é empreendido de forma tardia pelo Estado brasileiro, no momento em que o território nacional já estava bem definido (VELHO, 2009).

É o que pode ser observado no discurso de Getúlio Vargas, em 1940, em trecho destacado por Velho (2009):

Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (VELHO, 2009, p.138).

A “Marcha para o Oeste”, anunciada em 1938, durante o Estado Novo (1937-1946), nasce da tentativa de criar o mito dos pioneiros da fronteira no Brasil, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos. Havia a necessidade do Estado de promover e legitimar a política governamental de ocupação das terras e de recrutar aqueles “bravos heróis”, que se atirariam na missão de povoar o interior.

A ênfase no movimento de *fronteira* como um meio de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil, também parece ser um reforço do tema autoritarista clássico da “unidade nacional”, da “integração” e de uma perspectiva nacional em oposição às visões regionais particularistas.

Era também consistente com a ideia popular de que o Brasil era rico em recursos não aproveitados cuja existência lhe garantia ser “o país do futuro” (VELHO, 2009, p.138).

Conforme analisa Velho (2009), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao longo do século XX, assim como nos demais países da América Latina, se dá em um contexto de predomínio do autoritarismo estatal. O Estado assume o processo de modernização da sociedade, frente à necessidade crescente de integração ao mercado internacional, liderado pelos países industrializados. Na ausência de uma reconfiguração prévia da sociedade, da forma como foi observada nos países que passaram pela revolução burguesa, é acentuado o papel do Estado na promoção das mudanças necessárias à disponibilização de espaços, recursos e força de trabalho para o desenvolvimento da economia capitalista (VELHO, 2009).

A implementação de grandes projetos de infraestrutura, a partir da década de 1950, visando à “integração nacional”, se dá por meio da implementação de rodovias, hidrovias, portos e linhas de transmissão, associada a incentivos e subsídios à exploração agropecuária, mineral e energética. Esse processo faz vir à tona as reivindicações daquelas populações que, habitando os ditos “espaços vazios”, veem seus territórios sendo expropriados pelo avanço da fronteira.

O Brasil e o Equador foram os países onde o Estado desenvolveu as mais amplas ações contra o ancestral-histórico padrão de ocupação sociogeográfico da Amazônia ao longo dos rios-várzeas-floresta, sob o comando de ditaduras civil-militares. No Brasil, o novo padrão de invasão/ocupação construiu estradas na terra firme, abrindo caminhos para a reprodução ampliada do capital e para o desmatamento, com a expansão da exploração madeireira, com a pecuária extensiva e com monoculturas várias em latifúndios, com a exploração energética (hidrelétricas, petróleo e gás) e a exploração mineral em grande escala e, também, estimulando a colonização com migrantes provenientes de todas as regiões brasileiras (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.35).

Martins (1996) ressalta a natureza de conflito social, que marca a dinâmica de fronteira. Conforme o território vai sendo colonizado e transformado pelos diferentes agentes do capital e da modernização, a fronteira se torna o lugar da alteridade (de encontro com o outro), um território para o encontro de tempos históricos distintos, de diferentes realidades e racionalidades e interesses divergentes quanto ao uso da terra e dos bens da natureza. Na fronteira, tal realidade se expressa fundamentalmente na forma de conflito social, do desencontro entre os diferentes atores sociais, onde a bala do pistoleiro contratado pelo fazendeiro, ao atingir o índio “[...] atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa” (MARTINS, 1996, p.31).

Procurando ir além da noção de franjas pioneiras (MONBEIG, 1966), o autor identifica o avanço de duas frentes distintas na fronteira: a frente de expansão e a frente pioneira. A frente de expansão é constituída principalmente por exploradores e famílias migrantes, sendo os que primeiramente alcançam os ditos “espaços vazios”, normalmente já habitados por comunidades indígenas. Dá-se início, portanto, a processos de transformação das relações sociais, com a inserção de diferentes lógicas produtivas que, pela sua precariedade, ainda não podem ser consideradas como estando situadas dentro da lógica capitalista (MARTINS, 1996).

Segundo Martins (1996), a noção da frente de expansão é ressaltada pelo olhar dos antropólogos sobre as regiões de fronteira. Esses se preocupam em descrever os diferentes impactos do contato das populações indígenas com o homem branco, em relações não necessariamente capitalistas.

Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que exploram, índios ou camponeses (MARTINS, 1996, p.30).

A frente de pioneira, por sua vez, é formada pelos agentes do capital propriamente dito. Esses impõem uma transformação acentuada nas relações sociais e produtivas, a partir da inserção do território nos grandes circuitos econômicos e cadeias produtivas internacionais. A noção de frente pioneira, ressaltada pelo olhar dos geógrafos, traz para o primeiro plano a análise das formas de apropriação e transformação do território produzidas pelo grande capital.

[...] quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1996, p.30).

Conforme analisa Martins (1996), com a intensificação da ação do Estado, no sentido de acelerar a integração das áreas inexploradas do território nacional ao circuito de circulação do grande capital, as distintas frentes de ocupação territorial são sobrepostas. Evidenciam-se, assim, os conflitos entre os diferentes atores sociais que passam a coabitar as regiões de fronteira. Com seus diferentes tempos históricos, valores, projetos e visões de mundo, tais

atores passam a disputar o controle do território. Os conflitos e a violência gerados nesse processo tornam-se, então, pontos de referência privilegiados da pesquisa sociológica⁶.

Nesse quadro, o deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão foi acelerado e deu à superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial uma violenta dimensão conflitiva. Tornaram-se frequentes e numerosos os despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam. Com ou sem base em decisão judicial, os supostos donos, muitas vezes apoiados em documentos falsos, têm conseguido com facilidade o reconhecimento de direitos indevidos. A aceleração do avanço da frente pioneira em diversas regiões adiantou-se à própria frente de expansão e entrou diretamente em contato com as populações indígenas. Se nos anos 70, no Mato Grosso, a distinção entre as duas modalidades de ocupação territorial ainda podia ser facilmente feita, o mesmo não se deu nos anos 80, no Pará. Aqui os índios ainda em fase incipiente de integração na sociedade nacional combateram diretamente as grandes empresas modernas que se instalavam em sua região com grandes fazendas, interditando-lhes o acesso às terras que pretendiam ocupar. Foi o que ocorreu especialmente com os Kayapó. No Mato Grosso, os Xavante e os Bororo só reagiram contra os fazendeiros após passar um certo tempo de sua pacificação. Especialmente os primeiros, atacando fazendas já instaladas em seus antigos territórios e retomando-as (MARTINS, 1996, p.44).

Para Martins (1996), se a fronteira tem dois lados, é igualmente importante observar a fronteira pelo lado daqueles que estão nos territórios afetados pelos agentes da dita modernização. Isto tornaria mais fácil o estudo da fronteira como sendo a “fronteira do humano”. O autor faz uma crítica direta a Monbeig por este ter definido os indígenas alcançados pela frente pioneira no oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente. Para Martins (1996), ao situar a frente pioneira e os indígenas em um mesmo tempo histórico, Monbeig passa a ideia de que estes últimos estariam ali à espera da civilização, que acabaria com eles (MARTINS, 1996).

A partir das décadas de 1980, o foco nos conflitos pela terra entre, de um lado, os povos indígenas e comunidades agroextrativistas e, de outro, os agentes do capital (grandes produtores, empresários, pecuaristas, garimpeiros e trabalhadores sazonais) passa a dominar o debate sobre as zonas pioneiras no Brasil, em especial na região amazônica. Tal abordagem dualista, contudo, tende a obscurecer o fator de subordinação dessas comunidades ao capital, seja como reserva de força de trabalho, ou como fornecedoras de alimentos e bens primários aos centros urbanos (TARAVELLA, 2008).

⁶ A partir dessa perspectiva sociológica, Martins (1996) critica os geógrafos na medida em que, para ele, ao abordarem a frente pioneira acabam restringindo o seu olhar a apenas um lado da fronteira, o lado que parte do mundo civilizado.

No contexto do capitalismo autoritário observado na América Latina, a base camponesa preexistente não é destruída, mas sim mantida como uma forma subordinada de produção. O processo de acumulação primitiva prossegue então às custas desse campesinato remanescente (VELHO, 2009). Nesse sentido, é possível observar, no interior de um mesmo grupo camponês na fronteira, a coexistência de formas e lógicas de ocupação diferentes e até contraditórias, e projetos distintos de acesso, uso e controle da terra (BECKER, 1986).

Com a contribuição das ciências sociais, a noção de fronteira ganha em complexidade ao serem ressaltados os conflitos sociais entre sujeitos situados em diferentes tempos históricos presentes na fronteira. Fica evidenciada, portanto, a necessidade de se considerar a visão de mundo própria daqueles que não são agentes do processo civilizatório. Contudo, análise dos fenômenos relacionados à transformação do espaço nas áreas de fronteira, em particular na região amazônica, mostrará que a realidade apresenta uma complexidade que vai além da simples oposição entre os que estão do lado do avanço do capitalismo e aqueles que resistem a esse avanço.

1.3. Fronteira e geopolítica na Amazônia

Conforme alerta Bunker (1988), a noção de fronteira deve ser cuidadosamente qualificada quando utilizada na Amazônia. O que se descreve como expansão da fronteira na região envolve, na verdade, o conflito entre sistemas econômicos e institucionais diversos. Longe de assumir um formato linear e progressivo, a expansão capitalista na Amazônia, dada a sua natureza agroextrativa, provoca mudanças localizadas, descontínuas e aleatórias nos sistemas ecológicos e sociais (BUNKER, 1988).

Becker (1986) interpreta a fronteira amazônica a partir da inserção do Brasil no capitalismo global, em um cenário de profundas mudanças decorrentes de novas tecnologias de produção e gestão e de novas redes de comunicação e circulação. A autora aponta para o *novo significado geopolítico da fronteira*, que vai além de um processo de apropriação do território, em que o antigo, o atrasado, o selvagem, dá lugar ao moderno, ao avançado, ao cosmopolita. Ressalta-se, ao invés disso, a redução da autonomia do Estado, na medida em que o local passa a se relacionar diretamente com o global, ao longo do processo de fragmentação do espaço, provocado pela apropriação de grandes parcelas privadas vinculadas a um espaço transnacional (BECKER, 1986).

A fronteira torna-se, então, um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado, onde é aguçada a contradição entre os interesses gerais e os interesses privados. Ressaltam-se os conflitos entre os diferentes atores que, atuando em diferentes escalas, disputam o território para implementação de projetos com interesses diversos.

Em decorrência, a fronteira passa a ser entendida como espaço onde o processo de colonização está instituindo *novas relações sociais* ou *redefinindo antigas*; a noção de fronteira não pressupõe a inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo, em bloco, como sugerido pela expressão americana “fronteira em movimento”. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente “em aberto” associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras (BECKER, 2015b, p. 379).

A fronteira é entendida pela autora como um espaço não plenamente estruturado, dotado de grande potencial político, onde os diferentes atores sociais concorrem para a geração de realidades novas. Na fronteira se encontram diferentes projetos de desenvolvimento que passam a disputar o controle do território, especialmente na Amazônia. Sua vastidão, associada à presença de inúmeras riquezas e à incapacidade do Estado de exercer pleno controle sobre o território, contribui para tornar a região uma imensa arena de atuação dos mais variados atores sociais (BECKER, 1986).

Conforme ressalta Becker (1999), os conflitos gerados nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência da implementação dos megaprojetos levados a cabo pelo regime militar (1964-1988), provocaram a coalescência de diferentes projetos de desenvolvimento que passaram a exercer um papel importante na configuração do território amazônico. Tais projetos se estruturam a partir do que a autora chamou de *vetores de transformação regional* (BECKER, 1999), que expressam a estrutura transicional do Estado e do território.

Ao contrário da narrativa que se tornou usual, o que ocorre na fronteira não é somente um conjunto de territórios e de sujeitos que se opõem (ou resistem) ao avanço da civilização. O que há, em grande medida, são propostas divergentes de desenvolvimento propostos para a Amazônia, que disputam o controle do território e a legitimidade junto à opinião pública:

O dado crucial da fronteira é, pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas.

Em outras palavras, a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas

e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico (BECKER, 2015b, p. 382).

A expansão da fronteira agrícola, associada às fronteiras mineral e energética, conformam o *vetor tecnoindustrial* (VTI). Via de regra, tal vetor é de orientação exógena e comandado por agentes externos ao território inclusive com investimentos estrangeiros de larga monta (BECKER, 1999). Tem como perspectiva a inserção da região aos mercados, em uma escala global, abrindo novas áreas para pecuária, cultivo de soja, exploração mineral, entre outras atividades econômicas de grandes impactos ambientais (SAUER, 2018). Grandes produtores rurais e empresas multinacionais são os principais atores nessa fronteira extrativa.

Por outro lado, aglutinando projetos de cunho conservacionista e preservacionista, configura-se uma fronteira socioambiental, que atua sob o paradigma ecológico da *floresta em pé* e da conservação dos bens da natureza, tendo como princípio a manutenção das áreas de floresta e preservação do bioma⁷. Nos termos de Hecht (2014), é uma conformação ou arena que combina pressão social (especialmente de movimentos socioambientais organizados), políticas governamentais nacionais e locais, instituições internacionais e recursos ou apoios multilaterais.

É uma arena ampliada de interesses e disputas – inclusive não exclui certa “neoliberalização” da natureza” (HECHT, 2014) –, conformando, na proposição de Becker (1999), o *vetor tecnoecológico* que, em parte, é de orientação endógena. As escalas local e regional são privilegiadas e os grupos sociais amazônicos são os principais sujeitos das mudanças propostas, contando com apoios e incentivos exógenos (BECKER, 2009b).

A fronteira socioambiental reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia. E sua importância transcende as populações envolvidas – **os experimentos em curso são formas locais de solução de um problema global: a proteção da biodiversidade** (BECKER, 2009b, p.28, ênfases adicionadas).

O vetor tecnoecológico distingue projetos conservacionistas e preservacionistas. Os projetos preservacionistas, mais voltados para a projeção da região no cenário internacional, acomodam interesses de grupos e organizações ambientalistas, bem como de organizações e empresas ligadas ao desenvolvimento da biotecnologia. Os projetos conservacionistas, esses sim de caráter mais endógeno, acomodam experiências associadas à “biossociodiversidade” da

7 O que não exclui desmatamentos pontuais para o manejo de roçados e pastagens em pequena escala.

Amazônia e incluem, tanto a formação de novas territorialidades (resistentes aos processos de expropriação em curso), quanto a formação de novas estruturas sociais, políticas e produtivas. Estas gestadas a partir da associação dos grupos sociais locais com parceiros diversos, tais como sindicatos, associações, entidades religiosas, ONGs, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e organismos multilaterais (BECKER, 1999).

A partir, portanto, das proposições de Becker (1986; 1990; 1999; 2009b; 2009c; 2010), entende-se que a noção de fronteira socioambiental, relacionada à formação de um vetor tecnocológico de transformação regional, se mostra particularmente útil para o estudo das dinâmicas territoriais na Amazônia. Tal noção se refere a propostas de desenvolvimento que tem na floresta, no fortalecimento dos territórios e nos ativos da biodiversidade as suas bases principais. A fronteira socioambiental, dessa forma, se coloca em oposição à fronteira extrativa agrária, a qual pressupõe como desenvolvimento a supressão contínua das áreas florestadas e a expropriação da população local de seus territórios e meios de subsistência.

Conforme afirma Becker (2015a, p.73): “se a derrubada da floresta e a poluição dos rios têm sido até agora uma consequência da expansão agropecuária, hoje a situação é outra: a exploração da floresta e dos rios em si é o objetivo central de novas frentes, tecnológicas, **que entram em choque entre si**” (ênfases adicionadas).

Portanto, este trabalho abordará os diferentes modos de transformação do território na Amazônia a partir de uma abordagem analítica que busca descrever, de um lado, a fronteira extrativa agrária, correspondendo ao *vetor tecnoindustrial* e, de outro, a fronteira socioambiental, correspondendo ao *vetor tecnocológico*. A fronteira extrativa agrária combinando as frentes agropecuária, mineral e energética e transformando o território por meio de estradas, portos, barragens, usinas, linhas de transmissão, minas e extensas áreas de cultivo. A fronteira socioambiental combinando projetos conservacionistas e preservacionistas, preconizando, de um lado, projetos voltados à pesquisa, bioprospecção e unidades de conservação de proteção integral, e de outro, projetos envolvendo o manejo florestal comunitário, o desenvolvimento de cadeias produtivas do agroextrativismo e a consolidação de territórios de uso coletivo, tais como, unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas e territórios quilombolas (quadro1).

Quadro 1 – Atributos da fronteira extrativa agrária e da fronteira socioambiental.

Fronteira	Extrativa Agrária	Socioambiental	
Paradigma	Desmatamento/Extração destrutiva Expropriação das comunidades locais	“Floresta em pé” Fortalecimento dos territórios	
Vetor de transformação regional	Vetor Tecnoindustrial (VTI)	Vetor Tecnoecológico (VTE)	
Subdivisões Principais	Agropecuária, mineração, energia hidrelétrica	Preservacionista	Conservacionista
Escala de comando	Global	Global/Regional	Regional/Local
Orientação	Exógena	Exógena/Endógena	Endógena
Projetos	Estradas, portos, barragens, usinas, linhas de transmissão, minas, extensas áreas de monocultivo.	Pesquisa, bioprospecção, unidades de conservação de proteção integral.	Manejo florestal e pesqueiro, cadeias produtivas do agroextrativismo, produção agroecológica, assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas, territórios quilombolas, demais territórios de uso coletivo.
Atores sociais	Grandes produtores rurais e empresas multinacionais.	Instituições de pesquisa, empresas multinacionais e ONGs ambientalistas.	Lideranças e organizações representativas dos grupos sociais locais, associações comunitárias e cooperativas.
Principais Parceiros	Governos Federal, estaduais e municipais, organismos multilaterais e instituições financeiras.	Governos Federal e estaduais e instituições financeiras.	Sindicatos, entidades religiosas, ONGs, instituições de pesquisa, organismos multilaterais, governos Federal e estaduais.

Nos próximos capítulos será analisada a formação da fronteira extrativa agrária no Brasil, a sua inserção na ordem neoliberal e seus desdobramentos para o desenvolvimento da Amazônia. Observa-se o papel relegado ao Brasil de exportador de bens primários herdado do período colonial. A ampliação desse papel exige a consolidação da Amazônia como fronteira agrícola, mineral e energética, a partir do aprofundamento da divisão territorial do trabalho e

das trocas entre a agricultura e a indústria (MOREIRA, 2011) na segunda metade do Século XX.

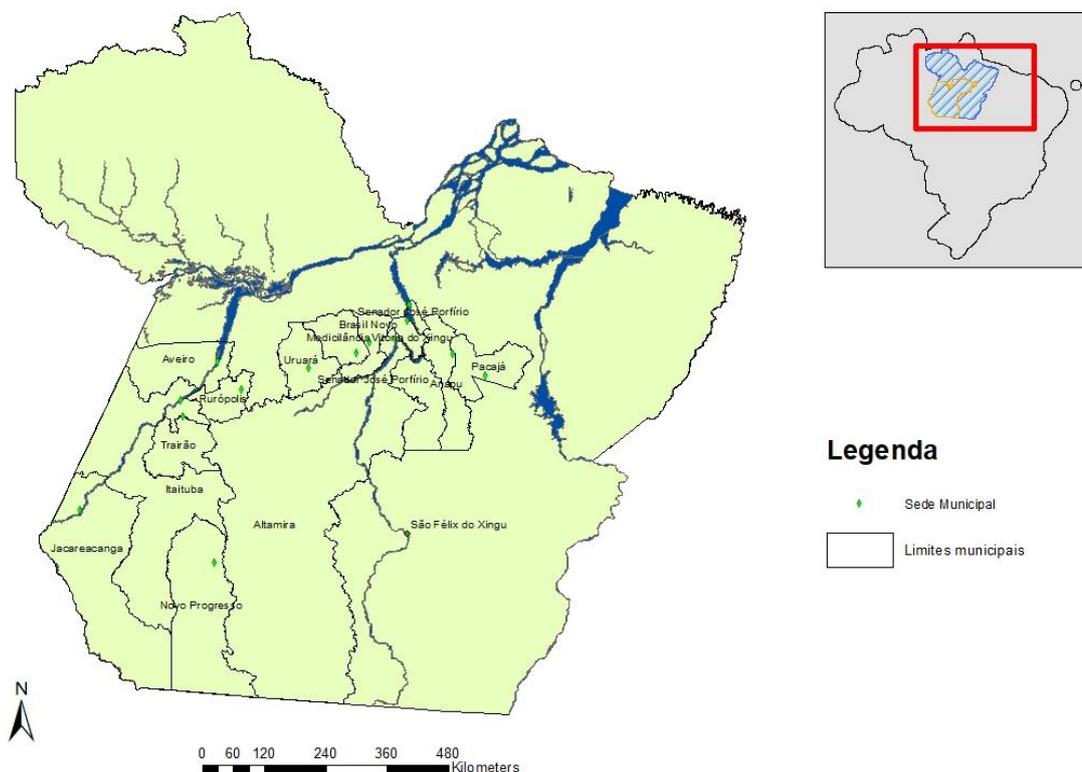
1.4. O Sudoeste Paraense: fronteira extrativa agrária e fronteira socioambiental

O Sudoeste Paraense está compreendido entre os vales dos rios Tapajós e Xingu. A região corresponde a uma das seis mesorregiões de planejamento do Estado do Pará, e é composta pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Trairão, Rurópolis, Jacareacanga, Novo Progresso, Altamira, Senador José Porfírio, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará (GOVERNO DO PARÁ, 2021) (Figura 3).

A região do Sudoeste Paraense está assentada sobre a Depressão Periférica do Sul do Pará que se combina com porções do Planalto Residual do Tapajós ou do Sul do Pará. Trata-se de uma paisagem caracterizada por relevos de aplainamento e colinas, revestidos por floresta aberta mista e floresta latifoliada, com “ilhas” de cerrados nos topos aplainados (ICMBIO, 2010f).

A altitude média varia entre 100 e 400 metros. À medida que se dirige morro acima, a floresta vai tornando-se mais uniforme, com maior definição entre estratos, diminuição da presença de cipós e aumento da diversidade de espécies do sub-bosque. Em serras contínuas os platôs são cobertos por Floresta Ombrófila Densa com dossel emergente, frondoso, e de alta biomassa. Os morros, em geral, são revestidos por Floresta Ombrófila Aberta Submontana (ICMBIO, 2014).

Figura 1 - Municípios do Sudoeste Paraense



Fonte: Elaborado pelo Autor, a partir de dados do MacroZee Amazônia da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Tal domínio morfoclimático encontrará limites a oeste com o Planalto Dissecado do Tapajós e ao sul e sudoeste pela Serra do Cachimbo, onde estão situadas as nascentes de rios importantes como o rio das Tropas, o Crepori e o Jamanxim, na bacia do Tapajós, e o Curuá e o Iriri, na bacia do Xingu (ICMBIO, 2015a). Mais a leste, na bacia do Xingu, o domínio da Depressão Periférica do Sul do Pará estende-se ao norte do Mato Grosso, sendo mais pronunciada a transição com o cerrado, havendo ocorrência de zonas de contato entre savana e floresta e uma ocorrência maior de áreas cobertas por Floresta Ombrófila Aberta (VILLAS BÔAS, 2012).

A faixa que se estende do norte do Mato Grosso e da área fronteira do sudoeste do Pará com o sudeste do Amazonas até o extremo nordeste de Rondônia, foi identificada por Ab'Sáber (2003) como sendo um dos três núcleos de alta pluviosidade encontrados na Amazônia, com precipitações anuais variando de 25000 a 2800 mm, por uma distância aproximada de 650 mil quilômetros quadrados de extensão (AB'SÁBER, 2003).

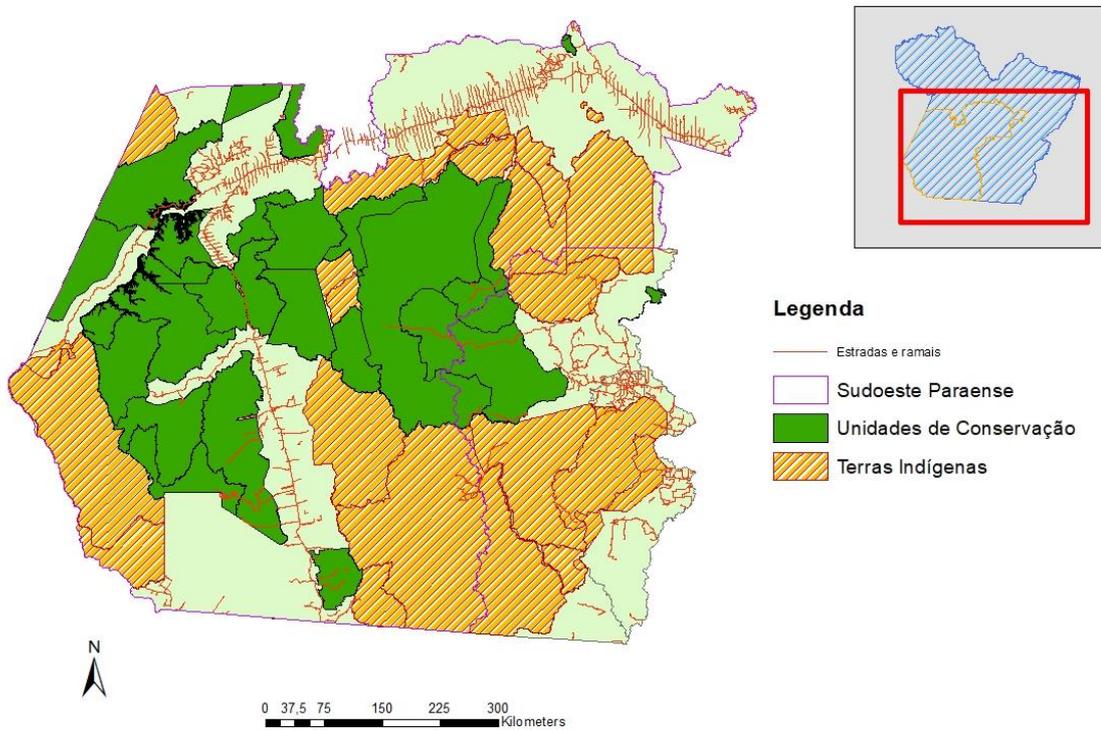
Sofrendo influência da intersecção das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230), o Sudoeste Paraense está situado entre duas grandes frentes de

expansão: a fronteira agrícola, mineral e energética da Amazônia Oriental (comandada pelo eixo Belém-Brasília/Goiânia) e a zona de transição da Amazônia Central (que articula os eixos Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus). Além disso, situa-se também entre a zona de expansão da fronteira agrícola, no sentido sul/norte (partindo de Cuiabá) e a região de floresta que se estende ao norte de Oriximiná e Óbidos, na Calha Norte do rio Amazonas (BECKER, 2009b).

Na região do Sudoeste Paraense, existem atualmente quinze unidades de conservação federais, ocupando um total de mais de 15,63 milhões de hectares, sendo seis unidades de proteção integral (Parques Nacionais do Rio Novo, Jamanxin, Amazônia e Rio Novo, Reserva Biológica Nascentes Serra do Cahimbo e Estação Ecológica Terra do Meio, somando, 6,62 milhões de hectares) e nove unidades de uso sustentável (Flonas Jamanxin, Itaituba I, Itaituba II, Trairão, Tapajós, Crepori, Amaná e Altamira, Resex Tapajós-Arapiuns, Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri e APA do Tapajós, somando 9 milhões de hectares) (ICMBIO, 2021). Regista-se na região a presença de diversas etnias indígenas como os Munduruku, Sateré Mawé, Kaiabi, Kayapó, Asurini, Arara e Araweté, distribuídas em 21 Terras Indígenas, somando cerca de 17,13 milhões de hectares. Destaque para a TI Menkragnoti, com quase 5 milhões de hectares e a TI Munduruku, com cerca de 2,38 milhões de hectares. Quatorze TI's encontram-se regularizadas e as demais ainda em fase de homologação (Figura 4) (FUNAI, 2019).

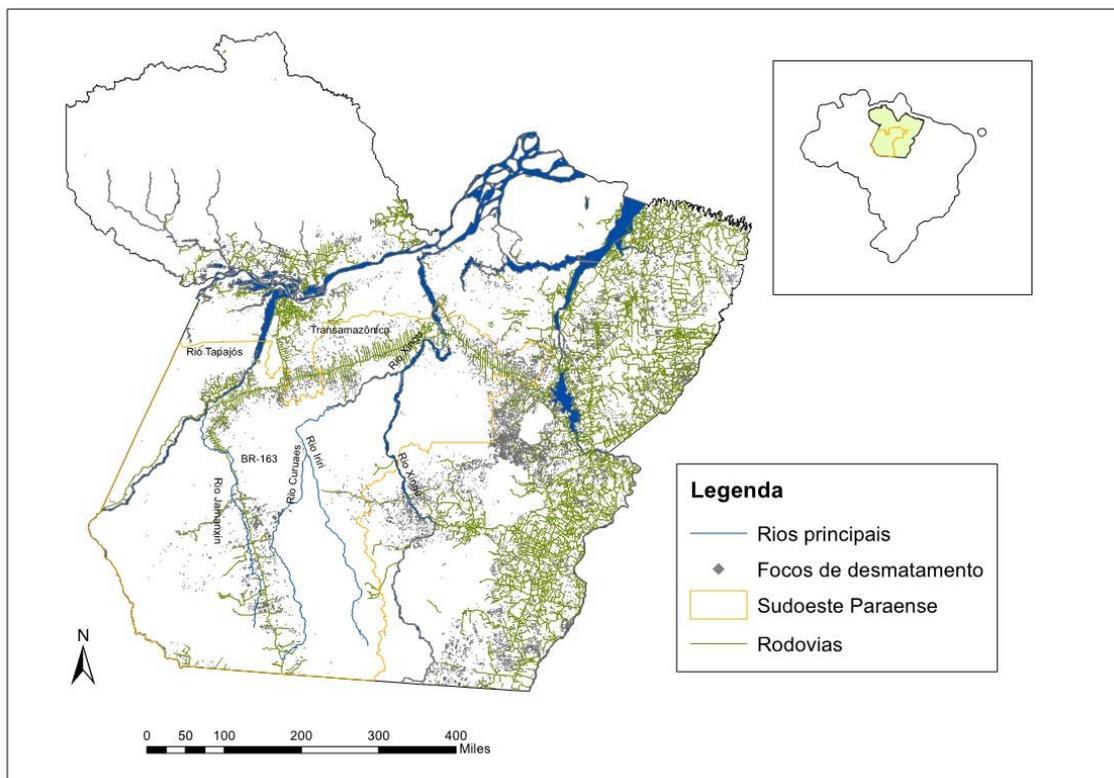
Conforme mencionado anteriormente, Becker (2009b) havia identificado três principais frentes de expansão da agropecuária e de pressão sobre o desmatamento e a exploração dos recursos florestais na Amazônia: a frente do Sul do Amazonas, a frente Cuiabá-Santarém, no eixo da BR-163 e a frente do Iriri, na *Terra do Meio*. Sendo as duas primeiras supridas pelos polos do Norte do Mato Grosso e de Rondônia e a última pelos municípios de São Félix do Xingu e Tucumã (figura 5). Dessa maneira, o mosaico de áreas protegidas que se forma no Sudoeste Paraense (figura 4) assume essa função principal de contenção da expansão dessas frentes de expansão da fronteira extrativa agrária na região.

Figura 2 – Sudoeste Paraense: Unidades de Conservação e Terras Indígenas



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do MacroZee Amazônia da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 3 – Sudoeste Paraense: frentes de expansão agropecuária e do desmatamento

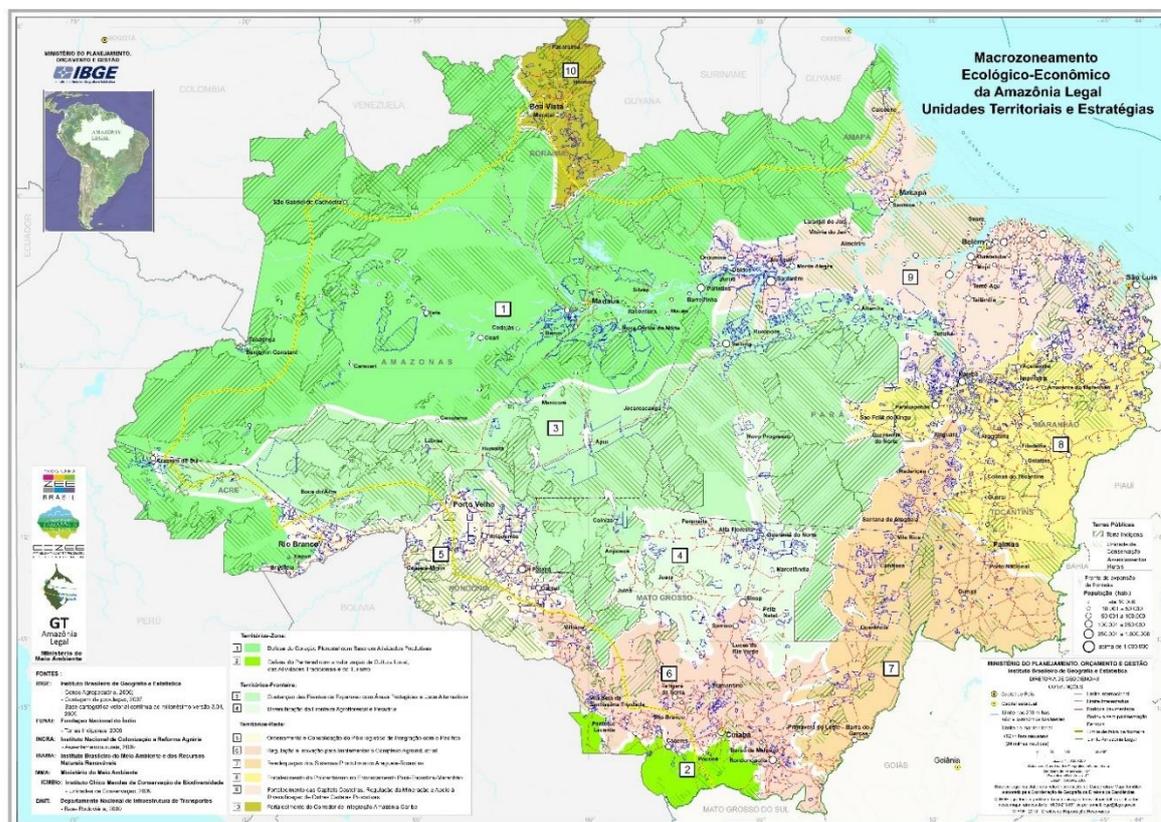


Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do Macro ZEE da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Conforme o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal⁸ (MMA, 2010), o Sudoeste Paraense está inserido na Unidade Territorial (UT) denominada de “Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos” (Figura 6). Essa UT é identificada no documento como sendo de fundamental importância na contenção das frentes de expansão da agropecuária e da exploração florestal predatória, assumindo uma função de escudo de proteção para a região do “coração florestal” identificada mais ao norte (MMA, 2010).

Para tal, o Macro ZEE recomenda como estratégia de contenção do desmatamento o fomento e viabilização de práticas florestais sustentáveis, sejam elas de natureza madeireira, não madeireira ou de serviços ambientais. As recomendações incluem o fortalecimento da produção familiar e de comunidades tradicionais, a partir de atividades de capacitação e do fomento a alternativas de produção sustentável, incluindo a implantação de sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas (MMA, 2010).

Figura 4 – MacroZee da Amazônia Legal: Unidades Territoriais



Fonte: Macro ZEE da Amazônia Legal, MMA (2010).

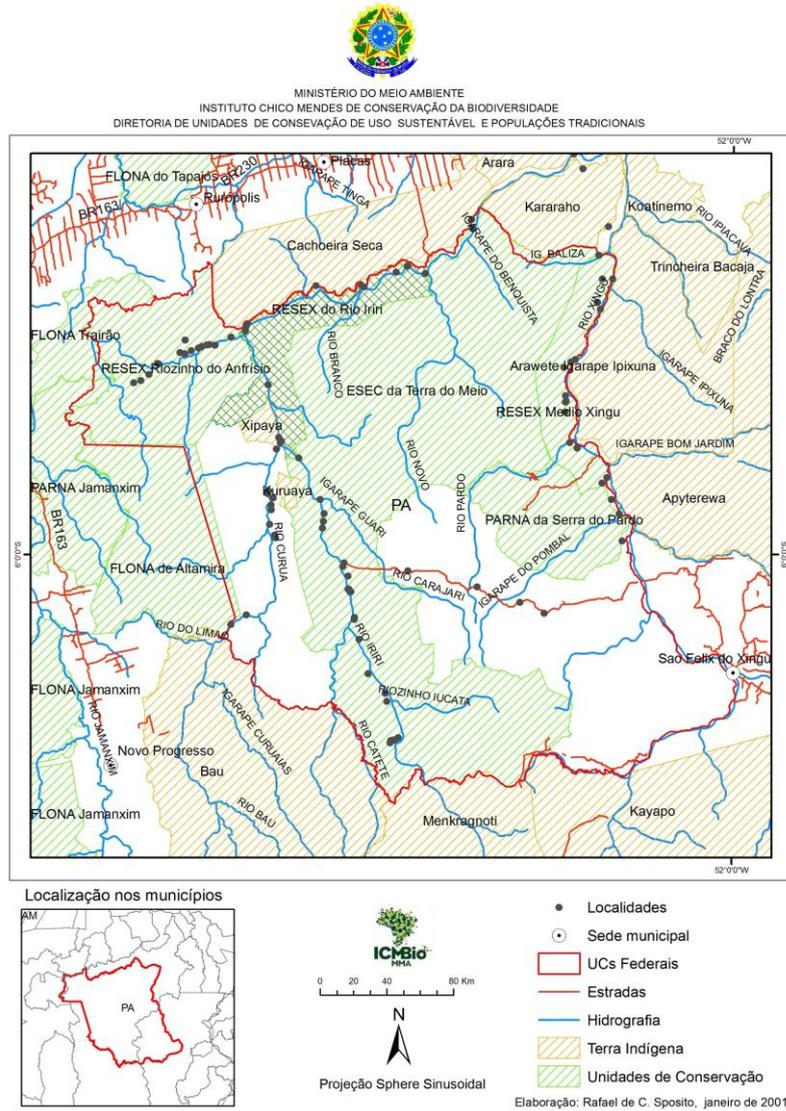
⁸ O Macro ZEE da Amazônia Legal, instituído pelo Decreto nº 7.378/2010, foi elaborado em consonância com o Decreto nº 4297/2002, que regulamenta o Zoneamento Econômico Ecológico como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (MMA, 2010).

Nota-se, porém, que na região do Sudoeste Paraense há uma penetração da UT denominada de “Diversificação da Fronteira Agroflorestal e Pecuária”, exatamente no trecho que corresponde ao avanço da BR-163, ao longo do município de Novo Progresso (Figura 3). Identifica-se aí uma frente de expansão da ocupação do norte do Mato Grosso, marcada pela grilagem de terras públicas, garimpo e extração predatória de madeira. Para essa região recomenda-se a implantação de uma indústria madeireira moderna, com base no manejo florestal sustentável, incluindo a recuperação de áreas desmatadas com espécies arbóreas de aproveitamento econômico. Acredita-se que assim seja possível competir com a expansão da pecuária e do garimpo ilegal (MMA, 2010).

No Sudoeste Paraense destaca-se, ainda, a região do interflúvio Xingu-Iriri, que ficou conhecida nas décadas de 1990 e 2000 como a *Terra do Meio*, durante as campanhas de repercussão internacional empreendidas pelo *Greenpeace* contra a extração ilegal de mogno. Cercada por terras indígenas e abrangendo porções dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu (figura 7), a região da *Terra do Meio* se destacou no passado pela produção de látex, tornando-se mais recentemente uma das áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade, inserindo-se no corredor de diversidade socioambiental do Xingu⁹ e para a contenção das frentes de desmatamento que atingem as áreas de influência das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2010b; VILLAS-BÔAS, 2012).

⁹ O corredor de diversidade socioambiental do Xingu é abrangido por 20 terras indígenas e 10 unidades de conservação, estendendo-se por mais de 28 milhões de hectares, estando situado entre os estados do Mato Grosso e Pará e entre os biomas Cerrado e Amazônia (VILLAS-BÔAS, 2012).

Figura 5– Região da *Terra do Meio*, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu



Fonte: Icmbio (2010b).

Capítulo 2 – Fronteira extrativa agrária: da ordem colonial à ordem neoliberal

2.1. Extração como princípio da acumulação

Foi a partir da exploração da grande fronteira que as nações europeias dispuseram dos recursos necessários para desenvolver as instituições que, com suas inovações nos campos econômicos, sociais e políticos, permitiram a inauguração da modernidade (WEBB, 1979). É na relação metrópole-colônia que, conforme aponta Becker (2015c), se estabelece o paradigma da economia de fronteira na América Latina, marcado pela noção de infinitude de terras e recursos naturais a serem colocados à disposição da empresa colonial.

A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, **significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e recursos naturais, que são também percebidos como infinitos**. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2015c, p.452, ênfases adicionadas).

A exploração desmedida dos recursos das colônias, a partir do paradigma de fronteira, está na base do processo de acumulação primitiva¹⁰, que permitiu criar as condições necessárias à reprodução do capital. Conforme ressalta Rosa Luxemburg (1969¹¹), tal processo baseou-se, antes de tudo, em um combate sistemático contra todas as estruturas sociais e produtivas pré-capitalistas existentes. Se dentro da Europa isso se manifestou por meio das revoluções contra o sistema feudal, fora dela isso se deu por meio da política colonial. Esta operou no sentido de destituir as populações nativas de seus meios de vida e tomar, pela força, a sua força de trabalho. A autora demonstra que a violência se tornou então o método permanente de acumulação como processo histórico assumido pelo capital (LUXEMBURG, 1969).

¹⁰ Pereira (2019) enfatiza a definição de acumulação primitiva como sendo o processo de separação do trabalhador do meio de produção, em especial a terra, dando origem ao capitalismo propriamente dito. Conforme ressalta a autora, é um processo que remete ao século XVI, mas que foi recriado posteriormente, “agora não mais com o objetivo de dar a origem ao modo de produção capitalista, mas sim de garantir a sua reprodução e acumulação em outros momentos históricos” (PEREIRA, 2019, p. 9).

¹¹ Obra publicada originalmente em 1913.

Nesse sentido, Harvey (2003), a partir da análise de Luxemburg sobre as teses de Marx, enumera uma ampla gama de processos que fazem parte da lógica da acumulação primitiva:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2003, p.121).

Observa-se, contudo, que tal processo não se fez sem constantes revoltas e resistências. Essas, por sua vez, foram respondidas com forte repressão por parte dos agentes colonizadores. Guerras e massacres das populações nativas tornam-se constitutivas e um dado constante do processo colonial.

Mas as sociedades primitivas, porque se trata de uma questão de vida ou morte, não têm outro recurso a não ser a resistência e a luta de morte até à exaustão ou aniquilação completa. A ocupação militar constante das colônias, as revoltas dos indígenas e as expedições coloniais destinadas a lhes reprimir, são fenômenos permanentes dos regimes coloniais (LUXEMBURG, 1969, p.143, tradução nossa).

O crescimento econômico no Brasil é caracterizado pela formação de um mosaico de economias locais e regionais fragmentadas, a partir de movimentos cíclicos regionalizados marcados pela apropriação territorial e pela dinâmica da fronteira em movimento. A uma cúpula política mercantil territorial, assentada no controle inabalável da propriedade fundiária, foi possível o desenvolvimento de atividades itinerantes tais como a agricultura e a pecuária, a extração mineral e madeireira e a apropriação privada do território, tendo à disposição abundantes terras, força de trabalho, recursos naturais, infraestrutura estatal e subsídios públicos (BRANDÃO, 2010). Esse movimento — marcadamente de expansão, exploração e apropriação — e a combinação de atividades decorrentes caracterizam a fronteira extrativa agrária, ou seja, uma acumulação capitalista baseada na exploração da terra e dos recursos naturais (SAUER; OLIVEIRA, 2021).

Moreira (2011) ressalta os conflitos com os indígenas, ao longo dos três primeiros séculos da colonização. Nesse sentido, temos os conflitos com os camponeses, nas transições da colônia para o império e da monarquia para a república, no Século XIX. Velho (2009)

assinala que a repressão de conflitos como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916), na passagem do século XIX para o século XX, foram fundamentais para a manutenção do sistema dominado pela *Plantation*.

Para a manutenção da *Plantation* era necessário impedir a formação de um campesinato livre, durante a transição da escravidão para o assalariamento, que ocorreu concomitante ao início da industrialização brasileira:

O fato principal é que um verdadeiro campesinato livre de massas não pôde surgir. Sugerimos que grandes conflitos como Canudos e o Contestado com sua forma messiânica servem para demonstrar a contradição entre o sistema dominado pela *plantation* e a existência de um campesinato livre. Todavia, já aí é interessante notar as duas pontas do dilema: *o mesmo sistema que era incompatível com um campesinato de massas deu origem a tensões que trabalhavam no sentido de forçar a existência de um campesinato*. Em certos casos ocorreu um avanço limitado, especialmente quando o campesinato se manteve próximo à marginalidade em áreas que eram como que periféricas ou situadas “além da fronteira” (VELHO, 2009, p.129).

Uma nova fase de conflitos é inaugurada a partir da reação dos diferentes movimentos de resistência e denúncia dos diferentes grupos sociais expropriados pelo complexo da agroindústria mecanizada, em especial entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – o assim denominado MATOPIBA – e na fronteira extrativa agrária que avança para a região amazônica, especialmente nos estado do Mato Grosso, Pará, Acre e Rondônia.

O avanço da indústria com suas culturas agroindustriais sobre os espaços vizinhos é a fonte dessa espécie de restabelecimento. Ocupados por uma diversidade de formas de comunidades, esses espaços de imediato se tornam fonte de confrontação entre a indústria e a comunidade habitante. São comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, geraizeiras, quebradeiras de coco, pequiseiras espalhadas pelas várzeas, franjas litorâneas e cerrados, pressionando por demarcação de terras e legalização fundiária. Comunidades formadas nailharga dos avanços passados da própria agroindústria, crescidos nas margens laterais e áreas esgotadas, deixadas à retaguarda e recuperados no tempo, e agora cobiçadas pelos complexos agroindustriais pela fertilidade, vantagens de localização ou valor residual ou de recuperação (MOREIRA, 2011, p.145).

A fronteira extrativa agrária, dessa maneira, é caracterizada pela atuação consorciada da agroindústria mecanizada com os setores mineral e energético, ora viabilizando, ora sendo viabilizada por eles. O avanço da fronteira extrativa agrária vem favorecendo o aumento do desmatamento e a expropriação dos diferentes grupos sociais que, originalmente, habitavam o campo, a floresta e as águas. Tal processo vem gerando, por outro lado, a resistência e a mobilização desses grupos sociais no sentido de garantir o seu direito à terra e ao território (MOREIRA, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2017).

2.2. Extração colonial: *Plantation* e mineração

A implementação do sistema de *Plantation*¹² no Brasil foi precedida, no século XVI, pela extração massiva da madeira pau-brasil ao longo da costa. Dean (1996) estima que, somente nesse primeiro século de colonização, tenham sido derrubadas dois milhões de árvores, explorando-se uma área de seis mil quilômetros quadrados, para uma produção anual média de oito (08) mil toneladas de madeira. No início do Século XVII, a população indígena na costa, a exceção dos cerca de cinquenta (50) mil sob controle dos portugueses, havia praticamente desaparecido, vítima das guerras constantes, escravização e epidemias (DEAN, 1996).

O sistema de *Plantation* está na base do projeto colonial que se inicia a partir da implantação dos engenhos de açúcar no litoral. Associados à lavoura de cana, os engenhos demandavam o aliciamento de um grande contingente de escravos para executar as atividades na fazenda. Tal demanda era suprida inicialmente pela ação bandeirante, que se dedicou ao apresamento dos indígenas, nas regiões planaltinas e serranas que circundavam os primeiros núcleos canavieiros da colônia (MOREIRA, 2011).

O apresamento dos indígenas pelos bandeirantes, combinado à ação de aldeamento realizado pelos jesuítas, exerceu um papel importante de expropriação e disponibilização do espaço e da força de trabalho escrava. Tal processo foi coroado pelo sistema de Sesmarias, transposto de Portugal, que concedia porções de terra da colônia, declaradas bens da Coroa, àqueles que se dedicassem a utilizá-las de forma produtiva (MOREIRA, 2011; TARAVELLA, 2008).

Quando foi criada em Portugal, as sesmarias buscavam o desenvolvimento de atividades produtivas em pequenas propriedades, tendo em vista a produção local de alimentos. Numa inversão da sua finalidade original, a ordenação sesmarial na colônia privilegiou a economia de exportação, baseada na plantação da cana-de-açúcar e na criação de gado. O resultado foi a grande fazenda de lavoura ocupando a região do litoral e a grande fazenda de gado ocupando o interior (MOREIRA, 2011; TARAVELLA, 2008).

¹² *Plantation* é a produção agrícola em larga escala, monocultura, com base no trabalho escravo, no domínio (propriedade privada) da terra e nas lógicas de troca mercantil. Segundo Woford (2021, p. 2), “A plantation impulsionou a exploração colonial, sustentou uma elite, perpetuou um dualismo centro-periferia dentro e entre os países, organizou uma força de trabalho altamente racializada em todo o mundo e moldou as culturas que consumimos e as normas culturais que habitamos e praticamos”, portanto, o mundo vive uma “plantationcene”.

A colônia continha vastas extensões de terras férteis, muito pouco povoadas, ao longo da costa. Foram oferecidas grandes facilidades aos colonizadores que chegaram com algum capital, inclusive a doação legal e gratuita de grandes áreas de terras, as sesmarias. Assim, desde cedo, havia grandes proprietários de terras no Brasil – com sua propriedade garantida por lei – que necessitavam de trabalhadores em número suficiente para cultivar seus extensos domínios, que apresentavam condições particularmente adequadas para a plantação de cana-de-açúcar (CORRÊA DO LAGO, 2014, p.29).

A *Plantation* açucareira era formada por engenho e lavoura, dispostos de forma a otimizar a renda diferencial da terra¹³, em função principalmente da fertilidade e da localização. À medida que o solo perdia fertilidade, novas áreas de lavoura eram incorporadas ao sistema, avançando sertão adentro e deixando uma extensão cada vez maior de áreas desmatadas e degradadas (MOREIRA, 2011), constituindo a ‘fronteira em movimento’ ou a ‘fronteira extrativa agrária’.

Na periferia do sistema, na fronteira entre a lavoura e a mata virgem, era desenvolvida a atividade pecuária e os policultivos destinados à produção de alimentos, essenciais à reprodução da força de trabalho nas lavouras e nos engenhos. As atividades de abastecimento podiam ser desempenhadas por escravos, dentro dos domínios da fazenda, ou pelas pequenas lavouras de independentes, que supriam as cidades e o sistema de engenho com alimentos em caráter suplementar (MOREIRA, 2011).

Conforme observa Moreira (2011), a população marginalizada da *Plantation* se congregava nos núcleos rurais autônomos, que se formavam sobre as áreas degradadas, deixadas para trás na dinâmica de avanço das áreas de lavoura sobre as áreas de mata inexploradas:

Adjudicadas às terras da grande lavoura, a policultura acompanha a trajetória migrante desta, em função da qual se distingue sob duas formas: a que nasce nas linhas de frente e a que nasce na retaguarda. Enquanto a policultura da linha de frente é dinâmica, a de retaguarda incorpora o quadro de decadência e abandono do espaço pela grande lavoura em sua marcha para adiante. Daí que a policultura da linha de frente seja igualmente de mercado e itinerante. E a policultura de retaguarda herde a tradição comunitária, aí se multiplicando as comunidades de caboclos, muitas vindo do acaboclamento dos aldeamentos indígenas, de escravos ou libertos, de agregados, reunidos em núcleos rurais autônomos (MOREIRA, 2011, p.71).

¹³ Em termos gerais, a renda fundiária refere-se ao rendimento derivado da propriedade da (e não do trabalho na) terra. A renda diferencial da terra se refere ao rendimento derivado do monopólio sobre uma área que possui um diferencial de fertilidade, localização ou técnicas produtivas (FERNANDES et al., 2019).

Essas eram as relações de domínio interno da colônia, tendo em vista o incremento do processo produtivo e a reprodução da força de trabalho. As relações de domínio externo se davam com as praças africanas, fornecedoras de força de trabalho escravo e os centros urbanos manufatureiros europeus, que forneciam o crédito e as mercadorias importadas que, segundo Moreira (2011), davam o tom marcado de cosmopolitismo que caracterizava a fazenda dentro do mundo rural.

Dean (1996) estima que, em 1700, a produção de açúcar para a exportação na colônia tenha alcançado 19 mil toneladas. Tal valor sugere que, no período compreendido entre 1550 e 1700, algo em torno de mil km² de Mata Atlântica tenham sido convertidos em campos de cana. Estima-se que tenha havido uma produção anual média de 16 mil toneladas de açúcar, com um aumento de 30 mil toneladas no ano de 1850, sugerindo-se uma produção para exportação de 2,6 milhões de toneladas entre 1700 e 1850. Assumindo tal valor de produção, o autor sugere que, durante esse período, cerca de 7.500 km² de floresta tenham sido convertidos em campos de cana. Esse montante pode ser expandido se for considerada a área de floresta suprimida para atender à demanda de cerca de 18 milhões de toneladas de lenha, necessárias para alimentar os fornos do engenho durante 150 anos (DEAN, 1996).

O final do ciclo bandeirante coincide com as descobertas do ouro no interior de Minas Gerais, no final do século XVII e nos planaltos de Mato Grosso e Goiás, no início do Século XVIII. A mineração assume a centralidade do projeto colonial, havendo um deslocamento de grande contingente populacional do litoral para o interior. Ocorre, então, uma interiorização da ocupação territorial da colônia, com a abertura de novas rotas para escoamento do ouro e a formação de entrepostos comerciais que deram origem a diversas vilas e cidades.

De imediato, o surto da mineração rearruma o quadro geral do arranjo do espaço da colônia, ocasionando a interiorização e povoamento da hinterlândia através de uma diversidade de núcleos mineiros, fazendas de gado, áreas de policultura de subsistência, cidades de intensa vida urbana por meio das quais ondas de migração de população de origem interna e externa, numa brusca aceleração do crescimento populacional e cria uma densa relação de trocas internas de produtos e forças produtivas na colônia. Acompanhando esse deslocamento do centro de gravidade, transfere-se a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, numa nova malha político-administrativa do arranjo espacial (MOREIRA, 2011, p.58).

Uma das mudanças mais significativas ocorridas no Brasil durante o ciclo minerador foi o aumento da população da colônia que salta de 300 mil para algo em torno de três (03) milhões, entre o início e o fim do Século XVIII. O que pode ser explicado principalmente pela intensificação da importação de escravos africanos e, em menor escala, pela imigração de trabalhadores livres portugueses (CORRÊA DO LAGO, 2014).

Além do aumento quantitativo, observa-se, ao final do Século XVIII, uma maior distribuição da população ao longo da colônia, abrindo novas fronteiras minerárias. A mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro possibilita uma desconcentração da atividade econômica da região nordeste e favorece a formação de centros urbanos e crescimento de cidades a oeste e ao sul da colônia. A formação dos centros urbanos, por sua vez, gera novos mercados para a pecuária e a produção de gêneros alimentícios, com a formação de vários centros agrícolas ao longo da costa (CORRÊA DO LAGO, 2014). Dean (1996) estima que mineração, lavouras e engorda de gado no Sudeste do Brasil podem ter eliminado cerca de trinta (30) mil km² de Mata Atlântica, ao longo do Século XVIII.

Esgotado o ciclo minerador, ainda no final do século XVIII, é retomada a *Plantation* açucareira no litoral, com a pecuária ocupando as regiões serranas e planaltinas no interior (MOREIRA, 2011). O investimento na produção de algodão e arroz no norte da colônia, em especial no Maranhão, associado à melhora das condições de mercado para o açúcar (diante do colapso da economia açucareira francesa no Haiti, em 1791), promovem uma retomada das grandes plantações e fazem com que o Brasil adentre o século XIX como grande exportador de produtos agropecuários (açúcar, algodão, fumo, couros e arroz) (CORRÊA DO LAGO, 2014).

Àquela altura, porém, a grande circulação de informações, pessoas e mercadorias mobilizada pela atividade mineradora provocara uma inflexão cultural na colônia, na medida em que a rede de vilas e cidades, formada ao largo das rotas do ouro, sofria uma influência cada vez maior da metrópole, causando uma série de transformações nos campos da política, moda e costumes e interferindo na hegemonia do senhorio agrário no espaço colonial (MOREIRA, 2011).

Soma-se a isso a queda do rendimento da produção açucareira, com as terras férteis cada vez mais distantes, e a concorrência dos engenhos holandeses instalados no Caribe, para visualizarmos um quadro geral de decadência e fim do ciclo da cana-de-açúcar e do sistema de *Plantation*, como estava estruturado (MOREIRA, 2011).

A transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, marca o início da dependência comercial do Brasil em relação à Inglaterra. Observa-se um período de estagnação econômica que se estende até 1850, provocada pela queda do preço do açúcar, em função da concorrência com os canaviais caribenhos. Soma-se a isso a queda do preço do algodão, em função da concorrência com os Estados Unidos e a dependência cada vez maior dos produtos ingleses (CORRÊA DO LAGO, 2014).

2.3. Modernização extrativa: cultura cafeeira e agroindustrialização

A estagnação econômica provocada pela decorada da *Plantation* açucreira coincide com fim do período colonial e o nascimento do Estado-nação brasileiro, que encontra na cultura cafeeira uma forma de dar sobrevida ao sistema de *Plantation*:

O pico da mineração terminara. O reânimo da lavoura canvieira é ineficiente. E inicia-se, assim, a longa travessia que vai fundar um novo marco de Estado, o Estado nacional, à base da sobrevida plantacionista centrada no ciclo do café. E que se confunde à transmigração que reorganiza o Estado colonial português com a família real em terras da colônia (MOREIRA, 2011, p.73).

A produção cafeeira no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, em São Paulo e Minas Gerais, ganha impulso a partir de 1820 com o crescimento da demanda na Europa e nos Estados Unidos. A exportação evolui de 317.500 sacas entre 1821 e 1830 para 974.400 sacas entre 1831 e 1840 e para 1.712.000 sacas entre 1841 e 1850, deslocando definitivamente o centro econômico do país para a região centro-sul (CORRÊA DO LAGO, 2014).

Na região centro-sul, o ciclo cafeeiro permite a renovação de antigas áreas da *Plantation* e o surgimento de novas, permitindo tanto a expansão da fronteira como também uma sobrevida do regime escravocrata que marcará todo o período do império. Estima-se que cerca de 1,1 milhões de escravos tenham entrado no Brasil entre 1811 e 1850 (MOREIRA, 2011; CORRÊA DO LAGO, 2014).

A produção cafeeira também impulsiona a busca por terras na região centro-sul. Conforme salienta Taravella (2008), a Lei de Terras de 1850 serviu não só para consolidar o grande latifúndio, constituído antes de 1822 por meio do regime de Sesmarias, como legitimou a ocupação de terras públicas que se dá entre 1822 e 1850. Moreira (2011) acrescenta que, a partir desse momento, as terras devolutas ficam sujeitas à apropriação pelas oligarquias rurais locais, com forte influência sobre a esfera provincial.

Durante o primeiro ciclo da produção cafeeira na região sudeste, a alta disponibilidade de terras, associada à presença de mão de obra escrava e à baixa preparação técnica dos fazendeiros, favoreceu o estabelecimento de uma cultura pouco preocupada com a conservação dos recursos naturais. Sendo plantado nas áreas de encosta, o café era cultivado em uma densidade e com tratamentos culturais que aceleravam o processo de desmatamento e degradação do solo e proporcionavam um baixo rendimento por hectare. O autor estima que, entre 1788 e 1888, tenham sido produzidos 10 milhões de toneladas de café e suprimida uma área de 7200 km² de floresta (DEAN, 1996).

A partir de 1870, a cultura do café entra na sua fase capitalista, com a transição para o regime de trabalho assalariado e o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho e das trocas entre a agricultura e a pequena indústria nascente (MOREIRA, 2011). Nesse período, uma volumosa corrente imigratória de origem europeia, destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas, tornou-se possível, pela primeira vez na América¹⁴, graças a um conjunto de medidas tomadas pelo governo central em aliança com os fazendeiros do café¹⁵. Somente no Estado de São Paulo, o número de imigrantes europeus sobe de treze (13) mil, em 1870, para 184 mil no decênio seguinte, alcançando 609 mil na década de 1890 (FURTADO, 2007).

A imigração europeia para a região cafeeira se dá no mesmo período em que ocorre um influxo de cerca de 260 mil nordestinos para a região amazônica, para servirem de mão de obra na produção da borracha¹⁶. Infere-se de tal fato, que a chegada dos europeus permitiu a disponibilização da mão de obra nordestina excedente para os seringais amazônicos (FURTADO, 2007). Considerando a situação do imigrante nordestino na Amazônia, reduzido a um regime de servidão, bem como os resultados econômicos do ciclo da borracha, Furtado (2007) avalia que o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em “um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra” (p.197).

Na entrada do Século XX, a elite cafeeira, agora sediada na cidade, abre espaço para o processo acumulativo ligado ao negócio do café, dirigindo seus lucros para a criação de empresas de exportação-importação, fundação de bancos de financiamento, geração de indústrias, instalação de ferrovias e especulação fundiária (MOREIRA, 2011). A alta lucratividade dessas frentes leva à explosão da marcha do café sertão adentro, provocando uma saturação do modelo produtivo que levará o governo federal, juntamente com os estados cafeeiros, a intervir com sucessivos Planos de Valorização do Café (MOREIRA, 2011).

A política de valorização do café, baseada na redução artificial da oferta, a fim de sustentar o preço das sacas de café, garantiu a sobrevivência do ciclo cafeeiro até o final da década de 1920. Com a crise de 1929, mingam-se as reservas nacionais e a disponibilidade de crédito

¹⁴ Conforme ressalta Furtado (2007), a emigração europeia que ocorria para os Estados Unidos até então, estava voltada para a formação de colônias baseadas na produção de bens manufaturados, nada tendo a ver com a oferta de mão de obra para as grandes plantações.

¹⁵ Em linhas gerais, tais medidas consistiam na cobertura dos gastos com o transporte dos imigrantes pelo governo e na cobertura dos gastos do imigrante durante o primeiro ano de atividade pelos fazendeiros. Estes últimos também se comprometiam a disponibilizar aos imigrantes terras onde pudessem ser desenvolvidas culturas voltadas ao auto consumo (FURTADO, 2007).

¹⁶ As questões relacionadas ao ciclo da borracha e o sistema de aviação serão tratados de forma mais detida no próximo capítulo, em que trataremos especificamente dos sucessivos ciclos extrativos na Amazônia.

no exterior, inviabilizando o financiamento da retenção dos estoques e tornando inevitáveis a superprodução e a depressão do preço do café ao longo da década de 1930. Por outro lado, a manutenção da atividade produtiva, possibilitada pelas políticas de incentivo ao setor cafeeiro, proporcionou um aumento da renda nacional e um aquecimento do mercado interno, em um período de forte depressão da economia mundial (FURTADO, 2007).

O fim do ciclo do café significa a liberação da força de trabalho, terras e capitais que favoreceram a arrancada industrial do Brasil a partir da década de 1930. É quando a indústria se autonomiza da relação com a fazenda e se estabelece na cidade, aglutinando em torno de si os elementos necessários à formação de uma sociedade do trabalho (MOREIRA, 2011).

É no âmbito de avanço da acumulação primitiva que cidade e campo como tais começam a parecer, explicitando-se como espaços funcionais, economicamente individualizados, e assim inter-relacionados como entes em intercâmbio. É quando, então, fazenda e cidade se fundem e ao mesmo tempo se separam e se diferenciam. E a própria indústria, invertendo sua relação com a fazenda, dela se autonomiza, migra para a cidade, envolvendo-a em suas regras e finalidades como fizera já com a fazenda, erguendo-se como gestor privilegiado da interação fazenda-cidade (MOREIRA, 2011, p.112).

A burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, na acumulação capitalista das exportações do café e do açúcar e na dinâmica de expansão da fronteira extrativa agrária. As antigas oligarquias rurais foram centrais na constituição do poder político e econômico no âmbito do processo de modernização do Estado brasileiro (STÉDILE, 2011).

Velho (2009) ressalta a importância da renda derivada da agricultura para o desenvolvimento industrial brasileiro, mesmo durante o processo de substituição de importações:

Concretamente isso significava que uma parte do excedente derivado da agricultura estava sendo reinvestido através de toda espécie de artifícios na indústria; às vezes por intermédio dos próprios senhores de terra e negociantes. Apesar de alguns recuos temporários essa tendência geral prosseguiu e sobreviveu ao Estado Novo. Em 1956, pela primeira vez na história brasileira a participação da indústria na renda interna tornou-se maior do que a da agricultura (Oliveira, 1972: 9). Não obstante, a exportação de produtos primários continuava a funcionar como uma fonte fundamental para a industrialização e a compra do equipamento estrangeiro necessário no processo de substituição de importações. Esse último substituiu os bens de consumo (de início os não duráveis e na década de 50 os duráveis) como o item principal das importações brasileiras. A mudança e a permanência continuavam a coexistir e a se combinar (VELHO, 2009, p.118).

A dinâmica de expansão conflituosa da fronteira agroextrativa ganha novos impulsos a partir das décadas de 1940 e 1950, que alguns fazem uma analogia com uma “marcha para o oeste” no Brasil (BECKER, 2009a). A ação estruturadora do Estado é reforçada no sentido de

estabelecer uma divisão territorial do trabalho e das trocas entre a agricultura e a indústria (MOREIRA, 2011), terminando por incentivar a expansão da fronteira para a Amazônia.

2.4. Divisão territorial dos trabalhos e das trocas entre a agricultura e a indústria: Amazônia na fronteira da extração

Tal arranjo estruturador estatal é realizado acompanhando a forma diversificada com que se dá o processo de acumulação primitiva¹⁷ nas diferentes regiões do País: avançada no Centro-Sul, calcada no subsídio à elite cafeeira e na produção diversificada das colônias de imigrantes; precária no Nordeste, baseada na monopolização de terras, na substituição dos engenhos de cana pela usina no litoral e na articulação da indústria têxtil do algodão com as fazendas de gado no agreste. Na região amazônica, segundo Moreira (2011), a acumulação primitiva é inviabilizada, especialmente dada à forma pulverizada com que se dá a repartição do sobretrabalho do seringueiro ao longo dos elos intermediários da cadeia da borracha, estabelecidos no sistema de aviação (MOREIRA, 2011).

Inicialmente, os investimentos em termos de infraestrutura logística são realizados no sentido de centralizar o setor de bens de capitais, bens de equipamentos, bens intermediários e bens de consumo durável e a maior parte de bens de consumo não durável, na região Centro-Sul e, especialmente em São Paulo. Posteriormente as indústrias de bens intermediários se redistribuem, localizando-se em polos minero-industriais e energéticos nos limites do arco periférico do espaço brasileiro, que vai do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte:

Ao longo do arco um pontilhado de polos minero-industriais diferenciados vai assim se formando: petroquímico em Canoas-Triunfo, no Rio Grande do Sul; Carboquímico, em Santa Catarina; nióbio e fertilizantes em Catalão, Goiás; estanífero (apenas a mineração) em Rondônia; siderúrgico e de alumina-alumínio em Carajás, no Pará; e em Itaqui-São Luís, no Maranhão; químico (sal\álcalis), no Rio Grande do Norte; fertilizante, no Sergipe; sal-gema, em Alagoas; petroquímico em Camaçari, na Bahia; papel e celulose (Aracruz), no Espírito Santo. Todos conjuminados a polos energéticos, em Itaipu, Itumbiara, São Simão, Tucuruí e Xingu (MOREIRA, 2011, p.125).

Nessa redistribuição, a região centro-sul passa a concentrar os ramos de bens de capital (metalurgia, mecânica, material elétrico, eletrônica e química) e de consumo durável. No Nordeste formam-se polos de bens intermediários, bens de consumo e agroindústria frutífera

¹⁷ Quando fala em acumulação primitiva no Brasil, Moreira (2011) se refere ao processo de acumulação interna, que permitiu o posterior salto industrial do país. Diferencia-se, portanto, do processo de acumulação primitiva realizado pelas metrópoles, com base nos recursos provenientes das colônias.

que se instalam ao lado das velhas áreas algodoeiro-pastoris e de usinas de açúcar (MOREIRA, 2011) aprofundando o crescimento econômico capitalista desigual.

A modernização agrícola, com base na revolução verde, a partir da década de 1970, se desloca da região Centro-Sul, para o centro, subindo do Mato Grosso do Sul para o Planalto Central, aonde chega na forma da pecuária extensiva e das monoculturas de soja, cana e arroz. A agroindústria extensiva e monocultura aliaram-se, mais recentemente, à criação de aves e à monocultura de milho. Moreira (2011) afirma que a agricultura e a indústria se encontram no miolo do espaço nacional e passam a promover um intenso uso tecnológico do solo, que é viabilizado por três componentes espaciais: a fronteira em movimento (a exemplo da *Plantation*); o crescimento demográfico contínuo (que garante a manutenção da força de trabalho necessária à reprodução do binômio monocultura-policultura); e o desenvolvimento do ramo da indústria para a agricultura (que garante a modernização acelerada da produção agrícola) (MOREIRA, 2011).

Delgado (2001) se referiu a esse processo de “modernização conservadora” da agricultura¹⁸ como integração técnica-agricultura-indústria. Tal processo caracteriza-se de um lado pela presença crescente de insumos e máquinas industriais utilizados na agricultura (fertilizantes, pesticidas, corretivos de solo, tratores, colhedoras, etc) e de outro lado pela integração da produção primária de alimentos e matérias primas com ramos industriais como oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas.

No período que estamos analisando (GMD: 1965-1980), as funções da agricultura na economia, mais além de perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços e do salário real e superávit comercial externo, incorporariam uma outra demanda, não presente no período anterior: *o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo*, processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período (DELGADO, 2001, p.164).

A aliança da burguesia industrial com as velhas oligarquias rurais opera no sentido de reforçar a estrutura fundiária herdada do período colonial. Tendo início com a apropriação massiva de terras realizada em nome da Coroa portuguesa, tal estrutura é oficializada pelo Estado brasileiro com a Lei de Terras de 1850 (STÉDILE, 2011) e reforçada, no século

¹⁸ A “modernização conservadora” (uma contradição em termos) se refere a um processo de integração da agricultura à economia industrial, com base em mudanças tecnológicas (implementação do pacote da Revolução Verde), no incremento de técnicas produtivas e processos logísticos. É conservadora, no entanto, porque manteve a estrutura fundiária (propriedade e acesso à terra altamente concentrados) herdada do período colonial, preservando a influência e o poder das antigas oligarquias agrárias e reorientando a economia para o setor agroexportador (DELGADO, 2001).

seguinte, com o processo de modernização conservadora da agricultura, mantendo-se a dinâmica da fronteira em movimento.

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande prioridade territorial e ao capital comercial. Regionalmente identificado com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 nos institutos federais de fomento e defesa setoriais, ou reassimilado em programas e projetos especiais, o latifúndio obteve inúmeras linhas de apoio, além de defesa na nova estrutura fiscal e financeira do setor rural (DELGADO, 2001, p.165).

Durante a década de 1980, contudo, assiste-se a um desmonte do aparato de intervenção no setor rural, que vinha sendo estruturado desde a década de 1930, precedendo o estabelecimento da ordem neoliberal na década de 1990 (DELGADO, 2001). A partir de então, observa-se uma progressiva reorientação da economia para o setor externo, especialmente com incentivos à exportação de commodities agrícolas e minerárias, acompanhada do recuo da produção industrial.

Neste contexto histórico recoloca-se a “questão agrária” a um tempo em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. Agora a prioridade está posta no setor externo, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida (DELGADO, 2001, p.166).

Dessa maneira, a priorização do agronegócio¹⁹, diante do estabelecimento da ordem neoliberal, assume características semelhantes ao processo de acumulação primitiva observado no período colonial. “Neste sentido, é muito mais uma integração *business* do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da ‘idade de ouro’ da modernização” (DELGADO, 2001, p.166).

Nesse quadro geral de conformação da nova divisão territorial do trabalho e das trocas entre a agricultura e a indústria e do crescimento econômico desigual, resta à Amazônia o papel de fronteira agrícola, mineral e energética. É um território com uma “posição natural”

¹⁹ O termo agronegócio se populariza nos anos 1990 no Brasil, a partir da tradução do inglês *agribusiness*, designando inicialmente um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra. A partir de um esforço das organizações patronais de renovação da imagem do setor rural patronal, o termo foi sendo associado cada vez mais a uma ideia de modernidade, de um setor que busca inovação tecnológica para ganhos de produtividade, eficiência e competitividade (SAUER, 2008).

(especialmente devido à disponibilidade de terras) de zona de expansão das áreas de monoculturas estabelecidas no Centro-Oeste, especialmente a partir do eixo Belém-Brasília. Tal como ocorria com as áreas de cana e café na faixa da Mata Atlântica, a expansão das monoculturas no Cerrado e na Amazônia assume uma dinâmica itinerante, impulsionada pela sucessão desmatamento-arroz-pasto-gado-soja (MOREIRA, 2011), caracterizando, não uma industrialização agropecuária, mas uma fronteira com atividades extrativas (SAUER; OLIVEIRA, 2021).

O papel da Amazônia como espaço privilegiado de expansão da fronteira extrativa agrária começou a ser definido ao longo do processo de acumulação primitiva que precedeu o desenvolvimento da indústria nacional e a urbanização correspondente. A construção da rodovia Belém-Brasília, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), abriu caminho para a implementação dos projetos agropecuários, durante o regime militar (1964-1988), que viriam a desembocar na implantação de grandes áreas de monoculturas, em especial os monocultivos de soja, a partir do final da década de 1990.

A pressão demográfica, particularmente nas cidades, continuou a crescer. Brasília, retrospectivamente, poderia ser vista como estando ainda numa posição de Centro-Sul, embora mais para Oeste e para o Norte do que qualquer das metrópoles principais do Centro-Sul. Por outro lado, a estrada Belém-Brasília, atingindo a ponta oriental da região Amazônica propriamente dita, criava novas condições para a ocupação da Amazônia que se combinava com a penetração de grandes firmas pecuaristas no Norte de Mato Grosso e com o movimento de camponeses marginais nordestinos no Maranhão que haviam começado a alcançar o local da futura estrada no Norte, apenas alguns anos antes da abertura da estrada (Velho, 1972). Simultaneamente, outra estrada era iniciada de Brasília na direção da ponta ocidental da Amazônia brasileira no Acre (VELHO, 2009, p.147).

Enquanto a Amazônia se consolida como fronteira extrativa agrária no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o Brasil, junto com os demais países latino-americanos, é forçado a assumir o papel de fornecedor de bens primários para o mercado mundial de *commodities*, no contexto de uma economia global dominada de forma crescente pela lógica neoliberal.

No próximo tópico será discutida a natureza agroextrativa assumida pela economia neoliberal, em especial a partir do final do século XX, com base no conceito de acumulação por espoliação de Harvey (2003). A partir dos anos 1990 ou 2000, houve o estabelecimento do *Consenso das Commodities* (SVAMPA, 2014) na América Latina, sendo que a crise financeira de 2008 aprofundou a dinâmica de apropriação global de terras, com o reforço das narrativas voltadas às crises alimentar, ambiental, energética e climática (SAUER e BORRAS, 2016;

SAFRANSKY e WOLFORD, 2011). Acelera-se o processo de financeirização da economia, com reflexos na dependência da economia nacional em relação aos investimentos estrangeiros, a intensificação da produção de bens primários e a reprodução da lógica extrativa (ANDRADE, 2022).

2.5. Extração neoliberal: *commodities* agrícolas e minerais

A crise de acumulação do capital, que se inicia na década 1960, se agrava na década de 1970, afetando as principais economias capitalistas, com o aumento descontrolado da inflação e do desemprego. A abolição do ouro como referência material do dólar e a adoção das taxas de câmbio flutuantes e de juros variáveis foram as primeiras medidas no sentido de liberar o fluxo do capital na economia global. A essas medidas seguiu-se uma forte onda de desregulação, que possibilitou a expansão dos mercados financeiros e dos investimentos externos diretos e indiretos, abrindo caminhos para a apropriação privada dos ativos públicos e dos recursos naturais nos países em desenvolvimento (HARVEY, 2008).

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2003, p.123).

Se a acumulação do capital se refere a um processo auto-expansivo de extração do excedente como valor, no capitalismo avançado a sobreacumulação se refere a um processo de absorção do excedente como valor governado pelo poder organizacional das corporações capitalistas (PINEAULT, 2019). Tais práticas convergiram para a articulação do “Consenso de Washington”, na década de 1990, que institucionaliza a doutrina neoliberal como o modelo econômico a ser adotado como solução para os problemas capitalistas globais (HARVEY, 2008).

A subordinação do Estado ao mercado, regulado por instâncias supranacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), torna-se o pilar central do modelo neoliberal. Nesse contexto, os bens naturais comuns são tratados cada vez mais em termos de mercadorias: produtos primários, de baixo valor agregado, cujos preços são regulados pelas

forças de mercado. Por outro lado, os conflitos com as populações locais, expropriadas pelo processo de privatização e extração dos bens comuns, são encarados em termos de impactos e riscos gerados pelas atividades econômicas, devendo ser minimizados de acordo com a noção de *responsabilidade social corporativa* (SVAMPA,2014).

Diante desse cenário, observamos um retorno à lógica agroextrativa da acumulação primitiva, observada no período colonial (HARVEY, 2003). Orientação para exportação de bens primários, expropriação do espaço das populações locais (indígenas, tradicionais, camponesas), exploração do trabalho análogo ao escravo, supressão das formas alternativas de produção e organização social, avanço contínuo dos monocultivos sobre as áreas de campo/floresta, exaustão de recursos naturais e degradação das áreas exploradas, em um processo denominado por Harvey (2003), não como acumulação primitiva, mas como acumulação por espoliação.

Ao trabalhar o conceito de acumulação por espoliação, Harvey (2003) se remete ao trabalho de Rosa Luxemburgo²⁰ de 1913. Basicamente, a autora demonstra que, diante da tendência de acumulação constante, torna-se inviável a reprodução do capital apenas dentro do circuito capitalista de produção e consumo, em um ambiente de suposta “paz, prosperidade e igualdade” (LUXEMBURG, 1969).

Torna-se necessária a abertura constante de áreas e regiões ainda não integradas no circuito do capital, onde seja possível a exploração de mão-de-obra barata e a aquisição de terras e matéria-prima a baixo custo. Na avaliação da autora, as condições primitivas permitem ao capital utilizar-se de meios bruscos e violentos que seriam inconcebíveis em um regime puramente capitalista (LUXEMBURG, 1969).

[...] é essencial para o capitalista individual obedecer sempre ao desejo de elevação da taxa de lucro, de reduzir o preço dos elementos do capital constante. Por outro lado, o crescimento incessante da produtividade do trabalho, que é o fator mais importante do aumento da taxa da mais-valia, implica e necessita da utilização ilimitada de todos os materiais e todos os recursos do solo e da natureza. Seria contrário à essência e ao modo de existência do capitalismo tolerar alguma restrição a esse respeito. [...] O problema dos elementos materiais da acumulação não se resolve com a criação da mais-valia sob uma forma concreta. O problema se coloca de outra forma: é necessário, para utilizar a mais-valia realizada de maneira produtiva, que o capital possa progressivamente dispor da terra inteira a fim de garantir uma escolha ilimitada de meios de produção, tanto

²⁰ Intitulado “A Acumulação do Capital”, o trabalho gerou grande controvérsia entre os economistas da época. Para maiores informações sobre essa discussão ver: LUXEMBURG, Rosa. **L’accumulation du capital**: contribution à l’explication économique de l’impérialisme (1913). Paris: François Maspero, Petite collection Maspero, n.48, 1969. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/luxemburg_rosa/oeuvres_4/oeuvres_4.html

em quantidade quanto em qualidade. **É indispensável para o capital poder recorrer abruptamente a novas áreas fornecedoras de matéria prima; é uma condição necessária ao processo de acumulação, à sua elasticidade e ao seu dinamismo** (LUXEMBURG, 1969, p. 138, tradução nossa, ênfases adicionadas).

A partir do conceito de acumulação por espoliação, Harvey (2003) procura realçar que o conjunto dos processos que podem ser reunidos sob a denominação de acumulação “primitiva”, têm, na verdade, caráter de estratégias permanentes (portanto, menos “primitivos” ou precedentes, mas parte do sistema capitalista) e não circunstanciais no capitalismo (BRANDÃO, 2010). A usura, a predação, a utilização de artimanhas ilícitas, a apropriação e a expropriação de terras e bens naturais, as manobras especulativas, dentre outros, são instrumentos ordinários, sendo práticas regulares em toda a história do capitalismo (BRANDÃO, 2010).

Na fase neoliberal, o processo de acumulação por espoliação, da forma como apresentada por Harvey (2003), provoca a manifestação de uma variedade extraordinária de enfrentamentos envolvendo as especificidades de cada território, numa reação das comunidades diretamente atingidas à expropriação e à perda de direitos fundamentais ²¹.

Na América Latina, as diretrizes do Consenso de Washington²² se desdobrarão, nos anos 2000, sob a forma do *consenso da commodities*²³ (SVAMPA, 2014). Esse consenso ou acordo tácito provoca uma reorientação do mercado global, no sentido de reforçar o papel da região como fornecedora de bens primários para as economias mais avançadas (SVAMPA, 2014). Tal processo é favorecido pela emergência da China no cenário econômico mundial e a eleição de governos populares em vários países da América Latina, que aderem ao receituário

²¹ São citados diversos exemplos: as lutas do povo Ogoni contra a degradação de suas terras pela Shell Company; os prolongados combates contra os projetos de construção de represas patrocinados pelo Banco Mundial na Índia e na América Latina; movimentos camponeses contra a biopirataria; batalhas em oposição a alimentos geneticamente modificados e em favor da autenticidade dos sistemas locais de produção; lutas em favor da preservação do acesso de populações indígenas a reservas florestais, que envolvem coibir a ação das madeireiras; combates políticos à privatização; movimentos de defesa de direitos trabalhistas ou das mulheres em países em desenvolvimento; campanhas de proteção da biodiversidade e de prevenção da destruição do hábitat; movimentos camponeses em favor do acesso à terra; protestos contra a construção de vias expressas e aeroportos; e as centenas de protestos contra programas de austeridade impostos pelo FMI (HARVEY, 2003).

²² Svampa (2019), entende que a aceitação do lugar que a América Latina ocupa na divisão internacional do trabalho (de fornecedora de bens primários), constitui “um dos núcleos duros comuns entre o Consenso de Washington e o Consenso das Commodities, ainda que os governos progressistas tenham enfatizado uma retórica que reivindicava a autonomia econômica e a soberania nacional e defendido a construção de um espaço latino-americano” (SVAMPA, 2019, p.40).

²³ De acordo com Svampa (2014), o Consenso das Commodities é construído sobre a ideia de que há um acordo — tácito ou explícito — sobre o irrevogável ou irresistível caráter da dinâmica extrativa atual, advinda do crescimento da demanda internacional por produtos primários. Tal consenso serve como uma espécie de barreira que deslegitima a resistência coletiva e cerceia a possibilidade de se pensar em outras noções de desenvolvimento, para além dos projetos extrativos voltados para a exportação.

neoliberal, em nome da estruturação de políticas de transferência de renda, sob o discurso da participação popular e da diminuição das desigualdades sociais (SVAMPA, 2014).

Svampa (2019) defende o uso do termo neoextrativismo, para demarcar a atualização que a noção de extrativismo passa ao adentrar no Século XXI, em que novas dimensões são incorporadas ao debate. A autora ressalta, em especial, a expansão da fronteira das *commodities*, e a crise socioecológica em nível global, os novos papéis atribuídos aos Estados-nação, em um cenário de aumento da lucratividade das atividades extrativas, as novas formas de lutas e resistência oferecidas pelos atores coletivos no nível territorial e o aumento da repressão estatal (SVAMPA, 2019).

Além ou devido à emergência da China, o aumento da demanda provocou aumento dos preços e um salto no comércio mundial de *commodities* de U\$1,25 trilhão, em 2004, para mais de U\$4 trilhões, em 2011. Entre 2005 e 2011, as exportações brasileiras para a China cresceram mais de 500%, saltando de cerca de U\$ 7 bilhões para mais de U\$ 40 bilhões (CASTRO, 2016).

A alta mundial dos preços das *commodities* na década de 2000 favorece a consolidação, na América Latina, de um modelo desenvolvimentista baseado na implantação de grandes áreas de monocultivos (especialmente de soja) e na extração intensiva de recursos naturais, visando à exportação de bens primários. Destacam-se nesse contexto a extração mineral, a extração de petróleo e gás, a construção de grandes usinas hidrelétricas, a exploração em larga escala de recursos pesqueiros e florestais e a ampliação da fronteira agrícola (mudanças no uso da terra) para a produção de grãos e biocombustíveis. Tal modelo tem como dinâmica a fragmentação territorial e o deslocamento sistemático das populações locais de seus territórios, causando a explosão de uma série de conflitos socioambientais na região (SVAMPA, 2015).

Ao longo da década de 2000, conforme apontam Sauer e Borrás (2016), a narrativa da insegurança alimentar global, impulsionada pelos organismos multilaterais, passa a reforçar um cenário de urgência no investimento em terras, tendo em vista a produção (atual e futura) de alimentos. Desencadeia-se assim uma dinâmica de apropriação global de terras (*land grabbing*), especialmente em países como o Brasil, em que há grande disponibilidade de terras férteis e água (SAUER; BORRAS, 2016; SAFRANSKY; WOLFORD, 2011).

A partir da crise financeira de 2008, os temas ou narrativas das crises energética, ambiental e climática (na prática, uma combinação de crises globais) se unem ao da crise alimentar, justificando investimentos e impulsionando a apropriação de terras. As narrativas justificadoras são a necessidade de produção de biocombustíveis (para superar a crise

energética), prestação de serviços ambientais (superar a crise ambiental ou climática), mas a apropriação de terras e bens da natureza não foram apenas para a produção, pois muitos investimentos foram especulativos, ou seja, apropriação de terras como reserva de valor (SAFRANSKY e WOLFORD, 2011).

No Brasil, a racionalidade neoliberal impulsionou o incremento vertiginoso dos investimentos estrangeiros e dos passivos financeiros externos, fazendo do capital estrangeiro o sustentáculo das finanças domésticas. Acelera-se, assim, o processo de financeirização de todas as esferas da atividade econômica nacional, particularmente do setor de bens primários (ANDRADE, 2022).

Nesse contexto, o governo brasileiro lança em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que passou a incorporar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e previa um investimento massivo em projetos de infraestrutura. A política destinava um conjunto de incentivos fiscais e investimentos em sete setores, considerados prioritários para a expansão econômica, sendo seis deles voltados para o setor de bens primários: petróleo e gás natural; bioetanol; carne; papel e celulose; aço e exploração mineral (ANDRADE, 2022).

Paralelamente, ocorre um incremento significativo dos investimentos em fundos de pensão e no mercado de terras, levando a uma escalada de preços e à intensificação da apropriação da renda da terra²⁴ como estratégia de acumulação. Quanto maior o preço da terra, maior a renda apropriada e, em períodos de *boom* no preço das *commodities*, isso representava a apropriação de um excedente extra pelos investidores no mercado de terras (ANDRADE, 2022).

A política econômica ajustada sob a ordem neoliberal cria obstáculos renovados à democratização do patrimônio fundiário, à diversificação da estrutura produtiva, ao desenvolvimento tecnológico e à competitividade. O que leva a uma dinâmica regressiva de desenvolvimento e à reprodução da lógica extrativa (ANDRADE, 2002).

2.6. Extração global: financeirização e reconfiguração territorial

Diante dessa reorientação da economia global, no sentido de recrudescer a lógica da acumulação por espoliação, trabalhos mais recentes (ver YE et al., 2020) apontam para a

²⁴ Andrade (2022) define renda da terra como uma parcela da mais-mais valia socialmente produzida acumulada não pelo capitalista (que controla o processo do trabalho), mas pelo proprietário de terra, apenas por deter um monopólio sobre um pedaço da natureza.

disseminação global do extrativismo enquanto um sistema econômico com características e efeitos específicos. Tal sistema é estruturado sobre a extração exaustiva de um recurso com grande demanda no mercado global, a um custo mínimo e no período de tempo o mais curto possível (YE et al.,2020).

De acordo com os autores, o extrativismo é caracterizado pela criação de um monopólio sobre os recursos a serem extraídos e depende de um entrelaçamento estreito entre o Estado e o capital privado (YE et al., 2020). O extrativismo se torna possível pela disponibilidade em termos de infraestrutura requerida (sistemas de transporte, eletricidade, segurança, força de trabalho, etc) e é viabilizado por um “centro operacional”, que amalgama os diferentes elementos estruturais de extração (no sentido de criar uma cadeia logística que permite que os produtos extraídos sejam transportados dos lugares de pobreza aos lugares de riqueza), transporte e comercialização a preços mais altos (YE et al., 2020).

A riqueza obtida através desse processo extrativo é acumulada no centro operacional pelos grupos de capital envolvidos. De maneira alguma, essa riqueza é canalizada para as pessoas afetadas diretamente pelas atividades extrativas, nem para as pessoas ou instituições que poderiam legitimamente reivindicar o seu compartilhamento (YE et al, 2020).

Na lógica extrativa, não existe a preocupação com o investimento na reprodução material dos bens naturais. Toda a riqueza extraída é exportada, ficando no local de extração apenas a degradação do ambiente natural (expropriação), a expropriação da população local (perda de seus bens naturais; expulsão, etc.) e o desgaste humano dos trabalhadores envolvidos (exploração). Uma vez exaurido determinado recurso, o extrativismo se desloca para novos domínios e lugares (YE et al., 2020). Tais características fazem do extrativismo, um fenômeno destrutivo por natureza:

O extrativismo representa uma formação político-econômica que está em constante movimento: de um lado, se alimenta pela exploração (e esgotamento) implacável dos recursos que controla; de outro, está se apropriando de novos recursos tendo em vista a continuidade da sua operação. (YE et al., 2020, p.5, tradução nossa).

A partir dessas características expostas, os autores propõem que o extrativismo tem se deslocado dos espaços marginais, onde ocorre a extração mineral e madeireira e a agropecuária extensiva, para se tornar o traço principal do capitalismo global, como um todo. O que se aplica a esses setores primários, de certa forma se aplicaria hoje em partes consideráveis do setor de processamento de alimentos, no mercado financeiro, na produção industrial, comércio e prestação de serviços. Concentrando-se apenas no controle dos fluxos de ativos (dos locais de

produção/extração, até o seu beneficiamento, transporte e armazenamento), as grandes corporações não produzem mais valor, apenas drenam o valor que é produzido por outros ou está adormecido no subsolo e viabilizam isso por meio da aplicação de um poder extra-econômico e/ou pela financeirização (YE et al., 2020).

De acordo com Pienault (2018), a dinâmica atual da fronteira extrativa das *commodities* tem remodelado a geografia econômica, mesmo de países centrais no mundo capitalista, como Estados Unidos e o Canadá. Ao analisar a estrutura da indústria extrativa do petróleo no Canadá, o autor demonstra que a pressão do capital pela extração na economia global contemporânea se dá a partir do investimento massivo em infraestrutura ao longo de toda a cadeia extrativa (PINEAULT, 2018).

As corporações extrativas que atuam na extração, transporte e beneficiamento dos produtos primários esperam poder resgatar em algumas décadas o investimento realizado. Para isso, criarão os meios institucionais, políticos e sociais necessários para que não só a extração do produto primário seja realizada, como também o seu beneficiamento e consumo pela sociedade. Essa expectativa de ganho se sobrepõe a quaisquer constrangimentos advindos da pressão de determinados grupos sociais pela redução dos impactos socioambientais provocados por atividades econômicas dessa natureza (PINEAULT, 2018).

A pressão do capital pela extração aumenta em função da atuação do capital financeiro. Processos especulativos, ligados à indústria extrativa, aumentam com a participação dos fundos de investimento. As aplicações financeiras tornam ainda mais imperativa a realização de valor e maiores lucros em todo ciclo econômico, forçando a ampliação das possibilidades de ganhos ao longo das cadeias extrativas. Essa natureza expansiva do capital extrativo é explicitada por Pineault (2018), ao analisar a indústria da extração de petróleo nas áreas betuminosas do Canadá.

O imperativo da valorização é também o da validação desse investimento. Os preços das *commodities* devem não apenas gerar lucros, mas também, acima de tudo, os fluxos de renda necessários para validar as obrigações que correspondem a esses investimentos. E assim, enquanto os preços forem altos o suficiente para cobrir custos básicos e pagamentos de passivos financeiros, o petróleo, por mais extremo que seja²⁵, fluirá. Mas o fluxo de extração suporta muito mais do que apenas obrigações financeiras ligadas a investimentos. A corporação extrativa - como organização complexa e de massa, existe apenas através da valorização do fluxo material de petróleo. Cada unidade de betume contribui para a reprodução do todo que é a corporação extrativa. A reprodução expandida dessa organização

²⁵ O autor se refere aqui ao conceito de “*extreme oil*”, utilizado para ressaltar as difíceis condições físicas sob as quais tal combustível fóssil é extraído. Isso inclui os conflitos sociais e geopolíticos suscitados pela sua extração e a baixa eficiência energética quando comparada a energia adquirida em relação à empregada no processo de extração (PINEAULT, 2018).

de massa baseia-se no valor realizado na escória extraída das areias betuminosas. O imperativo da reprodução expandida das empresas monopolistas implica o imperativo da reprodução expandida da atividade extrativa. Juntas, todas essas forças se combinam em uma pressão capitalista primária pela extração (PINEAULT, 2018, p.140, tradução nossa).

Conforme assinala o autor, o papel do Estado vem sendo fundamental no sentido de favorecer a expansão do capital extrativo, atuando em três frentes principais: liberação de força de trabalho para as regiões de exploração, por meio de intervenções nas políticas de trabalho e emprego; revisão das políticas ambientais, no sentido de facilitar a expansão das atividades de mineração e extração e transporte de óleo e gás; reforço e legitimação da capacidade da indústria extrativa de realizar legalmente a expropriação de comunidades indígenas e municipalidades, que venham se opor à expansão espacial da cadeia extrativa, seja no ponto de extração, seja ao longo dos corredores de transporte (PINEAULT, 2018).

A espacialidade da cadeia extrativa é caracterizada pela dinâmica centro-periferia. O polo metropolitano é normalmente a cidade portuária, de onde o bem primário será exportado. Tal centro torna-se também lócus privilegiado de coordenação do transporte, comercialização e finanças da produção extrativa. No entorno do polo metropolitano está a fronteira extrativa, por onde se dispersam os diferentes pontos de extração. Os dois são interligados por grandes corredores de transporte que subordinam o território à dinâmica da produção extrativa (PINEAULT, 2018).

As observações de Porto-Gonçalves (2017), sobre a implementação de megaprojetos agroextrativos na Amazônia, estão na mesma perspectiva. A reconfiguração territorial, imposta pela exploração extrativa neoliberal, faz com que as escalas regionais e locais - com suas particularidades socioculturais e territoriais e com povos, etnias, nacionalidades - sejam desprivilegiadas.

Nessa lógica de desenvolvimento neoliberal, territórios e povos tornam-se em simples *passagem, fluxos e corredores*. O modelo neoliberal inaugura uma nova fase de disputas pelos recursos presentes na terra, na água e no subsolo (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Registre-se que o rio Amazonas ganha uma nova dimensão não só por seus maiores portos tradicionais, como Belém e Manaus, mas também por cidades portos que mudam radicalmente sua escala de operação deixando de ser elos intermediários sub-regionais que atendiam as comunidades ribeirinhas tradicionais, como Santarém, no Pará, e Itacoatiara, no Amazonas, que agora operam sob controle de grandes corporações do *agribusiness*, como a Cargill em Santarém e o Grupo Maggi em Itacoatiara (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.89).

Tal processo se dá no contexto da multiplicação dos megaprojetos na América Latina, associadas à multiplicação das resistências sociais. Nesse sentido observa-se o incremento das atividades extrativas nos diferentes países da região, tais como extração de minerais e petróleo, implantação de centrais hidrelétricas ou a expansão dos cultivos transgênicos. Na Argentina e no Brasil destaca-se o aumento vertiginoso da produção de grãos; na Venezuela o avanço da fronteira de exploração do petróleo para o vale do Orinoco; No Equador, além do avanço da fronteira petrolífera, o investimento na megamineração a céu aberto; Na Bolívia a multiplicação de megaprojetos ligados à exploração de petróleo e gás, lítio e ferro, assim como a expansão do agronegócio; no Brasil, além dos transgênicos e da exploração do petróleo e gás, passa a ser priorizada e implementada a construção de um grande número de represas na Amazônia para geração de hidroenergia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (SVAMPA, 2019).

Os processos de acumulação por espoliação, cada vez mais presentes no mundo contemporâneo, evidenciam a natureza agroextrativa assumida pelo capitalismo, sob a égide da doutrina neoliberal. À Amazônia é relegado o papel de fronteira extrativa agrária, tanto do ponto de vista da constituição do capitalismo nacional, quanto da demanda do capital internacional. Se torna – e é ampliada a fronteira – agroextrativa pela abertura constante de novas áreas, com a apropriação de terras e bens da natureza, utilizando meios, instrumentos e processos de expropriação e espoliação.

A seguir, será detalhado o processo histórico de formação da fronteira extrativa agrária na Amazônia e o seu avanço com a integração da região à economia nacional, em um contexto de consolidação da ordem neoliberal global.

Capítulo 3 - Amazônia: fronteira extrativa agrária

3.1. Modos de extração e modos de produção

Já na década de 1980, ao analisar a história econômica da Amazônia, Bunker (1988) propunha uma diferenciação entre modo de extração e modo de produção. O autor aponta uma série de características da economia extrativa, das quais destacamos cinco, que permitem diferenciá-la dos sistemas produtivos existentes nos países mais industrializados (BUNKER, 1988), corroborando o uso conceitual de “fronteira extrativa agrária”.

Primeiramente destaca-se o baixo emprego de capital e mão-de-obra em relação ao valor extraído, o que produz um rápido aumento na renda regional. Tal aumento pode ser seguido de um colapso igualmente rápido, quando o esgotamento dos recursos facilmente acessíveis requer incrementos adicionais de trabalho e capital (investimentos), sem um aumento correspondente no volume extraído. O aumento rápido do custo de extração normalmente estimula uma busca por matéria-prima substituta ou por novas fontes de recursos²⁶, gerando deslocamentos constantes de pessoas e infraestrutura (BUNKER, 1988).

Uma segunda característica da economia extrativa é a descontinuidade dos padrões de assentamento e do desenvolvimento de infraestrutura. Quaisquer mudanças trazidas na distribuição da população e no ambiente físico, provocadas por um empreendimento extrativo, tende a inviabilizar o desenvolvimento subsequente de um sistema produtivo, favorecendo o advento de novos ciclos extrativos (BUNKER, 1988).

Em terceiro lugar, ao responder a uma crescente demanda externa, a economia extrativa tende a se empobrecer pela exaustão dos recursos não renováveis; pela exploração dos recursos renováveis além de suas capacidades de regeneração; e, ainda, por forçar o aumento do custo unitário do material extraído de tal forma que o desenvolvimento de alternativas sintéticas ou cultivadas em outras regiões se torne mais viável (BUNKER, 1988).

A característica seguinte é a concentração de capital em infraestrutura de transporte e remoção, que, frequentemente, cria uma severa dependência tecnológica em relação aos países industrializados. Ferrovias, navios a vapor, docas, plataformas de perfuração, oleodutos e

²⁶ Nesse aspecto, Bunker (1988), ressalta que a criação de gado em pastagens formadas pela queima de áreas de floresta também é essencialmente extrativa. Há alguma intervenção humana no manejo do rebanho e na limpeza de pastagens, mas a pastagem em si depende frequentemente dos nutrientes liberados pela queima da vegetação e, geralmente, não dura muito além do rápido esgotamento desses recursos.

máquinas de movimentação de terra requerem técnicas e capitais improváveis de serem desenvolvidos pelas economias extrativas (BUNKER, 1988).

Por fim, considerando que as formações sociais nas regiões extrativas raramente desenvolvem ligações políticas e econômicas densas e que faltam comunidades viáveis e autossustentáveis, os habitantes locais não conseguem pressionar o Estado a proibir uma disrupção repetida, causada pela extração de quaisquer recursos que ofereçam lucros aos empreendedores de outras regiões. Por isso as economias extrativas tendem a uma estagnação eventual, quebrada apenas por novos ciclos extrativos, caso emergjam novas demandas por recursos disponíveis na região (BUNKER, 1988).

Paradoxalmente, conforme avaliou Pineault (2018), as populações e comunidades despossuídas ao longo da cadeia extrativa, na medida em que não são apenas marginalizadas, também se tornam dependentes da atividade econômica extrativa para a sua sobrevivência. Em alguns casos tornam-se, até mesmo, aliados da classe capitalista extrativa (PINEAULT, 2018).

Para avaliar as trocas desiguais entre as regiões centrais e periféricas, no âmbito do sistema econômico mundial, Bunker (1984) propõe a apreciação dos fluxos de matéria e energia, considerando que as perdas de valor causadas pela exploração dos recursos naturais não podem ser estimadas apenas em termos de capital e trabalho, como querem as teorias econômicas tradicionais. Dessa forma, os fluxos de energia, a incorporação de energia em infraestrutura física útil subsequente, a distribuição demográfica e organização social e as conseqüências ecossistêmicas dos diferentes usos da energia distinguem claramente os variados modos de produção e extração que constituem o sistema mundial de trocas (BUNKER, 1988).

Ao perder energia e matéria, a região extrativa torna-se cada vez mais simplificada, tanto em termos de organização social quanto no que se refere ao ambiente natural, devido à redução do fluxo de energia e à capacidade de retê-la de forma útil. Ao passo que a energia e a matéria que flui aos sistemas produtivos centrais são parcialmente e temporariamente conservadas de forma útil, no sentido de estimular uma organização social cada vez mais complexa e modificações no ambiente físico que promovem uma melhora nas condições de produção (BUNKER, 1988).

As diferenças entre as dinâmicas internas dos modos de extração e dos modos de produção criam uma troca desigual não só em termos de valor de trabalho incorporado nos produtos, mas também através da apropriação direta dos recursos naturais não renováveis ou que se esgotam rapidamente. A apropriação extrativa empobrece o ambiente dos quais dependem as populações locais, tanto para a sua reprodução quanto para a extração de mercadorias para exportação (BUNKER, 1988, p.22, tradução nossa).

Ao estabelecer os modos de produção e os modos de extração como sistemas interdependentes, Bunker (1988) constata que a aceleração da produção industrial requer uma valorização relativamente alta da energia humana na formação social industrial articulada e uma subvalorização correspondente dos recursos naturais e do trabalho extrativo. Essas discrepâncias exacerbam a desolação social e ecológica das regiões extrativas, que acabam limitando o potencial reprodutivo, não apenas dos modos extrativos, mas também dos modos produtivos que deles dependem.

Bunker (1984; 1988) explica, assim, o subdesenvolvimento da Amazônia a partir da implementação na região de sucessivos modos de extração que, desde o período colonial, impuseram uma dinâmica de exploração intensa do trabalho e da natureza, submetendo a região à condição de fronteira extrativa. Tais modos de extração reduziram a capacidade de regeneração dos ecossistemas e impossibilitaram a organização de uma força de trabalho capaz de responder adequadamente às demandas dos novos mercados criados com o advento da sociedade industrial (BUNKER, 1984).

3.2. Os sucessivos ciclos extrativos na Amazônia

Estudos arqueológicos apontam que civilizações complexas existiram há milênios na região de várzea do Amazonas. Na região de Santarém, foram encontradas as mais antigas peças de cerâmica de todas as Américas, datadas de oito mil anos antes de Cristo (BECKER; STENNER, 2008).

A partir do século XVI, a colonização das Américas iria mudar de forma definitiva a geografia do vale amazônico. Inicialmente, o sucesso dos canaviais na costa atlântica estimulou tentativas de implementar uma economia açucareira na região. Ao mesmo tempo, a recepção entusiástica na Europa de espécies nativas, conhecidas como as *drogas do sertão*²⁷, inspirou a organização de expedições extrativas subindo o rio Amazonas e seus afluentes e adentrando o interior da floresta, a partir de Belém (BUNKER, 1984).

Açúcar e especiarias exigiam emprego intensivo de mão de obra, que era suprida pelo aliciamento constante de trabalhadores indígenas, muitos dos quais acabavam se submetendo

²⁷ As chamadas *drogas do sertão* eram substâncias aromáticas com supostos efeitos medicinais e mesmo afrodisíacos, e outras que detinham alto valor de mercado para uso das elites europeias, tais como canelas, cravo, anil, cacau, raízes, sementes oleaginosas, salsaparrilha, etc. (BECKER; STENNER, 2008).

ao regime de trabalho agroextrativo das missões jesuíticas, por medo das expedições organizadas para a captura de escravos. O aumento progressivo da demanda colonial por escravos indígenas provocou incursões e guerras entre diferentes grupos, dispersão das áreas povoadas e diminuição drástica da população nativa (BUNKER, 1984).

Não demorou muito para que esse primeiro ciclo extrativo apresentasse sinais de exaustão. O açúcar amazônico não conseguia competir, em qualidade e em custo de produção, com o açúcar da costa atlântica. De outro lado, a superexploração das espécies nativas obrigava a realização de expedições de coleta cada vez mais distantes dos assentamentos coloniais, o que aumentava a demanda por mão de obra escrava. As expedições para captura de escravos, por sua vez, tornavam-se cada vez mais onerosas à medida que a redução das populações indígenas ao longo dos rios aumentava o tempo, a distância e o custo dessas incursões (BUNKER, 1984).

A assinatura do Tratado de Madri, em 1750, encerrou um período de conflitos entre espanhóis e portugueses na fronteira amazônica, inaugurando uma fase de reordenação da política colonial portuguesa, que buscava uma maior articulação física do território e, conseqüentemente, uma integração maior da região amazônica ao todo do sistema colonial. Destaca-se nesse período a atuação do Secretário de Estado português, o marquês de Pombal (BECKER, 2009a).

Em 1751, Portugal cria o Estado do Grão-Pará e do Maranhão, com o centro de decisão em Belém (1751), tendo como governador Mendonça Furtado, o irmão do marquês de Pombal (BECKER, 2009a). No ano de 1755, as missões jesuíticas foram secularizadas, o que diminuiu as restrições que os jesuítas impunham ao acesso ao trabalho indígena. Em 1757 a Coroa Portuguesa parou de encorajar a exportação de açúcar e tabaco e, em 1759, os jesuítas foram expulsos da colônia (BUNKER, 1984).

Tais acontecimentos coincidiram com o estabelecimento da Companhia Geral do Pará e Maranhão, dirigida por Mendonça Furtado. Com o principal negócio da companhia sendo a exportação de cacau, as expedições extrativas aumentaram consideravelmente, assim como a demanda pela mão-de-obra escrava (BUNKER, 1984). A ação econômica da Companhia envolvia também a implementação da agricultura do algodão e do café, sobretudo no Maranhão, o incentivo a manufaturas de algodão, de anil, de preparo de madeiras e embarcações. Em 1772, já em fase pós-Pombal, é criado o Estado do Grão-Pará e do Rio Negro, separado do Estado do Maranhão, revelando preocupação com a integração interna da Amazônia (BECKER, 2009a).

O estabelecimento do gado na área de várzea, a concentração das comunidades ao longo dos núcleos fortificados (que posteriormente deram origem a cidades como Belém e

Manaus) e a posterior corrida por minerais preciosos, empurrou a população indígena remanescente para longe das margens férteis dos rios, na direção do interior da floresta, onde eles só poderiam sobreviver em assentamentos dispersos e instáveis (BUNKER, 1984).

Do ponto de vista ecológico, Bunker (1984) chama atenção para a rápida redução no número de tartarugas e peixes-boi durante esse ciclo extrativo, o que causou uma série de desequilíbrios nos ecossistemas de várzea e o comprometimento da sobrevivência das famílias ribeirinhas. Além de serem fontes importantes de carne e óleo, esses animais são importantes na manutenção de toda a cadeia alimentar. O pastoreio do peixe-boi nas águas superficiais, por exemplo, é crucial para manter os lagos e canais livres de vegetação, o que facilita a navegação fluvial e permite a entrada de luz necessária para o desenvolvimento de diversas formas de vida nesses ambientes (BUNKER, 1984).

Ao fim do período colonial, com o esgotamento do ciclo das *drogas do sertão*, a Amazônia passa por um longo período de estagnação econômica, só interrompido com o advento da Revolução Industrial e a geração de um novo ciclo extrativo na região. No ano de 1839, Charles Goodyear descobre a técnica de vulcanização da borracha que é acompanhada por técnicas posteriores que tornaram a borracha vulcanizada suficientemente resistente ao calor, de forma que pudesse ser utilizada em motores de combustão interna (BECKER; STENNER, 2008).

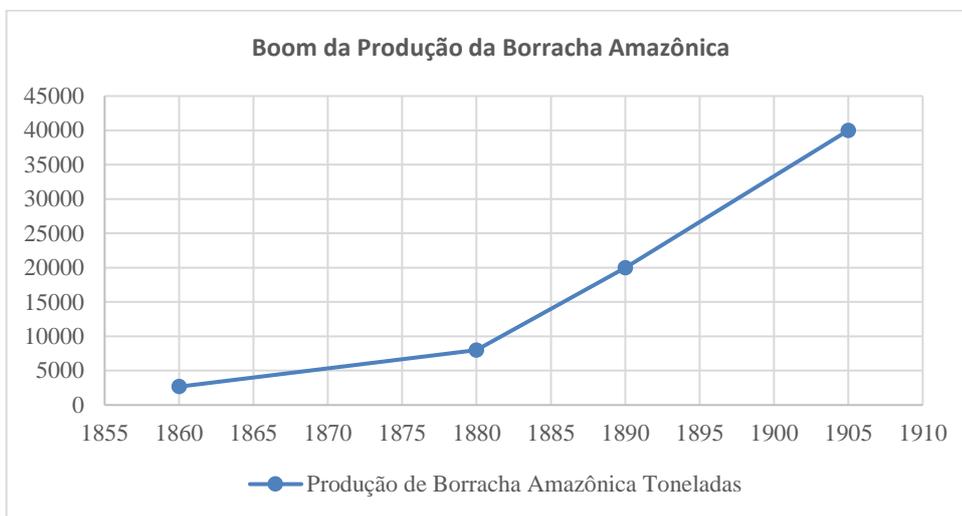
Foi a grande transformação na economia-mundo, com sua inovação científico-tecnológica constituída pela energia, que revolucionou a economia e o modo de vida na Amazônia. A máquina para produção de bens foi a marca da Revolução Industrial, e a borracha tornou-se um de seus insumos básicos, utilizada para a confecção de inúmeros objetos, desde os de uso doméstico, pneus para bicicletas e automóveis, até material bélico e de construção naval. A navegação a vapor foi uma inovação essencial, permitindo ampliar e acelerar as relações entre os novos centros e as periferias fornecedoras de recursos (BECKER e STENNER, 2015, p.18).

A demanda industrial da borracha se eleva de tal forma que, já em 1860, a produção amazônica de borracha alcançava 2.673 toneladas. Em 1880, a exportação de borracha ultrapassava as oito mil toneladas e, ao final do século, alcançava as vinte mil toneladas (BUNKER, 1984), fazendo do Brasil o maior fornecedor mundial de borracha (Gráfico 1).

O “ciclo da borracha” gerou um intenso surto de povoamento da região. A população da Amazônia salta de 337 mil habitantes, em 1872, para 476 mil, em 1890, ultrapassando um milhão, em 1906 (Gráfico 2) (ALLEGRETTI, 2002). Enquanto a exploração das drogas do sertão se concentrou nos baixos e médios cursos dos afluentes do Amazonas, a extração da borracha penetrou nos altos cursos da margem direita do grande rio, onde se concentrava a

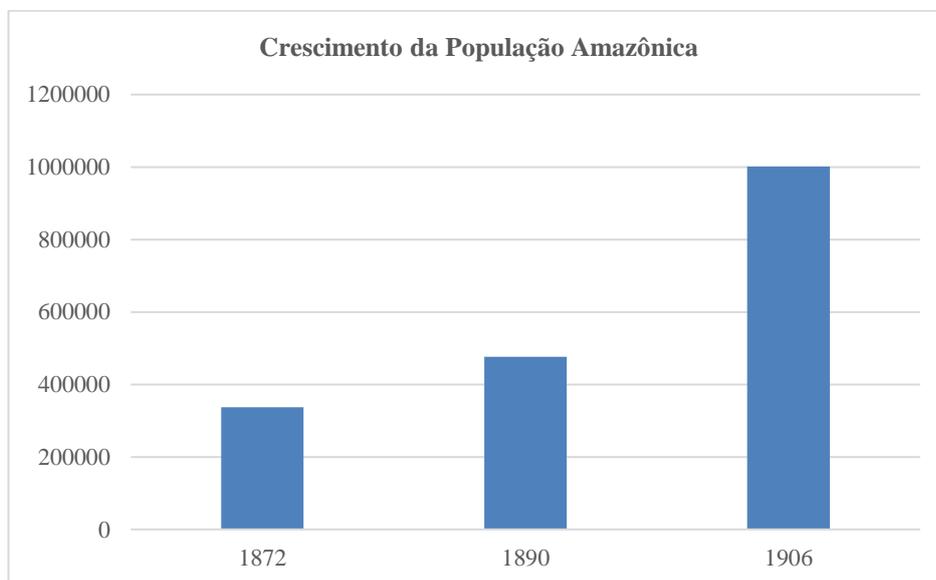
seringueira (*Hevea brasiliensis*) da qual se extraía o látex, utilizado na fabricação da borracha (BECKER; STENNER, 2008).

Gráfico 1



Fonte: Bunker (1984). Elaboração própria.

Gráfico 2



Fonte: Allegretti (2002). Elaboração própria.

Até 1880, a produção de borracha no Baixo Amazonas (incluindo o Pará) respondia pela maior parte da exportação, ficando a província do Alto Amazonas com menos de 1/5 do total exportado. Após 1880, a produção para exportação se torna predominante no médio curso do Amazonas, com os seringais do rio Madeira produzindo 3,5 toneladas e os do rio Purus

produzindo 5,5 toneladas entre 1881 e 1883. Após 1907 o Acre passa a ser o maior produtor, com mais de 11 mil toneladas anuais (ALLEGRETTI, 2002).

A interiorização da exploração da borracha na bacia amazônica foi favorecida pelo advento da navegação a vapor na região, em 1851, e pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866. No mesmo ano houve o desmembramento da província do Grão Pará, com a criação da província do Alto Amazonas, permitindo a formação de uma elite comercial regional poderosa, baseada em Belém e Manaus, voltada tanto para a exportação da borracha quanto para a importação de produtos industriais (ALLEGRETTI, 2002).

A seringueira é uma árvore que cresce até a cúpula da floresta, alcançando uma altura entre trinta e cinquenta metros. A princípio era explorada ao longo dos cursos d'água, onde é possível identificar as árvores pelos seus frutos que boiam. Os espécimes mais altos, porém, localizam-se em terras mais altas e solos bem drenados. A árvore não é encontrada em concentração uniforme, podendo haver dois ou três indivíduos exploráveis em um hectare (ALLEGRETTI, 2002).

A distância média de cem metros entre as seringueiras tornou a coleta do látex extremamente intensiva em termos de trabalho, em uma região que já havia sido despovoada nos ciclos extrativos anteriores. Inicialmente a mão de obra para a extração do látex era suprida por trabalhadores situados próximos ou dentro dos centros urbanos já estabelecidos. O aumento rápido da demanda e do preço da borracha exigiu, contudo, a exploração de áreas cada vez mais distantes e que exigiam um número cada vez maior de trabalhadores. A grande solução para o provimento de mão de obra nos seringais foi a importação de trabalhadores rurais nordestinos que, submetidos a uma seca especialmente severa que se abatia sobre a região do semiárido, se viram forçados a aceitar o recrutamento e o transporte até a Amazônia, ao longo da década de 1870 (BUNKER, 1984).

O depoimento do líder seringueiro Chico Mendes, em entrevista concedida a Allegretti (2002), retrata bem as condições precárias e de violência extrema a que eram submetidos os trabalhadores nordestinos, desde a chegada em Belém, até o estabelecimento de suas famílias nos seringais:

Começa então o tráfico de nordestinos para a Amazônia. Eram trazidos de navio até o porto de Belém, sendo a praça de Belém a sede principal dos seringalistas. Quando o navio chegava, os patrões levavam um número de pessoas para a selva. Existia uma propaganda no Nordeste de que a borracha era uma mina, quando a realidade era totalmente outra. Quando o nordestino chegava na Amazônia, não tinha mais como voltar, estava preso pelo rio, caminhava horas nas matas, havia índios que resistiam e que matavam, tudo isso além da malária e outras doenças.

Os que conseguiam sobreviver, quando conseguiam um saldo que concretizaria o seu sonho de voltar à terra natal, não eram reembolsados. Como eram vários grupos de seringalistas, financiados por entidades internacionais, cada um detinha o domínio sobre uma determinada área. E um não podia entrar na área do outro. Se acontecesse de um seringueiro ir ao barracão de um seringalista diferente daquele ao qual ele pertencia, e esse seringalista descobrisse, mandava a polícia ao barracão, tomava a borracha do seringueiro e tacava fogo nele. Muita gente morreu assim (ALLEGRETTI, 2002, p.198).

A exploração dos trabalhadores nos seringais foi brutal. Tendo que arcar com os custos da viagem, eles já chegavam endividados nas colocações. A meta de coleta do látex era fixada pelos seringalistas, os donos dos seringais, que não forneciam as condições para que o seringueiro produzisse um mínimo para a sua subsistência. Todos os itens para a sua manutenção pessoal e as próprias ferramentas de trabalho eram vendidos pelo próprio seringalista, por meio do sistema de aviamento que, através de preços extremamente inflacionados, mantinha os trabalhadores escravizados por uma dívida impagável dentro dos seringais e sem perspectiva de saírem do ciclo de exploração em que foram enredados. As péssimas condições de saneamento e alimentação explicava, em grande parte, a alta taxa de mortalidade observada entre os seringueiros (BUNKER, 1984).

No topo do sistema de aviamento (sistema de trocas vertical ao longo da cadeia extrativa da borracha) estavam agências de exportação, financiadoras e bancos ingleses e americanos que se instalavam na região dos portos. Logo abaixo, estavam as casas de aviamento que forneciam todo tipo de bens de consumo e gêneros aos comerciantes maiores, os aviadores, que repassavam os produtos aos seringalistas em troca da borracha. Os bens adquiridos a crédito pelos seringalistas serviam para montar os armazéns dentro da floresta, através dos quais os produtos eram distribuídos aos seringueiros em suas colocações, por meio dos regatões, espécie de embarcação que era utilizada para adentrar os altos cursos dos rios (BUNKER, 1984; BECKER; STENNER, 2008).

O excedente, extraído da exploração do trabalho de coleta do látex, era pulverizado ao longo dos diversos elos da cadeia extrativa, sendo reinvestido nos meios de troca, como barcos, docas e armazéns, e no consumo extravagante da elite local nas cidades nascentes. Soma-se a isso a baixa remuneração dos seringueiros e a baixa densidade populacional para que fossem inviabilizados os possíveis vínculos de consumo com as economias produtivas locais. Tais fatores foram determinantes para que não tenha havido o desenvolvimento das forças de produção que permitiriam um salto industrial e uma maior concentração e circulação de riquezas na região (BUNKER, 1984; BECKER; STENNER, 2008; MOREIRA, 2011).

Foi o aumento constante dos preços da borracha, acompanhado de uma demanda industrial crescente e a longo prazo na Europa, que inspirou o longo, dispendioso e incerto processo de adaptação das seringueiras amazônicas a um sistema de monocultivo na Ásia. O ciclo da borracha amazônica entrou em colapso quando os ingleses lograram sucesso nessa empreitada.²⁸ Assim que a borracha asiática entrou no mercado em quantidade suficiente, os altos custos do sistema extrativo amazônico inviabilizaram a venda da sua borracha. Entre os anos de 1910 e 1920, a borracha amazônica, que era praticamente o único suprimento do mercado mundial, caiu para apenas 20% (BUNKER, 1984).

De acordo com Bunker (1984;1988), o colapso da cadeia extrativa da borracha pode ser explicado pelas heranças deixadas pelos ciclos extrativos do período colonial, especialmente no que se refere à dispersão e diminuição da população rural. O próprio regime de trabalho, caracterizado pela escravidão por dívida, só pôde ser estabelecido graças ao déficit populacional, que exigiu o recrutamento de seringueiros de outras regiões, em condições extremamente precárias.

Em áreas com baixa densidade populacional, os aviadores podiam controlar o suprimento de todos os bens essenciais, com pouca ou nenhuma competição com comunidades agrícolas preestabelecidas. Além disso, como o número de trabalhadores era insuficiente para estabelecer sistemas de plantio da seringueira, a resposta à demanda crescente pela borracha só podia se dar através da exploração de áreas cada vez mais distantes. Tudo isso são fatores fundamentais para explicar tanto os altos custos de extração quanto a concentração da renda ao longo da cadeia extrativa da borracha (BUNKER, 1984).

Na sua depredação do ambiente natural e social, os colonizadores portugueses restringiram severamente a gama de possíveis respostas sociais e econômicas à demanda internacional pela borracha. O *boom* da borracha repetiu o padrão da colonização original – o enriquecimento rápido de um pequeno grupo, seguido por um colapso repentino e uma pobreza prolongada (BUNKER, 1984, p.1032, tradução nossa).

Após o colapso da borracha, muitos dos seringueiros sobreviventes permaneceram na região amazônica, sem poder contar com nenhum tipo de apoio do Estado, buscando sobreviver a partir de uma economia mista de subsistência e de troca, baseada na horticultura combinada com o extrativismo, a caça e a pesca. O principal contato deles com o mercado se manteve

²⁸ Em 1874, setenta mil sementes de seringueiras foram levadas à Inglaterra, por meio de um embarque clandestino em Belém. Em 1881, foram produzidas as primeiras mudas em Singapura, então colônia inglesa. Entre 1890 e 1914, a produção de borracha asiática salta de quatro para 71 mil toneladas (ALLEGRETTI, 2002).

através da continuação do sistema de aviação, agora orientado, não mais para a exportação, mas para o comércio entre o rural e o urbano. A borracha continuou a ser comercializada, mas em uma escala muito menor e, junto com a castanha, representava uma renda suplementar às atividades de subsistência (BUNKER, 1984).

Diferente da ocupação original do vale amazônico, a população remanescente do ciclo da borracha concentrou-se nas áreas de “terra firme”, mais distantes das áreas de várzea e com solos mais frágeis. Contribuíram para isso a perda da tecnologia indígena, que era fundamental para a sobrevivência nos ambientes de várzea, associada à pressão do mercado, pois praticamente todos os cultivos comercializáveis cresciam na “terra firme”. Dessa forma, extensas áreas de várzea permaneceram inexploradas ou utilizadas apenas como áreas de pastagens durante as estações menos chuvosas, em que o nível dos rios está baixo. Em áreas mais povoadas, como a Zona Bragantina, mais próxima ao litoral do Pará, ou em áreas próximas da confluência dos rios Tapajós e Amazonas, a ocupação da terra firme levou à implantação de cultivos anuais com curtos períodos de pousio, resultando na rápida deterioração do solo, na ocorrência de pragas e ervas daninhas e em uma redução drástica dos rendimentos agrícolas (BUNKER, 1984).

Bunker (1988) chama atenção para a história do *boom* da borracha, que teria sido diferente caso se mantivesse o padrão original de ocupação do vale amazônico, baseado em uma relação hierárquica entre as áreas de várzea e de terra firme. Os densos e produtivos assentamentos das áreas de confluência dos afluentes com o grande rio poderiam fornecer trabalho e alimentos para as áreas de extração do látex. As consequências demográficas e econômicas, porém, das economias extrativas de exportação tornaram isso impossível. Ao invés disso, as áreas ribeirinhas foram colonizadas por grupos dispersos, contando com economias de subsistência que não se integravam às áreas de terra firme.

Durante a Segunda Guerra, com o controle dos seringais asiáticos pelos japoneses, houve um novo ânimo da demanda internacional pela borracha brasileira. Aproveitando o êxodo ocasionado pela seca de 1942 no Nordeste, o governo passa a estimular o alistamento no trabalho nos seringais amazônicos. A Amazônia recebe, então, uma nova leva de migrantes nordestinos, que ficaram conhecidos como os “soldados da borracha”. O segundo ciclo da borracha dura pouco e, já no ano de 1946, o preço da borracha brasileira começa a declinar diante da concorrência asiática (FERNANDES et al., 2010).

Assim como ocorrera no passado, os seringueiros sobreviventes tiveram que buscar meios alternativos de sobrevivência na floresta ou migrar para os centros urbanos, em franco

crescimento na época. Ocorre então uma dispersão das famílias que viviam nos seringais e a desarticulação de suas atividades produtivas (FERNANDES et al, 2010).

Durante os anos 1950, a demanda nacional e internacional por peles de onça e jacaré provocou a diminuição dessas espécies assim como a exploração anterior fizeram com as tartarugas e os peixes-boi. Mais uma vez, a superexploração da fauna provocou impactos imprevistos nos ecossistemas amazônicos, resultando também no empobrecimento das comunidades humanas. Os jacarés, por exemplo, possuem uma importante função ecológica no provimento de nutrientes para lagos e igarapés, pois se alimentam de peixes que nadam nos rios maiores e depois excretam os remanescentes nos lagos e rios menores, ambientes importantes para a reprodução de diversas espécies de peixe. A diminuição dos jacarés causou, portanto, a diminuição da ictiofauna e da disponibilidade de proteína para as populações locais (BUNKER, 1984).

3.3. O Estado moderno e a política agroextrativa para a Amazônia

O início do século XX é marcado pela consolidação dos limites do território amazônico com a anexação do Acre, em 1903, e o estabelecimento dos limites políticos nacionais concluídos em 1909. Com o fim da República Velha e o estabelecimento do Estado Novo (Governo Vargas 1930-1945), em 1930, inaugura-se o período de consolidação, pela via autoritária, do Estado moderno nacional. A “Marcha para o Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, fazem da Amazônia objeto de planejamento governamental (BECKER, 2009a; 2009b).

Analisando as tentativas de inserção nas políticas nacionais, Becker (2009a) entende que a Amazônia como uma fronteira-mundi, ou seja, como um espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo. Isto a coloca, ao longo de toda a história, como alvo de constantes interferências de forças externas, dificultando a sua integração aos Estados nacionais, não só no caso do Brasil.

Nesse sentido, Bunker (1988) observa que a mediação e a intervenção do Estado, por meio do incremento das capacidades administrativas e o desenvolvimento de um sistema de transporte e comunicação, não levaram a uma incorporação efetiva da Amazônia à nação. Para o autor, o despovoamento, os desequilíbrios ambientais e os deslocamentos demográficos e

econômicos, criados pelos modos de extração anteriores, geraram as condições para que diversos atores do setor público e privado passassem a tratar a Amazônia como uma fronteira vazia, da onde os lucros poderiam ser rapidamente extraídos, sem se dar a devida importância aos sistemas econômicos, sociais e ambientais preexistentes (BUNKER, 1988).

Pecuaristas, mineradores, empresas madeireiras e gestores públicos puderam tratar a Amazônia como uma fronteira vazia porque os modos de extração anteriores atenderam a oportunidades do comércio internacional de tal forma que impediu o desenvolvimento de populações humanas estáveis, aptas a se adaptarem de forma rentável aos seus ambientes sociais e ecológicos. [...] O consequente empobrecimento e diminuição populacional da Amazônia prepararam terreno para o *boom* e o colapso do comércio da borracha pouco intensivo em mão de obra e para o uso desperdiçado da Amazônia como um pasto imenso, efêmero e, finalmente, destrutivo (BUNKER, 1984, p.1051, tradução nossa).

O governo Kubitschek (1956-1961) traz grandes mudanças para a região amazônica. No âmbito de uma política de unificação dos mercados nacionais, através de energia e transporte e de transferência da capital federal para Brasília, são construídas as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-364), que abrem novas frentes de ocupação da região. Entre 1950 e 1960 a população total da Amazônia salta de 1 milhão para quase 5 milhões, crescendo de modo acelerado, a partir de então (BECKER, 2009a).

Entre 1960 e 1980, a região foi alvo de estratégias nacionais de desenvolvimento, aliadas ao capital internacional. A ausência de organizações sociais preexistentes capazes de resistir a novas apropriações, somadas às condições geográficas, resultou num ritmo acelerado de sua ocupação em larga escala, configurando-a como grande fronteira de recursos nacional e mundial, isto é, como o espaço-tempo em que o Estado pode mais rapidamente promover a modernização sem afetar a estrutura social nacional hierárquica (BECKER, 2015d, p.411).

Durante o período militar (1964-1988), é criado o Plano de Integração Nacional (PIN), que é sucedido por um conjunto de ações coordenadas do Estado, visando uma modernização acelerada da sociedade e do território. Conforme ressalta Becker (2009a) a ocupação da Amazônia assume importância estratégica nesse contexto por diversas razões: a região é vista como solução para os tensionamentos sociais decorrentes da expulsão de pequenos produtores do nordeste e sudeste pela modernização da agricultura; existia o temor pelo desenvolvimento de focos revolucionários; a migração para a região amazônica que ocorria nos países vizinhos; a construção da Carretera Bolivariana Marginal de La Selva, ao longo do Pacífico, o que poderia reduzir a influência do Brasil no continente; e proposta aventadas de internacionalização da Amazônia, inclusive a do Instituto Hudson de transformar a região em um grande lago para facilitar a exploração e circulação de recursos (BECKER 2009a; 2009b).

Entre 1968 e 1974, é implantada uma “malha programada” (BECKER, 2009a) sobre o espaço amazônico, tendo em vista a apropriação física e o controle do território pelo Estado brasileiro. A implantação dessa malha se dá a partir das seguintes estratégias: a) implantação de redes de circulação espacial: redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbanas e hidroelétricas; b) subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros; c) indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização; d) superposição de territórios federais sobre os estaduais para facilitar a apropriação de terras dos estados (BECKER 2009a; 2009b).

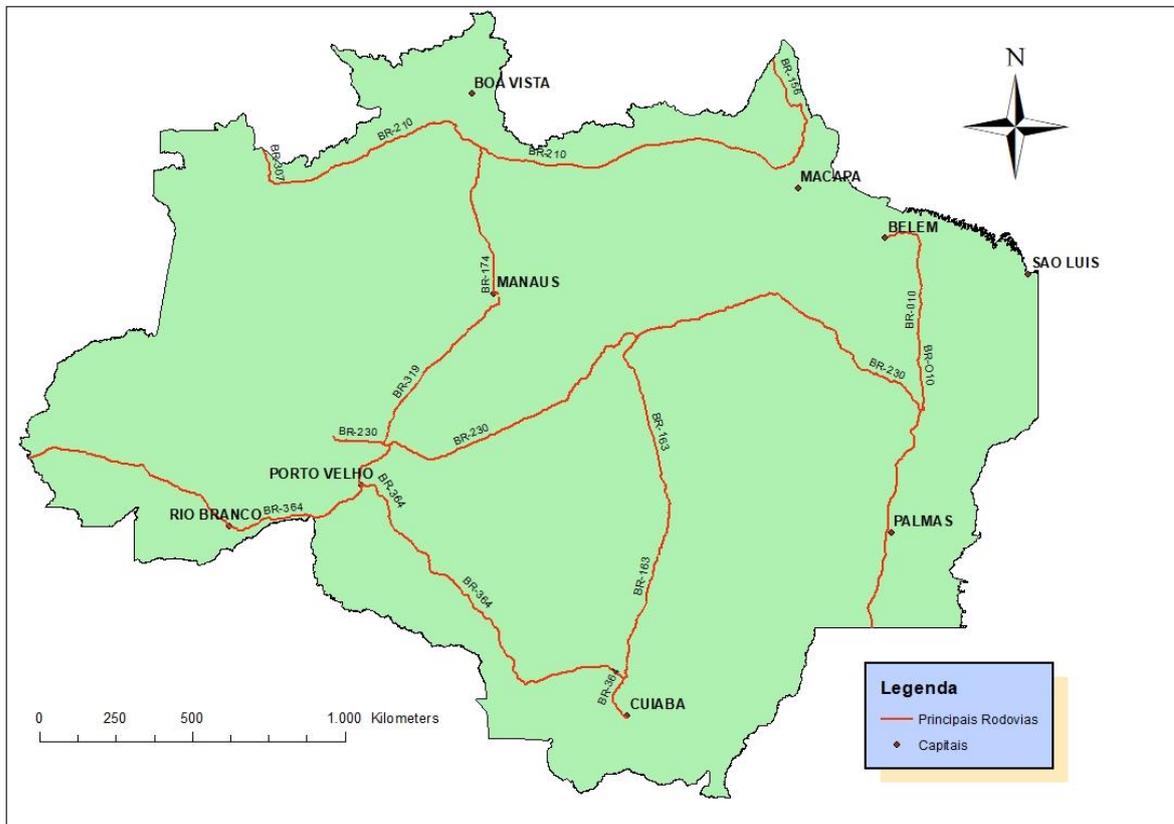
Nesse contexto são construídas as rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (a BR-163); a SPVEA é transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o Banco de Crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (BASA); é criado o projeto Radam, para cobertura do território amazônico por imagens aéreas de radar; e é criada a Zona Franca de Manaus, um enclave industrial em meio à economia extrativa e próximo à fronteira Norte. Além disso, é criado o território da Amazônia Legal, somando 1,4 milhão km² aos 3,5 milhões de km² da região Norte, redefinindo os limites da atuação governamental na região amazônica (BECKER, 2009a).

O PIN foi implementado por meio do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), associado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND), com ações previstas para o período de 1972 a 1974; e do II PDA, associado ao II PND, com ações previstas para o período de 1975 e 1979. O I PDA reforçava as estratégias de integração nacional, por meio da expansão da fronteira econômica no sentido centro-oeste, Norte e Nordeste. O II PDA centrava ações no crescimento econômico agressivo, voltado para o mercado externo e orientado pela iniciativa privada (SCHITTINI, 2010).

A construção da rodovia Transamazônica (ligando a região nordeste ao extremo oeste da Amazônia) e da rodovia Cuiabá-Santarém se destaca entre as ações promovidas no âmbito do PIN, no sentido de conectar a região amazônica ao resto do país e de viabilizar a circulação de bens e mercadorias (Figura 1). Associada à construção das rodovias estava um projeto de colonização ambicioso a ser levado a cabo pelo recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Era prevista, inicialmente, a destinação de dez quilômetros à esquerda e a direita dessas rodovias para implementação da colonização oficial. Em decreto

posterior, a largura dessa faixa seria alterada para cem quilômetros em cada lado das rodovias²⁹ (SCHITTINI, 2010).

Figura 6 - Principais rodovias na Amazônia Legal



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MacroZEE da Amazônia Legal (MMA, 2010).

A maior parte dos recursos orçamentários do INCRA, entre os anos de 1970 e 1974, foi destinada aos Projetos Integrados de Colonização (PIC), ao longo das rodovias. Divulgado com o lema “Terra sem homens para homens sem terra”, o programa pretendia resolver o problema da pobreza rural no Nordeste, causada pela extrema concentração fundiária e da exclusão dos pequenos produtores na região sul, causada pelo processo de modernização da agricultura (BUNKER, 1988). A previsão inicial envolvia o assentamento de cem mil famílias em agrovilas com glebas de 100 hectares para cada, a construção de escolas e entrepostos comerciais, transporte gratuito, assistência técnica e subsídios para os primeiros meses de ocupação (SCHITTINI, 2010).

²⁹ O PIN foi criado pelo Decreto Lei N°. 1.106, de 16 de junho de 1970, que posteriormente foi alterado pelo Decreto Lei N°. 1164, de 1º de abril de 1971 (SCHITTINI, 2010).

A produtividade nos assentamentos de colonização, apesar dos bons resultados obtidos durante as primeiras safras, caiu bruscamente em função da falta de financiamento adequado e assistência técnica. Reproduzindo o sistema agrícola de corte e queima, os colonos (migrantes do Sul e do Nordeste) passaram a avançar sobre a floresta para a implantação de cultivos de subsistência (plantios de mandioca, arroz, milho e feijão). Problemas no desenho dos lotes (que não consideravam adequadamente as características dos ambientes amazônicos) e limitações ambientais e ecológicas (que restringiam a viabilidade da agricultura convencional) se somaram às dificuldades de comercialização dos produtos, tornando questionável o modelo de colonização baseado nas agrovilas (SCHITTINI, 2010).

Conforme relata Bunker (1988), a assistência técnica oficial, prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), era baseada em modelos de assentamento que não condiziam com a realidade da Amazônia. Culturas como arroz feijão e milho eram amplamente estimuladas em detrimento de culturas como mandioca e banana, mais adaptadas às características do clima e do solo amazônico, e com um mercado local mais consolidado. Também era dada pouquíssima atenção aos cultivos nas áreas de várzea, pois os técnicos tinham pouco conhecimento e aptidão em relação às tecnologias requeridas. Adicionalmente, atividades importantes e tradicionalmente praticadas na região, como o extrativismo vegetal, a caça e a pesca, eram praticamente ignoradas.

Além disso, os técnicos desconsideravam problemas relativos à agricultura tradicional, baseada nas técnicas de corte e queima, ao mesmo tempo em que a ênfase na distribuição de lotes dada pelos programas de colonização conflitava com os longos períodos de pousio requeridos pelo sistema tradicional. Em suma, o modelo de assistência técnica baseado em culturas externas à região e voltadas para a agricultura comercial fazia com que os agentes estimulassem um número limitado de culturas, restringindo a dieta dos colonos, tornando as áreas de cultivo mais suscetíveis ao ataque de pragas e aumentando o risco de perda de colheitas (BUNKER, 1988).

3.4. Ação ambígua do Estado: embates entre os modelos familiar/comunitário e os grandes empreendimentos agropecuários e minerais

A organização e implementação dos planos de desenvolvimento rural na Amazônia estavam, em última análise, subordinadas às demandas políticas e à interferência de grandes proprietários de terra e comerciantes externos às áreas afetadas. No nível local isso se refletia na descontinuidade dos projetos e na falta de organização e financiamento adequados,

geralmente resultando na subordinação do pequeno produtor às grandes empresas agrícolas (BUNKER, 1988).

No Pará, os programas de colonização e desenvolvimento rural visavam à integração dos colonos, posseiros e pequenos produtores no mercado nacional por meio da titulação de terras, propriedade privada da terra, crédito bancário e sistemas comerciais competitivos. O que exigiria uma transformação maior das instituições, que haviam sido moldadas pela posição periférica da região amazônica, tanto em relação ao sistema produtivo internacional quanto em relação ao Centro-Sul do Brasil (BUNKER, 1988).

A cultura de subsistência, a extração florestal e o comércio pelo sistema de avião não demandaram nem estimularam instituições que, conforme explica Bunker (1988), são intensivas em energia, como títulos de terra, cadastro geral de terras, sistemas formais de crédito bancário e mercados competitivos para a produção agrícola. Os órgãos responsáveis pela colonização e o desenvolvimento rural na Amazônia tentaram empregar procedimentos burocráticos que se adequavam mais à economia capitalista de região Centro-Sul (BUNKER, 1988).

Dessa maneira, a transferência da burocracia moderna dos centros industriais brasileiros para a periferia amazônica implicou na imposição de instituições e agências cujos poderes eram incompatíveis com as formações sociais endógenas geradas na Amazônia. Essa incompatibilidade gerou o esgarçamento das instituições e o colapso das organizações sociais em seu nascedouro (BUNKER, 1988).

O crédito a curto prazo para pequenos produtores era limitado às culturas de arroz, feijão e milho. Porém, a integração do pequeno produtor ao mercado, nas áreas de colonização da Transamazônica, dependia de culturas perenes como cana de açúcar, pimenta e cacau, tanto em razão do maior valor de mercado em relação ao volume produzido, quanto em função da rápida deterioração do solo que os cultivos anuais causavam nos ambientes tropicais. O crédito a longo prazo para essas culturas perenes, contudo, estava condicionado à apresentação do título da terra pelo produtor. A autoridade para emissão do título da terra pertencia ao INCRA, mas o controle sobre o registro da terra e dos empréstimos permanecia com os cartórios licenciados pelos Estados, o que, na prática, aumentava a dificuldade do pequeno produtor para obter o título da terra (BUNKER, 1988).

As sedes dos municípios estavam localizadas ao longo dos rios, as vias tradicionais de transporte, ao passo que os projetos de colonização seguiam as rodovias que, muitas vezes, cortavam os municípios em pontos distantes dos rios. Os colonos, dessa forma, tinham que realizar longos e dispendiosos deslocamentos ao longo das estradas e rios para chegarem à sede

do município. É o caso do projeto de assentamento PIC Altamira situado no município de Prainha, mas cujo cartório mais próximo ficava no município de Monte Alegre. Para registrar um título de imóvel ou um empréstimo, o colono precisava viajar 543 quilômetros a leste e a norte até Santarém e então viajar a leste novamente de barco por mais 6 horas, totalizando uma viagem de 26 horas. Assim também ocorria no PIC Itaituba, em que o colono precisava viajar mais de 400 quilômetros até Santarém para solicitar o título da terra ou o registro de empréstimo. Comumente tais viagens precisavam ser feitas diversas vezes, em função das complicações burocráticas envolvendo documentação e prazos de requerimento (BUNKER, 1988).

Os poucos que conseguiam acessar o crédito rural e os programas de extensão para fazerem a transição das culturas anuais para a pimenta, o cacau e a cana de açúcar, tinham uma carência de três ou quatro anos, quando poderiam realizar a primeira produção comercial e então acumular capital suficiente para pagar suas dívidas ou investir em máquinas e tratores para incrementar a produção. A grande maioria, porém, dos trabalhadores sem terra, para quem os projetos de assentamento haviam sido pensados originalmente, retornava para sua terra natal, em condições iguais ou piores que antes, ou avançavam mata adentro para tentar se estabelecer novamente (BUNKER, 1988).

Com a crise do petróleo de 1974, e o subsequente aumento da dívida externa brasileira, ocorre uma nova orientação para a exportação, diante da necessidade urgente de entrada de divisas no país. A colonização oficial torna-se alvo de críticas de políticos e empresários que defendiam uma abordagem mais “racional” de desenvolvimento, comandada pela iniciativa privada e voltada para fazendas de gado e grandes empreendimentos madeireiros e minerais. Rapidamente os pequenos produtores passaram a ser vistos, dentro da SUDAM, como sinônimo de ineficiência, imprudência e degradação ambiental (SCHITTINI, 2010).

A orientação para as grandes empresas foi acentuada pela competição entre madeireiros e pecuaristas, de um lado, e camponeses e pequenos produtores, de outro. A receita e a influência política do INCRA, advindas da taxaço e controle patrimonial sobre as terras públicas, gerou uma pressão pela alocação de seus recursos administrativos e financeiros na venda de terras em larga escala e na validação de títulos, ao invés do dispendioso e politicamente sensível processo de colonização e reforma agrária (BUNKER, 1988).

Com a publicação do II PDA, o governo explicitamente abandona a ideia de desenvolvimento da Amazônia, por meio do assentamento de pequenos produtores. Foi enfatizado, ao invés disso, o estabelecimento de grandes empresas altamente capitalizadas do setor agropecuário e minerador (BUNKER, 1988). A colonização passou a ser coordenada por

grandes cooperativas do Centro-Sul, ou colonizadoras privadas, que poderiam adquirir até quinhentos mil hectares de terra, divididos em lotes, variando de cem a quinhentos hectares (SCHITTINI, 2010).

As concessões aos setores agropecuário e mineral foram viabilizadas por meio do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) que definia quinze polos de desenvolvimento para os quais os investimentos deveriam ser canalizados. As fazendas destinadas à implementação desses mega empreendimentos agropecuários passaram a se sobrepor às áreas ocupadas pelos posseiros que haviam se estabelecido na região durante o ciclo anterior de colonização. O resultado foi o aumento vertiginoso da violência no campo na Amazônia, inclusive com a explosão do número de assassinatos, ocorridos durante a expulsão dos posseiros. Aos sobreviventes restava a fuga para novas áreas de floresta, que seriam queimadas e derrubadas para o estabelecimento de novos assentamentos, em um movimento típico de sobreposição entre as frentes pioneira e de expansão (SCHITTINI, 2010; MARTINS, 1996).

Essa situação de violência entre os colonos e os fazendeiros também fora observada por Bunker (1984):

Um fluxo de grandes empresas madeireiras e pecuárias rapidamente seguiu os camponeses migrantes. Utilizando seu poder político e econômico e, frequentemente, a força, eles tomavam o controle da terra que os camponeses haviam aberto e então tiravam vantagem da reserva de valor que a expulsão deles criava (BUNKER, 1984, p.1044, tradução nossa).

Schittini (2010) narra dois casos diferentes que ilustram esse processo de despossessão causado pela implementação dos empreendimentos no âmbito do Polamazônia. O primeiro trata da aquisição de centenas de milhares hectares de terras públicas no Norte do Mato Grosso, incluindo as ocupadas pelos índios Apicacá e Xavante, por empresas colonizadoras privadas e o segundo caso se refere à aquisição, pela Colonizadora Indeco, de terras públicas nas divisas dos estados do Mato Grosso e Pará, anteriormente destinadas à implantação de assentamentos da reforma agrária.

A Indeco adquiriu quatrocentos mil hectares de terras públicas e implementou um projeto de colonização que privilegiou a venda de lotes para produtores capitalizados do Sul, fechando a fronteira para os pequenos agricultores da região e posseiros oriundos do Nordeste (SCHITTINI, 2010).

Fica claro nessas circunstâncias o papel ambíguo do Estado, que cria as condições para a desestruturação da política de colonização que ele próprio havia criado:

O Estado basicamente criou as condições para a subversão do seu próprio aparato burocrático ao conceder direitos e subsídios a empresas capitalistas em uma região onde a economia local e a organização política eram incapazes de resistir às estratégias predatórias das empresas subsidiadas (BUNKER, 1988, p.144, tradução nossa).

Com a nova crise do petróleo, no final da década de 1970 e início da década 1980, ocorre nova escalada da dívida externa, em função do aumento súbito dos juros no mercado internacional, levando ao esgotamento do modelo de financiamento dos polos de desenvolvimento. Procurando reduzir a despesa pública e aumentar rapidamente as exportações, procura-se orientar o investimento em poucas e grandes áreas selecionadas, ampliando-se também a ação militar entendida como necessária à solução dos conflitos. Abre-se caminho então para os grandes projetos mineradores, a exemplo do Programa Grande Carajás (BECKER, 2009a).

A mineração no âmbito do Programa Grande Carajás foi objeto de uma imensa logística que envolveu, além da instalação da mina de minério de ferro, a construção de ferrovia, porto e da usina hidrelétrica de Tucuruí, alterando toda a face leste do Pará. Nesse processo a Companhia Vale do Rio Doce transforma-se em uma empresa transnacional e se torna a maior acionista dos grandes projetos de mineração implantados no início da década de 1980: Trombetas, Albrás e Alunorte (BECKER, 2009c).

Especificamente sobre a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, conforme enfatizado por Castro (2017), esta não foi acompanhada pela instalação de nenhuma indústria na cidade de Tucuruí ou na região de integração do Lago de Tucuruí. Em todos os municípios da região observa-se um IDH baixíssimo, alto desmatamento e deslocamento compulsório de populações indígenas e ribeirinhas. É o caso do povo Gavião que, sendo deslocados para Marabá, enfrentam hoje ameaça de novo deslocamento, em função da construção da hidrelétrica de Marabá (CASTRO, 2017).

Nas áreas de mata do Pará e Amapá, as explorações minerais conformam uma extensa região mineradora, polarizada em Belém. Destaca-se aí as jazidas de minério de ferro, bauxita e caulim. Na região do Tapajós registra-se a presença de reservas auríferas, marcadas pela forte presença de garimpos (BECKER, 2009c).

Becker (2009c) ressalta que o garimpeiro no Pará faz o papel do posseiro no setor mineral, descobrindo as jazidas, iniciando a exploração rudimentar que, na sequência é apropriada pelas grandes empresas. Em 1983 o governo federal instituiu a Reserva Garimpeira do Tapajós, com 28.000 km², com o objetivo de favorecer as pequenas e médias empresas de mineração e eliminar a atividade predatória. A queda do preço do ouro, porém, inviabilizou o projeto e permitiu a permanência somente dos grandes empreendimentos (BECKER, 2009c).

3.5. Consequências do modelo agroextrativo orientado pelo Estado

O modelo de ocupação orientado pelo Estado, voltado para a integração da Amazônia à economia do país e baseado nas relações com o mercado internacional, provocou uma reorganização do território amazônico (BECKER, 2009a). A construção das rodovias alterou profundamente o padrão da circulação e do povoamento regional, uma vez que as conexões fluviais (através da calha do Amazonas e seus afluentes) foram substituídas pelas estradas que cortaram os vales dos grandes afluentes do Amazonas e da floresta.

O desmatamento – tanto para a exploração madeireira como para a pecuária – foi associado a intensos conflitos sociais e ambientais, que desfiguraram a floresta nas margens das rodovias a uma largura de, pelo menos, 50 km de cada lado. Os projetos de colonização, marcados por instabilidade e alto grau de evasão, especialmente dos colonos mais pobres, geraram grande mobilidade intrarregional da população (inclusive êxodo rural e inchaço das cidades) e fraco desempenho econômico (BECKER, 2009a). O povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, ao longo das rodovias, separados por grandes extensões florestais. O adensamento das estradas, na borda da floresta, gerou o grande arco do desmatamento e os focos de calor (BECKER, 2009a).

Ao passar por áreas pouco povoadas no interior da floresta, as rodovias (Figura 1) provocaram um novo ciclo de epidemia e violência contra os grupos indígenas que haviam se estabelecido em áreas de terra firme, durante os ciclos extrativos anteriores. As rodovias também ameaçaram o assentamento de outras comunidades que combinavam pesca, caça e agricultura de subsistência com o extrativismo de espécies florestais, e que viviam ao longo dos altos cursos dos afluentes do Amazonas (BUNKER, 1984).

Os Arara, por exemplo, que habitavam as proximidades de Altamira, foram expulsos e forçados a se deslocar para a floresta, com a construção da Transamazônica. Posteriormente, parte do território historicamente ocupado pelos Arara foi cedida à colonização privada ou incorporada à zona urbana, gerando uma série de conflitos e obrigando a Fundação Nacional do Índio (Funai) a intervir e iniciar o processo de demarcação da terra indígena. A rodovia que liga Manaus a Boa Vista também teve que ser interditada várias vezes em função de conflitos com os Waimiri-Atroari. Apesar das propostas de rotas alternativas, a Funai foi pressionada a aceitar o projeto que passava pelas terras indígenas, fazendo com que a construção da rodovia progredisse como uma invasão militar (BUNKER, 1988).

Esses sistemas rodoviários implantados na Amazônia estimularam o investimento posterior em vias secundárias e vicinais. Apesar dos altos custos desses empreendimentos e de

terem contribuído para a renda regional, os benefícios econômicos gerados tornam-se limitados, tendo em vista o caráter predominantemente agroextrativo das atividades econômicas estimuladas pela implantação das rodovias. A exploração madeireira e a pecuária extensiva repetiram os efeitos devastadores no meio ambiente e na população dos ciclos extrativos anteriores, agravando o vazio demográfico, que acabou justificando a expansão da fronteira amazônica (BUNKER, 1984), caracterizando a fronteira extrativa agrária.

Além da desarticulação dos assentamentos humanos, desperdício de madeira (desmatamento), extinção de espécies e degradação dos solos nas áreas de terra firme, a formação de pastagem afetou também a produtividade das áreas de várzea a jusante. Os solos erodidos dos pastos ao serem depositados nos cursos d'água se acumularam nas áreas de confluência dos rios e causaram inundações, prejudicando cultivos e assentamentos ribeirinhos em áreas de várzea (BUNKER, 1984).

Conforme observado na região de Porto de Trombetas, a extração mineral tem um impacto que vai muito além da área que circunda as minas. O fluxo de pessoas gerado pela atividade mineradora estimulou a pecuária em larga escala na região e atrelou a economia local à atividade extrativa, em detrimento das atividades agrícolas e florestais (BUNKER, 1984).

O modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado – baseado nos subsídios e incentivos a grandes empresas e nos investimentos públicos para a construção de estradas –, longe de resgatar a Amazônia dos ciclos de degradação ambiental e fragmentação demográfica dos sucessivos modos de extração, intensificou os efeitos das atividades agroextrativas, que não foram capazes de gerar um desenvolvimento regional autônomo. Desprovida de uma base econômica e social para resistir à expansão predatória do capitalismo, a Amazônia passou a ser controlada pelas corporações, que limitaram a capacidade do Estado de implementar programas para a melhoria das condições sociais da população na região (BUNKER, 1988).

A incapacidade da Funai de proteger os indígenas dos impactos das rodovias e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de proteger as florestas das atividades predatórias tornaram-se exemplos claros de subordinação dos órgãos responsáveis pela preservação dos ambientes humanos e naturais em relação às agências comprometidas com a promoção da industrialização e da expansão capitalista. Submetidos ao legado da espoliação anterior e confrontados pela enorme influência política e econômica dos representantes locais do capital internacional e das empresas nacionais, os órgãos responsáveis pela defesa dos povos indígenas, das comunidades camponesas e dos recursos naturais foram constantemente subvertidos e marginalizados, mantidos em condições insuficientes em termos de recursos humanos e orçamentários (BUNKER, 1988).

3.6. Neoliberalismo e as novas frentes agroextrativas na Amazônia

O esgotamento do modelo de subsídios estatal para implantação de projetos agropecuários, mineradores e madeireiros é sucedido pela adesão ao receituário neoliberal em meados da década de 1990. Como discutido anteriormente, foi reforçado com isso o papel do país como fornecedor de *commodities* ao mercado internacional, especialmente a partir da década de 2000, com a China se tornando o principal parceiro comercial do Brasil. Conforme ressalta Becker (2015, p.418), “[...] não se trata mais de conceder a exploração dos recursos naturais como madeira, minério e solo para empresas transnacionais, mas sim da ‘liberação’ dos próprios territórios nacionais [...]” que passam a ser controlados pelo grande capital.

Ocorreu reespecialização e remercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas nos segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio (basicamente insumos metálicos inacabados), petróleo e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes, etc.) e têxteis padronizados etc. Assim ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais (BRANDÃO, 2010, p.61).

No contexto regional, a partir da década de 1990, em um cenário mundial de expansão das políticas neoliberais, organismos multilaterais como Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) passam a promover políticas de integração regional da América Latina, visando à reconfiguração geográfico-política da região. Destaca-se nesse contexto a elaboração de instrumentos como o Plano Puebla-Panamá³⁰ (PPP) e a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana³¹ (IIRSA), que tinham como base o financiamento de megaprojetos de infraestrutura (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) (PORTO-GONÇALVES, 2017).

³⁰ O *Plan Puebla Panama* foi um plano de desenvolvimento regional que visava a articulação e a integração do México e dos países da América Central, por meio da implementação de rodovias, eixos de telecomunicações e fortalecimento das relações multilaterais. A iniciativa foi consensuada em junho de 2001 pelos países envolvidos (TORRES; ZAMORA, 2004).

³¹ A IIRSA foi consensuada no ano de 2000 pelos doze países da América do Sul. Foi proposta pelo governo brasileiro, em parceria com o BID, tendo como objetivo a construção de instrumentos que viabilizassem o financiamento de infraestrutura para interligação física das principais regiões do subcontinente, por meio de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) (HONÓRIO, 2017).

Durante os governos FHC (1995-2002), essa lógica de integração regional foi incorporada nos programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999). Esses programas previam a concentração de investimentos em torno dos Eixos Nacionais de Integração que, em última análise, favoreciam a implementação de projetos voltados à exploração de recursos para exportação (BECKER, 2009b).

Nos anos 2000, a crescente importância da China no cenário econômico mundial, associada à ascensão ao poder de líderes com Hugo Chavez, na Venezuela, Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil e Evo Morales, na Bolívia, inaugura um período único de estreitamento das relações comerciais com a China. Esta se torna o principal parceiro comercial do Brasil a partir de 2010, provocando a expansão das *commodities* agrícolas (soja, milho, carnes, eucalipto) e minerais, e incentivando as grandes companhias de engenharia e construção civil (construção de estradas, hidrelétricas, portos, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2017). Esse estreitamento das relações China-Brasil resultou, em contrapartida, em uma menor dependência comercial em relação aos Estados Unidos.

Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês) (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.41).

A iniciativa IRSSA passa a se chamar Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que, a partir de 2007, se submete à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) que, sob a liderança do Brasil, passa a receber aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os projetos 544 projetos IRSA Cosiplan já somam um investimento de 130 bilhões de dólares. Sendo que, dos 31 projetos prioritários, 14 dizem respeito à Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2017; SVAMPA, 2019).

Ressalta-se que dos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) planejados no âmbito da IRSSA, voltados à construção de infraestrutura para facilitar a circulação de mercadorias no continente, cinco deles incidem diretamente sobre a Amazônia. Os destaques são a construção do eixo longitudinal que conecta Belém (PA), no Atlântico, aos portos no Peru e Equador, no Pacífico; e do eixo vertical, conectando Porto Velho (RO), Manaus a Caracas, na Venezuela (Figura 2) (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Essa nova configuração geográfico-política imposta à Amazônia, com seus *eixos e corredores*, trouxe uma nova conformação territorial para região, mais numa perspectiva de

integração ao mercado global do que numa lógica de promoção do desenvolvimento em escala regional e local (SAFRANSKY e WOLFORD, 2011).

Da forma como analisada por Becker (2009b), a competitividade da soja (altos preços e demanda crescente no mercado global), a expectativa de implantação de novos eixos de circulação (infraestrutura de escoamento de grãos e minérios) e uma retomada do valor da terra em um contexto de incerteza econômica mundial irão propiciar novas frentes de expansão do povoamento e da agropecuária em áreas florestais na Amazônia.

A autora identifica três grandes frentes de expansão da agropecuária na Amazônia: a) frente da Cuiabá-Santarém, no eixo da BR-163; b) frente do Iriri, na Terra do Meio; e a frente do Sul do Amazonas. As frentes da Cuiabá-Santarém e do Sul do Amazonas sendo supridas pelos polos do Norte do Mato Grosso e de Rondônia e a frente do Iriri tendo como foco de expansão os municípios de São Félix do Xingu e Tucumã. Todas essas frentes, apesar de atores e dinâmicas diversas, passam a se organizar em torno da produção da soja (BECKER, 2009b).

Adicionalmente, a pressão ou demanda crescente por *commodities* minerais e agrícolas vem provocando um novo ciclo de ocupação colonial na Amazônia com a implantação de novas usinas hidrelétricas. É o caso de Belo Monte, no rio Xingu, de Marabá, no rio Tocantins e das usinas do rio Tapajós, todas no Pará. Ou de Teles Pires, na fronteira do Pará com Mato Grosso e de Santo Antônio e Girau, no rio Madeira, em Rondônia. Todas elas tendendo a reproduzir os impactos já observados das grandes barragens na Amazônia: deslocamento de comunidades inteiras, violação de direitos sociais, poluição dos rios, emergência de conflitos, aumento da violência e pobreza no entorno dos empreendimentos, com aumento do desmatamento e reprodução do modelo de exploração agroextrativo, redundando em depressão e estagnação econômica para a região (CASTRO, 2017).

Para além do asfaltamento das rodovias e da construção da ferrovia, no mesmo traçado da BR 163, Castro (2017) chama atenção ainda para os investimentos em grandes obras para viabilizar a navegação e o transporte fluvial, com destaque para os terminais portuários. Grandes rios como o Amazonas, o Tocantins, o Xingu, o Madeira e o Tapajós, com histórico de ocupação milenar, têm seus territórios redefinidos por políticas ou investimentos públicos, que buscam atender os interesses dos grupos econômicos do setor mineral, do agronegócio, do papel e celulose e da pecuária (CASTRO, 2017).

A Amazônia torna-se uma fronteira internacional de *commodities*, acirrando as estratégias de apropriação de terras e recursos. Uma fronteira extrativa agrária internacional, atraindo mais investimentos (ou o desejo de investir) de empresas estrangeiras e grupos nacionais, reforçando e aprofundando os processos de concentração fundiária, grilagem (roubo

e apropriação ilegal de terras públicas), pistolagem (uso de mÍcias para proteger os empreendimentos) e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado (CASTRO, 2017).

Figura 7 - Eixos de Integração e Desenvolvimento para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana



Fonte: Porto-Gonçalves e Quental (2012, não paginado).

3.7. A fronteira extrativa agrária na Amazônia em um cenário de ascensão da extrema direita ao poder

Conforme vimos até aqui, os ciclos extrativos que se alternaram na região amazônica desde o período colonial provocaram uma ruptura dos sistemas ecológicos, sociais e produtivos. Tais rupturas reforçaram o padrão de exploração agroextrativa e inviabilizaram o desenvolvimento da região nos ciclos econômicos que se sucederam.

Durante o período militar, com a intensificação desse modelo orientado pelo Estado moderno, uma série de organizações e movimentos sociais locais, nacionais e internacionais passou a exercer influência sobre o Estado no sentido da criação de mecanismos de contenção do desmatamento na Amazônia e de proteção dos povos indígenas, comunidades ribeirinhas e demais comunidades tradicionais amazônicas. As medidas tomadas em resposta a essa pressão levaram à formação de uma fronteira socioambiental na Amazônia cujos atores, por meio de estratégias diversas, passam a disputar territórios e recursos em vias de serem apropriados pelos agentes da fronteira extrativa agrária (SAUER; CASTRO, 2020).

Na década de 2010, observa-se uma articulação política de diferentes setores ligados ao agronegócio para influir, de forma mais decisiva, nas agendas dos poderes executivo e legislativo. Tem-se a formação do Instituto Pensar Agropecuária³² (IPA), que passa a atuar de forma concertada com a Frente Parlamentar Agropecuária³³ (FPA), a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil³⁴ (CNA) e outras entidades do setor agropecuário (POMPEIA, 2020).

Na última década, mudanças políticas, inclusive o aumento da influência do setor ruralista no governo federal, ampliaram processos legais de desregulamentação ambiental e agrária, desconstruindo os arranjos socioambientais acordados na formulação da Constituição de 1988. As ações governamentais e legais, na contramão da necessária conservação ambiental

³² O Instituto Pensar Agropecuária (IPA) foi criado em 2011 com o objetivo de auxiliar no papel de institucionalização da agenda do setor agropecuário, por meio da interlocução direta com a Frente Parlamentar Agropecuária, a partir da qual é prestada assessoria técnica aos parlamentares e indicadas as pautas prioritárias para serem apreciadas no congresso. Atualmente, o instituto é composto por 44 entidades do setor produtivo agropecuário (IPA, 2021). O IPA exerceu papel decisivo nos embates que resultaram na reforma do Código Florestal (POMPEIA, 2020).

³³ A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) foi criada inicialmente em 1995 com o nome de frente Parlamentar da Agricultura. Desde então vem atuando no Congresso Nacional no sentido de estimular a ampliação de políticas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio. Atualmente, a FPA vem assumindo como prioridades a “modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária” e a “regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2021).

³⁴ A Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), criada em 1951, é uma entidade sindical patronal que congrega as federações da agricultura e pecuária dos Estados e atua no sentido de representar os interesses do setor na esfera federal (CNA, 2021).

e justiça social, vêm diminuindo as restrições legais ao desmatamento e disponibilizando novas áreas ao capital extrativo agrário. Nesse sentido, é aprovada, em 2012, a reforma do Código Florestal, diminuindo as áreas a serem destinadas à Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente no interior das propriedades (SAUER; FRANÇA, 2012).

Conforme ressalta Svampa (2019), observa-se a partir do período 2013-2015, uma exacerbção do neoextrativismo na América Latina. Tal fato se explica principalmente pela queda dos preços dos produtos primários, impulsionando o aumento do número de projetos extrativos e ampliando as fronteiras das *commodities* na região (SVAMPA, 2019).

Após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o governo do presidente interino Michel Temer (2016-2018) dá início a uma série de medidas visando diminuir a restrição à aquisição de terras por pessoas e empresas estrangeiras e facilitar a privatização de lotes públicos adquiridos ilegalmente em áreas de fronteira³⁵ (SAUER; OLIVEIRA, 2021). Com a aprovação da Lei nº 13.465/2017, é institucionalizada a transferência de terras públicas a pessoas de média e alta renda, por meio de vultuosos subsídios estatais (ZUNINGA et al., 2021). Paralelamente, assiste-se à paralisação das políticas agrárias com a interrupção dos processos de desapropriação de terras públicas, seja para a criação de assentamentos, demarcação de terras indígenas ou territórios quilombolas (SAUER et al., 2020).

Esse quadro é aprofundado com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, em 2018. Com um discurso de extrema direita, apoiado em um ideário econômico ultra-neoliberal, o Governo Bolsonaro (2019-2022) combina a paralisação das políticas fundiárias com a criminalização dos movimentos e lutas pelo direito à terra e ao território (SAUER et al., 2020). Tal tendência se exacerba com a proposição, por meio da Medida Provisória 910/2019, da regularização de ocupações ilegais de terras públicas, incluindo aquelas superiores a 2.500 hectares (SAUER; OLIVEIRA, 2021). Se tivesse sido aprovada, a medida afetaria de 55 a 65 milhões de hectares em todo o país³⁶ (SAUER; OLIVEIRA, 2021).

O presidente vem encorajando publicamente a expansão da fronteira agrícola e o avanço da produção de soja, criação de gado e extração mineral em terras indígenas, territórios de populações tradicionais e unidades de conservação (SAUER; OLIVEIRA, 2021). A fim de

³⁵ A exemplo da MP 759, que instituiu mecanismos para “aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União”.

³⁶ Em consequência da pandemia e pressões da oposição, a MP 910 caducou em 19 de maio de 2020, sem apreciação pelo plenário da Câmara dos Deputados. Contudo, alguns aspectos previstos na MP permanecem vigentes por meio de uma série de dispositivos como o Decreto nº 10.165/2019, que regulamenta o procedimento facilitado autodeclaratório de regularização fundiária. Tramita também o PL 2633/2020 para o qual o conteúdo da extinta MP 910 foi transferido quase que integralmente (LEITE et al., 2021).

viabilizar tal avanço, o governo vem promovendo uma série de medidas no sentido de enfraquecer as políticas indigenistas e ambientais³⁷, o que inclui a redução drástica no orçamento de órgãos como Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a desarticulação de políticas nas áreas de mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e a perseguição de servidores que contrariam os interesses do capital agroextrativo (ESTEVEZ, 2019).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2021, mostra uma queda de 27,4% no orçamento federal previsto para a fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais, na comparação com o orçamento de 2020. Em relação a 2019 a queda é de 34,5%, caindo de R\$ 193,9 milhões para R\$ 127 milhões. Para o ICMBio houve um corte de 61,5% dos recursos previstos para apoio à criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais na comparação com 2018, caindo de R\$ 195 milhões para R\$ 75 milhões, praticamente inviabilizando as atividades do instituto (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021).

As multas aplicadas pelo Ibama em 2020 caíram 35%, em comparação com 2018. Foram aplicados 9.516 autos de infração em todo o país, o menor número registrado desde 2004. Entre 2013 e 2017 a média anual era de 16 mil autuações (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021). Na Amazônia, apesar do aumento da taxa de desmatamento e de incêndios florestais registrados em 2020, apenas três de quase mil autuações aplicadas por desmate na Amazônia foram quitadas (DANTAS, 2021).

No que tange à política indigenista, voltaram a ser temas de propostas de emenda à constituição e projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional matérias como a tese do “marco temporal³⁸”, a transferência da competência de demarcação de terras indígenas da Funai para o Congresso Nacional e a liberalização da exploração mineral e agrícola em terras indígenas (proposta no PL n° 191/2000). Ressalta-se que no início do governo Bolsonaro, a competência para a demarcação de terras indígenas foi transferida da Funai para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (por meio da MP n° 870/2019),

³⁷ O INESC fez um levantamento de 524 medidas infralegais expedidas nos anos de 2019 e 2020, no sentido de desregulamentar e enfraquecer o papel de controle dos órgãos ambientais na esfera federal. Essas medidas foram divididas em três grandes blocos de normas: que buscam o enfraquecimento da responsabilização administrativa para punição dos infratores ambientais; que buscam o enfraquecimento da estrutura do ICMBio e do seu papel de gestão das unidades de conservação; e que buscam o enfraquecimento da atuação do Ministério do Meio Ambiente e o redirecionamento de sua atuação na agenda ambiental (INESC, 2021).

³⁸ Presente tanto na PEC n° 215/2000, quanto no PL n° 290/2007, a tese do marco temporal defende que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que estavam em posse de povos indígenas em 5 de outubro de 1988 (SANTOS et al., 2021).

historicamente representante dos interesses da bancada ruralista. Na prática, isso resultou na demarcação de zero terras indígenas nos anos de 2019, 2020 e 2021 (SANTOS et al., 2021).

Como resultado do recrudescimento das políticas neoliberais em favor do capital agroextrativo, observa-se, desde 2012, um aumento acentuado nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal e um aumento significativo da violência no campo.

O monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, realizado pelo projeto Prodes/INPE, mostra uma queda de 83% na taxa anual de desmatamento entre os anos 2004 e 2012, variando de 27,7 mil km²/ano para 4,5 mil km²/ano. Entre 2012 e 2018, observa-se, contudo, um retorno do aumento da taxa anual de desmatamento, que varia 65%, subindo de 4,5 mil km²/ano para 7,5 mil km²/ano. Em 2019, com a ascensão da extrema direita ao poder, essa taxa dispara, ultrapassando os 10.000 km²/ano, pela primeira vez desde 2008. Em 2021, a taxa de desmatamento cresce 22% em relação ao ano anterior, ultrapassando os 13,2 mil km²/ano (Gráfico 3) (INPE, 2021).

Gráfico 3



Fonte: INPE (2021). Elaboração própria.

Dados da violência no campo, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontam a ocorrência de 411 assassinatos, entre 2010 e 2019. Somente entre os anos de 2017 e 2019, verifica-se a ocorrência de 131 assassinatos, sendo cinquenta deles somente no Estado do Pará, representando 38% do total (CPT, 2020). Nos anos 2020 e 2021, foram registrados outros 53 assassinatos, perpetuando a violência na fronteira extrativa agrária (CPT, 2021; 2022).

Os registros da CPT revelam que 2017 foi o ano com o maior número de assassinatos, desde 2003, com 71 óbitos, sendo 31 deles provenientes de 5 massacres (PORTO, 2020). Analisando os dados de 2019, observa-se que 25 dos 29 casos de assassinatos registrados no Brasil ocorreram na Amazônia Legal, representando 86% do total. O Pará aparece no topo da lista com 12 casos, 41% do total (PORTO, 2020).

A partir de dados registrados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), verifica-se, entre 2003 e 2015 a ocorrência de 891 assassinatos de indígenas no Brasil, numa média de 61 casos por ano (CIMI, 2016). No período de 2016 a 2018 verifica-se a ocorrência de 363 assassinatos, com a média anual saltando para 121 (CIMI, 2017, 2018, 2019).

Observa-se um modo renovado de apropriação de terras indígenas, onde os invasores, além de se apropriarem dos recursos naturais presentes, trabalham para se apropriarem definitivamente da área. Desenvolvendo projetos diversos de exploração, inclusive de loteamento, os invasores ignoram o fato de que essas áreas são terras da União, protegidas por lei (CIMI, 2019).

Conclusões preliminares

A fronteira extrativa agrária é formada no Brasil ao longo do período colonial e avança no sentido de consolidar um modelo de desenvolvimento calcado na concentração de terras, nas desigualdades regionais e na exportação de bens primários. No processo de formação do capitalismo brasileiro, reforça-se o papel da Amazônia como fronteira agrícola, mineral e energética, à medida que o Estado passa a orientar o processo de integração da região à estrutura econômica do país.

Com o estabelecimento da ordem neoliberal, acentua-se a lógica extrativista do capital internacional que, diante de uma crise de sobreacumulação, busca ampliar de maneira irrestrita a apropriação privada e a exploração de recursos naturais, ao menor custo possível de extração. Tudo isso visando possibilitar a expansão dos mercados financeiros e dos investimentos externos diretos e indiretos.

Intensifica-se, assim, o modo de extração na Amazônia, que, gestado no período colonial, promoveu o subdesenvolvimento da região, ao longo dos sucessivos ciclos extrativos. Além de causarem a degradação e a simplificação dos ecossistemas, tais ciclos promoveram rupturas nas diferentes formas de organização social e impossibilitaram a formação de sistemas produtivos que levassem ao desenvolvimento autônomo da região. O modelo de

desenvolvimento induzido pelo Estado – baseado nos subsídios e incentivos a grandes empresas e nos investimentos públicos para a construção de estradas –, longe de resgatar a Amazônia dos ciclos de degradação ambiental e fragmentação demográfica dos sucessivos modos de extração, intensificou os efeitos das atividades agroextrativas.

Diante do cenário de ascensão da extrema direita no poder, pós 2016, mas especialmente pós 2019, observa-se no Brasil um desmonte gradual e contínuo das políticas agrárias e ambientais, em resposta à pressão do capital agroextrativo pela derrubada das últimas barreiras que ainda restam à sua expansão. Como veremos, tais barreiras se estruturam na fronteira socioambiental e se materializam na forma das áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação), dos projetos de assentamento e das diferentes formas de lutas, organizações e movimentos sociais ligados à reivindicação da terra e do território.

Detalharemos, a seguir, o processo de formação e avanço da fronteira socioambiental, que, se contrapondo à fronteira extrativa agrária, passa a defender uma proposta alternativa de desenvolvimento para a Amazônia.

PARTE II – AMAZÔNIA: FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL

A segunda parte do trabalho é dedicada à formação da fronteira socioambiental na Amazônia, a partir da confluência das frentes ambientalista, camponesa e indigenista. Tal confluência faz emergir um vetor tecnoecológico de desenvolvimento regional que se contrapõe ao padrão devastador do vetor tecnointustrial, observado na fronteira extrativa agrária (BECKER, 2009b). Trata-se de uma arena política, em processo de disputas e lutas, reunindo um conjunto vasto e diverso de atores, que passam a reivindicar um desenvolvimento alternativo para a Amazônia. Baseada na defesa da conservação e uso sustentável da biodiversidade e no reconhecimento e demarcação dos territórios das comunidades indígenas, extrativistas e demais grupos sociais, que tradicionalmente habitam os ambientes amazônicos, a fronteira socioambiental está em constante processo de formulações, reivindicações e enfrentamentos (HECHT, 2014), resultando em conquistas territoriais e novos desafios (SAUER e CASTRO, 2020).

Longe de constituir um bloco homogêneo, a fronteira socioambiental acomoda uma diversidade de perspectivas e projetos políticos e, em alguns casos, contraditórios, configurando uma arena em disputa (HECHT, 2014). Apesar das disputas e tensionamentos intrínsecos e embates entre ambientalismo, camponismo e indigenismo, a fronteira socioambiental é constituída em torno de um interesse diametralmente oposto ao da fronteira extrativa agrária, ou seja, busca viabilizar uma proposta alternativa de desenvolvimento para a Amazônia a partir do paradigma da floresta em pé (PORTO-GONÇALVES, 2017), ou convivência sustentável com o bioma.

Conforme constata Becker (2009b), o modelo desenvolvimentista baseado nas grandes obras de infraestrutura, no subsídio aos empreendimentos agropecuários e em projetos de colonização, levado a cabo pelo Estado entre as décadas de 1950 e 1980, impõe um conjunto de mudanças estruturais à Amazônia que a levará a se tornar uma efetiva região do país. Tais mudanças estruturais são divididas em seis categorias (BECKER, 2009b):

1. Conectividade do território, possibilitada pelas redes de telecomunicação e transporte;
2. Industrialização, com a consolidação dos polos de Manaus, Belém, São Luís e Marabá;
3. Urbanização, com a aceleração do povoamento e formação de cidades ao longo do arco do desmatamento;
4. Organização da sociedade civil, com a diversificação da estrutura social e o despertar da região para as conquistas da cidadania;
5. Formação da malha socioambiental, com a delimitação de áreas protegidas e a implementação de projetos de conservação com a parceria de agentes externos;

6. Emergência de movimentos de lutas e resistências à livre apropriação dos recursos por agentes externos, ligados ao grande capital.

A formação da malha socioambiental se dá concomitantemente à reestruturação da economia-mundo impulsionada pela revolução científico-tecnológica na microeletrônica e na comunicação na década de 1970, possibilitando uma nova forma de produção baseada na informação e no conhecimento. Consolida-se, assim, o processo de globalização das relações produtivas, fazendo com que relações locais-globais no interior dos territórios venham reduzir a autonomia dos Estados-Nação, tornando-os mais suscetíveis a pressões diversas advindas da sociedade global (BECKER; STENNER, 2008).

De forma concomitante, o aumento da percepção da sociedade global em relação à problemática ambiental faz com que o tema da conservação do meio ambiente e da biodiversidade assumam um significado geopolítico, passando a influir decisivamente nas relações entre os países.

A conjugação entre crise ambiental e transformação da base técnico científica mundial corresponde, por sua vez, a uma nova forma de “politização da natureza”, expressando a coexistência e o conflito de diferentes projetos e estratégias com respeito ao meio ambiente planetário e à biodiversidade em particular. Impõe-se assim a necessidade de se “desnaturalizar o conceito de meio ambiente”, superando uma “noção exclusivamente biogeográfica do ambiente”, para tratá-lo como “resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade” (ALBALGI, 1998, p.18).

A partir da década de 1980, a Amazônia, valorizada como patrimônio natural da humanidade, torna-se foco de intensa pressão preservacionista advinda do movimento ambientalista internacional, que ganha força a partir da década de 1970. Essas pressões vinham na contramão de incentivos governamentais que promoveram a ocupação predatória das fronteiras. O objetivo de arrefecer as pressões sociais por terra, especialmente com a criação de projetos de colonização, não resolveu o problema fundiário nem integrou a Amazônia ao desenvolvimento nacional, mas gerou novos e aprofundou antigos conflitos por terra e destruição ambiental na fronteira (SAUER, 2018; SAUER; PIETRAFESA, 2012).

Nos anos 1980 e 1990, as demandas preservacionistas internacionais e os conflitos socioambientais favoreceram à organização social na região, possibilitando a formação e/ou ampliação de movimentos de resistência à expropriação da terra e à destruição da natureza. Organizados em redes transnacionais, parceiros externos como ONGs, organizações religiosas, partidos políticos e agências de desenvolvimento viabilizam a construção de projetos

alternativos, de cunho conservacionista, promovendo novos usos e ocupação do território (BECKER; STENNER, 2008; SCHMINK et al., 2019).

A Amazônia tornou-se o símbolo de questão ecológica em sua dupla face, e da disputa geopolítica. Explica-se, assim, a pressão ambientalista internacional e nacional na década de 1980, que, aliando interesses econômicos e geopolíticos de um lado, e ambientalistas de outro, além de encontrar terreno fértil decorrente de crise do Estado brasileiro e de resistências de grupos sociais locais, resultou numa política ambiental preservacionista dominante na década de 1990 (BECKER e STENNER, 2015, p.44).

A resposta do governo brasileiro às pressões internacionais – inclusive como parte da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou ECO-92, no Rio de Janeiro – se deu com a estruturação de um aparato institucional, que incluiu a criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal³⁹, em 1993. Foi também implementada uma política ambiental, voltada à inibição do desmatamento na Amazônia⁴⁰, inclusive uma mudança legal, aumentando a obrigação de manter a floresta (chamada de Reserva Legal) de 50% para 80% das propriedades privadas. Essa política incluiu também projetos de conservação da biodiversidade, em parceria com agências transnacionais, como o Banco Mundial e o G7, e criação de unidades de conservação, demarcação de terras indígenas e reservas extrativistas (BECKER; STENNER, 2008; BECKER, 2009b).

Em 1996, propõe-se, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7⁴¹), a formação de imensos corredores ecológicos de conservação da biodiversidade, constituídos por mosaicos de unidades de conservação, terras indígenas e reservas florestais privadas. No mesmo ano, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) lança o Programa Avança Brasil que, com seus “eixos de integração e desenvolvimento”, propõe a implantação de grandes corredores de transporte e massivos investimentos em projetos de infraestrutura na Amazônia (BECKER, 2009b), em alinhamento com a proposta do IIRSA (ver capítulo 3).

Estabelece-se o que Becker (2009b) chamou de “incógnita do *heartland*⁴²”, em que a coexistência de propostas de desenvolvimento desarticuladas e conflitantes tornam imprevisível

³⁹ O Ministério do Meio do Ambiente já havia sido criado em 1992, tendo sua denominação alterada para Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1993 (O ECO, 2014).

⁴⁰ Com pico na década de 1980, a taxa média anual de desmatamento na Amazônia tem sensível redução no início dos anos 1990, voltando a crescer exponencialmente, a partir de meados daquela década (SCHITTINI, 2010).

⁴¹ Fruto das negociações realizadas durante a Eco 92.

⁴² O termo *heartland* foi cunhado originalmente para se referir à massa continental eurásiana, que, por suas características e recursos, lhe eram atribuídas condições para exercer o poder sobre o mundo. Tomando o termo

o resultado da nova fase de ocupação da Amazônia. Sendo considerada o “coração ecológico” da Terra, a região passa a despertar cada vez mais a preocupação e a cobiça da comunidade internacional (BECKER; STENNER, 2008; BECKER, 2009b).

Na passagem do milênio, a economia mundial se recupera tendendo a forte expansão dos mercados para a água, energia, alimentos, fármacos, etc. Tal demanda aponta para uma grande valorização dos recursos naturais dos territórios brasileiro e amazônico. A expansão da soja e a pecuária se intensificam, invadindo e destruindo a floresta. Desta feita, fazendeiros e empresas expandem seus negócios por si mesmos, sem depender do Estado, eles próprios abrindo estradas para explorar a madeira e plantar pastos e grãos. (BECKER e STENNER, 2015, p.36).

Na fronteira socioambiental, os principais instrumentos utilizados para a destinação de florestas públicas federais foram as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas). Em menor medida, cabe citar os assentamentos da reforma agrária, os territórios quilombolas e demais áreas destinadas a comunidades tradicionais. Até 2010, as áreas protegidas na Amazônia Legal somavam 219,7 milhões de hectares, correspondendo a 43,9% do território amazônico, sendo 22,2% ocupados por unidades de conservação e 21,7% ocupados por terras indígenas (VERÍSSIMO et al., 2011; SAUER; CASTRO, 2020).

É importante destacar que a Constituição brasileira estabeleceu a obrigatoriedade de instituir “áreas ambientalmente protegidas”, para a “conservação dos processos ecológicos, ao manejo dos ecossistemas e à conservação do patrimônio genético brasileiro”. Esta noção de “áreas ambientalmente protegidas”, além de parques e florestas, inclui os territórios quilombolas e as terras indígenas, resultando na combinação entre conservação ambiental e acesso à terra e direitos territoriais (SAUER; CASTRO, 2020; SAUER e OLIVEIRA, 2021).

Entre os anos de 1994 e 2017 foram homologadas mais de 850 mil famílias para projetos assentamentos da reforma agrária nos estados da Amazônia Legal, face as cerca de 30 mil famílias que haviam sido homologadas até o ano de 1994 (INCRA, 2020). Até 2017, foram criados 3738 assentamentos da reforma agrária nos estados da Amazônia Legal, totalizando uma área de 77,6 milhões de hectares, com mais de 645 mil famílias assentadas (INCRA, 2020).

Conforme veremos, cada um desses instrumentos de ocupação do território, instituídos no âmbito de políticas ambientais e sociais, foram resultado da articulação de um conjunto de lutas e movimentos levados a cabo por atores diversos, em diferentes níveis e escalas de atuação. Tais lutas e movimentos exigiram um enfrentamento constante com os atores atuantes na fronteira extrativa agrária, foram responsáveis pelo estabelecimento das mais variadas

emprestado, a autora o transporta para a massa florestal Amazônia, atribuindo-lhe o sentido de ser “coração ecológico da Terra” em um momento de grande valorização mundial do capital natural BECKER, 2009b).

alianças e perduram até os dias de hoje, diante do recrudescimento da agenda neoliberal e do aumento da influência da elite agrária e do capital extrativo no cenário político nacional.

Tais lutas e movimentos podem ser divididos em três frentes principais: a frente ambientalista, a frente camponesa e a frente indigenista. A seguir serão discutidos as origens e o desenvolvimento de cada uma dessas frentes, buscando entender a complexidade dos atores envolvidos e como se deram as convergências que possibilitaram a formação da fronteira socioambiental na Amazônia.

Capítulo 4 – A frente ambientalista

A frente ambientalista se estrutura a partir do movimento ambientalista que emerge nos países desenvolvidos diante das contradições da sociedade urbano-industrial, que já se faziam notar na segunda metade do século XIX (NASH, 1982; CRONNON, 1996). Nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço das ciências da natureza, o ambientalismo se constitui em uma rede global de organizações e movimentos políticos que passaram a pautar as agendas de desenvolvimento dos países (FRANCO, 2013; SANTILLI, 2005). Com a consolidação da agenda neoliberal, o ambientalismo se alia ao grande capital para inserir, sob a lógica da acumulação, o tema da ecologia no campo das disputas geopolíticas, que marcam a virada do III milênio (BÜSCHER; FLETCHER, 2014; BECKER; STENNER, 2008; ALBAGLI, 1998).

4.1. Os primórdios do ambientalismo

Conforme aponta Santilli (2005), o ambientalismo nasce, em grande parte, da reação ao modelo predatório de exploração colonial, por parte de pensadores e estadistas oriundos das diversas áreas coloniais, em especial no Caribe, Índia, África do Sul e América Latina. No Brasil, as raízes do ambientalismo são identificadas nas primeiras reações de alguns setores da aristocracia brasileira à exploração imprevidente dos recursos naturais, preconizada no modelo colonial de latifúndio-monocultura-escravismo (SANTILLI, 2005).

Já no século XVIII, a capitania de São Paulo precisou implementar a fiscalização ambiental, em decorrência da derrubada e queimada sem controle da madeira. Nessa mesma época, os proprietários de terras já lutavam contra a legislação florestal que, desde o início da colonização, proibia o corte de pau-brasil e outras madeiras adequadas à construção naval (DEAN, 1996).

Pensadores abolicionistas do Século XIX, como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, já enxergavam as correlações entre a apropriação privada de terras públicas e a devastação das florestas. No período de crises políticas que levariam à independência, José Bonifácio (na condição de conselheiro do Imperador) chegou a propor, sem sucesso, aos delegados do governo que os posseiros tivessem direito apenas à terra que estivessem cultivando, além de uma reserva de 75 hectares. A proposta do estadista também incluía a obrigação, por parte dos posseiros, de conservar um sexto de sua propriedade com cobertura

florestal ou replantá-la até esse montante, caso a área desmatada fosse maior que essa cifra (DEAN, 1996).

Nos Estados Unidos, a ideia de delimitar áreas destinadas à proteção ambiental começa ganhar corpo em meados do Século XIX, a partir de uma inflexão sofrida na noção de *wilderness*. Desde o início da colonização, tal noção esteve associada à ideia de uma natureza selvagem que precisaria ser domada, dominada, domesticada em favor da realização dos ideais da civilização nascente. Em última análise, tais ideais estariam alinhados aos planos de Deus para o Novo Mundo, que se realizava na América à medida que a fronteira avançava na direção do Oeste. Dessa maneira, a noção de *wilderness* vinculava-se à ideia de algo mal, obscuro, repleto de perigos e incertezas, que devia dar lugar à luz do alvorecer da Nação em construção (NASH, 1982).

Contudo, ao longo do século XIX, sob a influência do transcendentalismo romântico, a noção de *wilderness* na sociedade americana vai se deslocando gradualmente da concepção de fronteira a ser conquistada, para a ideia de algo sublime, a ser contemplado e, portanto, preservado. As iniquidades advindas do modelo colonial escravista e as guerras constantes contra o México para ampliação do território, provocavam a crítica ferrenha de pensadores como Henry David Thoreau, que questionava o modelo de civilização representado pelos Estados Unidos da América (NASH, 1982). Ao refletir sobre a superficialidade materialista da vida em sociedade e sua relação com a natureza, Thoreau plantou as primeiras sementes do pensamento ambientalista na América do Norte (SCHITTINI, 2010).

Conforme visto no primeiro capítulo, no final do século XIX crescia uma contracorrente do pensamento tradicional americano de orgulho e esperança. Diante das misérias advindas do modelo de sociedade urbano-industrial, pairava um sentimento de que o mundo ocidental já se encontrava em um incipiente estado de declínio e disseminava-se nas camadas mais altas da sociedade um forte apelo ao mundo selvagem e incivilizado (NASH, 1982).

O ativista John Muir foi um dos pensadores que teve um papel importante na difusão de ideias que associavam a noção de *wilderness* a algo sublime. Para ele, a natureza deveria ser encarada como um templo natural, contemplada como imagem da perfeição do Criador, que proporciona à alma o êxtase transcendente, característico do reencontro do ser humano com Deus (NASH, 1982, CRONNON, 1996).

Por outro lado, à medida que findava o Século XIX, findava também a marcha para o Oeste e com ela o mito da fronteira em movimento, muito bem traduzido por Turner (1976), segundo o qual o verdadeiro espírito nacional fora forjado no movimento de ocupação das

inabitadas terras selvagens da fronteira. Era ali que os colonos redescobriam suas energias raciais primitivas, reinventavam as instituições democráticas e se reabasteciam com o vigor, a independência e a criatividade que se tornariam a fonte da democracia americana e do caráter nacional (CRONNON, 1996).

Por essa perspectiva, a noção de *wilderness* também assumiria um novo significado no imaginário nacional. Não havendo mais terras selvagens a serem conquistadas – uma vez que estava consolidado o território nacional – seria naqueles últimos refúgios de vida selvagem que o homem civilizado poderia se reabastecer daquele vigor e daquelas virtudes capazes de manter vivos os valores e o real significado de ser americano.

Se a fronteira estava terminando, então os homens que tinham os meios para tal deveriam preservar para si mesmos algum remanente das suas paisagens selvagens, de forma que pudessem desfrutar a regeneração e a renovação advindas de dormir sob as estrelas, praticar esportes radicais e viver da terra. A fronteira podia ter acabado, mas a experiência da fronteira ainda poderia ser obtida se a *wilderness* fosse preservada (CRONNON, 1996, p.78, tradução nossa).

Ironicamente, conforme constata Cronnon (1996), foram justamente aqueles mais beneficiados pelo capitalismo urbano-industrial os que tiveram as condições de buscar na *wilderness* a cura para os males provocados por uma sociedade artificializada. A paisagem natural torna-se então objeto de um turismo de elite, lugar de realização de uma forma peculiar de antimodernismo burguês que, impulsionado pela nostalgia da fronteira, desemboca em um fetiche pelo mundo selvagem. Ao deixar de ser o lugar da disputa, do conflito e da produção, a *wilderness* passa a ser vista como um espaço de recreação, de fruição e de “purificação” do homem civilizado.

Dessa forma, *wilderness* passa a incorporar o mito nacional da fronteira, defendendo a liberdade selvagem do passado americano e parecendo representar uma alternativa natural extremamente atrativa para a artificialidade desfigurada da civilização moderna. A ironia, claro, era que, nesse processo, *wilderness* refletia a própria civilização da qual seus devotos buscavam escapar (CRONNON, 1996, p.78, tradução nossa).

O autor aponta ainda que essa noção de *wilderness* como sinônimo de uma terra “virgem”, “imaculada” e “inabitada”, foi especialmente perversa para os povos indígenas que habitavam originalmente tais terras. Estes acabaram sendo expulsos de seus territórios para permitir aos turistas usufruírem com segurança da ilusão de estarem contemplando sua nação em seu estado prístino e original, “na nova manhã da criação do próprio Deus” (CRONNON, 1996).

Se a fronteira real era, não raro, o lugar do conflito, onde invasores e invadidos lutavam pelo controle das terras e dos recursos, a “pós-fronteira”, materializada na forma dos parques nacionais, era o lugar de relativa ausência de violência humana dentro dos seus limites (CRONNON, 1996).

É nesse contexto que ganha força a ideia de criação de áreas protegidas onde a *wilderness* pudesse ser preservada. O Parque de Yellowstone foi criado ainda em 1872. O Parque de Yosemite foi criado em 1890, contando com ampla atuação de John Muir na sensibilização e mobilização de diferentes setores da sociedade. Em 1892, Muir cria o Sierra Club, organização voltada para apoiar o desenvolvimento de políticas de proteção da natureza e para tornar as regiões montanhosas da costa do Pacífico acessíveis aos que buscavam a contemplação das áreas “virgens”. Três anos depois seria criado a Wildlife Conservation Society (WCS), voltada a proteção da vida selvagem (CRONNON, 1996; CAMELY, 2009; FRANCO & DRUMMOND, 2009).

As primeiras décadas do século XX são marcadas pela polêmica em torno da construção da barragem de Hetch Hetchy, dentro do parque de Yosemite. A intensificação do debate acaba gerando uma divisão entre posturas conservacionistas e preservacionistas. Esses últimos, representados pelo pensamento de John Muir, defendiam a preservação da Wilderness pelo seu valor intrínseco, independente do seu aproveitamento pelo ser humano. Os primeiros, que tiveram na figura de Gifford Pinchot seu mais importante porta-voz, defendiam, a partir do manejo florestal, o aproveitamento dos recursos naturais nas áreas de reserva, na medida em que fossem importantes para a utilização pela sociedade, em nome do progresso e do desenvolvimento (NASH, 1982).

A despeito da polêmica, e também da visão utilitarista predominante - mesmo aquela que via a importância da *wilderness* como importante para a fruição e contemplação humana - a percepção de que muito pouco restava das áreas selvagens e de que muito pouco se conhecia acerca das áreas remanescentes, acabou por atrair diversos pensadores para o campo preservacionista:

A fronteira já não existia. Especialmente no leste, a *wilderness* existia apenas como ilhas em um oceano de civilização crescente. Com isso em mente, os porta-vozes da *wilderness* não se deixaram persuadir por argumentos baseados nas alegadas demandas da civilização. A *wilderness* do Novo Mundo esteve servindo a isso por três séculos. Os compromissos com a civilização já tinham sido cumpridos. Algo em torno de noventa e oito por cento da nação, excluindo o Alaska, tinha sido alterado pelo homem tecnológico. Os partidários da *wilderness* entraram nos anos de 1980 com a ideia de salvar *toda* a vida selvagem remanescente (NASH, 1982, p.248, tradução nossa).

Com a repercussão internacional da experiência norte-americana, os parques nacionais se tornaram modelos de preservação do ambiente natural, disseminando-se por todo o mundo (FRANCO & DRUMMOND, 2009). Nesse contexto, não demorou para que isso tivesse reflexos no Brasil. Já em 1878, o abolicionista André Rebouças pediu a criação dos parques nacionais em Sete Quedas e Iguaçu, justificando seu pedido principalmente em função do desenvolvimento do turismo (DEAN, 1996; SCHITTINI, 2010).

Entre 1895 e 1915 destaca-se a atuação do naturalista alemão Herman von Ihering, como fundador e diretor do Museu Paulista, que já defendia a implementação de um programa de conservação das matas brasileiras, baseado no estabelecimento de reservas florestais e no desenvolvimento da silvicultura racional. Nesse período, Ihering criou, com recursos próprios, a Estação Biológica do Alto da Serra, acima da vila de Cubatão, que fora doada em 1909 ao Museu Paulista (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Em 1899 foi criada no Estado de São Paulo, o Serviço Florestal e Botânico, vinculado à Comissão Geológica e Geográfica, órgão criado ainda no tempo do Império. A constituição do Serviço Florestal e Botânico se deu graças ao trabalho do botânico sueco Alberto Loefgren, cujos estudos sobre espécies de árvores econômicas e seus cálculos sobre chuvas e temperaturas o levaram a associar o desmatamento à mudança climática, reforçando, por isso, a necessidade de se investir no trabalho de reflorestamento (DEAN, 1996).

Sendo uma pessoa respeitada e influente entre a elite paulistana, Loefgren iniciou uma campanha pela instituição de um código nacional de florestas, pela criação de parques nacionais e de um serviço nacional de florestas. Conforme aponta Dean (1996), O botânico foi um dos primeiros a constatar a degradação ambiental deixada pelo avanço da fronteira extrativa agrária na mata atlântica. Loefgren trabalhou para a criação de uma estação ecológica em Itatiaia (RJ), inaugurando um período de pesquisas que dariam subsídios para a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937 (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Diante da devastação provocada pela economia do café, Loefgren publicou uma série de artigos em jornais paulistas e conseguiu criar uma massa crítica entre a classe média do Estado, em favor da conservação dos recursos florestais. Apesar disso, os obstáculos para a implementação de políticas conservacionistas permaneciam praticamente intransponíveis, diante da grande influência dos grandes proprietários de terra sobre o governo do Estado, conforme relata Dean (1996):

Funcionários públicos, membros de uma classe média emergente, geralmente de origem imigrante, passaram a experimentar uma relação conflituosa com os governos que os empregavam, dominados como eram pelos grandes proprietários

de terra, cujas premências especulativas, técnicas destrutivas de manejo e zelo por seus direitos de propriedade iriam constituir barreiras à implementação de políticas conservacionistas. Uma grande batalha, de resultados incertos, seria travada (DEAN,1996, p.247).

Conforme veremos, um longo caminho ainda teria que ser percorrido para que as políticas conservacionistas ganhassem algum reconhecimento e prioridade por parte do Estado brasileiro.

4.2. Do início do Século XX ao Pós Guerra

A experiência ambientalista internacional se acumula a partir do início do século XX, que assiste ao surgimento de diversas organizações conservacionistas, em especial nos Estados Unidos e na Europa. As experiências com os primeiros parques nacionais e com o manejo florestal nos Estados Unidos passaram a ser citadas por diversos estadistas e cientistas. Em 1913, acontece em Paris o I Congresso Internacional de Paris, que conta com a participação de cientistas e burocratas brasileiros, apesar do avanço ainda incipiente da agenda conservacionista no país (DEAN, 1996).

No Brasil, um pensador político que teve grande notoriedade e influência nos primórdios da república foi o ensaísta Alberto Torres, que defendia um Estado forte e intervencionista e o papel preponderante da elite intelectual na elevação da política nacional, para além dos interesses particulares. O seu projeto de nação privilegiava a valorização das gentes e dos recursos naturais do país (FRANCO; DRUMMOND, 2009; SCHITTINI, 2010). Em razão disso, Torres se apresentou como um crítico ferrenho ao modelo agroexportador e à lógica da economia de fronteira que, segundo ele, fazia avançar sobre as florestas “populações aventureiras e empresas capitalistas, que lastram, como pragas devastadoras, por todo o território – sem amor pela terra, nem pelo futuro humano” (DEAN, 1996).

Diferentemente dos cientistas estrangeiros, como Ihering e Loefgren, Torres exaltava a rusticidade da população cabocla, vista como sinônimo de resistência à postura negligente e opressora do Estado em relação às florestas e à população rural. Com uma visão que se aproximava do conservadorismo romântico do século XIX, ele buscava alternativas de evitar o desequilíbrio entre o rural e o urbano, observado nas sociedades industrializadas. Apontava, para isso, a necessidade de viabilizar a produção baseada na pequena propriedade rural (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Em sua proposta de uma nova constituição, publicada em 1913, foi pioneiro ao utilizar o termo conservação, com o sentido que ele havia assumido nos Estados Unidos. Vista como estratégia nacionalista, a conservação era considerada fundamental por Torres como sendo fundamental para o projeto de um novo país. O documento exigia o “reparo das áreas arruinadas, a fixação das populações nas zonas já abertas ao cultivo e a educação dos homens para utilizá-las e fazê-las frutificar, aumentando seu valor” (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

O pensamento de Torres influenciou toda uma geração subsequente de cientistas e administradores que, durante o Estado Novo (1937-1946), passaram a encarar os recursos naturais como uma reserva coletiva a ser utilizada eficientemente em favor da nação. Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos de Alberto José de Smapaio, à frente do Museu Nacional; de Frederico Carlos Hoehne, à frente do Instituto Butantã; além da obra de Armando Magalhães Correa sobre o sertão carioca, que reunia uma coletânea de artigos sobre a realidade da vida sertaneja e das áreas de florestas no interior do Rio de Janeiro (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Tais personalidades contribuíram enormemente para atrair a opinião pública para temática ambiental, além de terem conquistado prestígio e espaço político na administração pública, onde puderam exercer influência para a criação de uma política ambiental (DEAN, 1996; SCHITTINI, 2010).

Em 1934, a primeira Conferência Brasileira sobre Proteção da Natureza foi convocada por diversas organizações que já se articulavam em torno da temática conservacionista, como a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, os Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, a Sociedade de Amigos das Árvores, a Sociedade dos Amigos da Flora Brasileira e a Sociedade de Amigos do Museu. A conferência tinha o objetivo claro de pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas pelo Congresso Constituinte e criar um sistema de parques nacionais (DEAN, 1996).

Concomitante à promulgação da Constituição de 1934 foram aprovados os códigos Florestal e das Águas que, ao menos no papel, representaram uma rejeição histórica ao liberalismo em favor do controle estatal. Conforme aponta Dean (1996), tal forma de controle estatal, que vinha sendo abafada desde os primeiros dias do império, estava sendo revivida a partir do nacionalismo modernizante e tecnocrata representado pelo Estado Novo.

A nova legislação proibia, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo dos cursos d'água e de árvores que abrigavam espécies raras ou que protegiam mananciais; vedava o corte de mais de três quartos das árvores restantes na propriedade;

obrigava as indústrias a replantar árvores suficientes para manter suas operações; determinava a criação de uma guarda florestal e esboçava a base da organização de parques nacionais e estaduais. O Código de Águas também relativizava o controle dos proprietários sobre as águas presentes no interior das propriedades (DEAN, 1996).

Em 1937, a reserva do Itatiaia se tornou o primeiro parque nacional do Brasil. Posteriormente foram criados dois outros parques nacionais: o da Serra dos Órgãos, e o do Iguaçu. Este último, na fronteira com a Argentina, onde já havia sido criado um parque dez anos antes. Apesar disso, e da criação de algumas poucas reservas estaduais, poucos avanços em termos de conservação das florestas foram observados após o código de 1934. Seja pela indisposição dos proprietários em respeitar o limite de corte estabelecido por lei, seja pela incapacidade do Estado de fiscalizar os crimes ambientais, de criar novas reservas e gerir as florestas públicas existentes (DEAN, 1996).

Com o golpe de Estado perpetrado por Vargas em 1937, seguido da eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), observa-se um arrefecimento no ímpeto conservacionista do Estado. A partir da interdição da participação civil nas decisões de Estado, a preocupação maior se volta para as questões políticas internas e para os efeitos econômicos advindos da guerra (DEAN, 1996).

4.3. Meio ambiente e desenvolvimento

No período pós-guerra, com a criação da ONU e o esforço de se estabelecer agências multilaterais, diante da necessidade de se promover a segurança e a paz mundial, crescem as discussões em âmbito internacional sobre a temática da conservação da natureza. Nesse contexto, é criada, em 1948, a União Internacional para Proteção da Natureza (International Union for Protection of Nature, IUPN) que mais tarde seria denominada União Internacional para Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature, IUCN), constituindo-se em uma grande rede global de organizações voltadas à agenda conservacionista (SCHITTINI, 2010).

Na mesma época é criada nos EUA a The Nature Conservancy (TNC), com o objetivo de proteger as áreas naturais no país. A TNC viria a se tornar, no século XX, a maior organização de conservação ambiental do mundo (CAMELY, 2009).

Nas décadas de 1930 e 1940 as pesquisas científicas tinham evoluído para a realização da “grande síntese” confirmando a teoria da evolução de Charles Darwin sobre a evolução das

espécies e fazendo convergir as perspectivas dos biólogos de campo e de geneticistas sobre a evolução e o surgimento de novas espécies (FRANCO, 2013).

Entre as décadas de 1940 e 1950, as descobertas no campo da ecologia foram trazendo novas perspectivas para a temática da conservação da natureza. O enfoque sobre os ecossistemas, buscando-se uma visão integrada das paisagens e ambientes, as noções de ciclo de nutrientes e dinâmicas populacionais e os conceitos como capacidade de carga, fatores limitantes e estabilidade sistêmica foram transformando as formas de abordagem e as estratégias relacionadas à conservação da natureza e permitiram que fossem demonstrados mais claramente os riscos ambientais das atividades humanas (SCHITINNI, 2010).

Na década de 1960, ganharam destaque os trabalhos de Aldo Leopold sobre o “manejo da vida silvestre”, em que, buscando ir além da visão produtivista do “manejo florestal” convencional, ele apontava para aspectos éticos e estéticos da intervenção nos ecossistemas. Nessa perspectiva, a preservação da integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica deveria se sobrepor à simples avaliação do que poderia ser economicamente produzido (GUDYNAS, 2019).

Em 1961 é fundado na suíça o World Wildlife Fund (WWF), que assumiu inicialmente a função de coordenação da arrecadação de fundos para a IUCN. Em 1962, a IUCN convocou a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, ocorrida em Seattle, nos EUA. Durante a conferência foi reiterado que os parques nacionais deveriam estar sob proteção legal, de maneira que estes estivessem resguardados das atividades humanas (CAMELY, 2009; SCHITINNI, 2010).

Por outro lado, demonstrou-se na conferência uma preocupação grande com a garantia dos direitos de propriedade e com a permissão de atividades produtivas ligadas à agricultura e exploração mineral. Foram aprovadas nesse evento resoluções que reforçavam a conservação da natureza como parte de programas de desenvolvimento e apontavam a necessidade de que agências multilaterais como o BID e o Banco Mundial incorporassem salvaguardas ambientais em suas ações de planejamento (SCHITINNI, 2010).

Tais resoluções acompanhavam a tendência, que ganhava corpo a partir da década de 1960, de buscar atrelar a conservação da natureza à agenda desenvolvimentista. Essa tendência era ampara por cientistas e conservacionistas como Kenton Miller que, tendo contribuído para a criação de diversas áreas protegidas na América Latina, entendia que a conservação da natureza só seria eficaz se fosse vista como uma ferramenta para o desenvolvimento. Para isso, foi necessária a aproximação com os órgãos promotores do desenvolvimento (SCHITINNI, 2010).

No Brasil, o regime militar, estabelecido em 1964, buscou adotar o modelo desenvolvimentista que vinha sendo ensaiado desde o Estado Novo. Por outro lado, ainda era forte entre os generais as ideias nacionalistas de Alberto Torres, que enfatizavam os recursos naturais como um inestimável patrimônio nacional a ser preservado. Dessa maneira, os militares deram andamento à elaboração de um substitutivo para o Código Florestal de 1934, o qual havia logrado pouco sucesso na sua implementação. Buscaram, para isso, se apoderar da questão agrária e, ao mesmo tempo, incentivar o uso eficiente da terra (DEAN, 1996).

Em 1964, foi instituído o Estatuto da Terra, que afirmava o papel social da propriedade da terra, tendo como pré-requisito a sua justa distribuição e o seu uso apropriado, incluindo a garantia de conservação dos recursos naturais. Em 1965 foi promulgado um novo Código Florestal, ratificando a autoridade do Estado sobre as florestas particulares. Nesse contexto, diversas agências responsáveis por parques e reservas florestais foram unificadas com a criação do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) (DEAN, 1996).

Por outro lado, o modelo desenvolvimentista dos militares alcançava o seu auge na virada para a década de 1970, com a realização do “milagre econômico” brasileiro, que acontecia concomitantemente ao endurecimento do regime, traduzido na restrição de direitos políticos e na repressão de manifestações contrárias ao governo. Em meio a esse cenário, intensifica-se, nos países ditos “desenvolvidos”, os movimentos de contracultura e a crítica aos custos ambientais do desenvolvimento (DEAN, 1996).

4.4. Da contracultura à biologia da conservação

Precedida por uma grave instabilidade no quadro político-econômico mundial, a década de 1970 é marcada pela emergência de um novo paradigma tecno-econômico orientado para a produção de bens e serviços intensivos em comunicação e baseado em uma vasta rede de infraestrutura de telecomunicações. Nesse contexto, observa-se também o desenvolvimento de um conjunto de novas tecnologias nas áreas da microeletrônica, informática e biotecnologia. Assiste-se, ainda, a ampliação do movimento de internacionalização das economias com um mercado crescentemente globalizado, sob o comando do capital internacional (ALBAGLI, 1998).

Por outro lado, a revolução nas telecomunicações veio acompanhada de um movimento de contracultura que, tendo emergido entre a juventude norte-americana nos anos de 1960, logrou ampla adesão nos demais países avançados. De acordo com Nash (1982), tal

movimento tratou-se da mais intensa e abrangente contestação dos valores e instituições americanas estabelecidas. Tratava-se da primeira geração do pós-guerra, que passou a questionar os valores da sociedade urbano-industrial, baseados no poder bélico, no progresso tecnológico, na acumulação, na guerra, no individualismo e na dizimação sistemática da natureza (NASH, 1982).

Nesse contexto, a natureza (*wilderness*) e as ditas sociedades primitivas ganham um novo significado, tanto como vítimas da fixação do homem pelo progresso, crescimento e competição, quanto como símbolos dos valores assumidos pela contracultura, como paz, liberdade e vida comunitária (NASH, 1982).

Adicionalmente, conforme avalia Nash (1982), o despertar ecológico proporcionado pelo avanço no conhecimento na área das ciências naturais, provocou uma transição da preocupação com a qualidade de vida para a preocupação com a continuidade da vida, propriamente dita.

Os Americanos repentinamente realizaram que o homem é vulnerável. Mais precisamente, eles começaram a ver o homem como parte de uma comunidade de vida mais ampla, cuja sobrevivência depende da sobrevivência do ecossistema e da saúde do meio ambiente como um todo. A perspectiva ecológica também implicou no reconhecimento de que o homem civilizado colocou graves perturbações no equilíbrio delicado que sustenta a vida na Terra (NASH, 1982, p.254).

Nesse contexto, foi importante o papel de diversos escritores que ganharam destaque internacional a partir da publicação de obras importantes, que alertavam a população sobre a problemática ambiental, em suas variadas dimensões, e apontavam a necessidade de uma mudança no paradigma civilizatório. Citamos, dentre elas: *Silent Spring*, de Rachel Carson, publicada em 1962; *Science and Survival*, de Barry Commoner, publicada em 1966; *The Population Bomb*, de Paul Ehrlich e Anne Ehrlich, publicada em 1968; *The tragedy of Commons*, de Garret Hardin, publicada em 1968; *The Entropy Law and the Economic Process*, de Nicholas Georgescu-Roegen, publicada em 1971; e *Ecologie et Politique*, de André Gorz, publicada em 1976 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Conforme veremos, tais transformações socioculturais se deram de forma concomitante com a formação de um movimento ambientalista de caráter internacional e com a constituição de uma agenda ambiental global. Parte dessa agenda passou a ser liderada pelos organismos multilaterais, que trataram de buscar compatibilizar a agenda desenvolvimentista, em franca expansão nos países menos industrializados, com as crescentes preocupações ambientais dos países avançados.

É o que ficou explícito na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, com a participação de representantes de mais de 113 países e de 250 organizações não-governamentais. O objetivo inicial do evento era encontrar soluções técnicas para os problemas de poluição decorrentes da industrialização, do crescimento demográfico e da urbanização, e estimular a cooperação internacional no equacionamento da poluição do ar, da água e do solo, para evitar que os países em desenvolvimento repetissem os mesmos erros dos desenvolvidos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Ainda em 1972, após a realização da Conferência de Estocolmo, foi instituído o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo em vista o fortalecimento da cooperação internacional para solucionar problemas ambientais globais. Por recomendação do PNUMA, foi criado em 1983 a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que, em 1987, lançou o relatório “Nosso Futuro Comum” delineando os princípios e a definição de *desenvolvimento sustentável*⁴³. O relatório também recomendava a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou ECO-92, que viria a ocorrer no Rio de Janeiro, em 1992 (SANTILLI, 2005; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; ONU, 2020).

Na América Latina, os governos militares passam a enxergar com desconfiança a crítica ambientalista vinda dos países industrializados, vista como estratégias de restrição ao desenvolvimento de seus países. O representante do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo cunhou a famosa frase: “a pior forma de poluição é a pobreza”. Famosa também ficou a frase do então senador José Sarney, ao dizer: “que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”. Tal postura, acompanhada por outros países menos industrializados, deixou clara a disposição do governo em aproveitar a capacidade do país em absorver a sua poluição industrial (DEAN, 1996).

De todo modo, os militares se viram obrigados a tomar certas medidas que pudessem acalmar os ânimos da comunidade internacional em relação à política ambiental desenvolvida no país, em especial no que se referia à floresta amazônica. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e nomeados ambientalistas de alto nível técnico para a

⁴³ O termo desenvolvimento sustentável é criado buscando integrar as dimensões sociais e econômicas à problemática ecológica, conforme fica explícito no relatório Nosso Futuro Comum: “Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.” (ONU, 2020).

direção do órgão, assim como do IBDF. Profissionais notórios como Paulo Nogueira Neto e Maria Tereza Jorge Pádua, passaram a defender a ampliação e proteção dos parques e outras áreas protegidas, dedicando-se quase que totalmente à região amazônica (DEAN, 1996).

Influenciados pelas ideias de Kenton Miller, os conservacionistas Gary Wettenberg, consultor da FAO, e Maria Tereza Jorge Pádua, do IBDF, elaboraram a primeira proposta de criação sistemática de áreas protegidas no Brasil. Utilizando-se do que havia de mais avançado na época em termos de ciência da conservação, aplicaram os princípios da teoria da biogeografia de ilhas para definir os critérios para a criação das áreas protegidas, que são utilizados até os dias de hoje, tais como: a preferência por áreas extensas, evitando-se a fragmentação e favorecendo a dispersão das espécies; a priorização do formato circular das reservas, buscando-se minimizar o efeito de borda; e a conexão de fragmentos de áreas protegidas por corredores florestais (SCHITTINI, 2010).

Em 1979, com base nesses estudos, foi lançado o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Com uma segunda fase lançada no ano de 1982, o plano possibilitou um incremento do número de unidades de conservação, bem como da área coberta por elas. Houve também uma maior interiorização dessas áreas, bem como do tamanho médio de cada reserva (SCHITTINI, 2010).

Nos primeiros anos da década de 1980, entidades ambientalistas dos EUA como a National Wildlife Federation (NWF), o Environmental Defense Fund (EDF), o Earth Policy Institute (EPI), Natural Resources Defense Council (NRDC) e o Sierra Club, articulam uma rede de cientistas e cidadãos dos países desenvolvidos em torno de uma massiva campanha em defesa das florestas tropicais e contra os bancos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O argumento central da campanha era que a destruição das florestas estava sendo promovida pelos contribuintes dos países ricos, por meio de projetos financiados por esses bancos, que geravam impactos ambientais não calculados, além da dizimação das populações indígenas nos países em desenvolvimento (ALLEGRETTI, 2002).

Em 1986 seria criado o World Rainforest Movement (WRM), com sede na Inglaterra, congregando uma grande rede de ONGs mobilizadas em torno do tema das florestas tropicais (ZHOURI, 2001). No mesmo ano é criada nos EUA a Conservation International (CI), que assume uma estratégia agressiva de arrecadação de fundos junto a grandes corporações, como Cemex, Citigroup, Exxon Mobil, Mc Donalds, Sony, Starbucks e Walt Disney e instituições filantrópicas tais como a Gordon & Betty Moore Foundation. Posteriormente, a CI passa a ser

financiada pelo Banco Mundial e pelo Global Environmental Facility⁴⁴ (GEF) (CHAPIN, 2004; CAMELY, 2009).

A década de 1980 foi marcada também por importantes avanços das pesquisas no campo da ecologia e da biologia evolutiva que convergiram para a preocupação com a diversidade das espécies e dos ambientes que dão suporte à vida. Nesse contexto são resgatadas as obras de Aldo Leopold da década de 1960, sobre o manejo da vida silvestre; bem como ganham destaque os fundamentos da ecologia profunda de Arne Naess e da biologia da conservação de Michael Soulé (FRANCO, 2013; GUDYNAS, 2019).

Em 1988, o termo biodiversidade é cunhado na publicação organizada pelo biólogo Edward O. Wilson, denominada *Biodiversity*. O livro reunia uma coletânea de artigos de diversos autores renomados que apresentavam um conjunto de novos conceitos e descobertas que contribuiriam para consolidar a disciplina nascente da biologia da conservação (FRANCO, 2013).

A biologia da conservação traz a noção de biodiversidade para o centro da preocupação das ciências naturais e do próprio ambientalismo. A conservação da natureza transita cada vez mais de um enfoque na preservação da *wilderness*, com suas paisagens sublimes e sua fauna e flora carismáticas, para a conservação da biodiversidade enquanto portadora de um valor intrínseco. Adentra-se no campo da ética, da filosofia, da economia e das ciências sociais para se atribuir “cidadania” às mais variadas formas de vida, não somente àquelas consideradas “belas” e “úteis” ao ser humano. O foco passa a ser o combate às causas da perda de biodiversidade, identificadas como sendo a destruição de habitats, a disseminação de espécies invasoras, a poluição e a exploração excessiva (caça, pesca e coleta) (FRANCO, 2013).

4.5. A utopia do Desenvolvimento Sustentável

Em um cenário marcado por forte endividamento externo e alta inflacionária, o Brasil inicia o processo de transição democrática, com o retorno paulatino dos direitos civis, da imprensa sem censura e da livre associação. Conforme avalia Dean (1996), a retirada dos militares colocava em questão o modelo de desenvolvimento adotado durante os últimos trinta

⁴⁴ Trata-se de um fundo criado em 1991 para ser um instrumento de integração das preocupações globais com as políticas nacionais de desenvolvimento. Possui foco nas áreas de mudança climática, poluição das águas internacionais, biodiversidade e destruição da camada de ozônio. É coordenado por meio de uma articulação entre o Banco Mundial, o PNUMA e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

anos e atraía a atenção da opinião pública internacional para a Amazônia, onde o planejamento governamental havia estimulado o desmatamento, por meio de projetos agropecuários, exploração mineral e projetos de colonização mal avaliados.

Paulatinamente, o movimento ambientalista no Brasil vai se politizando a ponto de exercer pressão na formulação de políticas públicas e formar um bloco de representantes no congresso. O bloco ambientalista teve papel importante na Assembleia Constituinte, influenciando na elaboração de dispositivos específicos sobre o meio ambiente na nova constituição (DEAN, 1996).

Em 1981, é editada a Lei nº 6.938, instituindo a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que permitiram tratar de forma articulada a agenda ambiental, integrando os instrumentos reguladores das águas, florestas, fauna e ambiente urbano. Em 1988, com a promulgação da constituição cidadã, o meio ambiente ganha um capítulo próprio, sendo assegurado no Art.225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (SANTILLI, 2005).

Conforme ressalta Santilli (2005), verifica-se uma clara influência no texto constitucional de documentos referenciais elaborados por instituições conservacionistas internacionais, tais como a “Estratégia Mundial para a Conservação”, lançada em 1980 pela IUCN, PNUD e WWF; e o “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987, pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Do primeiro documento o texto constitucional incorporou os três principais objetivos da conservação, definidos como: manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de sustentação da vida; preservação da diversidade genética e utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas; do “Nosso Futuro Comum” foram internalizados na constituição conceitos como: direito fundamental ao meio ambiente sadio, equidade entre gerações, manutenção dos ecossistemas e processos essenciais para o funcionamento da biosfera, avaliações ambientais prévias e divulgação de informações ambientais (SANTILLI, 2005).

Em 1989, na linha de integração e articulação das políticas ambientais, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a partir da fusão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), da Superintendência da Borracha (Sudhevea) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No mesmo ano é instituído o Fundo

Nacional do Meio Ambiente (FNMA) (SANTILLI, 2005). O Ministério do Meio Ambiente seria criado em 1992, na onda das pressões e dos compromissos assumidos durante a Eco-92.

A crescente preocupação mundial relacionada à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável se refletiu na Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O evento foi precedido pela criação, em 1990, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que foi responsável pela articulação de centenas de organizações durante o período preparatório da Conferência do Rio, tornando-se um espaço privilegiado para a articulação dos movimentos sociais e entidades ambientalistas (SANTILLI, 2005).

Durante a Eco-92 foi constituída a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que passou a abordar a biodiversidade sob três níveis: diversidade de espécies, diversidade genética e diversidade de ecossistemas (FRANCO, 2013).

Em seu artigo 8º, a CDB estabelece uma série de compromissos com o estabelecimento de sistemas de áreas protegidas, a promoção da proteção de ecossistemas e habitats naturais, a manutenção de populações viáveis de espécies, a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às áreas protegidas e o respeito ao “conhecimento, às inovações e às práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica” (BRASIL, 2000; SCHITTINI, 2010).

Como, em geral, a diversidade de saberes tradicionais envolve um conhecimento valioso associado à biodiversidade – o que tornou usual denominações como “sociobiodiversidade” ou “agrobiodiversidade” – a preocupação com a “preservação” ou a “valorização” do conhecimento tradicional” é enfatizada na CDB. Nesse sentido, o item “J” do artigo 8 da CDB, que trata da conservação *in situ*, é bem incisivo ao estabelecer como dever dos signatários:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (BRASIL, 2000, p.12).

Outro marco importante da Eco-92 foi a constituição da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, tendo como objetivo final a estabilização da concentração de gases de

efeito estufa na atmosfera em um patamar que evite o desequilíbrio do clima global (Observatório do Clima, 2015). A Convenção do Clima permitiu o estabelecimento de uma governança global para o tema do aquecimento global que, desde o final da década de 1960, vinha sendo apontado por diversos institutos de pesquisa como um dos mais sérios problemas ambientais a ser enfrentado no futuro (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Além disso, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu os principais conceitos e princípios que passaram a nortear a legislação ambiental internacional, tais como: o princípio do desenvolvimento sustentável, o princípio da precaução, o princípio do poluidor-pagador, o princípio da participação social na gestão ambiental e o princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal (SANTILLI, 2005).

Na Eco 92 também seriam lançadas as bases do que viria a ser difundido nas décadas seguintes como *economia verde*. Sob tal designação, os ditos “bens” e “serviços” ambientais passariam a ser encarados como mercadorias, tornando a conservação uma forma de investimento em capital natural (GUDYNAS, 2019; DEATH, 2015), constituindo base das propostas e embates ocorridos em 2012, na Rio+20 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Para Dean (1996), a Eco 92 legou para a posteridade algumas das mais utilitaristas concepções sobre o mundo natural dos tempos modernos, ao abordar a diversidade da vida como “recursos genéticos”, as florestas como “recurso renovável” e a preservação como estando atrelada à noção de “uso sustentável”.

No mesmo ano da Eco 92, ocorreu em Caracas, na Venezuela, o 4º Congresso Mundial de Parques da IUCN, onde foram pactuadas seis categorias básicas de áreas protegidas: reserva natural, área silvestre, parque nacional, monumento natural, área de manejo de espécies/habitats, paisagem terrestre/marítima protegida e área protegida de recursos manejados. Ainda em 1992, o Ibama encaminhou ao Congresso Nacional a proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que passaria por uma série de ajustes e debates até a sua aprovação final, no ano de 2000 (SCHITTINI, 2010).

No ano de 2001, a ONU realizou a Cúpula do Milênio, onde foram adotados oito objetivos, a serem cumpridos até 2015, relacionados à erradicação da fome e da miséria no mundo. Entre os objetivos estava assegurar um meio ambiente sustentável, que incluía a recomendação pela intensificação dos esforços coletivos para o gerenciamento, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Durante o 5º Congresso Mundial de Parques da IUCN, realizado em 2003 na África do Sul, foi firmado o Acordo de Durban, cujas premissas e linhas de ação influenciaram a elaboração do Plano de Trabalho sobre Áreas Protegidas, adotado em 2004 pela CDB. O Plano

de trabalho solicitava aos países signatários que elaborassem os seus Planos Nacionais sobre Áreas Protegidas. Em atendimento aos compromissos assumidos na CDB, o Brasil lançou em 2006 o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), enfocando, além das categorias de unidades de conservação previstas no SNUC⁴⁵, as terras indígenas e os territórios quilombolas (SCHITTINNI, 2010).

Durante a 10ª Conferência das Partes, ocorrida em outubro de 2010 em Nagoya, no Japão, foi aprovada o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011 a 2020. O plano apresenta 20 metas, que ficaram conhecidas como as Metas de Aichi para a Biodiversidade, que buscam a efetivação de estratégias para deter a perda da biodiversidade planetária. Em 2011 o Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente, iniciou os esforços para a elaboração da Estratégia Nacional para Biodiversidade 2011-2020. A primeira comissão formada contou com a parceria da IUCN, do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e do WWF-Brasil, que deram início ao processo conhecido como “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” (BRASIL, 2016).

O conjunto de elementos normativos e cognitivos estruturados em torno da conservação da biodiversidade, articulados por atores políticos diversos, incluindo governos, ONGs, organismos internacionais e indivíduos, passam a conformar aquilo que Inoue (2007) chamou de regime global de biodiversidade. Cada vez mais, iniciativas locais de uso e conservação se articulam a processos globais, estabelecendo conexões que transcendem à esfera de atuação dos estados, a partir de redes transnacionais sintonizadas com a Convenção da Diversidade Biológica (INOUE, 2007).

Parecia que o mundo estava prestes a alcançar a utopia do desenvolvimento sustentável e o processo de tomada de decisão, em escala planetária, passaria, cada vez mais, a ser pautado pela necessidade de conservação da biodiversidade e pela garantia de um planeta habitável para as futuras gerações.

⁴⁵ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei nº 9985 de 2000. A lei define diferentes categorias de unidades de conservação, divididas em dois grupos: as de proteção integral, em que é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, para fins de pesquisa, educacionais ou recreacionais; e as de uso sustentável, na qual se permite a exploração direta dos recursos naturais de acordo com os objetivos propostos no plano de manejo da unidade. Dentre as UCs de proteção integral incluem-se os parques nacionais, as reservas biológicas e as estações ecológicas. Dentre as UCs de uso sustentável incluem-se as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimentos sustentável e as florestas nacionais (BRASIL, 2000).

4.6. O ambientalismo sob a lógica da acumulação

Conforme ressaltam Becker e Stenner (2008), a partir da emergência dos temas da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade enquanto questões globais – bem como da tomada de consciência da comunidade internacional da escassez dos recursos naturais – ocorre um processo de valorização da natureza sob duas lógicas distintas: a cultural e a da acumulação. A primeira relaciona-se à preocupação genuína com a sobrevivência humana e das demais espécies presentes no planeta. A segunda relaciona-se à valorização da natureza enquanto capital natural, de realização atual ou futura, sendo fonte de informação para o desenvolvimento de tecnologias baseadas na decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade, como é o caso da biotecnologia e da engenharia molecular (BECKER; STENNER, 2008).

Dessa maneira, embora convergindo para um projeto comum de conservação dos ecossistemas, a questão ambiental, sob a lógica da acumulação, assume um caráter geopolítico na medida em que os países do Norte e do Sul passam a disputar o controle dos recursos e dos processos de decisão relacionados ao uso da natureza enquanto reserva de valor. Ressaltando-se, nesse contexto, o caráter estratégico da informação associada à diversidade biogenética (BECKER; STENNER, 2008; ALBALGI, 1998).

A partir do tema ambiental, revitaliza-se o debate sobre o fluxo e a distribuição de riqueza, poder e tecnologias entre esses dois grandes blocos de países, ao mesmo tempo em que se impõem novas condicionalidades nos termos que regem essas relações. Aí está o cerne das interações entre o imperativo tecnológico, a politização da natureza e a geopolítica contemporânea (ALBALGI, 1998, p.49).

Nesse sentido, conforme apontam Bursztyn e Bursztyn (2012), apesar da Eco-92 ter representado um avanço importante em matéria de política internacional e de cooperação entre os países do Norte e do Sul em prol do desenvolvimento sustentável, o cenário de consolidação da doutrina neoliberal, impulsionada pelo Consenso de Washington no final da década de 1980, foi desfavorável ao financiamento e à implementação da maior parte dos acordos firmados entre os países. Os desafios de enfrentar a degradação ambiental, promover justiça social e reduzir as desigualdades entre as nações foram perdendo terreno diante da perda da capacidade reguladora do Estado e do aumento da influência das empresas multinacionais na política econômica dos países, fazendo prevalecer as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Malheiro (et al, 2021), ressaltam o tensionamento que se deu dentro do campo ambientalista entre as concepções que priorizavam a lógica da liberalização mercantil e empresarial e aquelas voltadas para a consolidação da democracia e da justiça social.

A década de 1990 é aquela em que a questão ambiental atingiu maior visibilidade no cenário internacional, passando a fazer parte das atenções de diferentes segmentos sociais, mas também expressando a intensificação dos conflitos de interesses acumulados em processos anteriores de institucionalização, de protagonismo de povos e comunidades indígenas e camponesas e de entrada em cena das grandes corporações mundiais. Foram inauguradas, com a Rio-92, não apenas as grandes convenções internacionais, como os fóruns paralelos da sociedade civil organizada, explicitando as tensões, no campo ambientalista, entre seus sentidos de liberalização mercantil e empresarial, de um lado, e de democratização e justiça social, de outro (MALHEIRO et al., 2021, p.160).

Por outro lado, as grandes ONGs conservacionistas, como WWF, TNC e CI, passam a concentrar cada vez mais os recursos advindos das agências financiadoras, tornando-se verdadeiras multinacionais da conservação (CHAPIN, 2004; CAMELY, 2009). Grandes corporações como a Shell, Rio Tinto e Duke Energy, aglutinadas no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD) passam a ter cada vez mais influência nos Congressos Mundiais de Conservação, promovidos pela IUCN, a ponto de se observar uma grande convergência entre as mais influentes organizações conservacionistas e as mais poderosas corporações do mundo (BÜSCHER; FLETCHER, 2014).

Nesse contexto, as duas principais agendas do ambientalismo internacional, a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas, vão sendo paulatinamente capturadas pela lógica da acumulação, em favor da concentração de capital sob controle das grandes organizações ambientalistas emergentes nos países do Norte e também dos interesses comerciais desses países.

A biodiversidade sob a lógica da acumulação

Shiva (2002) aponta sérias distorções nas abordagens dominantes relacionadas à conservação da biodiversidade levadas a cabo por meio de Organizações Não Governamentais e organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial, o WRI (World Resources Institute), o GEF e a própria IUCN. Conforme demonstra a autora, tais agências tendem a buscar nos países do Sul as causas de perda de biodiversidade, tais como a derrubada e a queima das florestas, a

coleta excessiva de plantas e animais e o uso indiscriminado de pesticidas. Ignoram, contudo, que as principais causas da destruição da biodiversidade são de caráter global e, segundo a autora, relacionadas ao modelo produtivo dominante adotado na silvicultura, criação de gado e agricultura (SHIVA, 2003).

Estabelece-se assim um processo assimétrico entre os países do Norte e do Sul. Concentrando a maior parte da biodiversidade do mundo, especialmente nos trópicos, os países do Sul são considerados os maiores responsáveis pela perda da biodiversidade, ao mesmo tempo em que são os mais carentes de recursos para investir na sua conservação (ALBAGLI, 1998). Por outro lado, aos se tornarem doadores, os países do Norte direcionam o investimento em projetos de conservação, realizados por meio dos organismos multilaterais, no sentido de atender seus interesses comerciais (SHIVA, 2003).

Se os países do Norte atuam no sentido de estabelecer reservas de ecossistemas preservados nos países do Sul, é porque estas servirão como reservas de valor de capital natural (BECKER; STENNER, 2008). De forma concomitante, o financiamento mantido pelas agências internacionais favorece o desenvolvimento de sistemas produtivos, em especial os grandes projetos agropecuários, que são os grandes responsáveis pela erosão da diversidade genética no mundo (SHIVA, 2003).

Tais assimetrias entre os países do Norte e do Sul foram refletidas no processo de elaboração da Convenção da Diversidade Biológica, durante a Eco 92. Shiva (2003) chama atenção para a declaração do presidente Bush apresentando as razões da recusa dos Estados Unidos em assinar a convenção naquele momento. Segundo ele, o documento apresentava “falhas graves”, em especial no que se referia ao regime de patentes de materiais genéticos. Conforme constata a autora, os EUA se sentiam desconfortáveis com relação a elementos no texto que visavam garantir os direitos de propriedade intelectual de povos nativos e comunidades locais e o respeito à legislação dos países da onde fossem coletados os recursos genéticos (SHIVA, 2003).

Apesar da preocupação dos EUA, Shiva (2003) ressalta que, na verdade, o texto da CDB acabou dando excessiva ênfase no tema do patenteamento dos materiais genéticos e uma ênfase insuficiente nos direitos de propriedade intelectual. Não foram apresentados, segundo a autora, mecanismos que assegurassem a soberania das comunidades locais, cuja sobrevivência cultural está intimamente ligada ao uso e conservação da biodiversidade (SHIVA, 2003).

Por esta razão, muitos autores consideraram a CDB como um dos exemplos em que a preocupação com a preservação de recursos biológicos acabou se desviando para a preocupação com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, visando acelerar o crescimento econômico.

Nesse contexto, o foco passa a ser muito mais o lucro, o direito de patentes e o acesso e controle dos recursos genéticos, do que as causas mesmas da destruição da biodiversidade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

No que se refere à proteção do dito conhecimento tradicional, apesar da CDB apresentar um avanço na preocupação com as comunidades locais e os povos indígenas, constata-se, ainda assim, que a ênfase é sempre dada à “repartição equitativa dos benefícios” (BRASIL, 2000). No Brasil, a Lei n°.13.123, de 20 de maio de 2015⁴⁶, passa a considerar as comunidades tradicionais como “provedoras” de conhecimento tradicional, na medida em que os “usuários” (empresas e pesquisadores) se interessem pela utilização das espécies da biodiversidade, e do conhecimento tradicional associado (BRASIL, 2015).

Durante o processo de tramitação da lei supracitada, diversas organizações representativas de povos indígenas e de comunidades tradicionais manifestaram, por meio de uma carta de repúdio, que o projeto de lei foi conduzido de forma a priorizar os interesses do setor empresarial, representado pela “Coalização Empresarial pela Biodiversidade”. De uma forma geral, a carta de repúdio denunciava que o texto priorizava o acesso dos usuários ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais, sob dois aspectos principais: em relação à proteção dos conhecimentos tradicionais, ao flexibilizar os mecanismos de consentimento prévio, livre e informado; e em relação à repartição justa dos benefícios, ao abrir brechas para permitir que os usuários definam os termos em que se darão a repartição dos benefícios advindos do acesso aos conhecimentos coletivos (Moção de Repúdio, 2015).

O clima sob a lógica da acumulação

A lógica da acumulação, bem como o mencionado processo de assimetria entre os países do Norte e do Sul em relação ao acesso e controle dos recursos naturais, é reforçada pelos mecanismos de mercado definidos no âmbito do Protocolo de Kyoto, adotado em 1997, durante a 3ª Conferência das Partes (COP-3) da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

Diante da relutância dos países industrializados em investir na redução das emissões de gases de efeito estufa, foi estabelecido um comércio de emissões, em que são comercializados direitos (ou cotas) de emissão, por meio de Unidades de Redução de Emissões,

⁴⁶ Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade

e gerados créditos de emissão, a partir do desenvolvimento de projetos destinados a reduzir a emissão de gases por meio de sumidouros. Dessa maneira, um país que tenha dificuldade em atingir as metas de redução de emissões, pode comprar cotas de emissão de um país que, pelo contrário, tenha superado suas metas. As emissões passam então a serem negociadas como uma *commodity*, configurando o que ficou conhecido como o mercado de carbono (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Além do comércio de emissões, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi outro mecanismo de mercado definido pelo Protocolo de Kyoto. Destina-se a financiar projetos de redução de emissões ou de sequestro de carbono nos países em desenvolvimento, gerando créditos de emissão para os países desenvolvidos. Os projetos de MDL podem contemplar setores diversos como energético, indústria de construção e de transporte, disposição de resíduos sólidos e tratamento de esgoto sanitário (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

A partir da constatação de que boa parte das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera é provinda do desmatamento de florestas tropicais, foi desenvolvido um novo mecanismo denominado REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation), que passou a vigorar em 2007, após a COP-13, em Bali. O instrumento permite a geração de créditos de emissão para empresas e países industrializados que invistam em ações de proteção florestal em países em desenvolvimento, por meio do pagamento por serviços ambientais (PSA). Posteriormente, o REDD+ incluiu, entre os serviços ambientais financiáveis, atividades como o manejo sustentável de florestas e outras atividades associadas à conservação e à estocagem de carbono, por meio de florestas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Em 2008 o governo brasileiro criou o Fundo Amazônia, com o objetivo de financiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da Conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Com o Decreto Nº 6527, de 1º de agosto de 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, se tornou elegível a acessar pagamentos advindos de resultados do REDD+ alcançados pelo país (BRASIL, 2008).

Em 2009 o BNDES celebrou um contrato de doação com o Governo da Noruega, que estabeleceu um compromisso de doação de U\$ 1,2 bilhão, destinados ao Fundo Amazônia. Nos anos de 2010 e 2017 foram estabelecidos contratos de contribuição financeira com o governo da Alemanha, totalizando 68,1 milhões destinados ao Fundo Amazônia (FUNDO AMAZÔNIA, 2020).

Conforme destacam BURSZTYN; BURSZTYN (2012), os mecanismos de REDD e REDD+, encarados como estando sob a lógica da economia verde, passaram a ser alvos de

críticas por diversos estudiosos e ambientalistas que vêm apontando para os riscos da incorporação das florestas à lógica de mercado. Esses riscos incluem o deslocamento de populações tradicionais, o incentivo a atividades madeireiras e a substituição de florestas naturais por reflorestamento (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Moreno (2009) chama atenção especialmente para o processo de compra de créditos de carbono das florestas situadas em terras indígenas. Segundo a autora, ao adquirirem direitos sobre o carbono situado nesses territórios, os investidores do Norte inauguram uma nova categoria de geração de direito e controle sobre a terra. Fazendo um paralelo com as missões jesuíticas que entraram na Amazônia nos séculos XVII e XVIII, a autora define a cooptação das comunidades e organizações indígenas para o projeto do REDD+ como a “catequese do carbono”, através da qual a floresta passa a ser vista como sumidouro e estoque de carbono e os povos indígenas, subjugados como sujeitos políticos, são reduzidos a “prestadores de serviços ambientais”, “guardiões da floresta” ou “guardiões do carbono florestal” (MORENO, 2009).

Para Büscher e Fletcher (2014), a partir da concepção da natureza enquanto provedora de *serviços ambientais*, o processo de *acumulação pela conservação* alcança novo patamar com a criação do mercado global de carbono, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e de outros instrumentos financeiros, tais como o mercado de derivativos ambientais. Com a financeirização do capital natural viabiliza-se a geração remota de valor com atividades de conservação e a sua livre circulação pelo globo, engendrando um processo de *conservação fictícia* (BÜSCHER; FLETCHER, 2014) e viabilizando a implementação de *regimes florestais neoliberais* em países do sul global, por agentes não estatais (NEL, 2015).

Conforme advogam Borrás e Franco (2018), as iniciativas voltadas à mitigação e adaptação à mudança do clima, quando não se norteiam pelos princípios da *redistribuição, reconhecimento e restituição* das terras em favor dos despossuídos, apenas reforçam o *land grabbing* e perpetuam os sistemas excludentes da agricultura industrial e da conservação neoliberal da natureza. Como exemplo citam a implantação de grandes monocultivos de árvores de crescimento rápido no Camboja que se tornam elegíveis a receberem investimentos para a mitigação da mudança do clima, através de *mecanismos de desenvolvimento limpo*, mesmo que tenham sido responsáveis pelo desmatamento massivo da vegetação nativa (BORRAS; FRANCO, 2018).

Capítulo 5 - A frente camponesa

A frente camponesa⁴⁷ é constituída pelos múltiplos sistemas de apropriação da terra e uso comum dos recursos naturais que se formam à margem do sistema econômico dominante. Esses sistemas de uso comum são formados como estratégias de sobrevivência de diferentes segmentos camponeses às sucessivas crises econômicas que acompanham o avanço do modelo agroextrativo. Tais crises são marcadas pelo conflito social e se expressam no fim do ciclo canavieiro, no Nordeste, na decadência da cultura do café, na região centro-sul e no colapso dos seringais na Amazônia (ALMEIDA, 2008; VELHO, 2009; MOREIRA, 2011).

Na Amazônia, tal processo é marcado pela luta organizada dos seringueiros contra a exploração dos padrões e, posteriormente, contra a expropriação promovida pelos fazendeiros quando estes compram os seringais para a implantação dos projetos agropecuários (ALLEGRETTI, 2002). O movimento dos seringueiros alcançará o seu auge em meados da década de 1980, no contexto da emergência de novos sujeitos políticos na Amazônia (ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2014) e a partir do encontro da frente camponesa com a frente ambientalista, quando o líder sindical Chico Mendes passa a ser conhecido mundialmente por liderar uma luta política que, em última análise, se opunha à derrubada de grandes áreas de floresta amazônica (ALLEGRETTI, 2002).

A emergência dos seringueiros defendendo a manutenção da floresta como meio de vida e de trabalho, cujos membros arriscavam a própria vida em embates com forças econômicas sustentadas pelo poder político nacional, foi um dado inteiramente novo na história dos movimentos da sociedade civil do século vinte. Para os ambientalistas significava a existência de uma base social e para os seringueiros a eficácia de um grupo de pressão, ambos voltados ao mesmo objetivo, a defesa da floresta (ALLEGRETTI, 2002, p.32).

As transformações sociopolíticas iniciadas com a luta dos seringueiros, baseadas na afirmação de novas territorialidades (LITTLE, 2004), culminarão na instituição das reservas extrativistas, dos projetos de assentamento agroextrativistas e de uma série de outros instrumentos jurídicos, visando perpetuar os sistemas de uso comum da terra e dos recursos naturais na Amazônia (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2008). Percorreremos detidamente

⁴⁷ Aqui o termo ‘camponês’ se refere, de forma genérica, aos povos do campo, sem uma diferenciação cultural ou identitária. Consequentemente não é feita nesse trabalho a discussão teórica ou política sobre o campesinato, preconizada no campo da Economia Política e dos estudos agrários críticos. Para mais detalhes, ver Sauer e Castro (2020), Stédile (2011), Velho (2009) e Veltmeyer (1997).

esses temas, a fim de caracterizar a formação da frente camponesa e seu posterior encontro com a frente ambientalista.

5.1. A organização da luta dos seringueiros⁴⁸

Desde o início do século XX, a falência das empresas seringalistas amazônicas, após o estabelecimento dos seringais ingleses na Ásia, permitiu a emergência de uma espécie de campesinato caboclo (ALMEIDA, 1992; MALHEIRO et al., 2021), caracterizado pela diversidade de atividades de subsistência, tais como agricultura, caça, pesca e coleta de produtos florestais. Tais atividades se associavam à produção remanescente de borracha, que passou a funcionar como suplemento de renda às famílias (BUNKER, 1984; ALLEGRETTI, 2002).

Allegretti (2002) aponta os elementos constitutivos de uma empresa seringalista, a partir do modelo clássico expresso na literatura e encontrado em seu trabalho de campo realizado no Seringal Alagoas⁴⁹: a) ocupação ou aquisição de grandes áreas de concentração natural de seringueiras por um seringalista e a abertura do seringal; b) recrutamento de mão de obra nordestina; c) organização da produção do látex em unidades autônomas, denominadas de *colocação*, formadas pela casa de moradia do seringueiro, pelas *estradas de seringa* e pela barraca de *defumação*; d) estrutura comercial, o *barracão*, voltado para a venda de instrumentos de trabalho e bens de consumo aos seringueiros e para a compra da borracha; e) sistema de contabilidade comercial, registrando a venda de mercadorias e o crédito da borracha produzida por *fabricao*, ou safra de borracha; f) sistemas de transporte de mercadorias entre o *barracão* e as *colocações*, formando por tropas de animais; g) contratação de trabalhos especializados (mateiro, caçador, ferreiro) e de trabalhadores assalariados responsáveis por serviços de apoio (transporte, alimentação e agricultura em anos mais recentes). Em geral, cada *estrada* tinha, em média, 100 hectares. Cada seringueiro trabalhava em até três *estradas*. Assim, um seringal com 300 estradas tinha cerca de 30.000 hectares e ocupava cerca de 100 seringueiros.

⁴⁸ Esta subseção terá como principal referência a tese de Mary Helena Allegretti, intitulada “A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros”, submetida ao PPGCDS/UnB em 2002. Trata-se de um trabalho exaustivo, realizado a partir de extenso material coletado pela autora (entrevistas, vídeos, anotações, documentos, etc) entre os anos de 1978 e 2002. Durante esse período, a autora acompanhou de perto todo o trabalho de Chico Mendes, tendo atuado como pesquisadora e assessora do movimento dos seringueiros. Após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, a autora continuou prestando apoio ao Conselho Nacional do Seringueiros (CNS) e entre 1999 e 2002 atuou como Secretária de Coordenação da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente (ALLEGRETTI, 2002).

⁴⁹ Allegretti (2002) aponta que o Seringal Alagoas, na região do Juruá, permaneceu estruturado como empresa seringalista durante cerca de 90 anos. De modo que foi possível à autora observar elementos constitutivos de um seringal clássico, mesmo tendo realizado o trabalho de campo na década de 1970.

Em geral, a jornada diária do seringueiro consistia em fazer duas vezes a ronda da *estrada*. Antes do amanhecer, para sangrar a árvore e colocar a tigela para a coleta do látex, e à tarde para colher o líquido. Antes de encerrar o expediente, era necessário, ainda, realizar a coagulação do leite, mediante defumação e acondicionamento em local adequado (ARAÚJO, 2007).

Conforme exposto no terceiro capítulo, os seringueiros, ao chegarem do Nordeste, eram submetidos a um regime de servidão por dívida, que oferecia a eles pouquíssimas chances de conquistar autonomia econômica e de se livrar das condições de trabalho degradantes encontradas nos seringais. Enquanto permanecesse endividado, o seringueiro era proibido de deixar o seringal. Conforme destaca Allegretti (2002), o objetivo do seringalista era fazer com que a borracha produzida pelo seringueiro fosse integralmente utilizada para pagar sua dívida no *barracão*, mantendo sob controle a produção do seringal.

O trabalhador rural que recebe seu salário em espécie sabe previamente que somente irá receber em produtos de consumo o equivalente ao valor do seu salário. No caso do aviamento, essa relação de equivalência será feita somente no acerto de contas. Durante todo o fabrico, o seringueiro adquire produtos de consumo no barracão do seringalista e produz borracha. Ao final, será feito um balanço entre o que foi consumido e o que foi produzido (ARAÚJO, 2007, p.159).

No auge da produção da borracha, até meados da década de 1910, diversas regras foram criadas para viabilizar o aumento da produção a custos sempre mais baixos, como o endividamento prévio⁵⁰, a preferência por trabalhadores solteiros, a proibição de roçados e o incentivo ao consumo de supérfluos. Os seringalistas, ou *patrões*, também cobravam renda (paga em borracha) pelo uso das estradas de seringa e exigiam exclusividade dos seringueiros, ou *fregueses*, tanto na compra de bens de consumo quanto na venda da borracha. Além disso, inúmeros outros custos eram cobrados dos seringueiros, tais como o transporte da borracha até os centros comerciais, despesas com tratamento de saúde, juros sobre o dinheiro adiantado, além de manipulações nos registros das contas-correntes e nas balanças que mediam o peso da borracha (ALLEGRETTI, 2002; MALHEIRO et al., 2021).

Após a Segunda Guerra, com o fim do segundo ciclo da borracha, há uma reorganização da produção nacional da borracha, concentrando-se nos estados do Acre e Rondônia. A economia nos seringais se diversifica e a produção de borracha remanescente se

⁵⁰ O endividamento prévio poderia incluir a passagem ao Pará, o transporte ao seringal, dinheiro adiantado durante a viagem, utensílios necessários para o trabalho e um adiantamento, ou *aviamento*, de mercadorias de consumo para os primeiros meses de trabalho (ALLEGRETTI, 2002).

volta ao suprimento do mercado interno e passa a contar com forte subsídio estatal, por meio do monopólio nas operações de compra e venda de borracha e do financiamento via Banco de Crédito da Borracha. Dessa maneira, boa parte dos seringais reativados durante a guerra puderam se manter organizados como empresas, possibilitando com que os seringueiros que haviam migrado para a Amazônia, bem como os descendentes daqueles que migraram no ciclo anterior, continuassem envolvidos com a extração da borracha (ALLEGRETTI, 2002).

À medida, porém, que caía o preço da borracha, as regras nos seringais iam sendo flexibilizadas, no sentido de diminuir os custos de manutenção dos seringueiros nas *colocações*. A produção de subsistência passou, então, a ser estimulada pelos seringalistas, que também transferiam, gradativamente, para os seringueiros a responsabilidade pela manutenção das *estradas de seringa* (ALLEGRETTI, 2002).

Conforme ia ganhando mais autonomia para produzir, o seringueiro percebia que poderia se libertar do jugo do *patrão*, caso rompesse com o monopólio da venda da borracha. Foi dessa maneira que alguns começaram a vender diretamente sua produção para os vendedores ambulantes, ou *marreteiros*, que pagavam mais pela borracha e cobravam menos por produtos alimentícios. A manobra, envolvia, porém, o risco de severas punições, que, em alguns casos, poderia implicar em tortura e morte (ALLEGRETTI, 2002).

A partir da década de 1960, registra-se em alguns seringais do Acre a ocorrência de greves realizadas pelos seringueiros para contestar o preço da borracha estabelecido pelos seringalistas. No ano de 1966, uma greve é deflagrada no seringal Alagoas, quando o seringalista decidiu pagar pela borracha um preço 15% inferior ao do ano anterior, sendo que, no mesmo período, os preços das mercadorias comercializadas no *barracão* aumentaram exorbitantemente. Ao final do *fabrico*, os seringueiros seguraram, então, a borracha nas suas colocações, exigindo o aumento do preço da borracha ou um desconto no preço das mercadorias. A negociação termina com o *patrão* concordando em pagar o preço maior pela borracha. Contudo, alguns dias depois, um contingente da Polícia militar de Rio Branco chega no seringal intimando para depor os seringueiros que participaram da greve. O episódio termina com a prisão, tortura e expulsão de vários deles do seringal (ALLEGRETTI, 2002).

Foi buscando a autonomia comercial dos seringueiros que o seringueiro Francisco Alves Mendes, o Chico Mendes, deu início à sua atuação enquanto liderança política nos seringais do Acre. A partir de 1968, ele começou a organizar encontros dos seringueiros com os *marreteiros* em pontos isolados do seringal, para a comercialização da borracha e compra de produtos alimentícios. Com o apoio e a mobilização dos seringueiros, os *marreteiros* passaram

a circular livremente nos seringais, contribuindo para ampliar a autonomia dos seringueiros e sua relativa independência em relação aos patrões (ALLEGRETTI, 2002).

Contribuiu para essa situação a crise das empresas seringalistas imposta pelas mudanças nas políticas de incentivo à borracha que, a partir do final da década de 1960, começaram a ser implementadas pelo governo militar. Avaliando que a economia da borracha era de baixa rentabilidade, tinha alta dependência do Estado e não produzia os efeitos de ocupação necessários à integração da Amazônia à economia do país, o governo passou a incentivar a transformação dos seringais em empresas agropecuárias (ALLEGRETTI, 2002; MENEZES, 2011).

Uma das medidas nesse sentido foi a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia S.A (BASA). Tendo acumulado dívidas por anos a fio, os seringalistas se viram sem saída quando o BASA passou a exigir retorno dos investimentos e a cobrar as dívidas. Sem conseguir liquidar seus débitos, os seringalistas passaram a entregar os seringais para o Banco, que, por sua vez, passou a renegociar as dívidas dos seringalistas e a intermediar a venda dos seringais endividados para empresários do sul do país (ALLEGRETTI, 2002; MENEZES, 2011).

A partir de uma grande campanha do governo do Acre na região Centro-Sul do país anunciando a existência de extensas terras baratas e prontas para serem adquiridas por empresários interessados em se beneficiar dos incentivos da SUDAM (ver capítulo 3), os seringais passaram a ser vendidos como se fossem grandes latifúndios, ignorando-se todos as irregularidades existentes em termos de titulação daquelas terras (ALLEGRETTI, 2002; MENEZES, 2011).

Quando os fazendeiros começaram a chegar, a partir de 1970, encontraram famílias inteiras vivendo há duas ou três gerações dentro dos seringais. Conforme relato do próprio Chico Mendes, entre os anos de 1970 e 1977, mais de 10 mil famílias de seringueiros do Vale do Acre foram expulsas de suas terras pelos métodos mais violentos possíveis:

[...] dezenas de jagunços foram mandados para os seringais, derrubar a casa dos seringueiros, queimar barracos dos seringueiros, seringueiros que moravam desde muitos anos, que nasceram e se criaram na selva, foram de repente obrigados a sair sem receber nenhum tostão pelos seus bens, pelo seu trabalho e o desespero dominou essa população de modo que uma grande parte deles, de 10 a 15 mil, talvez 50%, foi tentar a vida na cidade [...] (ALLEGRETTI, 2002, p.206).

As expulsões e a violência contra os seringueiros eram acompanhadas pela derrubada de extensas áreas de floresta nos antigos seringais. Estima-se que, entre os anos de 1970 e 1975,

tenham sido derrubadas cerca de 180 mil seringueiras, 80 mil castanheiras e mais de 1,2 milhões de árvores de madeira de lei, somente no vale do Acre (ALLEGRETTI, 2002).

Para aumentar a complexidade, alguns seringais começaram a ser divididos em lotes para serem vendidos a colonos vindos do sul do país, que estavam sendo forçados a vender as suas propriedades em função da expansão da agricultura mecanizada e da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Atraídos pela possibilidade de adquirir terrenos três ou quatro vezes maiores do que o que possuíam no Sul, esses colonos chegaram nos antigos seringais do Acre e se viram confrontados pelos seringueiros que resistiam ao processo de despossessão. Estabelece-se, assim, um quadro de conflito social envolvendo seringueiros, colonos, fazendeiros, seringalistas e o próprio governo do Acre (ALLEGRETTI, 2002).

Preocupada com a situação de violência no campo e êxodo rural, a Igreja Católica, por meio da formação das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, começou a atuar no vale do Acre buscando conscientizar os seringueiros e pequenos agricultores dos direitos definidos pela legislação agrária. A partir das denúncias da Igreja, uma comissão da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) se dirigiu ao Acre para apoiar o processo de criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Em 1975 foi criado o STR de Brasileia e em 1977 foram criados o de Rio Branco, Xapuri e Sena Madureira. A partir da década de 1980 os sindicatos se espalharam por toda a região (ALLEGRETTI, 2002; MENEZES, 2011).

Reconhecendo os seringueiros como posseiros, a CONTAG passou a aplicar o Estatuto da Terra (Lei N°4.504, de 30 de novembro de 1964), que reconhecia o direito à indenização por benfeitorias existentes nas áreas em que moravam e a preferência na aquisição de terra ou legitimação de posse. Dessa maneira, a partir dos sindicatos, os seringueiros passaram a se organizar na defesa de suas posses, uma vez que o desenrolar dos processos judiciais não acompanhava a velocidade dos fazendeiros no processo de desmatamento e expulsão das famílias das antigas colocações (ALLEGRETTI, 2002).

Surgiram então os primeiros *empates*; uma forma de ação direta que os seringueiros desenvolveram para interromper o desmatamento dentro dos seringais e defender o seu direito de posse. O primeiro empate ocorreu no seringal Carmen, próximo a Brasileia, em março de 1976. A partir da denúncia no sindicato de três seringueiros de que a área deles estava sendo devastada por 100 peões acampados para realizar o desmate, reuniu-se um grupo de 60 posseiros, homens e mulheres, que se entrincheiraram na selva para impedir a ação dos peões (ALLEGRETTI, 2002).

Em setembro de 1979, ocorreu o *empate* no Seringal Senápolis, em Boca do Acre (AM). A ação ficou conhecido como o “grande mutirão contra a jagunçada” e reuniu, sob a liderança do sindicalista Wilson Pinheiro, do STR de Brasiléia, 440 trabalhadores ligados aos sindicatos de Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Brasiléia, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Organizados em oito pelotões de 50 homens, os seringueiros foram até o acampamento que tinha sido armado pelos jagunços e recolheram um arsenal de armas e munições e entregaram à Polícia Federal em Rio Branco. Depois disso os trabalhadores organizaram um mutirão para ajudar a restabelecer as cerca de 36 famílias que haviam sido expulsas sob a violenta ação dos jagunços. Em retaliação à mobilização do STR de Brasiléia, ocorreu o assassinato de Wilson Pinheiro, em julho de 1980, inflamando os conflitos agrário no Vale do Acre no início da década de 1980 (ALLEGRETTI, 2002).

Com os empates, o movimento de resistência contra os desmatamentos se generalizou por toda a região do Acre e Sul do Amazonas. Entre 1976 e 1985 foram realizados 45 empates, evitando-se o desmatamento de cerca de 1,2 milhões de hectares de floresta (ARAÚJO, 2007). A pressão realizada com os empates acabou forçando os fazendeiros a, com intermédio do INCRA, buscar acordos com os seringueiros, destinando lotes que variavam de 30 a 55 hectares por família (ALLEGRETTI, 2002).

O que se observou, porém, é que, ao receberem um lote individual, os seringueiros eram forçados a migrar suas atividades para a agricultura. Com o lote cercado por áreas de pasto e com pouca experiência na produção agrícola, não conseguiam produzir para além da subsistência e eram levados a desmatar as áreas remanescentes de floresta. Após um ciclo de 10 ou 15 anos, tendo esgotado o uso agrícola, acabavam vendendo o lote para o próprio fazendeiro e se transferindo de forma definitiva para a cidade⁵¹ (ALLEGRETTI, 2002; MALHEIRO et al., 2021).

Dessa maneira, os seringueiros foram percebendo que as conquistas alcançadas com a indenização, paga pelos fazendeiros na forma de um lote, não atendiam às suas aspirações de se manter na floresta, desenvolvendo as atividades extrativistas que já realizavam há duas ou três gerações. As formas de luta foram, então, mudando gradativamente e os empates passaram

⁵¹ Processo semelhante ocorreu com os projetos de assentamentos oficiais em Rondônia, ocupados, em sua maior parte, por colonos sulistas. Com o apoio da CPT foi desenvolvido um projeto de aproveitamento produtivo das áreas degradadas a partir do plantio de espécies arbustivas e arbóreas (açaí, bacaba, andiroba, copaíba, sangue de dragão, seringueira, etc) consorciadas com as espécies presentes nas bordas da floresta. Tal experiência foi pioneira no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs), ficando conhecida como projeto Reflorestamento Consorciado e Adensado (RECA). O projeto RECA se mantém até os dias de hoje como referência em gestão comunitária e desenvolvimento de sistemas produtivos que conjugam conhecimento técnico e conhecimento tradicional, ligados ao melhor aproveitamento das espécies florestais (MALHEIRO, et al., 2021).

a ocorrer no sentido da defesa da posse da *colocação* e da floresta, com todas as seringueiras, castanheiras e demais espécies que eram fundamentais para a sua sobrevivência (ALLEGRETTI, 2002).

Essa mudança de postura, é relatada pelo próprio Chico Mendes, em entrevista realizada em janeiro de 1988, em Rio Branco:

A partir de 81 a gente começa a discutir uma outra forma, não vamos mais sentar com o fazendeiro, não vamos sentar mais prá negociar, fazer acordo no escuro que só tem trazido prejuízo prá nós. E começa então a resistência prá não se permitir indenização nenhuma, nem loteamento nenhum. A questão é empatar mesmo. E começa a resistência. Em 81 nós tivemos mais de 112 dirigentes sindicais, trabalhadores presos, encurralados em caminhões, pela polícia militar, cercados por metralhadoras, presos, batidos, mas a avaliação nossa era que tinha que resistir na luta. E foi se generalizando: 82, 83, 84, os empates, resistência e derrotas da nossa parte, porque como os fazendeiros têm grande influência no poder político no Estado eles contam com o aparato policial, pagavam a polícia. A gente ia lá mas ia enfrentar as bocas das metralhadoras. Agora, a gente começou uma outra tática, de levar mulheres, crianças, todo mundo, prá frente dos empates, prá frente de luta, e as mulheres assumiam as frentes de comando com as crianças, porque eles iam pensar duas vezes em atirar numa criança, numa mulher de um trabalhador. E a gente foi na base da pressão. (Entrevista de Chico Mendes para Lucy Paixão Linhares, janeiro de 1988, Rio Branco, Acre). (ALLEGRETTI, 2002, p.324).

Na esteira do processo de transição democrática, o STR de Xapuri, então presidido por Chico Mendes, deliberou pela realização de um encontro de seringueiros em Brasília, a fim de discutir uma proposta de política para o extrativismo, a Amazônia e os seringueiros, a ser apresentada ao Governo Federal. Foi durante uma reunião preparatória em Rondônia que surgiu, pela primeira vez, a ideia de criação de “reservas extrativistas”, tomando como inspiração o processo de demarcação das terras indígenas, iniciado dez anos antes na região (ALLEGRETTI, 2002).

Em maio de 1985, durante o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado pela Contag, em Brasília, a proposta de destinar aos seringueiros áreas entre 300 e 500 hectares, de acordo com a realidade local, já constava entre as proposições para uma política ampla de reforma agrária no país (CONTAG, 1985).

O I Encontro Nacional dos Seringueiros foi realizado em setembro de 1985, em Brasília, mobilizando seringueiros dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará. Entre os resultados do evento, destacamos: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); a elaboração de uma política de atuação para o setor extrativista, manifesto no documento final do encontro; e a apresentação da proposta de criação das reservas extrativistas, que representaria um modelo específico de reforma agrária para a Amazônia, baseado na manutenção de grandes áreas de florestas que pudessem ser exploradas de forma cooperativa e coletivista, garantindo uma área de 300 a 500 hectares para cada família (ALLEGRETTI, 2002).

5.2. Dos trabalhadores rurais da Transamazônica aos novos sujeitos políticos na Amazônia

O abandono, pelo governo brasileiro, dos projetos de colonização ao longo da rodovia Transamazônica provocou uma forte mobilização social na região. Contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, organizações diversas, tais como sindicatos dos trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores e movimentos de mulheres e da juventude, se articulam no intuito de resistir às expulsões e ao abandono da terra e passam a reivindicar do Estado a garantia de condições mínimas de sobrevivência, produção e reprodução das comunidades rurais, na região da Transamazônica (MPST, 1999).

Em 1987, é criado o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), com o lema Viver, Produzir e Preservar, que se torna uma articulação regional das lutas. São realizadas então um conjunto de atos, públicos, protestos, caravanas, greves e passeatas em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais na região (MPST, 1999).

Defendendo melhoria das condições de vida dos colonos nas áreas de educação, saúde, infraestrutura urbana, transporte, segurança e apoio à produção agrícola, o movimento realiza, em 1991, uma marcha até Brasília, a fim de levar suas reivindicações à Presidência da República. No mesmo ano, é criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que, sediada em Altamira, torna-se a figura jurídica do movimento⁵² (TARAVELLA, 2008; FVPP, 2011).

De forma concomitante, observa-se a emergência, a partir da década de 1980, de *novos movimentos sociais* na América Latina, caracterizados por uma diversidade de projetos políticos e identidades sociais que ultrapassam os limites das análises voltadas estritamente para a tradicional luta de classes (VELTMEYER, 1997). Nesse contexto, sujeitos políticos, historicamente marginalizados e invisibilizados no espaço público, assumem o protagonismo na luta por direitos e justiça social. Tais personagens eram tidos como forças sociais que pertenciam ao passado, que estariam fadados a serem incorporados, ou a desaparecerem, no processo de modernização capitalista (CRUZ, 2014).

Conforme aponta Cruz (2014), os movimentos indígenas ganham força em países como a Bolívia, Equador, México, Chile e Brasil; as comunidades afrodescendentes ganham força e expressão no Brasil, Colômbia e Equador; o movimento camponês se reinventa por meio

⁵² Ver no capítulo 9 como o movimento dos trabalhadores rurais da Transamazônica se alia, a partir da década de 1990, às organizações ambientalistas para a formação de uma fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense.

das lutas da Via Campesina e, ainda nos anos de 1980, a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que ganhou grande destaque no Brasil e internacionalmente. Apesar de pouca inserção inicial na Amazônia (a partir de meados dos anos 1990, presente em estados como Pará, Mato Grosso e Rondônia), influenciou a criação e lutas de vários outros movimentos agrários.

Na Amazônia, em resposta ao avanço da fronteira extrativa agrária, os novos sujeitos políticos passam a afirmar uma identidade coletiva baseada nas relações específicas que estabelecem com a terra e com os recursos naturais. Trata-se de um processo de politização das realidades localizadas (ALMEIDA, 2008) e de afirmação de novas territorialidades (LITTLE, 2004), a partir dos diferentes modos de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais (SILVA, 2004).

As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa dos territórios que estão socialmente construindo (ALMEIDA, 2008, p.87).

Tais formas associativas se articulam para além das designações de “camponês”, “trabalhador rural” ou “posseiro” utilizadas no âmbito da luta sindical e dos estudos agrários, buscam enfatizar modos de vida, atividades produtivas e condições específicas a que esses grupos são submetidos no enfrentamento do Estado e das classes dominantes (ALMEIDA, 2008).

É nesse contexto que se dá, entre as décadas de 1980 e 1990, a formação de organizações como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e redes associadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação dos Ribeirinhos da Amazônia e também das organizações indígenas como a União das Nações Indígenas (UNI) e a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) (ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2014).

[...] começa a esboçar-se na Amazônia uma nova “geografia” que aponta para um processo de emergência de diversos movimentos sociais (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de “(r)existência” das “comunidades tradicionais”. Trata-se de movimentos sociais de “(r)existência”, pois não só lutam para “resistir” contra os que exploram, dominam e estigmatizam essa populações, mas também por uma determinada forma de

“existência”, por um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar (CRUZ, 2014, p.51).

Ao analisar o caso específico dos seringueiros, Allegretti (2002) chama atenção para o fato deles combinarem elementos dos movimentos sociais clássicos e contemporâneos. Por um lado, partem da organização sindical para enfrentar, enquanto posseiros, os fazendeiros e o latifúndio e, por outro, definem sua identidade coletiva como “extrativistas” e passam a defender a floresta e, com ela, a sobrevivência de um modo específico de apropriação da natureza e de reprodução dos recursos florestais (ALLEGRETTI, 2002).

A exemplo da experiência dos seringueiros nas áreas de *terra firme*, as comunidades ribeirinhas passam a se organizar para defender a integridade ecológica dos ambientes de várzea, que se tornam cada vez mais pressionados e comprometidos diante da expansão da pecuária, o declínio da agricultura e a intensificação da pesca. Surgem diversas experiências, como em que as comunidades de várzea assumem o controle dos lagos locais, expulsando pescadores de fora e estabelecendo acordos de pesca⁵³, visando estabelecer a gestão comunitária dos recursos pesqueiros (PINTO, 2004).

É o caso do Projeto Várzea, desenvolvido no início da década de 1990 na ilha de Ituqui, a jusante de Santarém, a partir da mobilização das comunidades ribeirinhas para barrar a introdução do gado bubalino pelos fazendeiros nas várzeas próximas à ilha. Nesse contexto é criado o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), para apoiar a implantação da gestão ambiental de base comunitária na região do Ituqui. Além dos acordos de pesca, foram desenvolvidos, no âmbito do projeto, a implementação de uma política pesqueira; a criação de sistemas agrícolas, tendo em vista a redução da pressão sobre os lagos; e a restauração dos ambientes de várzea, no sentido de aumentar a produtividade dos lagos (PINTO, 2004).

A experiência do Projeto Várzea foi pioneira também na proposta de regularização fundiária das áreas de várzea, a fim de valorizar a posse coletiva e o manejo comunitário. Nesse sentido, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) iniciou um processo de formalização da concessão de uso das áreas da União, que evoluiu para a emissão, a partir de 2005, de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) nas áreas de várzea do Pará (PINTO, 2004; ALVES, 2016).

Conforme ressalta Almeida (2008), a afirmação dessas novas territorialidades, por esse conjunto de novos movimentos sociais, expressa a defesa de sistemas de uso comum da terra

⁵³ O acordo de pesca é um documento elaborado de forma coletiva por representantes das comunidades envolvidas no manejo pesqueiro de determinada localidade onde há um sistema de lagos, onde são definidas as regras de pesca, a fim de que haja um controle comunitário dos recursos pesqueiros (PINTO, 2004).

organizados para favorecem a coesão e a mobilidade territorial da família camponesa, da comunidade, da tribo ou das etnias. Tais sistemas de uso comum passam a se contrapor ao processo de apropriação individual das terras, impondo barreiras à incorporação de extensas áreas aos mercados imobiliários e desafiando as categorias convencionais de “estabelecimento” e “imóvel rural” adotadas pelos órgãos oficiais (ALMEIDA, 2008).

5.3. Terras tradicionalmente ocupadas e povos e comunidades tradicionais

Adotando uma orientação pluralista e multicultural (SANTILLI, 2005), a Constituição de 1988 institui o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, assim definidas no §1º do Art.nº231:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Para além dos territórios indígenas, esse conceito vai expandindo o seu significado ao longo do tempo, tornando-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas. Conforme destaca Almeida (2008), tanto as terras indígenas, definidas na Constituição como bens da União, de posse definitiva dos indígenas, quanto os territórios quilombolas, reconhecidos como de propriedade definitiva das comunidades, podem ser consideradas como terras tradicionalmente ocupadas, enfrentando obstáculos similares para sua efetivação e reconhecimento. Nesse contexto, destacam-se também aquelas áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, a pesca, o pastoreio e outras atividades produtivas que passam a demandar a elaboração de instrumentos jurídicos específicos, afim de atender as suas especificidades (ALMEIDA, 2008).

Para Almeida (2008), o preceito constitucional de terras tradicionalmente ocupadas contrasta claramente com as legislações agrárias coloniais, especialmente a Lei de Terras de 1850 (Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850) que instituiu formalmente o mercado de terras e criou obstáculos de todas as ordens para que os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes tivessem acesso legal às terras (ALMEIDA, 2008).

A discussão sobre terras tradicionalmente ocupadas, no âmbito do processo constituinte brasileiro, se deu de forma concomitante aos debates envolvendo a elaboração da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, sobre povos

indígenas e tribais, que também reconhece os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A Convenção estabelece também a autoidentificação como critério fundamental para determinar os grupos indígenas e tribais (SANTILLI, 2005; ALMEIDA, 2008).

A partir da Constituição de 1988, o conjunto de movimentos e organizações que passaram a reivindicar os direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas, encontraram no termo “povos tradicionais” e depois “povos e comunidades tradicionais” uma identidade comum capaz de aglutinar essa pluralidade de sujeitos políticos (ALMEIDA, 2008). Para Little (2004), o conceito de povos tradicionais mostrou-se útil para esses grupos sociais uma vez que reúne em si fatores comuns a todos eles, como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis (LITTLE, 2004).

Conforme aponta Almeida (2008), o tradicional reforçando aqui, não uma fixidez da cultura e do território, mas a capacidade de mobilização desses grupos em torno da construção de uma política de identidade coletiva, apesar das diferenças presentes em cada grupo e em cada território. Trata-se de um tradicional que se organiza, não para resistir às políticas governamentais “modernas”, mas para buscar assegurar que tais políticas alcancem, para além do discurso, as condições de um dito “desenvolvimento sustentável” (ALMEIDA, 2008).

Nesse sentido, a partir das reivindicações de diversos movimentos e organizações da sociedade civil, foi criado, em 1992, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Populações Tradicionais (CNPT), ligado à presidência do Ibama. O CNPT passou desenvolver os estudos voltados à implantação e desenvolvimento de áreas protegidas, em especial as Reservas Extrativistas, que pudessem beneficiar as populações tradicionais (ALLEGRETTI, 2002).

Em 2004, foi criada, por meio do Decreto de 27 de novembro de 2004, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, composta por oito ministérios e presidida pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o objetivo principal de estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (PORTAL YPADÊ, 2016).

Em agosto de 2006, foi realizado o I Encontro Nacional das Comunidades Tradicionais, reunindo mais de 20 organizações associadas aos segmentos dos seringueiros, sertanejos, quilombolas, comunidades fundo de pasto, agroextrativistas, faxinalenses, pescadores artesanais, comunidade de terreiro, ciganos, pomeranos, indígenas, pantaneiros, quebradeiras de coco, caiçaras e geraizeiros (PORTAL YPADÊ, 2016).

Nesse encontro foi debatido a alteração da comissão nacional, que passou a ser chamada de Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e ser formada por 16 órgãos de governo e 16 organizações da sociedade civil, por meio do Decreto de 13.06.2006, que dava à comissão a atribuição de elaborar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (PORTAL YPADÊ, 2016).

Após uma rodada de encontros estaduais e regionais ocorridos entre 2005 e 2006, a PNPCT, por meio do Decreto nº. 6040 de 2007, com o objetivo principal de “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).”

A PNCT se funda nos conceitos de “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “desenvolvimento sustentável” definidos da seguinte forma:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Como instrumentos de implementação da política foi estabelecida a CNPCT, os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os fóruns regionais e locais e o Plano Plurianual.

Os objetivos específicos da PNPCT foram estruturados de forma a contemplar as demandas dos diferentes segmentos, em quatro eixos principais: acesso à terra e aos recursos naturais; inclusão e diversidade social; inclusão e organização produtiva; serviços públicos e infraestrutura.

Paralelamente a essa discussão, foram elaborados e implementados, durante os governos Lula (2003-2009) e Dilma (2010-2016), um conjunto de instrumentos e políticas no âmbito federal que, de alguma forma, dialogavam com os objetivos e os eixos estratégicos da

PNPCT e que também envolveram a participação de diversos grupos que compõem a CNPCT na sua elaboração. Destacam-se, dentre tais políticas: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a Política Nacional de Agricultura Familiar (PNAF), o Plano Brasil Quilombola (PBQ), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).

Todo esse conjunto de políticas relacionadas ao tema dos povos e comunidades tradicionais promoveram avanço no diálogo com o Estado brasileiro no sentido de reconhecer e consolidar os territórios tradicionalmente ocupados, bem como valorizar e fomentar os sistemas de uso comum da terra organizados por esses diferentes grupos. Destacam-se nesse contexto, além das terras indígenas, reservas extrativistas e territórios quilombolas, os territórios de livre acesso ao Babaçu, no Maranhão e Tocantins; as comunidades de fundo e fecho de pasto, na Bahia; e os faxinais, no Paraná (ALMEIDA, 2008).

Capítulo 6 – A frente indigenista

Conforme já visto na primeira parte, a população indígena foi sendo sistematicamente deslocada de seus territórios, escravizada, aculturada, marginalizada e dizimada, ao longo do avanço da fronteira extrativa agrária.

Na Amazônia, antes da colonização europeia, os povos originários se espalhavam por todo o vale amazônico, contando com uma população vasta e extremamente diversificada. A maior parte das tribos dominava técnicas de lavoura praticadas pelos grupos Tupi do litoral do Atlântico e, em algumas áreas de várzea que contavam com especial fertilidade e fácil provimento alimentar, chegou a florescer culturas indígenas de alto nível tecnológico, a exemplo dos aldeamentos na região do Tapajós e do Marajó (RIBEIRO, 2006).

Tais aldeamentos eram retratados pelos cronistas do Século XVI como sendo capazes de manter populações de milhares de habitantes, “com fartura de alimentos e alegria de viver”. A qualidade extraordinária do artesanato também merecia destaque, em especial a cerâmica modelada e colorida (RIBEIRO, 2006).

Contudo, à semelhança do que ocorreu no restante do Brasil, os povos indígenas da Amazônia foram submetidos a sucessivas ondas de espoliação, que acompanhavam os sucessivos ciclos extrativos na região. Dessa maneira, pode-se dizer que o despojo dos povos indígenas da Amazônia teve início com a exploração das drogas do sertão, no Século XVII e perdura até os dias de hoje. Conforme destaca Oliveira (2012), toda a atividade econômica da região Norte, desde o século XVII até a segunda metade do século XIX, estava fundamentalmente ancorada na mão de obra indígena.

Primeiramente aliciados como escravos para a coleta das drogas do sertão, foram posteriormente reduzidos às missões jesuíticas, onde era possível empregar de forma mais organizada a mão de obra indígena no extrativismo e na produção de produtos agrícolas como o cacau e o café. Estima-se que em 1750 as ordens religiosas englobavam uma população de cerca de 50.000 pessoas, distribuídas em 63 aldeias (OLIVEIRA, 2012).

Com a secularização das missões jesuítas em 1755, pelo Marquês de Pombal, as missões são elevadas a categoria de vilas e povoados e sua administração passa para a mão do diretor de povoado. Dessa maneira, os colonos que se estabelecem nessas áreas passam a exercer um controle direto sobre a mão de obra indígena. A carta-régia de 1798 estabelece formalmente a obrigação do índio de servir aos colonos e contribui para reforçar ainda mais a dependência do índio em relação ao diretor. Além das expedições extrativistas, a mão de obra

indígena continuou a ser empregada nas atividades agrícolas, nos engenhos, nas moendas, nas tarefas domésticas e em diversas outras funções (OLIVEIRA, 2012).

Dessa maneira, o resultado de mais de dois séculos de despojo, escravização, guerras e aculturação foi a dispersão e a redução drástica da população indígena (BUNKER, 1984). Na primeira metade do século XIX, viajantes já relatavam a completa extinção ou a redução de diversas etnias na região do Alto Solimões (OLIVEIRA, 2012).

6.1. A exploração do índio nos seringais

Com a explosão do ciclo da borracha, a mão de obra indígena era a única alternativa naqueles seringais onde não havia um afluxo considerável de migrantes nordestinos. Na região do Alto Solimões, os seringalistas tiveram que recorrer aos índios já catequizados e moradores das vilas e cidades, como era o caso dos Ticunas, uma vez que muitos dos grupos tribais da região já estavam extintos. Conforme observa Oliveira (2012) o aliciamento dos Ticunas para o trabalho nos seringais influenciou na redistribuição da população na região, no sentido de atender aos interesses da empresa seringalista (OLIVEIRA, 2012).

Quando a empresa seringalista penetrou os altos cursos dos afluentes da margem direita do Amazonas, ela alcançou aqueles grupos indígenas que viviam isoladas ou já tinham fugido da espoliação perpetrada pelo homem branco nos ciclos extrativos anteriores. Em regiões como aquelas abrangidas pelo alto curso dos rios Juruá e Purus, a abertura de novos seringais era precedida por expedições violentas, as *correrias*, que visavam liberar a área de qualquer vestígio da presença indígena. Muitos trabalhadores recém chegados do Nordeste acabavam sendo empregados nessa amarga tarefa, o que se tornava um desafio adicional para a adaptação de suas famílias à realidade da floresta (ALLEGRETTI, 2002; FEM, 2010).

O indígena, que sempre manejou a floresta na qual viveu, foi tratado como invasor em suas próprias terras, ou mesmo como um intruso ou um perigo a ser exterminado. Por isso, serão várias as expedições punitivas, também denominadas de correrias, geralmente formadas por um grupo grande de homens. As correrias também são momentos de raptos, seja de prisioneiros para o trabalho, seja de mulheres e crianças para a formação de “famílias” nas frentes extrativas, geralmente exclusivamente formadas por homens (MALHEIRO et al., 2021, p.110).

Em muitos lugares, a resistência dos índios não cessava com a implantação das colocações e das estradas de seringa. Diante dos constantes ataques indígenas sofridos pelos

seringueiros, o seringalista era obrigado a realizar novas expedições de extermínio, a fim de que o seringal pudesse ser consolidado. Tais incursões ficam bem caracterizadas na fala de um antigo *patrão*, em entrevista concedida em Rondônia, no ano de 1985:

Agora, o que é que eu tinha que fazer, digamos assim, como dono, responsável por pagar um financiamento do banco, que no fim do ano eu tinha que pagar e retirar outro para pagar os seringueiros e para abrir colocação e comprar burro – em todos esses altos dos rios tinha tropas de burros carregando a borracha.

Agora, dali o índio vinha e flechava. Então, o que que eu fazia? Eu organizava uma equipe de 15 homens, 14, 18, o máximo e o mínimo, todos bem armados. Daqui que um deles matava um seringueiro, daqui, levasse 10, 12, 14 dias até a aldeia dele, ele deixava um caminho que dava para a gente seguir. [...] Todos iam bem armados e chegávamos de madrugada, tinha que chegar de madrugada, e só tinha um dia, no período de um mês, que tinha condições de pegar os índios em casa. O dia da lua cheia é o dia da festa dos índios. Perdeu aquele dia, estão todos no mato, os machos. As fêmeas sempre ficam em casa. Alguns carregam as famílias deles.

Então, tinha que ir e pegar aquele dia. Agora, de qualquer jeito tinha que liquidar aquela tribo. Ali, alguns ficavam e a maioria fugia, iam para outros lugares, mais difíceis, e com mais dificuldade dele alcançar, outro dia, aquele seringal, para uma vingança. Eles ficavam com medo. E a luta era essa, até que esses índios se afastaram para os altos dos rios, onde não habitava gente, eles procuraram os lugares mais difíceis e conseguiram funcionar, naquele tempo, todos os seringais que existiam, tanto no Acre como em Rondônia (ALLEGRETTI, 2002, p.414).

Afugentados pelos seringalistas, os grupos indígenas se dispersavam pelas matas. Alguns procuravam se refugiar em áreas de difícil acesso, outros assumiam um comportamento nômade e outros, ainda, acabavam sendo aliciados pelos *patrões* e passavam a trabalhar nos seringais, em busca de proteção e de meios de garantir a subsistência de suas famílias. Era comum, como no caso do Ashaninka, na região do Juruá, os *patrões* atuarem no sentido de acirrar antigos conflitos com outras tribos e, assim, garantirem a cumplicidade dos índios na proteção do seringal (FEM, 2010).

Especialmente com a queda brusca do preço da borracha, a partir de 1910, os *patrões* passaram a buscar com mais frequência o emprego da mão de obra indígena nos seringais, uma vez que a venda da borracha começava a não compensar mais o custo de comprar mercadorias para o barracão e trazer trabalhadores do nordeste. Uma vez empregados nos seringais, os índios passaram a desempenhar uma série de atividades necessárias ao funcionamento do seringal e foram submetidos às mesmas condições de exploração e servidão por dívida sofridas historicamente pelos seringueiros (FEM, 2010).

Observa-se, contudo, que os índios buscavam equilibrar, como podiam, o esforço empregado na produção da borracha com as atividades voltadas à manutenção da sua família, como a implantação de roçados, a caça, a pesca e o fabrico de mel, rapadura e gramixó (açúcar

mascavo). Dessa maneira, muitos grupos, como os Huni Kui, no Acre, puderam manter uma certa autonomia nas suas colocações, onde puderam preservar a língua e manter costumes tradicionais relacionados à alimentação e aos trabalhos diários (FEM, 2010).

6.2. A evolução do indigenismo oficial no Brasil

Com a proclamação da República (1889) e as primeiras iniciativas empreendidas pelo governo central de interiorização do Estado brasileiro, são iniciados os debates voltados à instituição de um indigenismo oficial, tendo em vista a proteção e integração das populações indígenas à sociedade nacional. Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em meio à construção ferroviária Noroeste do Brasil e da linha telegráfica ente Cuiabá e Porto Velho, coordenada pelo Marechal Cândido Rondon (DIACON, 2006; LIMA, 2017).

Fiel ao princípio humanista do positivismo, o Marechal Rondon defendia a doutrina da “proteção fraternal ao silvícola” e opunha-se veementemente às práticas de extermínio ou de catequese religiosa. Rondon acreditava que com um tratamento humanitário os índios poderiam “ascender” em algumas gerações ao “pensamento científico”. Estabeleceu-se então uma política indigenista baseada em “atrair” e pacificar” os índios, para que eles pudessem ser posteriormente integrados à vida nacional (OLIVEIRA, 1995; VERDUM, 2006).

Durante o Estado Novo (1936-1946), o SPI ganha novo regulamento (Decreto nº736/36) no qual consta a atribuição do órgão de “nacionalização dos silvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira”. Em 1939 é criado o Conselho Nacional de Proteção dos Índios (CNPI), que passou a assessorar o SPI (VERDUM, 2006).

Em 1943 é criada, no âmbito da Marcha para o Oeste, a Fundação Brasil Central (FBC) e o seu braço operacional, a expedição Roncador-Xingu, com a missão de abrir estradas, construir campos de pouso, criar condições logísticas para viabilizar a rota aérea Rio de Janeiro-Manaus e explorar o potencial mineral da nação (ISA, 2011b). A expedição partiu de Uberlândia, cruzou os sertões, passou pelos rios Araguaia, Mortes, Xingu, e alcançou as margens do Tapajós, em 1952 (VILLAS BÔAS & VILLAS BÔAS, 1994).

No roteiro da expedição nasceram posteriormente mais de 40 municípios e vilas, além de quatro bases de proteção de voo do Ministério da Aeronáutica. Tendo participado da expedição desde o início, os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas assumiram a coordenação dos trabalhos, destacando-se, em especial, nas frentes de aproximação e contato com os povos indígenas. À medida que a expedição adentrava a bacia do Xingu, multiplicavam-

se os contatos com os diferentes grupos e também as sucessivas epidemias de gripe e sarampo, provocando a diminuição drástica da população de diversos povos, como os Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Kafukuá, que passaram a depender da assistência médica dispensada nos postos da FBC (ISA, 2011b).

Vendo o impacto da expedição sobre os povos indígenas do Xingu e tendo se deparado com uma série de grupos sendo despojados de seus territórios de origem para a implantação de estradas, projetos de colonização, extração de madeira e formação de grandes fazendas, os irmãos Villas Bôas passam a empreender esforços no sentido de delimitar uma área reservada à proteção dos povos ameaçados. Buscaram, para isso, o apoio de diversas personalidades como o Marechal Rondon; a diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Heloísa Alberto Torres; o vice-presidente da República, Café Filho; o brigadeiro Raimundo Vasconcelos; o etnólogo Darcy Ribeiro, então funcionário do SPI; e o diretor do SPI, o médico sanitário Noel Nutels. Enfrentando dura resistência do governo do Mato Grosso e de setores ligados à especulação e venda de terras, conseguiram fazer tramitar, em 1953, o primeiro Projeto de Lei propondo a criação do Parque do Xingu, com uma área de mais de 20 milhões de hectares (ISA, 2011b).

Apenas em 1960, com o agravamento da espoliação dos indígenas na região do Xingu, foi que o governo do então presidente Jânio Quadros demonstrou disposição para retomar o andamento do projeto. No dia 14 de abril de 1961, o Parque Nacional do Xingu (posteriormente denominado Parque Indígena do Xingu) foi criado, por meio do Decreto nº 50.455, possuindo uma dupla finalidade e uma dupla gestão administrativa: a proteção das paisagens e da diversidade ambiental e a sobrevivência social, política e comunitária das populações indígenas que habitavam a região. Responderiam para tal o SPI e o Serviço Florestal, ambos subordinados ao Ministério da Agricultura⁵⁴ (ISA, 2011b).

O decreto estabelecia um perímetro de 2,2 milhões de quilômetros quadrados para o parque, pouco mais do que um décimo da área prevista inicialmente. Apesar disso, o Parque Indígena do Xingu (PIX) foi a primeira terra indígena oficialmente criada pelo governo federal e abriga hoje um conjunto de 16 povos indígenas. Alguns desses povos se deslocaram para lá posteriormente, refugiados do processo de expansão da fronteira extrativa agrária na região. Dessa maneira, depois de um processo de forte declínio populacional, ocasionado por

⁵⁴ Essa dupla finalidade do PIX marca uma tendência de associação do indigenismo com o ambientalismo, que viria a se confirmar no posterior processo de demarcação das Terras Indígenas, que passam a ser vistas como estratégicas para a contenção do desmatamento causado pelo avanço da fronteira extrativa na Amazônia (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

epidemias, desnutrição e conflitos por terra, o PIX foi fundamental para o processo de recuperação demográfica desses povos indígenas, no decorrer das décadas subsequentes (ISA, 2011b).

De toda forma, o projeto oficial de ocupação da Amazônia é intensificado durante os governos militares, com o Plano de Integração Nacional, acelerando a apropriação dos territórios indígenas para implantação de estradas, fazendas e projetos de colonização (BECKER, 2009a). A eclosão de denúncias e notícias no Brasil e no exterior acerca do massacre e genocídio dos povos indígenas provocados pelo governo brasileiro⁵⁵, força os militares a “tomar as rédeas” da política indigenista, buscando compatibilizar o desenvolvimentismo com a proteção dos índios (OLIVEIRA, 1995; CUNHA, 2018).

Em 1967, o SPI é extinto, em meio a uma crise administrativa que envolvia denúncias de abuso e corrupção, e é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Reforça-se nesse período o papel pensado para os índios de “guardiões das fronteiras” (VERDUM, 2006). A constituição de 1967 reafirma o direito inalienável de posse da terra pelos índios, já previsto na Constituição de 1934, e acrescenta que a propriedade das terras indígenas seria da União. Em 1973 é promulgado o Estatuto do Índio⁵⁶ que inclui como obrigação do Estado a demarcação de todas as terras indígenas, no prazo de cinco anos (CUNHA, 2018).

No âmbito da sociedade civil, uma série de organizações começaram a se movimentar no sentido de criar uma rede para dar visibilidade às demandas apresentadas pelos indígenas. A “opção pelos pobres”, lançada em 1968 na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellin, representou a afirmação das convicções da ala progressista da Igreja Católica, que buscava construir uma síntese entre a fé e o compromisso social e político (LIMA, 2014).

Em 1972, na esteira das mobilizações da ala progressista da Igreja Católica na América Latina, é criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que passa a combater as práticas assistencialistas, desenvolvimentistas, assimilacionistas e integralistas dos órgãos oficiais e a prestar apoio técnico e financeiro para a articulação de encontros nacionais e regionais, bem como para a realização das assembleias nacionais dos povos indígenas. Com a assessoria do CIMI, as

⁵⁵ Darcy Ribeiro publicara em 1957, pelo SPI, um levantamento que apontava para o desaparecimento de 87 etnias indígenas, no período de 1900 a 1957 (OLIVEIRA, 2000).

⁵⁶ Lei Nº 6.0001 de 1973

lideranças indígenas vão ganhando projeção nacional, à medida que as representações políticas dos indígenas vão sendo institucionalizadas (LIMA, 2017).

Ainda na 1970, a Associação Brasileira de Antropologia passou a monitorar as consequências do Asfaltamento da BR-364 sobre as populações indígenas no estado de Rondônia. Os relatórios apontavam para a dizimação de etnias inteiras, como no caso dos Nambiquara, que estavam tendo contato com os trabalhadores das frentes de construção. Diante de tais informações, organizações internacionais ligadas à defesa dos direitos indígenas, como a Cultural Survival, nos EUA, e a Survival International, na Inglaterra, passaram a denunciar o Banco Mundial por contribuir para a dizimação das populações indígenas nos países em desenvolvimento (ALLEGRETTI, 2002).

De forma concomitante, a desagregação dos seringais e a implantação das empresas agropecuárias no Acre impulsionou a organização independente das sociedades indígenas, que foi favorecida pela instalação da delegacia da Funai no Acre, em 1976, e pela criação da Comissão Pró-Índio do Acre, em 1979. Iniciou-se, assim, a identificação das áreas a serem demarcadas como territórios indígenas, bem como a elaboração de projetos que garantissem a autonomia e o efetivo controle dos grupos indígenas sobre seus territórios (ALLEGRETTI, 2002).

Antes da constituição de 1988, houve ainda uma grande iniciativa do governo federal baseada no modelo assimilacionista de indigenismo, ocorrida no âmbito do Projeto Calha Norte. Preocupado com a segurança na região de fronteira com outros países ao norte da calha do Amazonas e Solimões, o governo reconhece oficialmente as comunidades indígenas como uma questão de segurança nacional. Ocorre, então, o investimento na formação de núcleos populacionais mesclando brancos e índios, buscando diminuir o trânsito destes últimos para o território dos países vizinhos e aumentando o controle do governo brasileiro sobre eles. A instalação de bases militares na proximidade dessas áreas, assim como de núcleos comerciais e de abastecimento, se combinaria para possibilitar a “retificação” da fronteira brasileira na região amazônica. Tais projetos de colonização passaram a ser rapidamente questionados pelo conjunto das organizações indígenas nascentes (KRENAK, 2015).

6.3. Constituinte, movimento indígena e aliança dos povos da floresta

A década de 1980 é marcada pela criação de várias organizações indígenas, pela consolidação de uma rede de apoio ao movimento indígena, pela organização de grandes

encontros e pela projeção internacional de diversas lideranças, contribuindo para acelerar o processo de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e de demarcação de suas terras.

Em 1980 é criada a primeira organização indígena de caráter internacional, a União das Nações Indígenas (UNI), que já contava com lideranças de projeção internacional, tais como Daniel Matenho, Álvaro Tukano, Mário Juruna, Ângelo Kretan, Marçal de Souza, Domingos Veríssimo Terena, Marcos Terena e Aílton Krenak (LIMA, 2017). A partir de então, o movimento indígena conquista o apoio de diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Comissão pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), dentre outros segmentos da sociedade civil (LIMA, 2017; CUNHA, 2018).

Em 1978, a consolidação dos limites do Parque Indígena do Xingu, deixou de fora a área historicamente ocupada pelos povos Mekragnoti, ao norte do parque, que passa a ser delimitado pela BR-080. É iniciada então a luta do cacique Raoni Metuktire e seu sobrinho Megaron, pela recuperação do território perdido, que passa a ser ameaçado pelo avanço dos pecuaristas. A luta do cacique Raoni ganha projeção internacional durante a década de 1980, atravessa o processo constituinte, angaria apoio de todos os povos xinguanos, de várias organizações indigenistas, do músico Sting e culmina com o reconhecimento da Terra Indígena Mekragnoti em 1991, pelo presidente Fernando Collor (ISA, 2011b).

A partir de 1983 tem início a luta dos povos Yanomami, através do líder Davi Kopenawa, pelo reconhecimento do seu território na fronteira com a Venezuela, nos estados do Amazonas e Roraima, região que começava a ser invadida pelo garimpo ilegal, levando à dizimação de boa parte da população Yanomami. A campanha pelo reconhecimento do território Yanomai receberia o apoio de organizações internacionais como a Survival International e tornaria o líder Davi Kopenawa mundialmente conhecido. A mobilização em torno da pauta levaria à criação da Terra Indígena Yanomami, em 1992, pouco antes da Eco-92, cobrindo uma área de 9,6 milhões de hectares e se tornando a maior área de floresta tropical sob controle indígena do planeta (SURVIVAL BRASIL, 2020).

Contando com a participação da UNI e de diversas lideranças indígenas destacadas, além da atuação de diversas organizações de apoio durante o processo constituinte, a Constituição Federal de 1988 rompeu com a tradição assimilacionista do indigenismo brasileiro, reconhecendo os direitos permanentes dos índios, bem como sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas (SANTILLI, 2005; CUNHA, 2018).

O texto constitucional reafirma o direito inalienável de posse da terra pelos índios, apresenta uma definição legal de terras tradicionalmente ocupadas, dá destaque para a necessidade de reprodução física e cultural dos índios segundo seus usos, costumes e tradições e, ainda, resguarda os seus territórios da exploração predatória. Por meio do Art.231 da CF, fica destinado aos índios o usufruto exclusivo das riquezas dos rios e dos lagos existentes nos seus territórios e condiciona o aproveitamento dos recursos hídricos, a pesquisa e lavra das riquezas minerais à autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas (CUNHA, 2018).

O Art.232 traz outro dispositivo do texto constitucional destacado por Cunha (2018), que afirma a capacidade jurídica dos índios e suas formas de organização e estabelece o Ministério Público como responsável por realizar sua defesa: “Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (BRASIL, 1988).

Em janeiro de 1989 é realizado o I Encontro dos Povos do Xingu, em Altamira, que contou com a presença 14 povos indígenas para protestarem contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, chamado de Kararaô e que depois ficou conhecido como Belo Monte. No encontro, foram discutidos os impactos ambientais e sociais da construção da barragem. Conforme relata Santilli (2005), a imprensa nacional e internacional deu ampla cobertura ao encontro, que ficou popularizado pela imagem da índia Kayapó Tuirá levantando-se e colocando um facão no rosto do diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, que buscava justificar a construção da barragem.

Em abril de 1989 é criada a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) que, atuando por meio de redes de organizações, se tornaria a maior organização indígena regional do Brasil, congregando mais de 70 entidades, incluindo a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR), organizações com histórico de atuação anterior à criação da própria COIAB (ALMEIDA, 2008; COIAB, 2022). No ano de 2005, a COIAB seria a base para a constituição da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que passaria a ser a instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil (COIAB, 2020).

Em 1987, a partir da iniciativa da UNI e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), é criada a Aliança Amazônica dos Povos da Floresta, buscando-se uma articulação da luta dos indígenas e dos seringueiros no Estado do Acre. A partir dessa articulação é realizado em março de 1989, em Rio Branco, o I Encontro dos Povos da Floresta, tendo como pauta a criação de

reservas extrativistas, a demarcação de terras indígenas, o fim das colônias indígenas do Calha Norte, o fim das relações exploradoras nos seringais, políticas de preços da borracha e políticas de saúde e educação para os povos da floresta (CRUZ, 2014).

Em entrevista realizada com o líder da UNI, Aílton Krenak, no início da década de 1990, fica explícito o caráter estratégico de criação da Aliança dos Povos da Floresta, em um momento de expansão da mobilização das organizações sociais na região amazônica:

A Aliança dos Povos da Floresta, que é uma energia muito forte, muito nova, reúne a vontade pública de populações indígenas, de seringueiros, ribeirinhos e de muita gente da Amazônia, que quer assegurar uma região onde o desenvolvimento e o futuro da região seja também o desenvolvimento das populações regionais. É isso que dá força, que dá energia, que faz com que a Aliança dos Povos da Floresta seja intercaladora hoje de muita gente em várias regiões do mundo. Nós podemos falar hoje com o governo da Inglaterra, nós podemos falar hoje com a Comunidade Econômica Europeia, com o Banco Mundial, com o BID, com o Congresso dos Estados Unidos, e não mais como um grupinho de pessoas assim meio assustadas, que vão passando assim com o chapéu na mão. Nós conversamos com esses organismos internacionais hoje com referências básicas para um planejamento de políticas de desenvolvimento para a região amazônica (KRENAK, 2015, p.118).

Conforme veremos, a Aliança dos Povos da Floresta marca uma nova fase da luta dos seringueiros e indígenas, elevando a um novo patamar a capacidade de articulação e mobilização política das organizações dos povos da floresta, frente ao avanço da fronteira extrativa agrária.

O início da década de 2000 representará um novo momento da articulação nacional das organizações indígenas, a partir das mobilizações que ocorreram em meio às comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, que culminaram com a organização da I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, na cidade de Coroa Vermelha na Bahia. Na ocasião, foi realizada uma passeata com o lema “O Brasil que a gente quer são outros 500” (GUERRA; VALIENTE, 2014).

Em 2004, em um contexto de insatisfação com rumos tomados pela política indigenista do governo do recém empossado presidente Lula, foi realizado entre os dias 15 e 19 de abril de 2004, o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), na Esplanada dos Ministérios, que teve como principal reivindicação a homologação imediata da Terra Indígena Raposa do Sol, em Roraima, e evitar retrocessos nos direitos indígenas previstos na Constituição Federal. No ano seguinte o ATL contou com a participação de mais de 800 lideranças de 89 povos. Na ocasião foi exigida a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e foi criada a Articulação

Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização que se tornou a principal organizadora dos acampamentos posteriores (GUERRA; VALIENTE, 2014).

Em 2022 o ATL chegou à sua 18ª edição, contando a presença de mais de sete mil indígenas de 176 povos, configurando-se como a maior mobilização indígena da história do Brasil. O evento ocorre em um momento de recrudescimento da agenda neoliberal e do avanço da fronteira extrativa sobre as terras indígenas, com a tramitação no Congresso Nacional de diversas Projetos de Lei que ameaçam os direitos já conquistados pelos indígenas. Com destaque para o PL 191/20 que visa liberar a exploração de petróleo, gás e minérios em terras indígenas, além da instalação de hidrelétricas, grandes projetos de infraestrutura e cultivo de transgênicos dentro dos territórios (ver ítem 3.7) (FASOLO, 2022).

Capítulo 7 – A constituição da fronteira socioambiental

A partir da convergência das frentes ambientalista, camponesa e indigenista, sintetizadas nos itens anteriores, é que a Amazônia, apropriada por distintos atores políticos, em diferentes escalas de atuação, passa a funcionar como uma grande fronteira socioambiental mundial.

7.1. O encontro das três grandes frentes

À medida que avançava o conhecimento científico, bem como a preocupação mundial em relação à perda da biodiversidade, a escassez de água potável e o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, a Amazônia valorizava-se enquanto *lócus* da realização de uma nova sociedade (sustentável) possível. Na década de 1980, com o início da divulgação das imagens das queimadas na floresta, a Amazônia torna-se alvo da atenção, preocupação, crítica e pressão crescentes do movimento ambientalista internacional, em especial pelas ONGs e organismos internacionais, que já vinham exercendo grande influência na opinião pública (BECKER; STENNER, 2008).

Conforme assinala Becker e Stenner (2008), cada vez mais a percepção dominante em relação à Amazônia passa a ser a de uma grande unidade de conservação, uma grande massa florestal que deve ser preservada para a “saúde” do planeta. Tal percepção vai se enraizar tanto no nível simbólico-cultural da preocupação ambientalista genuína, quanto – conforme vimos anteriormente – no nível econômico e geopolítico, em que a floresta é valorizada enquanto capital natural ligado à biodiversidade, à água e à captura de carbono (BECKER; STENNER, 2008).

Por outro lado, conforme avançam as lutas dos seringueiros e dos indígenas pelos direitos ligados à sua sobrevivência na floresta, vão se estabelecendo os pontos de convergência entre os interesses de atores internacionais e de grupos locais pela preservação da floresta. Uns partindo da preocupação com a biodiversidade planetária, outros partindo da luta por justiça social e pela defesa de seus modos de vida, em consonância com o desenvolvimento de uma nova política de ocupação do território.

[...] A revalorização da natureza tornou a Amazônia uma área pivô para o exercício da soberania em sua dupla face, impondo a solução dos conflitos sociais e ambientais que a afligem e o enfrentamento de agendas e pressões externas que não atendem aos interesses regionais e nacionais (BECKER; STENNER, 2015, p.48).

O fato emblemático que marca o encontro das frentes camponesa e ambientalista na Amazônia se dá em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Esteve presente no evento o cineasta britânico Adrian Cowell, à época a serviço da TVE (TV Trust for the Environment), televisão de conteúdo ambiental mantida pelo PNUMA. Cowell estava trabalhando na distribuição para a Europa e os Estados Unidos da série “A década da destruição” que ele havia produzido, mostrando os impactos sociais e ambientais do modelo desenvolvimentista em Rondônia e se prontificou a filmar o evento. Além de Cowell, também esteve presente no evento o antropólogo estadunidense Stephan Schwartzman, presidente do Environmental Defense Fund (EDF), que estava envolvido com a campanha pelas florestas tropicais, em denúncia à atuação do Banco Mundial (ALLEGRETTI, 2002; CAMELY, 2009).

No último dia do encontro, Cowell fez uma declaração se referindo ao recém criado CNS como o movimento social mais importante que jamais tinha surgido na Amazônia, emergindo exatamente no momento em que crescia uma forte campanha internacional em defesa das florestas tropicais. A partir daquele momento, Cowell se prontificou a acompanhar e a registrar a luta de Chico Mendes e dos seringueiros (ALLEGRETTI, 2002).

Na semana seguinte à realização do encontro em Brasília, o recém-criado CNS foi convidado, por iniciativa de Adrian Cowell, a participar da audiência pública que estava sendo realizada em São Paulo pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida pela ex-ministra do meio ambiente da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Na ocasião, chamou especial atenção da presidente da comissão os depoimentos do representante do CNS, Jaime Araújo e da UNI, Aílton Krenak (ALLEGRETTI, 2002).

Em ambos os depoimentos, foi dada ênfase na possibilidade de defender a floresta a partir dos povos que nela vivem, buscando-se com isso um novo modelo de desenvolvimento.

Depoimento de Jaime Araújo:

[...] Nós, os seringueiros, queremos seguir o exemplo das nações indígenas, que corretamente querem suas terras demarcadas. Nós, seringueiros, queremos a criação de Reservas Extrativistas, uma vez que os mesmos bancos que financiam os grandes projetos também financiam os capitalistas que se beneficiam de nosso trabalho, por meio de todos os produtos nativos que nós extraímos. Isto precisa ser preservado, porque não é somente com gado, não é somente com capim, não é somente com estradas, que nós vamos desenvolver a Amazônia. Preservando a Amazônia estaremos desenvolvendo o mundo todo. Em nome dos seringueiros da Amazônia eu tenho uma proposta para apresentar à Comissão e às demais pessoas que apóiam nosso movimento. Vamos procurar fazer nosso governo ver a Amazônia como parte do Brasil e ver os povos indígenas e os seringueiros como os verdadeiros, legítimos habitantes e donos das florestas, para que elas sejam preservadas e nós possamos viver. Eu acredito profundamente no trabalho desta Comissão e tenho grande satisfação em estar aqui. Acredito que as coisas vão

acontecer e que nós, assim que possível, em um tempo relativamente curto, vamos ver a Amazônia preservada, com seu povo tomando conta, vivendo, trabalhando e protegendo a vida de todos. As pessoas que querem destruir a Amazônia primeiro desenham o projeto de uma estrada e com a estrada vem a destruição atrás de uma máscara chamada progresso. Eu não acredito nesse tipo de progresso. Isso é destruição. Coloquem esse tipo de progresso onde a terra já está desmatada, onde existe mão de obra, onde a terra precisa de gente para trabalhar nela, onde as pessoas precisam fazer as cidades crescer, mas apóiem as nações que vivem da floresta. Esta é a nossa visão, dos seringueiros (ALLEGRETTI, 2002, p.451).

Depoimento de Aílton Krenak:

[...] É importante relembrar o seguinte: quando a possibilidade de viver cessa, começa a possibilidade de sobreviver. Existem pessoas aqui no Brasil, particularmente na Amazônia, que ainda vivem e essas pessoas que vivem não querem acabar no nível da sobrevivência. Estas pessoas não querem ter suas vidas degradadas ao ponto de ter que perguntar quanto de dióxido de carbono e quanto oxigênio elas podem respirar. Estas pessoas querem uma vida inteira, uma vida com dignidade e não a vida dos animais, a vida dos excluídos. Nós queremos a possibilidade da vida para os povos indígenas da Amazônia, para as populações ribeirinhas e especialmente para nossos companheiros os seringueiros que estão conscientes de que defender a floresta, defender o meio ambiente onde eles vivem, é resgatar o direito das pessoas de continuar vivendo lá (ALLEGRETTI, 2002, p.452).

Após a audiência pública da Comissão da ONU, o Secretário Especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, se manifestou publicamente dizendo que a SEMA havia iniciado os estudos para propor a criação de reservas ecológicas extrativistas na região amazônica, destinadas a garantir a preservação das florestas e, ao mesmo tempo, a atividade de aproximadamente 500 mil seringueiros e castanheiros (ALLEGRETTI, 2002).

Durante o evento em que se dá a criação do CNS, ocorre o encontro das frentes camponesa e indigenista com a frente ambientalista, no contexto da campanha mundial pela preservação das florestas tropicais, levada a cabo por organizações ambientalistas dos Estados Unidos e da Europa. Tal encontro oportuniza a participação do CNS e da UNI na audiência pública da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, o que, externamente, iria influenciar no debate internacional em curso acerca do desenvolvimento sustentável e, internamente, pressionar as autoridades brasileiras no sentido avançar na institucionalização das reservas extrativistas, propostas pelos seringueiros. Tais eventos marcam a formação da fronteira socioambiental na Amazônia.

7.2. O choque com a fronteira extrativa agrária e a criação das Resex

Após o encontro das três grandes frentes, o primeiro choque com a fronteira extrativa agrária se deu no processo de pavimentação da BR-364, no qual a atuação do movimento indígena e dos seringueiros, apoiados pelas organizações ambientalistas internacionais, foi capaz de mobilizar a opinião pública internacional e pressionar o BID a suspender o financiamento da obra, dado que as condicionantes sociais e ambientais não estavam sendo atendidas devidamente. As tensões internas desdobradas da paralização das obras de pavimentação da BR-364 culminaram com o assassinato de Chico Mendes e a posterior resposta do governo federal, no sentido de criar a primeira reserva extrativista, um ano depois. Esse processo será detalhado a seguir.

Em 1985, índios e seringueiros se mobilizavam em função do financiamento aprovado junto ao BID, pelo governo federal, para a pavimentação da BR-364, ligando Porto Velho a Rio Branco. Naquele momento, o Banco Mundial tinha acabado de suspender o desembolso das parcelas restantes do projeto Polonoeste, mediante denúncia de ONGs internacionais relacionada à destruição da floresta e deslocamento de populações indígenas, resultantes da implementação do projeto de colonização ao longo do trecho Cuiabá - Porto Velho da BR-364 (ALLEGRETTI, 2002).

A fim de evitar que se repetisse os mesmos problemas ocorridos com o Banco Mundial, o BID estabeleceu uma série de condicionantes sociais e ambientais para efetivação do empréstimo e incluiu no contrato o valor de US\$10 milhões para a criação do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PIMACI). O PIMACI passou a ser coordenado pelo IPEA (ligado ao Ministério do Planejamento) e por um grupo de trabalho interministerial composto por Funai, IBDF, Sudhevea, Embrapa e INCRA (ALLEGRETTI, 2002).

Nesse momento, índios e seringueiros passaram discutir, no âmbito do PIMACI, medidas para garantir um planejamento efetivo visando à criação de terras indígenas e de áreas voltadas à proteção dos seringais nativos e das comunidades extrativistas. Foi no contexto da articulação da UNI e do CNS em torno das questões relacionada ao financiamento de grandes empreendimentos pelo Banco Mundial e pelo BID que foi constituída a Aliança dos Povos da Floresta (ALLEGRETTI, 2002).

No ano de 1986, o líder da UNI, Aílton Krenak, é convidado pelas entidades ambientalistas envolvidas na campanha pelas florestas tropicais a participar da Conferência sobre Florestas Tropicais e o Banco Mundial, em Washington. Na ocasião, Krenak apresentou

uma carta dirigida ao Banco Mundial e ao BID, solicitando que fossem suspensos os empréstimos a todos os projetos que não promovessem o uso adequado da floresta e que não protegessem os direitos das populações indígenas e extrativistas (ALLEGRETTI, 2002).

No ano seguinte, Chico Mendes é convidado a participar da Reunião Anual do BID, em Miami, para falar da proposta de criação das reservas extrativistas como forma de mitigar os impactos socioambientais da pavimentação da BR-364. Além da reunião com o BID, o líder seringueiro teve uma agenda extensa em Washington e Miami, onde ele se reuniu com membros do NWF, EDF e EPI (entidades ambientalistas envolvidas na campanha pelas florestas tropicais), com membros das comissões do Japão, Suécia, EUA e Inglaterra e com parlamentares americanos. Em todos os casos ele denunciou as ameaças que as políticas de desenvolvimento financiadas pelos bancos internacionais representavam para a floresta e seus habitantes (ALLEGRETTI, 2002).

O fato é que, apesar das discussões ocorridas no âmbito do PIMACI, as obras de pavimentação da rodovia estavam a todo o vapor e poucas medidas concretas haviam sido tomadas no sentido de preservar a floresta e assegurar os direitos das populações indígenas e extrativistas ao território. No Acre, a pavimentação iminente da BR-364 impulsionava a especulação de terras e o desmatamento de extensas áreas de floresta nos antigos seringais, para a implementação de projetos de colonização e empreendimentos agropecuários. Por meio do STR de Xapuri, Chico Mendes continuava apoiando a realização de diversos *empates*, na tentativa de tentar frear o desmatamento promovido por grandes empresas que se instalavam na região (ALLEGRETTI, 2002).

Após a viagem de Chico Mendes aos EUA, crescem as pressões das entidades ambientalistas e do congresso americano sobre o BID, que decide, após mais de oito meses de contendas, por suspender os desembolsos do empréstimo referente ao asfaltamento da BR-364. A justificativa se deu em razão da execução defeituosa do Plano de Ação Preliminar (PAP), em especial no que se refere ao componente de proteção das comunidades indígenas e do meio ambiente. O BID condiciona a retomada do projeto ao cumprimento efetivo das cláusulas contratuais (ALLEGRETTI, 2002).

Cinco meses depois, em abril de 1988, veio a resposta do governo brasileiro, propondo ao BID a criação de quatro reservas extrativistas no Acre e Amazonas; a demarcação de 26 áreas indígenas; a criação de cinco áreas de proteção ambiental; e a realização e implantação do zoneamento agroecológico. Mediante tal proposta, o BID voltou a discutir com o governo a retomada dos desembolsos (ALLEGRETTI, 2002).

De todo modo, a pressão do governo local, da mídia e dos empresários do Acre recaíram fortemente sobre o movimento dos seringueiros, após o evento da suspensão dos desembolsos para a pavimentação da BR-364, vista como o símbolo do progresso e o fim do isolamento do Acre. Esses setores conseguiram conquistar a simpatia da opinião pública e acirraram o ambiente de tensão na relação com os seringueiros, que marcou todo o ano de 1988 e que levou ao assassinato de Chico Mendes, no dia 22 de dezembro de 1988, exatamente um ano após a suspensão dos desembolsos pelo BID (ALLEGRETTI, 2002).

O assassinato de Chico Mendes se dá justamente no momento em que a luta do líder seringueiro alcança grande repercussão internacional. Além de participar da reunião anual do BID, em Miami, Chico Mendes recebeu em 1987 dois prêmios internacionais. Um primeiro concedido pela Better World Society, de New York, por seu trabalho de preservação da floresta amazônica. O outro foi o Global 500, concedido pela ONU às personalidades de destaque na área do meio ambiente, que Chico Mendes foi em Londres receber das mãos de Mostafa Tolba, então diretor executivo do PNUMA (ALLEGRETTI, 2002).

Dessa maneira, o assassinato de Chico Mendes teve grande repercussão internacional, com ampla cobertura dos meios de comunicação nas principais cidades do mundo. Conforme ressalta Allegretti (2002), a notícia repercutiu primeiramente fora do Brasil, uma vez que grande parte dos meios de comunicação nacionais só foram descobrir a importância da figura de Chico Mendes a partir das reportagens internacionais. De toda forma, a partir do dia 26 de dezembro, todos os jornais nacionais passaram a dar destaque ao ocorrido, tornando, a partir de então, a história do líder seringueiro conhecida pelo público brasileiro.

A partir de 1989, a luta dos seringueiros alcança novo patamar junto ao governo brasileiro e, em 23 de janeiro de 1990, por meio do Decreto nº 98.863, é criada a primeira reserva extrativista, denominada Reserva Extrativista do Alto Juruá. Em seguida, o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, definiu as Reservas Extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais”, a serem usufruídos por seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, por meio de contrato de concessão real de uso (ALLEGRETTI, 2008).

Em 1987, o Incra já havia criado, por meio da Portaria nº 627, de 30 julho de 1987, o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), enquanto modalidade de assentamento que previa a concessão de uso de áreas a serem usufruídas de forma coletiva pelas comunidades extrativistas. A portaria reconhecia a atividade extrativa como uma alternativa “economicamente viável e ecologicamente sustentável” para os projetos de assentamentos

executados pelo INCRA na Amazônia, considerando a necessidade de conciliar a geração de renda para as famílias assentadas com a preservação do meio ambiente (INCRA, 1987).

No último dia do mandato do presidente José Sarney, em 14 de março de 1990, os seringais em conflito em Xapuri e Brasileia, que marcaram a atuação de Chico Mendes enquanto líder sindicalista, foram transformados na Reserva Extrativista Chico Mendes, com mais de 1 milhão de hectares, abrindo caminho para a consolidação de uma política nacional voltada para uma outra reforma agrária na Amazônia (ALLEGRETTI, 2002, CRUZ, 2014).

Assim como a demarcação de terras indígenas, o modelo das Resex é igualmente um marco histórico: a concessão de terras pelo governo federal a populações caboclas, num país historicamente marcado pelo latifúndio. Um modelo original de gestão foi também concebido para a Resex baseado na estreita relação sociedade-Estado. Combina o poder da União como proprietário da terra e responsável pela Resex, com o poder da comunidade através das associações de moradores que são responsáveis pelos contratos de uso, e o dos grupos de famílias, encarregados da gestão econômica e dos recursos (BECKER, 2009b, p.107).

Assim como as terras indígenas, as reservas extrativistas foram concebidas como áreas públicas, de propriedade da União, não divididas em parcelas individuais, asseguradas para comunidades com tradição no uso dos recursos naturais. Diferente das terras indígenas, as regras de uso e exploração dos recursos naturais passam a ser definidas pelo poder público, mediante planos de manejo (ALLEGRETTI, 2002).

7.3. As esdrúxulas alianças para consolidação dos territórios

A visibilidade conquistada pela Aliança dos Povos da Floresta junto ao movimento ambientalista internacional e a ampla repercussão do assassinato de Chico Mendes, somadas à promulgação da Constituição de 1988, abrem espaço para o surgimento de novos sujeitos políticos na Amazônia e para a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos pelo governo brasileiro.

Entre os anos de 1986 e 1996, foram delimitadas as áreas de 221 terras indígenas e 72 unidades de conservação nos estados da Amazônia Legal (BECKER, 2009b).

A reivindicação de seus territórios, seja pela precedência (no caso dos índios), seja pelos direitos históricos (no caso dos seringueiros e demais povos da floresta), foi recontextualizada, portanto à luz da preocupação mundial em torno da conservação ambiental, que apoiou novos focos de legitimação do poder no interior dos territórios nacionais, dando força ao processo de fragmentação do espaço intranacional (BECKER, 2009b, p.118).

Por outro lado, no contexto da realização da Eco-92 e de novo salto para a tomada da consciência ambiental em nível planetário, intensifica-se a valorização da natureza sob a lógica da acumulação (BÜSCHER; FLETCHER, 2014). Observa-se uma mudança nos rumos das políticas de financiamentos do Banco Mundial e do BID, no sentido de exercer influência na política de proteção do meio ambiente nos países periféricos, especialmente na região amazônica (BECKER, 2009b). Ocorre, então, uma *perversa confluência* de políticas neoliberais com o incremento da participação social na implementação de políticas voltadas à conservação ambiental (SCHMINK et al., 2019).

Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o “desenvolvimento sustentável” toma novo rumo. Torna-se gradualmente mais forte a sua vertente econômica, patente em vários níveis, num processo que, evidentemente, envolve a Amazônia. Realiza-se o *capital natural* (BECKER, 2009b, p.39).

Em 1991, é negociado Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais brasileiras (PP-G7), financiado pelos países do G7 (União Europeia e Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido) e administrado pelo Banco Mundial. Lançado oficialmente em 1993 e iniciado em 1994, o PP-G7 passou a canalizar recursos para a criação e implementação de áreas protegidas na Amazônia, bem como para o apoio a iniciativas voltadas para o uso e conservação da biodiversidade, por meio de Projetos Demonstrativos Ambientais (PDA). Entre 1995 e 1998, com apoio do PP-G7, foram demarcadas 58 terras indígenas, ou 26 milhões de hectares, e outras 115 foram reconhecidas. Em 1994 foram criadas oito reservas extrativistas na Amazônia (BECKER, 2009b).

Em 1992, atendendo à demanda do próprio G7 de criação de espaços de participação da sociedade na implementação dos recursos do PP-G7, foi criado o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Contando com a articulação e a parceria do CNS e da COIAB, o GTA adotou o funcionamento em rede, formada por coletivos regionais que envolveram mais de 600 entidades representativas de diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais. O GTA tornou-se, assim, a mais abrangente rede articuladora de movimentos sociais da Amazônia e passou a representar os movimentos sociais nos principais espaços de políticas públicas para a Amazônia coordenadas pelo governo federal (SANTILLI, 2005; ALMEIDA, 2008; GTA, 2020).

De forma concomitante à implementação dos projetos apoiados pelo PP-G7, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) passou a empreender esforços para construir uma imagem positiva do governo em relação à reforma agrária, diante

da necessidade de lidar com as crescentes tensões no campo. O governo buscava dar resposta à onda de protestos contra a violência e a impunidade no campo, eclodida após os massacres de Corumbiara (RO), em 1995, e do Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, ambos tendo grande repercussão internacional. Crescia também, em todo país, as ocupações de terra organizadas pelo MST e por sindicatos e federações ligadas à Contag. Em abril de 1997, chegava em Brasília a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST (PEREIRA, 2013).

São identificados 70,5 milhões de hectares de terras irregulares na Amazônia, que passaram a ser alvo dos esforços das políticas de assentamento do governo federal, impulsionando a criação de projetos de assentamento na região. Novas modalidades de assentamento são criadas, como o Projeto de Assentamento Agroextrativista (em substituição ao Projeto de Assentamento Extrativista, criado em 1987), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto de Assentamento Agroflorestral (PAF), permitindo uma aproximação ainda maior das políticas agrária e ambiental, especialmente a partir do Governo Lula (PASQUIS et al, 2005; VIEIRA et al, 2014).

Durante a Rio+10, em 2002, na África do Sul, o governo lançou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), em parceria com o WWF Brasil, o Banco da Alemanha (KFW), o GEF e o Banco Mundial. Foi criado com o objetivo de apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia. Em 2008, com a criação do Fundo Amazônia, o programa também passou a receber recursos oriundos da implementação da estratégia de REED+. Entre os anos de 2002 e 2010 foram criadas 14 UCs de proteção integral (13,2 milhões de hectares) e 32 UCs de uso sustentável (10,8 milhões de hectares) com um aporte de US\$115 milhões. Além da criação das UCs, o programa incluiu, nos anos subsequentes, o investimento na consolidação das áreas já instituídas, com a criação de instrumentos de gestão das áreas e capacitação de pessoal. Para o período de 2010-2017, foi realizado novo aporte de recursos pelo KFW e o Banco Mundial para a criação e consolidação de novas UCs (MMA, 2020).

Em 2004, em resposta ao aumento vertiginoso da taxa de desmatamento na Amazônia⁵⁷ entre os anos de 2002 e 2003, é criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), responsável pela redução de 83% na taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal entre os anos de 2004 e 2012. Considerando que a

⁵⁷ Em 2002 a taxa de desmatamento na Amazônia alcança 21,6 mil km², saltando para 25,4 mil km² em 2003 (INPE, 2021).

principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil origina-se do desmatamento, o PPCDAM foi viabilizado com recursos do Fundo Amazônia, inserindo-se nas estratégias de REED+ e posteriormente sendo incorporado na Política Nacional sobre Mudança do Clima (MMA, 2020).

O sucesso obtido pelo PPCDAM se explica pelo avanço na criação de UCs e na homologação de Terras Indígenas, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2008, e pelo investimento massivo nas ações de monitoramento via satélite e de fiscalização, que passaram a ocorrer de forma integrada entre IBAMA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro. Contemplou-se assim dois dos três eixos norteadores do programa: I - Ordenamento Fundiário e Territorial e II - Monitoramento e Controle Ambiental (MMA, 2020).

O eixo III “Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis” recebeu um volume menor de recursos, mas previa o fomento de atividades florestais realizadas por comunidades locais que fossem capazes de contribuir para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, a partir da floresta (PPCDAM, 2016; MMA, 2020).

À medida que cresce o número de áreas protegidas e projetos de assentamento na Amazônia, permanece o desafio de dar viabilidade econômica à política de manutenção das comunidades indígenas e tradicionais na floresta. Se, por um lado, essas comunidades buscam a manutenção de seus costumes tradicionais, por outro, a manutenção da *floresta em pé* passa a depender de um incremento tecnológico na atividade produtiva, de forma a permitir auferir renda por meio da comercialização de produtos florestais com a valor social e cultural agregado.

Cresce dessa forma, a reivindicação das comunidades amazônicas pela realização de pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas baseadas no manejo da biodiversidade realizado pelos povos da floresta.

A partir de uma reorientação dos investimentos do PP-G7, busca-se envolver cada vez mais o setor privado nas ações estratégicas do programa, no intuito de dar viabilidade econômica ao projeto de proteção das florestas e conservação da biodiversidade. O Banco Mundial desenvolveu um plano estratégico voltado para a promoção de negócios sustentáveis, a partir de três eixos principais: a) a promoção de parcerias entre iniciativas comunitárias e o setor privado, para o desenvolvimento de linhas produtivas baseadas na extração de produtos florestais, tais como castanha, açaí, cupuaçu, andiroba e copaíba; b) o envolvimento do setor privado nas estratégias de desenvolvimento sustentável, tais como energia renovável e sequestro de carbono; e c) a promoção de atividades econômicas estratégicas baseadas no modelo de econegócios (BECKER, 2009b).

Em meados dos anos 2000, começa a surgir, então, inúmeras iniciativas voltadas à certificação florestal, especialmente da madeira; ao manejo florestal de uso múltiplo, aproveitando-se produtos florestais madeireiros e não madeireiros; e ao fomento do manejo florestal de caráter comunitário e familiar. Entre esses últimos destacam-se o projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), desenvolvido na região entre o Acre e Rondônia; e o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente), voltado para o fomento de iniciativas produtivas em toda a Amazônia Legal. O Proambiente parte de uma iniciativa coligada das Federações dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia Legal (Fetagri), do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) e da Coiab, tendo como parceiros o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) (BECKER, 2009b).

Uma das políticas elaboradas no âmbito do governo federal que buscou congrega o conjunto de iniciativas e projetos voltados à inclusão produtiva dos povos e comunidades tradicionais residentes nos diferentes biomas, foi o Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade (PNPSB). O plano, lançado em 2009, foi viabilizado a partir de uma articulação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e também graças à mobilização ampla da sociedade civil.

Elaborado a partir da realização de sete seminários regionais, realizados ao longo do ano de 2007, o PNPSB apresenta a seguinte definição de produtos da sociobiodiversidade:

Bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

Dessa maneira, o plano contribuiu para popularizar o termo sociobiodiversidade, que passou a ser amplamente utilizado nas diversas iniciativas envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais. A partir das políticas e projetos articulados pelo PNPSB, diversas cadeias produtivas, a exemplo do açaí, castanha-do-brasil, coco babaçu, borracha, piaçava, copaíba, andiroba, pequi, licuri e umbu, ganharam impulso e passaram a agregar uma rede de atores que, em muitos casos, possibilitaram a valorização das áreas florestais frente à pressão

econômica pela conversão de áreas voltadas para atividades como o agronegócio, a pecuária e a exploração madeireira (DOMINGUES & PINTO, 2017).

Todas essas iniciativas, voltadas tanto para o desenvolvimento de negócios sustentáveis quanto para o incremento da rede de áreas protegidas na Amazônia, passam a ser financiadas por uma complexa rede de entidades que, além do GEF e Banco Mundial, vão desde agências governamentais de cooperação, como a USAID e a GTZ (posteriormente vindo a se chamar GIZ), passando por grandes ONGs conservacionistas, como a CI, o WWF e a TNC, e fundações, como a Fundação Moore, Fundação Ford e Fundação Avina. As ONGs brasileiras assumem, nesse contexto, um papel importante na implementação dos projetos viabilizados por recursos oriundos dessas fontes de financiamento, articulando comunidades e organizações locais com o governo federal, grandes ONGs internacionais e agências internacionais de fomento (CAMELY, 2009).

Atualmente, o que não faltam são propostas de enfrentamento dos gargalos em termos de conhecimento técnico, equipamentos e infraestrutura das cadeias produtivas da Amazônia. Um exemplo é o Projeto Amazônia 4.0, concebido pelo climatologista Carlos Nobre, que propõe soluções para a implementação de uma “economia da biodiversidade da floresta”, tais como: a) transporte de produtos por meio de veículos aéreos não tripulados; b) utilização de técnicas de liofilização para diminuir a perecibilidade dos produtos florestais; c) uso de energia solar nas comunidades amazônicas; d) universalização da internet, por meio da instalação de cabos de fibra ótica subaquáticos, ao longo dos rios; e) implementação de cursos de cursos técnicos a distância, com utilização de realidade aumentada; f) desenvolvimento de plataformas digitais para comercialização dos produtos amazônicos; g) utilização da tecnologia para viabilizar a articulação e organização coletiva dos produtores. Além disso, o projeto propõe a implantação dos Laboratórios Criativos da Amazônia, montados em tendas ou em plataforma flutuantes, permitindo desenvolver *in loco* pesquisas voltadas ao aprimoramento dos produtos florestais, aliando os conhecimentos tradicionais, científicos e tecnológicos (NOBRE & NOBRE, 2019).

O reconhecimento internacional da crise ambiental e dos riscos à Amazônia não necessariamente significou a aceitação dos povos e comunidades amazônicas como os agentes sociais capazes de apresentar as alternativas para a sua superação (MALHEIRO et al., 2021). A criação e consolidação dos territórios pleiteados pelos agentes da fronteira socioambiental vão sendo viabilizadas por meio de alianças esdrúxulas dos movimentos e organizações ligadas à frente camponesa e indigenista com organismos e organizações internacionais dos países do

Norte global, cujos interesses transcendem à lógica do território e se aproximam mais da lógica da acumulação.

A proposta de valorização das áreas florestais pela economia do conhecimento reafirma a hegemonia da acumulação capitalista, mesmo que em bases econômicas e de regulação diferenciadas, e subordina os territórios dos povos e comunidades do campo à temporalidade e racionalidade do capital, ditadas pelas necessidades de acumulação.

[...]

O que sustenta a reprodução ampliada do capital não é sua base material em si – no caso, a floresta viva ou a floresta morta –, mas seu conjunto de relações sociais e com a natureza determinado pelas necessidades da acumulação que, por sua vez, são cada vez mais dominadas pelos interesses, escalas e velocidades de rotação da finança mundializada (MALHEIRO et al., 2021, p.178).

Banco Mundial, BID, KFW, USAID, GIZ, CI, TNC e WWF, em última análise, estão comprometidos com os interesses de seus países de origem, ou com a valorização da Amazônia enquanto reserva de capital natural, sob as premissas do que ficou conhecido como economia verde, ou bioeconomia.

A fronteira socioambiental na Amazônia é formada por essa rede complexa de atores, com projetos políticos distintos e atuando em diferentes escalas, que têm em comum o interesse na manutenção das áreas florestadas, seja para a realização do capital natural, seja para a salvaguarda dos territórios e da diversidade sociocultural. Apesar de suas contradições internas, essa confluência de forças mobilizou uma série de movimentos sociais, projetos políticos e fontes de financiamento que viabilizaram o soerguimento de um contra movimento capaz de refrear, em certa medida, o avanço da fronteira extrativa agrária.

Esse contramovimento, capaz de criar esse efeito de barreira, se constituiu por meio da formação de uma rede internacional de parceiros, da criação de um mosaico de áreas protegidas e da implementação de um conjunto de instrumentos legais e políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa rede de atores sociais e de territórios. Resta saber, até que ponto os povos e comunidades da floresta serão capazes de manter a autonomia de seus territórios, sem se subordinarem, conforme alerta Malheiro (et al.2021), à temporalidade e racionalidade do capital e suas necessidades de acumulação.

Conclusões preliminares

O movimento ambientalista, originado da crítica ao modelo de sociedade urbano-industrial nos países desenvolvidos, ganha grande impulso com a evolução científica nos campos da biologia e da ecologia que, entrelaçando com as ciências sociais e humanas, confluem para a formação do campo da biologia da conservação. O tema da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas passa, então, a pautar as agendas de desenvolvimento dos países. A partir de uma grande campanha internacional pela proteção das florestas tropicais, foi possível às entidades ambientalistas exercerem pressão sobre o Banco Mundial e o BID para que impusessem condicionantes ambientais aos grandes projetos financiados pelo Banco Mundial e o BID nos países em desenvolvimento.

A formação da Aliança Amazônica dos Povos da Floresta, em meados da década de 1980, representou um momento importante de confluência das lutas que povos indígenas e seringueiros vinham enfrentando contra a despojo perpetrado pelo avanço da fronteira extrativa agrária na Amazônia. Quando entidades ambientalistas dos países desenvolvidos se aliam aos povos da floresta, enxergando neles uma forma de ganharem legitimidade na luta contra a destruição das florestas tropicais, questões locais relacionadas à disputa por terra e território são alçadas à escala global. Para os povos amazônicos isso representou novas possibilidades de enfrentamento do modelo desenvolvimentista defendido pelas elites locais e nacionais.

Abre-se, assim, o caminho para a formação de uma rede de parceiros que transcende o espaço nacional e que passa a contar com fontes de financiamento e capital político capazes de oferecer resistência ao desenvolvimentismo predatório. Propõe-se, ao mesmo tempo, um novo modelo de desenvolvimento, baseado na preservação de extensas áreas de floresta e na consolidação dos territórios tradicionalmente ocupados. É constituído, assim, um novo vetor de desenvolvimento regional, que consolida a função socioambiental da fronteira amazônica.

A formação da fronteira socioambiental, oportuniza a criação de um grande número de áreas protegidas na Amazônia, incluindo terras indígenas e reservas extrativistas, e o financiamento de projetos voltados à consolidação desses territórios, pela via da implantação de infraestrutura e melhoria da capacidade socioprodutiva. Observa-se, porém, o risco de captura das comunidades locais pela lógica do mercado formado em torno dos elementos da natureza, distanciando-se dos elementos formadores da sua identidade e da sua relação com o território.

A valorização das agendas da biodiversidade e do clima sob a lógica da acumulação, em um cenário de recrudescimento do neoliberalismo no cenário mundial e perda de autonomia

do Estado, abre espaço, também, para a ingerência de um grande número de atores externos, tais como organismos internacionais, ONGs e agências de cooperação, cujos interesses econômicos e geopolíticos não se alinham necessariamente aos nacionais.

De toda forma, com o recrudescimento das políticas neoliberais em favor do capital extrativo agrário, o modelo socioambiental é cada vez mais ameaçado pela pressão constante sobre as áreas protegidas e florestas públicas não destinadas, que se tornam alvo da apropriação de grileiros, madeireiros e pecuaristas. Em última instância, esses grupos servem aos interesses dos grandes grupos econômicos ligados ao mercado de *Commodities* agrícolas e minerais.

Entender de que forma se dá o choque entre os modelos agroextrativo e socioambiental – que passam a ser excludentes entre si – e como os diversos atores vem se organizando na busca pela hegemonia e controle do território, em ambos os aspectos da fronteira amazônica, é tarefa à qual nos dedicaremos a seguir. Analisaremos, para tal, o caso do Sudoeste Paraense, na região compreendida entre os vales do Tapajós e do Xingu.

**PARTE III – O CHOQUE ENTRE A FRONTEIRA EXTRATIVA
AGRÁRIA E A FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL NO SUDOESTE
PARAENSE**

Esta parte trata do choque entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense, descrevendo o processo histórico de formação do território, os principais atores e as estratégias adotadas de cada um dos lados da fronteira.

Primeiramente será descrito o processo de formação da fronteira extrativa agrária no Sudoeste Paraense, passando pelos sucessivos ciclos extrativos que se abateram sobre a região desde o período colonial. Posteriormente será descrita a formação da fronteira socioambiental, por meio da coalização de diferentes atores e projetos político-institucionais, que possibilitaram uma certa contenção do avanço da fronteira extrativa agrária na região.

Por fim, será analisada a nova investida da fronteira extrativa agrária, a partir do recrudescimento do neoliberalismo na última década, que permitiu a criação de um ambiente político-institucional favorável ao desmantelamento dos avanços conquistados na área socioambiental. O Sudoeste Paraense torna-se, então, palco de disputas políticas e territoriais intensas, tornando incerto dizer qual dos modelos de desenvolvimento prevalecerá nessa região de fronteira.

Capítulo 8 - Os sucessivos ciclos extrativos no Sudoeste Paraense

8.1. Dos aldeamentos indígenas ao ciclo da borracha

As descrições dos cronistas lusitanos que relataram suas impressões da bacia amazônica entre os séculos XVI e XVII, apontam para a existência de grandes povoações ribeirinhas que constituíam sociedades complexas e estratificadas, com expressões políticas, culturais e religiosas bastante planejadas. Tratavam-se de povoados extensos, que se distribuíaam ao longo de quilômetros de margens fluviais, e que se organizavam a partir de uma economia essencialmente vinculada aos recursos aquáticos e ao regime de enchentes e vazantes. Desenvolviavam um intenso comércio intertribal de produtos primários e manufaturados como redes, canoas, remos, cestaria, flechas e enfeites (CARDOSO, 2018).

Já nas primeiras décadas do século XVII os lusitanos passaram a empreender uma série de expedições pelo rio Amazonas, visando expandir o domínio português sobre o território amazônico. Em geral, essas incursões eram marcadas pelo extermínio das populações indígenas que habitavam as regiões de várzea. A grande extensão da bacia hidrográfica acabou funcionando como alongado eixo de penetração portuguesa no território amazônico, subindo pelo rio principal, passando pelo Solimões até o Rio Branco, impedindo a penetração dos colonizadores espanhóis (AB'SÁBER, 2005).

Destaca-se, nesse contexto, a viagem empreendida por Pedro Teixeira, entre os anos de 1637 e 1639, que ambicionava conquistar a costa leste-oeste da América portuguesa, em direção a Quito. Ultrapassando em muitas léguas os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, Pedro Teixeira conseguiu legitimar sua ação com base na União Ibérica que ainda vigorava na época. Com o fim, porém, da união dinástica, em 1640, a Coroa Portuguesa valeu-se dessa expedição para tomar posse de vasta extensão territorial na bacia amazônica (CARDOSO, 2018).

Para garantir o controle do território e a mão de obra necessária para o projeto extrativo imposto pelos colonizadores⁵⁸, fez-se necessário o controle da força de trabalho indígena por meio da prática dos descimentos realizadas pelas ordens religiosas. Tratava-se de retirar os grupos indígenas de suas aldeias e reuni-los em um determinado aldeamento, onde passariam a

⁵⁸ Sobre o ciclo das *drogas do sertão*, ver Capítulo 3.

conviver com diferentes etnias, em um cotidiano de trabalho forçado e de catequese (MALHEIRO et al., 2021).

A catequização missionária representava uma profunda transformação na vida dos indígenas, que se viam forçados a adotar um outro modo de trabalho e novas formas de sociabilidade e de relação simbólica e identitária, sendo obrigados a aprender a língua geral, ou o *nheengatu*, e a escolher suas lideranças sob a tutela dos missionários. As aldeias missionárias tornam-se, então, um espaço de mestiçagem, hibridização e de reconstruções identitárias em que se estabelecem fronteiras étnicas entre índios não aldeados, índios aldeados, missionários, colonizadores e, mais tarde, escravos africanos (CARDOSO, 2018).

Os aldeamentos missionários se configuram assim como uma organização visivelmente multiétnica em que a língua geral foi o viés central da comunicação e expansão de suas ordens, tendo uma base cosmológica forte tupi em que o produto final será o novo índio cristianizado, mas sem perder seu viés étnico indígena, ainda que genérico, muito embora destribalizado e sem mais referência de sua etnia de origem (CARDOSO, 2018, p.285).

No final do século XVII, além do terror e guerras ocasionadas pelas tropas portuguesas, as várzeas amazônicas tinham sido tomadas por severas epidemias que levaram ao abandono de várias aldeias missionárias e feitorias construídas em cima dos restos de antigos povoados indígenas (CARDOSO, 2018). A partir de fontes coloniais, estima-se que entre os anos de 1621 e 1626, tenham sido exterminados ou conduzidos ao cativeiro cerca de 500 mil indígenas, e por volta de 1669, o Padre Antônio Vieira estimava mais de 2 milhões de indígenas mortos no Grão-Pará e Maranhão, como resultado do empreendimento colonial (MALHEIRO et al., 2021).

No vale do Tapajós, o extermínio da população que vivia na área de várzea começou pelos índios Tapajós. Destaque para as tropas do sargento-mor do Cabo Norte, Bento Maciel, que no ano de 1639 levaram à quase extinção da etnia. Duas décadas mais tarde, tendo a Companhia de Jesus ficado responsável por organizar as atividades missionárias nas terras localizadas ao sul do rio Amazonas, o padre superior Antônio Vieira enviou à região o missionário João Filipe Bettendorf para tentar mediar os conflitos com os Tapajós. Nesse período, registra-se a formação de cinco aldeamentos missionários nas proximidades da foz do Tapajós (CARDOSO, 2018).

Em 1697 foi construído um forte na foz do rio Tapajós, onde ele se encontra com o Amazonas⁵⁹. Pela sua posição privilegiada a região transformou-se em um entreposto comercial e evoluiu rapidamente para a categoria de vila, algumas décadas mais tarde (ICMBIO, 2012a).

Em meados do século XVIII, dezenas de nações indígenas que habitavam as áreas de várzea do Tapajós e de seus afluentes, como os Arapiuns, Comadiz, Goanacuzas, Merigoaras, Aputias, Ayrapucus, Mariaroins, dentre outros que compunham a missão Arapiuns, já se encontravam reduzidas e misturadas nas aldeias missionárias e, mesmo aqueles que se refugiaram nas matas, já haviam sucumbido ao domínio da língua geral imposta pelos jesuítas. Apesar disso, registra-se a resistência de diversas nações que ainda mantinham a organização contínua ao longo das margens fluviais e buscavam preservar os modos tradicionais desenvolvidos durante séculos de adaptação ao meio ambiente tropical (CARDOSO, 2018).

No vale do Xingu, a penetração dos jesuítas foi limitada pelas corredeiras que barravam o acesso em direção ao médio e alto curso do rio. De forma que os aldeamentos missionários ficaram restritos à região da Volta Grande do Xingu, onde hoje está a cidade de Altamira (TARAVELLA, 2008). Dessa maneira, a região do Médio Xingu permanecerá, até meados do século XIX, livre da ocupação não-indígena e configurada pela circulação das principais etnias que habitavam a região, como os Juruna, os Kayapó, os Araweté, os Asurini, os Xipaya, os Kuruaya e os Parakanã. No caso dos Araweté, o seu primeiro contato oficial com a Funai ocorrerá somente em 1976, sendo considerados como “índios isolados”, até então (ICMBIO, 2015b).

Em 1750, a assinatura do Tratado de Madri traz novos termos para a demarcação das fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América do Sul. Prezando pelo princípio do *uti possidetis*, o tratado estabelecia que o domínio do território seria consolidado pela sua ocupação e povoamento. Dessa maneira, a soberania do Estado português sobre o território amazônico passa a figurar entre as preocupações centrais do projeto colonial da Coroa, sob a égide do Marquês de Pombal. Em 1751, sob a presidência de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, a província do Maranhão e Grão Pará se transforma na província do Grão Pará e Maranhão, com a mudança da capital de São Luís para Belém (MALHEIRO et al., 2021).

Nesse contexto, o poder político dos aldeamentos missionários, bem como a influência exercida pelos eclesiásticos junto aos indígenas, passou a ser visto como verdadeira ameaça aos interesses da Coroa. Uma série de medidas são tomadas, então, por parte do governo da província, no sentido de ampliar o controle do Estado sobre o território. A partir de 1757, com

⁵⁹ Local onde se encontra hoje a cidade de Santarém.

a criação do Diretório dos Índios, as aldeias missionárias são transferidas para o controle da administração leiga, transformando-se em vilas e cidades com toponímias portuguesas. Desdobram-se daí uma série de conflitos com as ordens religiosas que resultará na expulsão dos jesuítas da colônia, em 1759 (MALHEIRO et al., 2021; CARDOSO, 2018).

Inaugura-se uma nova fase de dominação dos povos indígenas, por meio da obrigatoriedade da língua portuguesa, do estímulo ao casamento interracial e da exploração do trabalho indígena nas frentes agrícolas e pecuárias desenvolvidas pelos colonos e pelos diretores de povoação. O quadro de proliferação de fome e epidemias que se seguiu desse novo ciclo de exploração resultou em nova dizimação de milhares de indígenas e na fuga de muitos outros para suas antigas aldeias, ou para a formação de novos aldeamentos independentes nas matas (MALHEIRO et al., 2021; CARDOSO, 2018).

A necessidade crescente de exploração de mão de obra indígena gerou, por sua vez, uma nova fase de incursões no rio Tapajós para a realização de novos descimentos. Vindos de um processo expansionista desde a região central do Alto Tapajós, os Munduruku chegam à região próxima à Santarém no final do século XVIII, quando é registrado um ataque deles ao forte de Santarém, em 1773. Os Munduruku encontram uma região já bastante modificada por mais de um século de colonização, com a maior parte das etnias originais em processo de miscigenação e aculturação e acabam sendo importantes no realinhamento das relações interétnicas na região do Baixo Amazonas (ICMBIO, 2019). Em 1777 registra-se na região de Santarém uma população urbana de 403 indígenas e 333 portugueses e mestiços, sendo um dos maiores núcleos urbanos no interior da Amazônia naquele momento (HOEFLE, 2013).

As opiniões dos historiadores divergem sobre a relação dos Munduruku com os colonizadores. Existe uma corrente que aponta para uma possível aliança entre eles e os colonizadores, no sentido de controlar os grupos que ainda resistiam à ocupação colonial, e há outra corrente que enfatiza a dura resistência imposta pelos Munduruku à ocupação dos portugueses. Seja como for, no início do século XIX registra-se a integração de uma boa parte desses índios aos povoados coloniais (ICMBIO, 2019).

O incentivo à agricultura e à pecuária no período da administração do Marquês de Pombal favoreceu o surgimento de oligarquias políticas e agrárias que continuaram, no século XIX, usando da força de trabalho escrava negra e indígena (MALHEIRO et al., 2021). Após a expulsão dos jesuítas da colônia, a rapidez com que as terras indígenas são apropriadas e divididas em grandes propriedades privadas cria uma série de tensões no meio da população nativa que irá eclodir na revolta cabana, em 1835, na qual o movimento de contestação da autoridade do poder imperial ganha ampla adesão das camadas populares que haviam se

dispersado pelo vale amazônico. Superado o conflito, em 1840, e tendo o latifúndio sido reafirmado pela Lei de Terras em 1850, a província do Pará reforçará o controle da terra pelas antigas oligarquias agrárias durante o ciclo da borracha, favorecendo-as em sua política de concessão de terras para a formação dos seringais (MOREIRA, 2011; VILAS BÔAS, 2012).

A exploração de borracha na Amazônia, iniciada na década de 1850 e alavancada a partir de 1870⁶⁰, chega de forma tardia na região do Sudoeste Paraense, dada a dificuldade de transpor os trechos encachoeirados para acessar os altos cursos dos rios Tapajós e Xingu, e em função da forte resistência apresentada pelos povos indígenas, especialmente no Xingu. Foi somente em 1896, durante a expedição do geógrafo francês Henri Coudreau, que foi confirmada a alta densidade de seringueiras no vale do Xingu. Na ocasião, o pesquisador registrou uma população não-indígena de 804 pessoas vivendo às margens do Xingu e 220 às margens do Iriri (ICMBIO, 2015b, TARAVELLA, 2008).

Registra-se a chegada dos primeiros seringueiros às margens do Xingu em 1888. Tratava-se de um grupo de vinte e dois nordestinos que, após cruzarem o rio Fresco, encontraram-se com índios Xipaya e Juruna. Esses últimos, atuando como guias dos seringueiros, os teriam impedido de penetrar no território Kayapó, situado mais a oeste. Com a confirmação da alta disponibilidade de seringueiras na região, o fluxo de seringueiros no vale do Xingu foi aumentando vertiginosamente a partir do início do século XX. As estradas construídas no trecho da Volta Grande do Xingu permitiram contornar os trechos encachoeirados para o estabelecimento de *colocações* nas regiões do Médio Xingu, Iriri, Riozinho do Anfrísio e Curuá (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015).

Inicia-se um período de intensos conflitos entre índios, seringueiros e seringalistas. Graças à forte resistência dos Kayapó à penetração das frentes seringueiras vindas de Altamira, a região do Alto Xingu se manteve preservada dos ciclos extrativos, até a chegada das estradas, na década de 1970 (VILLAS BÔAS, 2012).

No início da exploração da borracha no Xingu, a comercialização do látex era controlada pelo então senador José Porfírio de Miranda Júnior, que assumiu o controle do porto situado no encontro do Xingu com o Amazonas e estabeleceu o Coronel Tancredo Martins Jorge para administrar o comércio da borracha no médio Xingu. Este último estabeleceu um entreposto comercial no encontro do Xingu com o rio Fresco, atraindo um grande agrupamento de seringueiros no seu entorno. Tornando-se um ponto estratégico para o comércio e o

⁶⁰ Ver o capítulo 3 sobre o ciclo da borracha na Amazônia.

extrativismo vegetal, o povoado que ali se formou daria lugar posteriormente à vila de São Félix do Xingu (TARAVELLA, 2008).

Em 1910 é aberta uma trilha ligando os rios Araguaia e Xingu, começando em Conceição do Araguaia⁶¹ e terminando na embocadura do rio Fresco, onde estava situado o nascente povoado. Por essa via foi possível garantir o suprimento, via tropas de mulas, de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade aos seringais do médio Xingu (Figura 8). A segunda década do século XX é marcada pelo surgimento das embarcações motorizadas que passaram a ser utilizadas no trajeto entre Altamira e São Félix do Xingu, diminuindo de três meses para seis dias o tempo do percurso (TARAVELLA, 2008).

Além do rio Xingu, os patrões seringalistas assentaram a mão de obra nordestina ao longo dos rios Iriri, Curuá e Riozinho do Anfrísio, buscando distribuir as *colocações* de acordo com a maior disponibilidade e agregação das seringueiras (VILLAS BÔAS, 2012). Nessas regiões também era intenso o conflito com os indígenas. No rio Curuá, os índios Kuruaya, que haviam sido submetidos a descimentos no passado, foram aliciados para trabalhar nos seringais, agravando ainda mais o processo de desestruturação de suas aldeias (VILAS BÔAS, 2012). Tornou-se comum nessa região o aliciamento de índias Xipayas, Kuruayas e Jurunas para se casarem com os seringueiros, resultando na formação de uma população ribeirinha altamente miscigenada (ICMBIO, 2015b).

Com o fim do primeiro ciclo da borracha, as empresas seringalistas de menor porte continuaram funcionando mesmo após a quebra dos patrões, mantendo ativa a economia da borracha na região. Com o advento do segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, um novo contingente de migrantes nordestinos é atraído para o vale do Xingu para se alistar no trabalho nos seringais, dando novo impulso ao povoamento da região (ICMBIO, 2015a).

Findada a guerra, com o novo declínio do preço da borracha, os grandes seringalistas foram abandonando as atividades nos seringais. As famílias de seringueiros que haviam se estabelecido nas colocações ao longo do Xingu e seus afluentes mantiveram a coleta do látex até meados da década de 1970, associando-a ao extrativismo da castanha e à agricultura e pesca de subsistência. Entre as décadas de 1950 e 1960 alguns patrões seringalistas passaram a mobilizar as famílias para a caça de animais como ariranhas, lontras, onças e jaguatiricas, cujas peles passariam por uma crescente valorização entre os produtos de exportação (ICMBIO, 2010b; ICMBIO, 2015; VILLAS BÔAS, 2012).

⁶¹ Área que corresponde hoje ao município de Redenção (PA).

No vale do Tapajós, a exploração da borracha se deu em menor escala, dadas as características do solo que não possibilitavam uma ocorrência tão abundante de seringueiras, como as encontradas no Xingu (HOEFLE, 2003). Mesmo assim, a região onde hoje está situado município de Itaituba servia como entreposto para trocas comerciais entre os produtos que subiam de Santarém e a produção de borracha nos seringais estabelecidos no Alto Tapajós (ICMBIO, 2012a). No período da Segunda Guerra Mundial, registra-se o papel do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Missão Franciscana na atração dos índios Munduruku, Kaiabi e Apiaka para a região do rio Cururu, no Alto Tapajós, o que favoreceu o posterior aliciamento desses índios para o trabalho nos seringais, durante o segundo ciclo da borracha (ICMBIO, 2019).

8.2. Colonização e garimpo

Em meados do século XX, dada a natureza predatória dos ciclos extrativos que se sucederam desde o Século XVII, os vales do Xingu e do Tapajós encontravam-se em uma situação de letargia econômica e desarticulação social. Uma parte da população indígena havia se dispersado pelas áreas florestadas da terra firme e outra parte se miscigenado com os migrantes nordestinos advindos do ciclo da borracha, formando povoados dispersos ao longo dos rios navegáveis e das colocações remanescentes dos antigos seringais. Tal quadro permitiu com que a região fosse tratada como um “vazio demográfico” pelos agentes públicos e privados, durante o período dos grandes projetos na Amazônia (BUNKER, 1988; TORRES et al., 2017).

A construção das rodovias abre novas rotas de penetração da fronteira extrativa agrária no Sudoeste Paraense, atingindo em cheio os povos indígenas que, de alguma forma, haviam escapado da morte e da escravidão nos ciclos extrativos anteriores. Inicia-se, então, um novo ciclo de invasão dos territórios, massacre, epidemias e exploração do trabalho indígena (DOBLAS, 2015).

A abertura da Belém-Brasília na década de 1960, associada ao desenvolvimento da pecuária na região de Conceição do Araguaia (que mais tarde daria lugar ao município de Redenção) atrai um número considerável de investidores para a região. Por outro lado, a escolha de Marabá como ponto de partida da construção da Transamazônica, provoca um grande fluxo migratório na direção do município, com milhares de famílias vindo a se instalar ao longo da rodovia. Aumenta-se com isso uma forte pressão de investidores e empresas pecuaristas para a construção da rodovia PA-150, ligando Marabá a Conceição do Araguaia (Redenção). Ganha

forte apelo, nesse contexto, a existência de uma área extensa de pastagem natural que havia sido revelada por aqueles que, desde o tempo da borracha, transitavam pela trilha que conectava Conceição do Araguaia (Redenção) à São Félix do Xingu (Figura 8) (TARAVELLA, 2008).

O início da construção da PA-150, em 1966, propicia um novo ciclo de colonização na região. Em 1975, a partir da constatação da fertilidade do solo e da abundância de recursos minerais na região de São Félix do Xingu, é iniciada a construção da PA-279, conectando este município à PA-150. O traçado da rodovia é definido em negociação com a Funai que visava garantir a integridade dos territórios indígenas dos Kayapó Xikrin e dos Kayapó, que estavam em processo de demarcação. Dessa maneira, a construção da PA-279 partiu de Xinguará, a 110 km ao norte de Conceição do Araguaia, alcançando a localidade de Tucumã no ano de 1981, dando início a um processo de colonização espontânea na região (figura 8) (TARAVELLA, 2008).

A construção da rodovia Transamazônica no início da década de 1970, bem como a implementação dos projetos governamentais de colonização no eixo Altamira-Itaituba, começou a atrair uma grande quantidade de imigrantes para região. O posterior abandono dos projetos de colonização pelo governo, associado aos incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos agropecuários, favoreceu a eclosão de disputas e conflitos envolvendo colonos, fazendeiros e indígenas, provocando transformações radicais na dinâmica territorial e demográfica da região (OLIVEIRA, 2005; TORRES et al., 2017).

Avançando a partir de Marabá, o traçado da Transamazônica encontrou com os Parakanã, sendo necessário delimitar um aldeamento para eles na margem esquerda da rodovia. Uma parte do grupo, fugindo do crescimento de Marabá, já havia empreendido uma marcha a oeste, na direção do rio Bacajá, onde foram reprimidos pelos Kayapó Xikrin. Houve nova subdivisão e um grupo de 50 pessoas se dirigiu para o norte, na direção das cabeceiras do rio Anapu. Aproximando-se novamente da transamazônica, foram contatados pela Funai e realocados na Reserva do Pucuruí, no rio Tocantins, onde um terço do grupo veio a falecer após o primeiro ano de contato. O outro grupo se dirigiu para o sul, na direção da cabeceira do rio Bacajá, estabelecendo-se na região do interflúvio Bacajá-Xingu, limitando-se ao sul pelo Igarapé São José. Para tal, acabaram deslocando os Araweté para a região do baixo Ipixuna (Figura 8). Por conta disso, esse povo, até então considerado como “isolado” foi obrigado a aceitar o contato promovido pelo centro de atração da Funai, em 1976 (RIBEIRO, 2011).

Ao se aproximar do Xingu, o traçado da Transamazônica cortou ao meio o território dos Arara, que ocupavam as áreas de várzea tanto do Xingu, quanto do Amazonas e resistiam fortemente ao contato dos não-índios. A partir de então, os Arara são obrigados a restringir sua

colonos se dispersavam pela região, servindo de mão de obra para os ciclos extrativos que se sucederiam (SCHITTINI, 2010).

A construção da BR-163, associada à implantação dos projetos de colonização no Norte do Mato Grosso, em especial nos municípios de Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo e Alta Floresta, abriu uma frente de expansão meridional da fronteira extrativa agrária no Sudoeste Paraense. Com o avanço da rodovia na direção do Pará, os Panará foram contatados, provocando um declínio acelerado da sua população. Por intermédio dos irmãos Vilas Bôas, os sobreviventes foram atraídos pela Funai e transferidos ao Parque Indígena do Xingu (PIX), onde foram acomodados em uma aldeia Kaiabi. Dos 79 indivíduos que ingressaram no parque, 11 vieram a falecer nos primeiros meses, vítimas de gripe e pneumonia. Depois de duas décadas de itinerância pelo Parque, os Panará tiveram o seu território original reconhecido nas cabeceiras dos rios Iriri e Ipiranga, na divisa entre o Mato Grosso e o Pará (RODRIGUES, 2011).

A abolição do ouro como referência material do dólar provocou uma subida gradual do preço do ouro no mercado internacional, ao longo da década de 1970, ensejando uma corrida desenfreada pelas jazidas auríferas do Tapajós, descobertas no município de Itaituba, no final da década de 1950. A região experimenta então um grande afluxo de imigrantes oriundos dos projetos de colonização implantados no trecho Altamira-Itaituba da transamazônica e dos projetos de colonização do norte do Mato Grosso, sendo a BR-163 o grande eixo de circulação e acesso ao polo garimpeiro que se formava (BAÍÁ JÚNIOR, 2014, OLIVEIRA, 2005).

A atividade garimpeira torna-se uma clara e viável alternativa de renda para aqueles que não conseguiram se estabelecer nos assentamentos do INCRA, assim como para diversos outros aventureiros que chegavam aos milhares na região, com a esperança de melhorar de vida a partir da exploração aurífera. Nesse contexto, muitos fazendeiros tornam-se proprietários de garimpo e muitos colonos convertem-se em garimpeiros (BAÍÁ JÚNIOR, 2014, OLIVEIRA, 2005).

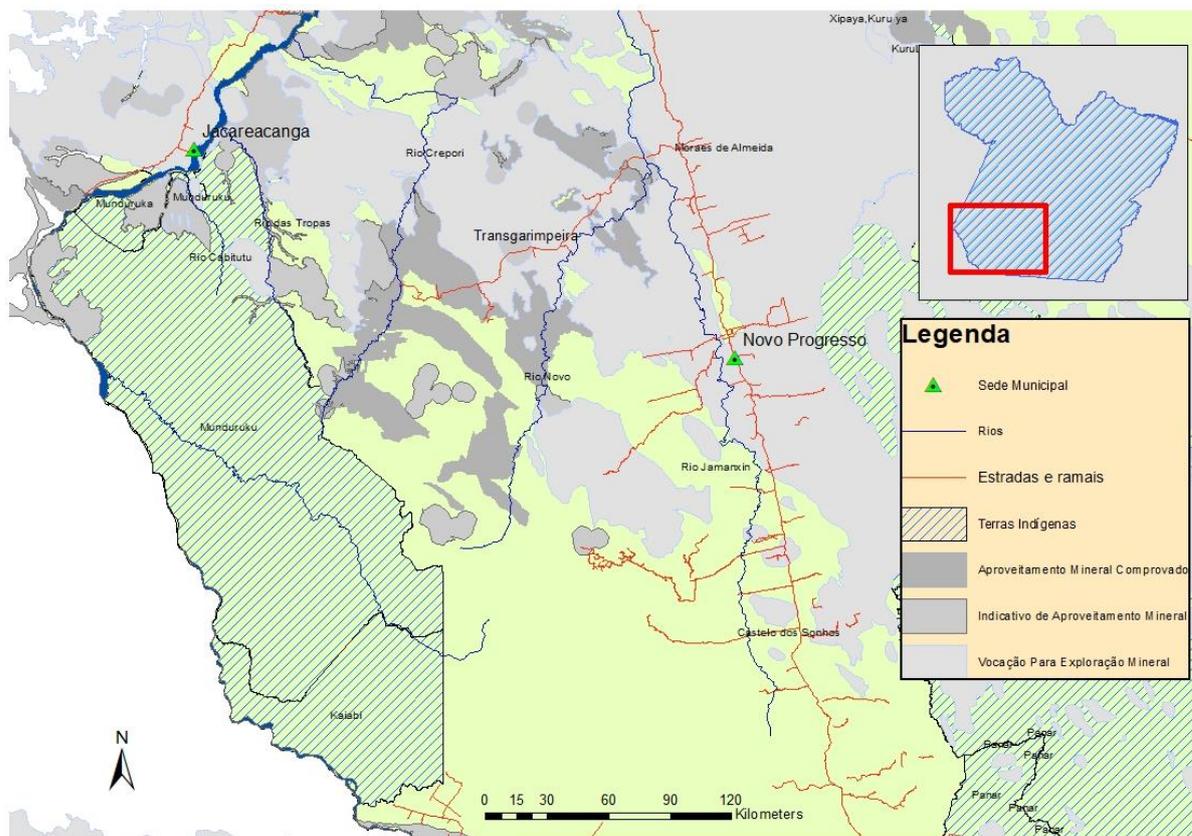
A população de Itaituba salta de de 12.690, em 1970, para 39.289, em 1980. A mecanização da extração do ouro no final da década de 1970, possibilitou a expansão da garimpagem para jazidas até então inacessíveis, tornando a bacia do Tapajós um dos maiores polos de exploração aurífera da Amazônia. Alcançando a produção de 20 toneladas em 1979, a região chegou a ser responsável por cerca da metade do ouro produzido no país (BAÍÁ JÚNIOR, 2014; ICMBIO, 2012a, OLIVEIRA, 2005).

Com o aumento da dívida externa brasileira, provocada pela crise do petróleo, o governo federal promove uma série de mudanças na política mineral, no intuito de aumentar as

divisas do país. A meta de aumento da produção de ouro de 4,9 toneladas em 1979, salta para 100 toneladas em 1985, ampliando o controle federal sobre a atividade garimpeira, para além dos projetos de mineração industriais. São criadas, assim, uma série de reservas garimpeiras na Amazônia, com o intuito de incluir os garimpos dentro da estratégia nacional de produção mineral e de viabilizar a fiscalização da produção aurífera por meio dos órgãos nacionais de segurança (BAÍA JÚNIOR, 2014).

A Reserva Garimpeira do Tapajós é criada em julho de 1983, com uma área de 28.745 km² e abrangendo áreas do Amazonas e do Pará. No mesmo ano é iniciada a construção da rodovia Transgarimpeira, com um traçado de 200 km no sentido oeste, conectando os garimpos situados ao longo dos afluentes do Tapajós à BR-163, a partir do Distrito de Moraes de Almeida (Figura 9). A Transgarimpeira viria ampliar a capacidade de escoamento do ouro extraído nos municípios de Jacareacanga e Itaituba, que até então se dava exclusivamente por via aérea (ICMBIO, 2012a). Nesse período os Munduruku passaram a se envolver com mais intensidade na exploração aurífera, estabelecendo garimpos na porção leste do seu território, entre os rios Cabitutu, Kaburuá e Tropas (Figura 9) (ICMBIO, 2019).

Figura 2 – Expansão da exploração aurífera na bacia do Tapajós



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

A construção da rodovia coincide, ainda, com um novo incremento da população garimpeira na região, dado o afluxo de imigrantes provocado pelo anúncio do fechamento do garimpo de Serra Pelada. Vendo na região do Tapajós uma solução para os conflitos com os garimpeiros que viriam a perder seus postos de trabalho, o governo passa a incentivar o deslocamento desses trabalhadores para a região. Dessa forma, a população garimpeira no Tapajós salta de 40.000, em 1983, para 100.000, em 1984 (BAÍA JÚNIOR, 2014).

Em 1984, com a descoberta de um novo filão de ouro nas proximidades de Novo Progresso, observa-se uma intensificação da onda migratória para a região, bem como o deslocamento de diversos colonos para a atividade garimpeira. O distrito de Castelo dos Sonhos, às margens da BR-163, experimenta um surto de crescimento a partir da instalação dos garimpos na localidade. O auge do garimpo na região é marcado pela violência associada à disputa pelo controle dos garimpos e dos pontos de comercialização do ouro (TORRES et al., 2017).

A partir da década de 1990, a economia garimpeira entra em declínio, em função da queda do preço do ouro no mercado internacional e do confisco da poupança pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que, retirando a moeda de circulação, contribuiu também para a queda do preço do ouro. A esse quadro soma-se a realização de grandes operações de fiscalização para coibir o funcionamento dos garimpos ilegais, para que seja observado um esvaziamento da atividade garimpeira na região (ICMBIO, 2010a). Numa inversão do que ocorrera no início do ciclo garimpeiro, os donos de garimpo migram para o setor agropecuário e madeireiro e muitos garimpeiros se engajam novamente na agricultura (HOEFLE, 2013).

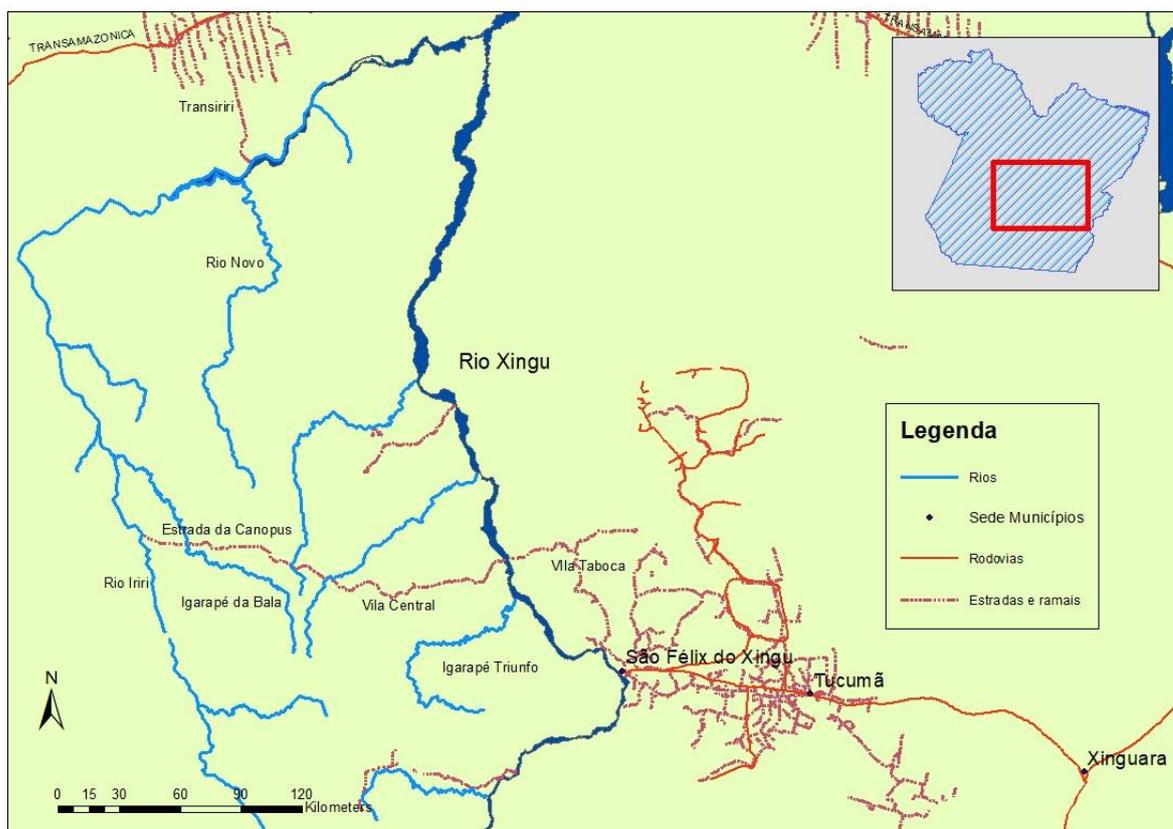
Na bacia do Xingu, é a descoberta da cassiterita, em 1976, que provoca um surto de exploração mineral na região. No final da década de 1970, cerca de 14 mil mineiros já tinham se deslocado para tentar a sorte na região de São Félix do Xingu. Diversas pistas de pouso foram abertas e, àquela época, já se observava um tráfego intenso de aeronaves na região, chegando a mais de cinquenta aterrissagens ou decolagens diárias. Em 1979, a empresa MIBREL (Mineração Brasileira de Estanho Ltda.) inicia a extração de cassiterita em uma jazida situada a cerca de cem quilômetros, ao norte de São Félix do Xingu, na localidade que viria a ser conhecida como Vila Taboca (Figura 10). O transporte do material coletado se dava pelo rio Xingu, a partir do Porto Estrela (TARAVELLA, 2008).

Em 1982, a descoberta de uma jazida de ouro nas proximidades de São Félix do Xingu atrai uma caravana de imigrantes que tinham se estabelecido em assentamentos na cidade de Tucumã. No ano seguinte, o prefeito de São Félix do Xingu reúne por conta própria uma equipe

de cinquenta trabalhadores para concluir o trecho final da PA-279, que ligaria o município à rede rodoviária nacional (TARAVELLA, 2008).

No mesmo ano, a empresa Canopus Ltda., obtém permissão de extração de cassiterita e dá início à construção de uma estrada de 47 km, no coração da *Terra do Meio*, ligando o local de extração ao rio Iriri, onde é estabelecido o “porto de Canopus”. A exploração mineral tem início em 1983, sendo os suprimentos para manutenção do local de extração trazidos de Altamira pelo Iriri, no período de cheia do rio. No período de seca, com o Iriri tornando-se intrafegável, o transporte dos suprimentos para as minas, bem como o escoamento do material extraído, era realizado por via aérea. Visando diminuir o custo dessa operação, a empresa inicia em 1985 a construção de uma estrada transversal conectando o local de extração a São Félix do Xingu, tendo em perspectiva a possibilidade de escoamento da cassiterita pela PA-279 (Figura 10) (TARAVELLA, 2008).

Figura 3 – Terra do Meio: abertura da estrada da Canopus e da Transiriri



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Em 1992, com o aumento de fluxo de pessoas advindas de São Félix do Xingu, uma estrada é aberta conectando a vila Taboca à São Félix do Xingu. Viabiliza-se, então o acesso

por terra de São Félix do Xingu ao Iriri, no coração da *Terra do Meio* (Figura 10). No ano seguinte, o preço da cassiterita cai bruscamente, inviabilizando a continuidade da exploração do mineral na região (TARAVELLA, 2008).

8.3. Madeira e Pasto

O ciclo da extração mineral opera no sentido de criar as condições favoráveis para a posterior exploração madeireira no Sudoeste Paraense, tanto no que se refere à facilitação do acesso às madeiras de lei, pela criação de estradas vicinais e ramais, quanto em relação à formação de um contingente de trabalhadores. Estes últimos, egressos das experiências fracassadas dos projetos de colonização, deixam agora os garimpos para buscarem novas oportunidades de trabalho, seja reivindicando novos assentamentos ao INCRA, seja nas frentes de exploração florestal (TORRES, 2005; ICMBIO, 2010c; TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015a).

O declínio da garimpagem na região do Tapajós coincide com o esgotamento do estoque madeireiro nos polos de Sinop, Alta Floresta e Itaúba, situados no norte do Mato Grosso. Ocorre então a transferência de diversas empresas para o trecho paraense da BR-163. A cidade de Novo Progresso, o Distrito de Castelo dos Sonhos (Altamira-PA) e o distrito de Moraes de Almeida (Itaituba-PA), até então centros articuladores da exploração aurífera, convertem-se em polos madeireiros, onde parte da infraestrutura e da mão-de-obra mobilizada pelo garimpo é agora aproveitada para a extração da madeira (TORRES, 2005; MMA, 2010; ICMBIO, 2010d).

O município de Trairão também se torna atrativo para a instalação de empresas madeireiras dada a sua posição estratégica entre a BR-163 e a Transamazônica e a possibilidade de acesso privilegiado ao estoque madeireiro da região do Riozinho do Anfrísio (OLIVEIRA, 2005; ICMBIO, 2010b; ICMBIO, 2015c).

Diferentes grupos, alguns utilizando a denominação de cooperativas, atuaram entre 2000 e 2004 na região do Riozinho do Anfrísio. Eles exploravam madeiras, abriam demarcações e pressionavam a população tradicional a abandonar suas terras para posteriormente vendê-las e implantar fazendas. Cinco grandes grupos de grileiros trabalhavam no Riozinho do Anfrísio: Cooperaquino, Agronesp, Grupo Pires, grupos provenientes do município de Novo Progresso, grupos oriundos da Região Centro-Oeste. Os piques dessas fazendas ultrapassam a área da Resex até a margem esquerda do Riozinho do Anfrísio (ICBMIO, 2010b, p.115).

A madeira extraída na região, em sua grande maioria de forma ilegal, é destinada inicialmente ao mercado nacional, via Mato Grosso, e uma menor parte é exportada, a partir de Santarém. Num primeiro momento, entre 1990 e 1994, as principais espécies exploradas eram o mogno e o cedro rosa. Com a proibição da extração do mogno, inicia-se a fase da extração da madeira branca, como angelim, ipê, jatobá e champanhe. A partir de 1998, amplia-se, assim, o número de serrarias, ultrapassando as 60 indústrias madeireiras, somente no distrito de Castelo dos Sonhos (MMA, 2010; ICMBIO, 2010d).

A exploração madeireira intensifica a abertura das vicinais e abre caminho para a grilagem de terras e a conversão em pastagens de grandes áreas florestadas, desarticulando, aos poucos, a produção agropecuária familiar surgida de investimentos oriundos do garimpo e do processo recente de colonização (ICMBIO, 2010d). Conforme ressalta Oliveira (2005), a combinação madeira-pecuária torna-se central no processo de apropriação das terras públicas na região.

Assim, o binômio madeira-pecuária está no centro do processo de grilagem no sudoeste do Pará. A exploração da madeira funciona como uma espécie de acumulação primitiva que permitirá ao grileiro juntar dinheiro para investir no cercamento e controle da terra que pretende abocanhar. O dinheiro também servirá para formar as pastagens, pois a pecuária é o instrumento de alegação da “posse produtiva” das terras públicas griladas (OLIVEIRA, 2005, p.144).

Observa-se, então uma expansão exponencial da pecuária no Sudoeste Paraense entre as décadas de 1980 e 1990. O rebanho bovino salta de pouco mais de 90 mil cabeças na região do Xingu e cerca de 46 mil cabeças na então microrregião do Tapajós (Itaituba e Aveiro), em 1985, para mais de 1,9 milhão na região do Xingu e 538 mil na região Itaituba (Itaituba, Jacareacnaga, Aveiro, Rurópolis, Trairão e Novo Progresso), em 2003 (OLIVEIRA, 2005).

No processo de grilagem de terras operado pelas frentes combinadas da madeira e da pecuária, são expropriados muitos colonos, de ocupação mais recente, e moradores mais antigos, cujas famílias já habitavam a região há duas ou três gerações, desde o ciclo da borracha. Muitas famílias acabaram sendo realocadas em assentamentos criados pelo INCRA, vindo a enfrentar dificuldades semelhantes às observadas no início do processo de colonização nas décadas anteriores⁶². Outra parte dessa população expropriada foi ocupar a periferia dos centros urbanos em crescimento, vindo, por ventura, a se empregar na indústria madeireira, seja na frente da extração, seja no beneficiamento da madeira (TORRES, 2005; ICMBIO, 2010d).

Tal processo é identificado por Torres (2005), no município de Trairão:

⁶² Ver no terceiro capítulo a respeito as deficiências dos projetos de colonização na região da Transamazônica, na década de 1970.

A indústria madeireira de Trairão é forte e coesa. Uma primeira observação faria deduzir que esse ramo acaba por garantir a sobrevivência local. Mas a ideia não se sustenta além do raso verniz. A pequena cidade vê a formação de bairros em sua periferia. Rapidamente, barracos de madeira se aglomeram e agravam o quadro de quase inexistência de serviços sanitários, educação, saúde etc. Essa população vem majoritariamente dos assentamentos circundantes e as madeireiras não a “salva” oferecendo emprego. Ao contrário, são diretamente responsáveis (ainda que não as únicas) pela expropriação dos lotes desses colonos. Quase a totalidade dos grupos que invadem as terras e expulsam seus moradores é ligada às madeireiras. O PA Areia é um caso emblemático desse processo (TORRES, 2005, p.302).

No leste do Pará, a exploração madeireira se iniciou já na década de 1960, a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília. A posterior abertura da PA-150 possibilitou aos grupos madeireiros o acesso a uma das regiões de maior ocorrência de mogno de toda a Amazônia. Diversas serrarias são então instaladas na região, iniciando um período de exploração florestal de tal forma intensa que, no final da década de 1970, os estoques de mogno na área de influência da PA-150 já mostravam sinais de esgotamento. A abertura da PA-279, no início dos anos de 1980, oportuniza o deslocamento para São Félix do Xingu não só dos garimpeiros, mas também dos grupos madeireiros que buscavam por novas áreas de ocorrência do mogno (TARAVELLA, 2008).

A partir de Tucumã é aberta uma vicinal por onde os grupos madeireiros Perachi, Impar e Mangico alcançam as cabeceiras do igarapé São José, em 1980, gerando conflitos com os Parakanã que ali haviam se estabelecido. A partir da interferência da Funai, um grupo foi transferido de avião para a TI Parakanã, mais a leste, um segundo grupo rumou para a bacia do Ipixuna, onde entram em conflito com os Araweté, e um terceiro grupo é assentado na região do baixo curso do Bom Jardim, onde são estabelecidas duas aldeias. Fecha-se assim mais um ciclo de expropriação, subdivisões e desestruturação social e cultural sofridas pelos Parakanã, desde a sua fuga da influência da Transamazônica, dez anos antes (Figura 8) (RIBEIRO, 2011).

Ao sul de Tucumã, o território dos Kayapó também é invadido por madeireiros e garimpeiros no início da década de 1980. Onde hoje é a TI Kayapó, foi formado o garimpo Maria Bonita, que chegou a ter mais de 10 mil pessoas (SOUSA, 2006). Uma licitação para a exploração de madeira nos territórios Kayapó chegou a ser realizada pela Funai, na gestão do então presidente Romero Jucá, envolvendo a comunidade Kokraimoro. A exploração madeireira e o garimpo são então disseminados entre as comunidades Kayapó, alcançando a área que corresponde hoje à TI Mekrãgnotire, onde seria possível contar com a BR-163 para escoamento do material extraído (Figura 8) (ICMBIO, 2009).

O envolvimento com as atividades garimpeiras e madeireiras viabiliza pela primeira vez o acesso direto dos Kayapó ao dinheiro, produzindo profundas transformações na cultura e nas relações entre as comunidades. Disputas pelo controle dos recursos e das áreas a serem exploradas passam a influenciar no processo de cisão das aldeias. O aumento do contato com a sociedade não indígena e o acesso a mercadorias diversas também provocaram mudanças no comportamento dos Kayapó, incluindo casos envolvendo alcoolismo, drogas e prostituição. Por outro lado, com recursos da exploração do ouro, foi possível aos Kayapó financiar a mobilização e a articulação das aldeias em torno da luta pela defesa e demarcação das suas terras (JEROZOLIMSKI et al, 2011; SOUSA, 2006).

Os grupos madeireiros que chegam em São Félix do Xingu, vindos de Conceição do Araguaia (Redenção) ou Marabá, são acompanhados por uma legião de migrantes atraídos pelas descobertas de ouro na região, ou mesmo pela grande disponibilidade de terras. Atravessando o Xingu e adentrando na *Terra do Meio*, os assentamentos iam se estabelecendo ao longo das estradas abertas pelos madeireiros, que pediam em retribuição que os colonos lhes indicassem as árvores de mogno que fossem sendo encontradas (TARAVELLA, 2008).

Os colonos instalam frequentemente seus acampamentos em fileiras ao longo das vias de acesso abertas pelos madeireiros. Mesmo após a saída das equipes de extração de madeira, eles continuaram utilizando e fazendo a manutenção periódica dessas vias. É também graças aos ramais madeireiros que os colonos delimitaram seus lotes e marcaram sua ocupação do território. O desenho e a disposição dos lotes, tal como podem ser observados hoje, estão estreitamente ligados ao traçado dos primeiros ramais madeireiros reapropriados pelos colonos (TARAVELLA, 2008, p.199, tradução nossa).

Como a população de mogno estava concentrada às margens dos afluentes do Xingu, é ao longo desses rios que são formados os primeiros assentamentos na região sudeste da *Terra do Meio*. Os pequenos portos construídos nas embocaduras dos rios se tornavam então pontos estratégicos para o transporte da madeira extraída, que era escoada por meio de balsas até São Félix do Xingu (TARAVELLA, 2008).

Após dois ou três anos de intensa exploração madeireira, são esgotados os estoques de mogno nos arredores de São Félix do Xingu, fazendo os madeireiros se deslocarem para o norte, em busca de novas áreas de concentração da madeira. Um dos mais conhecidos pioneiros na região foi Alcídio Fontana, que iniciou a abertura de uma estrada a partir do Xingu, na altura do Porto Estrela⁶³. Em 1985, sua equipe encontrou com a equipe da mineradora Canopus, que

⁶³ O Porto Estrela situa-se na margem esquerda do Xingu, na altura da estrada que segue para a Vila Taboca, ao norte de São Félix do Xingu (Figura 10).

vinha abrindo a estrada a partir da sede da empresa, nas proximidades do Iriri. Com a união das “forças” foi possível concluir rapidamente o traçado da estrada da Canopus, ligando o Iriri ao Xingu (Figura 10) (TARAVELLA, 2008).

A partir de então, os grupos madeireiros passam a dividir a região da *Terra do Meio* em *áreas de influência*, cada uma variando entre 150 mil e 500 mil hectares, onde cada grupo estaria autorizado a abrir estradas principais e ramais, coletar madeira, abrir clareiras e implantar pistas de pouso, conforme a disponibilidade de mogno observada ao longo dos afluentes do Xingu e do Iriri. Dessa maneira, a exploração madeireira passa a ser realizada na região a partir da autorização do grupo madeireiro que domina cada *área de influência*, sob o risco de uso da violência por parte da equipe de campo designada para garantir o domínio dos grupos sobre as respectivas áreas de extração (TARAVELLA, 2008).

Para viabilizar a exploração madeireira na região do rio Iriri e seus afluentes Novo e Carajari, o grupo Maribel liderou, em meados da década de 1980, a abertura da estrada que ficou conhecida como Transiriri, conectando o Iriri à Transamazônica, no município de Uruará e cortando o território do Arara, que ali haviam se estabelecido. A Transiriri torna-se então um importante ponto de penetração da atividade madeireira, funcionando como um prolongamento de um dos ramais da Transamazônica (Figura 10) (ICMBIO, 2010b).

Ao longo do rio Xingu, diversas comunidades ribeirinhas testemunharam a entrada dos madeireiros em suas colocações. Em geral, a madeira era extraída e retirada sem que fossem dadas maiores satisfações para os antigos moradores. Muitos ribeirinhos acabavam, por outro lado, se beneficiando indiretamente da exploração madeireira, seja se empregando em alguma função da atividade extrativa, seja vendendo produtos do agroextrativismo familiar para os madeireiros. Há casos, ainda, em que os madeireiros favoreciam as famílias, disponibilizando produtos oriundos de Altamira, ou mesmo ajudando no transporte de algum morador até a cidade. Mesmo assim, eram constantes os conflitos entre os madeireiros e ribeirinhos, que acabavam, não raro, na expulsão das famílias de suas antigas colocações (ICMBIO, 2012b).

As esplanadas de madeira estabelecidas ao longo da estrada da Canopus deram origem às vilas Primavera, Central e Cabocla, formadas por pequenos agricultores oriundos de assentamentos situados em Tucumã e São Félix do Xingu. Esses colonos chegaram à *Terra do Meio* atraídos pela disponibilidade de *terras livres* e pela oportunidade de enriquecimento a partir da exploração madeireira e pela garimpagem artesanal de minério (ICMBIO, 2015).

No início da década de 1990, lideranças políticas e sindicatos locais passam a estimular a colonização da estrada de Canopus por agricultores familiares oriundos do projeto de colonização de Tucumã e de regiões de garimpo em declínio. Entre 1995 e 1996 o Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de São Félix do Xingu e o Instituto de Terras do Pará lideraram um movimento de colonização da *Terra do Meio*, a partir do qual é formada a vila Novo Planalto (que mais tarde viria a ser conhecida como vila dos Crentes) (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015).

Começa-se uma corrida pelas terras disponíveis às margens da estrada, em especial por aquelas onde houvesse a ocorrência de uma boa quantidade de árvores de mogno, que seriam vendidas para os grupos madeireiros. A disputa entre os colonos pelas áreas *ricas em mogno*, bem como entre os grupos madeireiros pelas árvores presentes nas ocupações, enseja um período de violentos conflitos entre colonos, entre colonos e madeireiros e entre madeireiros, que só termina no final da década de 1990, quando esgotam-se os mognos situados nas proximidades da estrada de Canopus (TARAVELLA, 2008).

No ano 2000, o esgotamento do mogno, o fim da exploração aurífera e mineral e a ocupação das terras livres situadas às margens da estrada de Canopus, servem de motivação para que um grupo de colonos invada a propriedade abandonada da empresa Canopus, inaugurando um novo ciclo de colonização na região. Com o novo fluxo de imigrantes provocado pela disponibilidade renovada de terras livres, é criada a Associação de Produtores Rurais do Rio Iriri e do Rio Bala, que passa a intermediar a ocupação de terras, estabelecendo cotas de 300 hectares para cada família (TARAVELLA, 2008).

A invasão da Canopus marca o início de um novo ciclo do extrativismo agrário na região da *Terra do Meio*, em que a terra, em si, e não mais os recursos extraídos dela, passa a ser objeto da cobiça dos agentes da fronteira. A proibição da extração de mogno em 2001 pelo Ibama, após forte pressão internacional encampada pelo *Greenpeace*, também marca a transição do ciclo extrativo da exploração madeireira, para o ciclo extrativo da terra na região (TARAVELLA, 2008).

Com o declínio da exploração do mogno, as *áreas de influência* dos grupos madeireiros foram vendidas ou apropriadas pelos grileiros, tornando-se alvos fáceis para a ação de desmatamento e formação de pastagens, tendo em vista a rede de estradas e ramais, as pistas de pouso e toda a infraestrutura preexistente. Os ramais, outrora abertos ao longo dos afluentes do Xingu e do Iriri para escoamento da madeira, são agora convertidos em estradas ao longo das quais são estabelecidas *linha de fazendas*. Por uma questão logística, as áreas de pastagens formadas passam a estar localizadas onde anteriormente havia a maior ocorrência do mogno explorado pelos madeireiros nas antigas *áreas de influência* (TARAVELLA, 2008).

Na esteira desse movimento de *pastoralização* da *Terra do Meio*, os fazendeiros se unem para abrir a *estrada nova*, aproveitando o traçado dos antigos ramais madeireiros. A

estrada nova abre uma conexão direta do coração da *Terra do Meio* à São Félix do Xingu, permitindo um acesso direto à PA-279. Decorre-se disso uma valorização das terras situadas nas *linhas de fazenda*, o que impulsiona ainda mais o ciclo de grilagem, desmatamento e formação de pastagens (TARAVELLA, 2008).

A exemplo do que aconteceu no ciclo da exploração madeireira, ao alcançar as comunidades ribeirinhas, a fronteira extrativa pastoral provoca uma onda de conflitos que resulta na expulsão de muitas famílias de suas antigas colocações, sendo forçadas a migrar para as cidades de Altamira ou São Félix do Xingu (ICMBIO, 2015b). Fugindo da ação violenta dos grileiros, muitas famílias acabaram reestabelecendo suas colocações nas inúmeras ilhas existentes ao longo do médio curso do Xingu, onde se distanciavam das áreas em disputa e se livravam do risco de perder todo o trabalho realizado sobre a terra (TARAVELLA, 2008).

Para algumas comunidades que permaneceram às margens do Xingu, o desaparecimento das áreas de floresta e a chegada dos fazendeiros provocaram mudanças profundas em seus modos de vida. Muitos ribeirinhos acabaram se empregando de forma sazonal nas fazendas, oferecendo seus serviços para aqueles mesmos que haviam derrubado os castanhais e seringais que, por gerações, eram a fonte de subsistência de sua comunidade. Por outro lado, as novas oportunidades de trabalho oferecidas pelas fazendas contribuíram, paradoxalmente, para que fossem rompidas relações de exploração outrora estabelecidas com atravessadores, que pagavam pouco pelos produtos oferecidos pelos ribeirinhos (peixe e castanha) e sobretaxavam os produtos trazidos de Altamira (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015b).

Assim como ocorrera nos ciclos extrativos anteriores, o ciclo da grilagem-desmatamento-pastagem é favorecido pela degradação ambiental e pelas rupturas nas diferentes formas de organização social promovidas pelo ciclo extrativo precedente. A ausência de sistemas produtivos capazes de manter a circulação de riquezas na região resultou no empobrecimento contínuo e na dispersão da população local. A ausência de controle do território pelo Estado abriu caminho para que, novamente, a floresta, tratada como vazio demográfico, fosse apropriada por agentes externos. Dessa vez, tal apropriação se deu não com o interesse na exploração dos recursos presentes nela, mas visando a sua conversão em áreas de pastagens, cada vez mais valorizadas.

A *pastoralização* de extensas áreas florestais cria as condições para o advento do novo ciclo extrativo que toma conta do Sudoeste Paraense na esteira do recrudescimento da ordem neoliberal global e do *consenso da commodities* (ver capítulo 2), estabelecido para a América Latina e que se abate sobre a Amazônia. A partir do final dos anos de 1990, se estrutura no

Estado do Pará o grande complexo produtivo da soja, ganhando impulso a partir de 2001, com a construção do Porto da Cargill, em Santarém. Associada ao asfaltamento parcial da BR-163 pelo Governo Federal, tal estrutura portuária permitiu o escoamento da produção de soja do Mato Grosso pelo sistema fluvial Tapajós-Amazonas⁶⁴ (SAUER; MARTINS, 2016).

De forma concomitante, ocorre uma reação de atores diversos, resultando na formação da fronteira socioambiental, que, se opondo à fronteira extrativa agrária, passa limitar o seu avanço no Sudoeste Paraense.

⁶⁴ De acordo com dados da Conab (2016), a produção de soja no Estado do Pará salta de 2,6 mil toneladas, na safra 2000/01, para mais de 200 mil toneladas na safra 2004/05, ultrapassando um milhão de toneladas na safra de 2014/15. Em extensão de área cultivada, representou um crescimento passando de menos de 10 mil hectares, na safra 2000/01, para cerca de 70 mil hectares na safra de 2004/05, alcançando cerca de 220 mil hectares na safra 2014/15, e saltando para cerca 340 mil hectares na safra 2014/15 (SAUER e MARTINS, 2016).

Capítulo 9 – A reação socioambientalista

9.1. Consolidação das Terras Indígenas

A visibilidade alcançada pela Aliança dos Povos da Floresta junto ao movimento ambientalista internacional, associada à ampla repercussão do assassinato de Chico Mendes, somam-se aos avanços nos direitos socioambientais da constituição de 1988, criando um cenário favorável à definição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado. Os temas da proteção da biodiversidade e dos direitos dos povos indígenas, das comunidades extrativistas e dos demais povos e comunidades tradicionais ganham destaque nesse contexto.

Já no início de 1989 acontece o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em protesto à construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu e contra a inundação das terras indígenas. O encontro contou com ampla cobertura da mídia nacional e estrangeira e reuniu cerca três mil pessoas, incluindo 650 indígenas, lideranças de todas as regiões do país, ambientalistas e autoridades do governo federal. O evento foi fruto de uma articulação de lideranças Kayapó, em especial Paulinho Paiakan e Kube-I Kayapó, que haviam estado nos Estados Unidos no ano anterior participando de um seminário sobre manejo de florestas tropicais. Na ocasião, tiveram a oportunidade de denunciar em Washington o projeto de construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, que seria financiado pelo Banco Mundial, sem consulta aos povos indígenas (MONTEIRO, 2021).

Com a alternância dos ciclos da exploração mineral, madeireira e pecuária no Pará, amplia-se a expropriação e os conflitos com os povos originários, que passam a contar, cada vez mais, com o apoio de diversas ONGs nacionais e internacionais. Aumenta-se, nesse contexto, a pressão sobre o governo brasileiro para a demarcação e defesa das Terras Indígenas.

No Sudeste Paraense, foram homologadas, em 1991, as TIs Parakanã, Kayapó e Xicrin do Cateté, formando um primeiro bloco de contenção da expansão da fronteira extrativa agrária que avançava a partir do eixo da Belém-Brasília. No mesmo ano foram homologadas no Sudoeste Paraense a TI Paquiçamba (povo Yudjá), na volta grande do Xingu, a TI Arara, nas proximidades da Transamazônica e a TI Sai Cinza (povo Munduruku), na bacia do Tapajós (Figura 11) (ISA, 2011a).

Em 1993 foi homologada a TI Menkragnoti (povo Kayapó) e, em 1996 foi homologado o bloco formado pela TI Araweté/Igarapé Ipixuna (povo Araweté), pela TI Koatimeno (povo Asurini do Xingu) e pela TI Trincheira Bacajá (povo Kayapó). Em 1998 é homologada a TI

Kararaô (povo Kayapó), fechando a sequência das TIs homologadas na década de 1990 (Quadro 2) (ISA, 2011a).

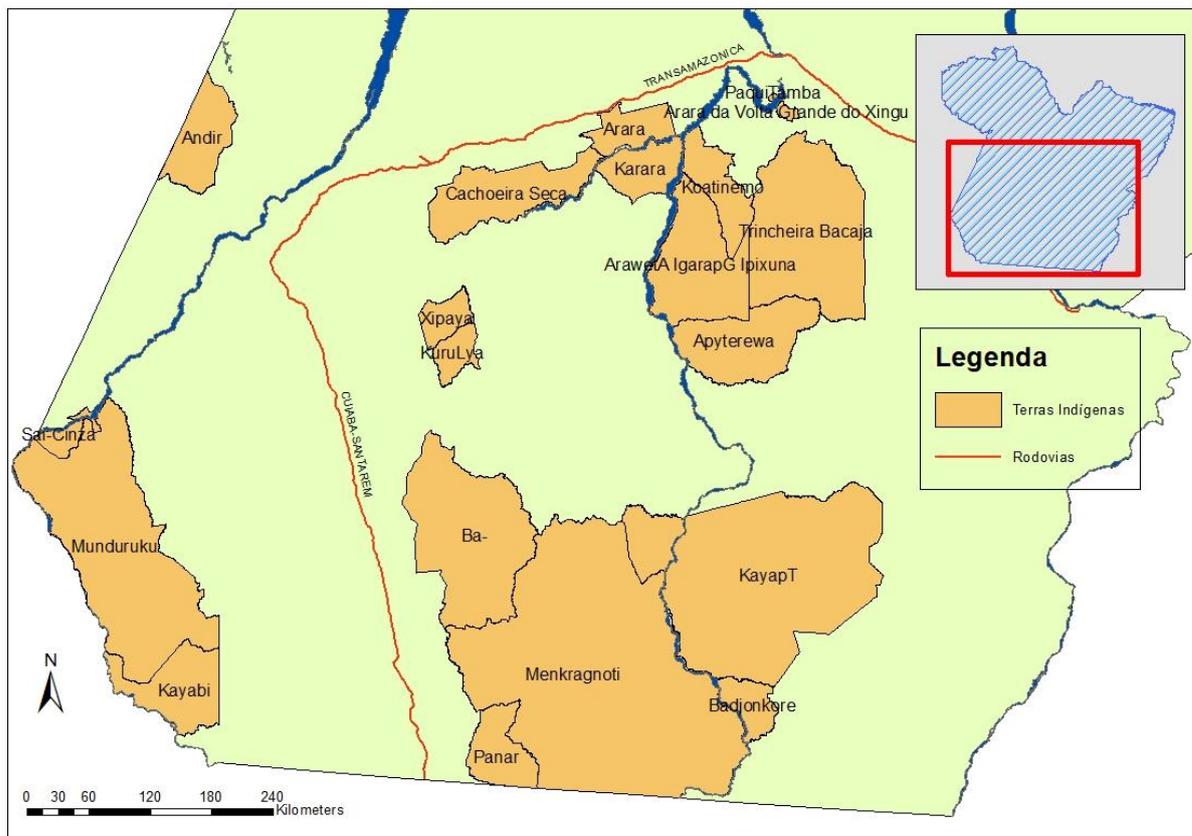
Quadro 2 – Homologação das Terras Indígenas no Sudoeste Paraense

Terra Indígena	Etnia	Homologação
Andirá-Marau	Sateré Mawé	Dec.93.069 de 06/08/1986
Paquiçamba	yudjá	Dec 388 de 24/12/1991
Arara	Arara	Dec.399 de 24/12/1991
Kayapó	Kayapó	Dec 316 de 29/10/1991
Parakanã	Parakanã	Dec.248 de 29/10/1991
Sai Cinza	Munduruku	Dec.393 de 24/12/1991
Menkragnoti	Kayapó	Dec,s/n de 19/08 1993
Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	Dec.s/n de 05/01/1996
Koatimeno	Asurini do Xingu	Dec s/n de 05/01/1996
Trincheira/Bacajá	Kayapó	Dec.s/n de 02/10/1996
Kararaô	Kayapó	Dec.s/n de 14/04/1998
Kayabi	Apiaká, Kaiabi, Munduruku	Posse indígena em 2002. Decreto 25/04/2013
Mundurucu	Apiaká, Munduruku	Dec. s/n 25/02/2004
Kuruáya	Kuruaya	Dec. s/n de 18/04/2006
Xipaya	Xipaya	Posse indígena em 2006. Decreto s/n06/06/2012
Apyterewa	Parakanã	Dec.s/n de 19/04/2007
Cachoeira Seca do Iri	Arara	Posse indígena em 2008. Decreto s/n 05/04/2016
Baú	Kayapó	Dec.s/n de 19/06/2008
Panará	Panará	Dec. s/n de 18/04/2008
Arara da Volta Grande do Xingu	Arara	Posse indígena em 2008. Decreto S/n 20/04/2015

Fonte: ISA (2011).

O processo de declaração, demarcação e homologação das Terras Indígenas não transcorreu sem conflitos no Sudoeste Paraense. Em muitos casos, os conflitos dos indígenas com fazendeiros, madeireiros e garimpeiros é acirrado pela ação ambígua do Estado, que acaba favorecendo o assentamento de famílias de pequenos agricultores nos territórios indígenas, gerando elementos adicionais de complexidade na disputa por terras na região (Figura 8).

Figura 4 – Terras Indígenas no Sudoeste Paraense



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

É o caso da TI Apyterewa, de posse dos Parakanã desde a década de 1970, quando estes abandonaram seu território original para fugir da área de influência da Transamazônica, nas proximidades de Marabá. Tentando coibir a invasão dos madeireiros, a área da TI de 980 mil hectares é declarada de posse indígena, pelo Ministério da Justiça, em 1992. Às vésperas, porém, da demarcação física da TI em 1994, o INCRA promove na área o assentamento de centenas de colonos advindos de Tucumã, inviabilizando a demarcação. Sete anos mais tarde, após negociação entre INCRA e Funai, nova Portaria é publicada, reduzindo a área de posse indígena para 773 mil hectares. Mesmo assim, a demarcação física desses novos limites é novamente paralisada por um Mandado de Segurança do STJ. Aproveitando-se da insegurança jurídica, nova onda de invasões se abate sobre a TI, dessa vez promovida por posseiros oriundos de São Félix do Xingu (RIBEIRO, 2011).

Em 2004, nova Portaria do MJ declarando a posse dos Parakanã sobre a área da TI e, em 2007, a TI Apyterewa é finalmente homologada, após novo pedido de Mandado de Segurança feito pelo Município de São Félix do Xingu e um período de intensos conflitos entre indígenas, colonos, grileiros e madeireiros (RIBEIRO, 2011). Com cerca de 2 mil famílias de

não-índios vivendo na área da TI, tem-se início a um novo período de conflitos entre índios e colonos que perdurará por pelo menos mais uma década, sendo que o processo de desintrusão completa da área se arrasta até os dias de hoje (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Após a homologação da TI Arara, em 1991, um subgrupo dos Arara, que havia se deslocado mais a oeste, permaneceu com sua situação indefinida. Os limites da TI Cachoeira Seca passou por diversos ajustes, a fim de evitar conflitos com os colonos que haviam sido assentados nas proximidades da Transamazônica. A declaração dos limites da TI em 1993, ensejou uma série de conflitos e disputas envolvendo lideranças políticas do município de Uruará, em especial no que diz respeito o trecho que se conecta com a TI Arara, onde estava instalada a madeireira Bannach. Esta última passou a se utilizar dos colonos que haviam se instalado ao longo da Transiriri, para defender a continuidade da sua operação na área (TORRES; DOBLAS, 2011). Ainda em 1993, a BBC lança o filme “Seus móveis, a vida deles” sobre a situação da exploração madeireira no território dos Arara. Na ocasião, a ONG Survival International lança uma campanha internacional pelos direitos territoriais dos Arara (SURVIVAL INTERNATIONAL, 2016).

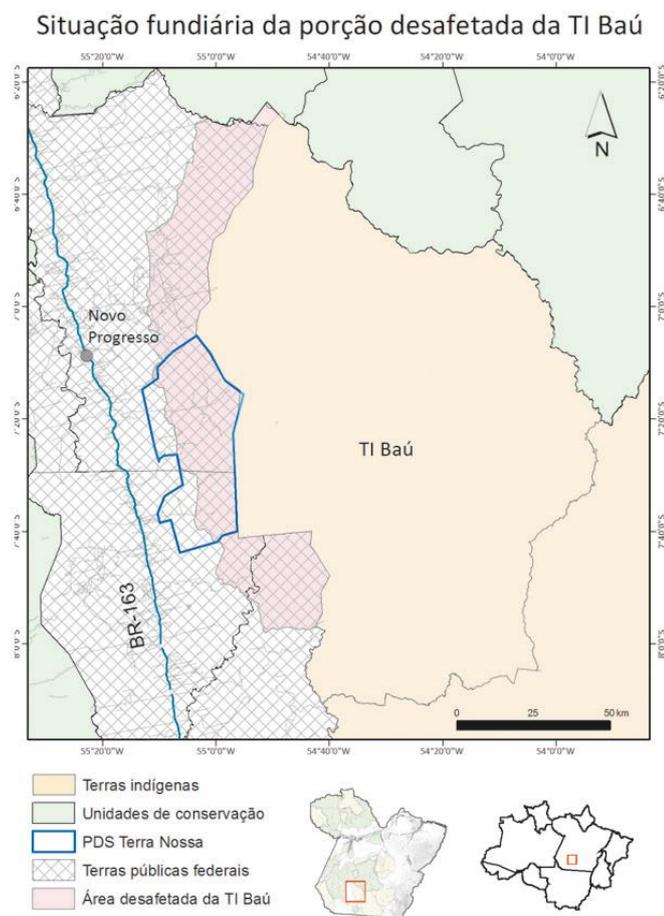
Em meio a essa situação de indefinição, entre os anos de 1997 e 2006, o INCRA criou assentamentos de reforma agrária dentro da área que havia sido delimitada para a criação da TI. Paralelamente a isso, os conflitos dos indígenas com grileiros e madeireiros continuaram. Em 2004, a Funai publicou uma portaria restringindo o acesso de não-índios à área e vedando expressamente novas ocupações, a partir da data de publicação da portaria. Em junho de 2011, quando se inicia o processo de demarcação da TI, eclode-se uma onda de protestos e mobilizações de colonos, que é oportunamente aproveitada por grileiros, madeireiros e fazendeiros interessados na exploração da área (TORRES; DOBLAS, 2011; ISA, 2006).

A Terra Indígena Cachoeira Seca só seria regularizada em 2016, quase trinta anos após o contato, já como condicionante à implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O processo de desintrusão segue inconcluso até os dias de hoje (SURVIVAL INTERNATIONAL, 2016).

Em 2005, no processo de identificação dos limites da TI Xipaya, às margens do rio Curuá, os próprios indígenas acabaram solicitando a retirada de uma área de 22 mil hectares que havia sido identificada anteriormente como de posse dos Xipaya. Diante da possibilidade de complicar a oficialização da TI, os Xipaya acharam por bem excluir do pleito a área correspondente à localidade de Nova Olinda, dominada pela ação de grileiros e fazendeiros (ISA, 2006).

Em setembro de 2003, quando inicia-se o processo de demarcação da TI Baú (povo Kayapó), intensifica-se a pressão de fazendeiros para a redução da área da Terra Indígena (que havia sido declarada em 1991), a fim de liberar 347 mil hectares às margens da BR-163, nas proximidades da cidade de Novo Progresso. Em outubro de 2003, foi publicada uma nova portaria, atualizando os limites da Terra Indígena, que seria homologada em 2008 (Figura 12) (TORRES et al., 2017).

Figura 5 – Desafetação da TI Baú



Fontes: Sipam, 2004; Torres, 2012; Funai, 2012; Incra, 2014; ICMBio, 2010. Coord. geográficas. Datum Sirgas 2000. Elaboração: Maurício Torres, mar. 2015.

Fonte: Torres (et al., 2017, p.224).

A desafetação da TI Baú, marcou o desfecho de quase uma década de guerra jurídica, tensões e conflitos envolvendo, de um lado, os municípios de Novo Progresso e Altamira, fazendeiros e colonos e, de outro, a Funai, o MPF, organizações indigenistas e os Kayapó. Sob ameaças e pressões constantes, os Kayapó acabaram aceitando a redução da área da TI (ISA, 2006). Conforme destaca Torres (et al., 2017), entre o ano de 2000 e 2008 verificou-se um

aumento de 129% do desmatamento na área desafetada da TI. Após 2008, o desmatamento acelerou ainda mais, em função da implantação de extensas áreas de pastagens pelo fazendeiro AJ Vilela (TORRES et al., 2017).

No ano de 2001, os Panará, em decisão inédita da justiça brasileira, ganham o direito à indenização pelas mortes e danos causados a seu povo no processo de transferência forçada para o Parque Indígena do Xingu, em função da construção da BR-163. O valor de R\$1,26 milhão foi depositado pela União em julho de 2003. Organizações como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Environmental Defense Fund⁶⁵ (ED) apoiaram os Panará na criação da Associação Indígena Iakiô Panará, para administrar os recursos da indenização. A indenização permitiu aos Panará a reincorporação de indivíduos que viviam entre os Kayapó e os Kaiabi, o que foi um passo importante para a reincorporação social e cultural da etnia (SCHWARTZMAN, 2006).

Em 2003, a organização Rainforest Foundation convidou alguns representantes dos Panará a passarem duas semanas nos Estados Unidos, a fim de dialogarem com integrantes da organização e apresentarem o histórico de luta do seu povo, ampliando a rede de instituições parceiras. Em Washington, a embaixada brasileira exibiu o filme “O Brasil Grande e os Índios Gigantes” sobre o contato dos Panará com a sociedade envolvente. Em Nova York, foi realizado um seminário na Escola de Direito de Nova York, sobre a estratégia legal do processo dos Panará (SCHWARTZMAN, 2006).

Tendo recebido capacitação e treinamento sobre atividades de fiscalização, os Panará passaram a combater de forma sistemática a atividade de extração de madeira em seu território. Em 2006, se uniram aos Kayapó para realizarem uma expedição conjunta para expulsar invasores Terena, que haviam instalado uma estrutura de extração de palmito nas terras indígenas, e para realizar a remarcação das fronteiras ocidental e sul do território. No ano de 2008, a TI Panará seria homologada (SCHWARTZMAN, 2006; ISA, 2006).

Os Kayapó, sob a liderança do caçique Raoni, passaram desenvolver, desde a década de 1990, um conjunto de iniciativas voltadas à articulação entre as aldeias Kayapó distribuídas nas diversas terras indígenas do Mato Grosso e do Pará, tendo em vista o desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, educação, atividades econômicas alternativas e vigilância de suas terras. Esse movimento culminou com a criação do Instituto Raoni, em 2001, a partir da visita às terras Kayapó da ministra do meio ambiente da Bélgica, que acenou com o apoio financeiro

⁶⁵ Atualmente conhecida apenas como Environmental Defense.

do governo belga para o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos florestais (ZIMMERMAN et al., 2006).

O conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo instituto Raoni e pela Associação Floresta Protegida⁶⁶ (AFP), em parceria com a Conservation International (CI-Brasil), se aglutinaram no que ficou conhecido como o “Projeto Kayapó”, voltado para o desenvolvimento de atividades de vigilância territorial, alternativas econômicas sustentáveis e o fortalecimento da organização social das aldeias. Durante a década de 2000, diversas aldeias Kayapó foram equipadas com equipamentos e infraestrutura necessária para realizar a fiscalização das terras indígenas; foi desenvolvido um programa de monitoramento remoto do desmatamento nas terras indígenas dos Kayapó e foram implementados, em diversas aldeias, projetos voltados ao fortalecimento de cadeias produtivas de produtos florestais tais como, castanha, copaíba, breu branco e cacau. Tais iniciativas envolveram, em diferentes momentos, além do governo belga, o apoio de instituições como a Universidade de Toronto e a ONG Amigos da Terra (ZIMMERMAN et al., 2006).

Em 2008, aldeias pioneiras situadas nas TI Baú e Mekrãgnoti, criaram o Instituto Kabu, com sede em Novo Progresso, para implementar o componente indígena do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da BR-163. Desde então o instituto vem trabalhando para tentar reduzir os impactos do asfaltamento da rodovia, tendo logrado manter, entre 2010 e 2020, o nível de desmatamento nas referidas TIs abaixo de 1%, mesmo elas estando situadas em municípios campeões de desmatamento, como são Altamira e Novo Progresso (INSTITUTO KABU, 2020).

9.2. Coalização para a formação do mosaico de áreas protegidas da *Terra do Meio*

Em meados da década de 1990, após a realização da Eco-92 e o início dos desembolsos do PP-G7 para a implementação dos Projetos Demonstrativos Ambientais, a FVPP (ver ítem 5.2) torna-se um parceiro local privilegiado para a realização de projetos-piloto voltados ao incentivo de atividades produtivas florestais que pudessem ser apresentadas como alternativas ao desmatamento. Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores rurais da Transamazônica se aproxima cada vez mais da temática da preservação ambiental e a FVPP vai se afirmando

⁶⁶ A Associação Floresta Protegida (AFP) foi criada em 1998 para representar as aldeias situadas nas TI Kayapó, Mekrãgnoti e Las Casas. A AFP atua através do desenvolvimento e execução de projetos estratégicos, em 4 linhas ação: Cultura e Conhecimento, Atividades Produtivas e Geração de Renda, Monitoramento Ambiental e Territorial e Fortalecimento institucional e político (AFP, 2021).

como uma referência do movimento socioambiental regional⁶⁷ (TARAVELLA, 2008). Em 1998, o MPST muda sua denominação para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), entendendo que o movimento entrava naquele momento em um outro patamar de lutas e reivindicações voltadas para a formulação de propostas de desenvolvimento (FVPP, 2011). O MDTX, passa então a congregar 113 entidades da região da Transamazônica e do Xingu (MDTX, 2001b).

Após um período de oscilação, devido à reticência e à hesitação dos colonos face aos discursos ecológicos que, direta ou indiretamente, os tornavam responsáveis pelo aumento do desmatamento na Amazônia, os movimentos sociais da Transamazônica se convertem ao socioambientalismo. Justiça social e conservação ambiental se encontram, se articulam e se fundem para formar dois componentes de uma mesma crítica política ao modelo de desenvolvimento adotado há mais de 20 anos pelo Estado brasileiro na região (TARAVELLA, 2008, p.444, tradução nossa).

Em agosto de 1999, na esteira da realização do Grito da Amazônia, realizado em 1993, e do primeiro Grito da Terra Brasil⁶⁸, em 1995, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA) em parceria com a Fetagri Regional, a FVPP, a CPT/Xingu e os Movimentos e Organizações Urbanas, realizaram o *Grita Transamazônica*, com o lema *Asfaltamento Já*. O evento teve como pautas principais o asfaltamento da rodovia Transamazônica, a recuperação e abertura de estradas vicinais, a eletrificação rural, a construção de novas escolas e recuperação de outras existentes, o assentamento de mais de 5.000 famílias de trabalhadores sem terras, a titulação dos lotes rurais, o crédito agrícola, a assistência técnica e a melhoria dos serviços de saúde e de saneamento básico nos assentamentos rurais (MPST, 1999).

Assumindo os impactos no solo e na biodiversidade causados pelo modelo de agricultura que vinha se praticando nos assentamentos da Transamazônica, a pauta do *Grita Transamazônica* incluiu também um componente voltado à política ambiental, onde se propunha uma nova dinâmica produtiva para a agricultura familiar. De acordo com o documento base do movimento, esse novo modelo produtivo passava pela diversificação da

⁶⁷ A partir de 2000, com o lançamento do Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente), a FVPP se tornou referência para implementação de projetos demonstrativos na região da Transamazônica. O Proambiente previa pagamento por serviços ambientais a agricultores familiares que se dispusessem a realizar a transição para sistemas de produção sustentáveis (MMA, 2006).

⁶⁸ Os movimentos conhecidos como *Gritos* fazem parte de uma etapa de mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros na década de 1990 em torno de pautas unificadas em que os diversos segmentos da população rural e urbana se reúnem e realizam negociações conjuntas junto ao Poder Público (MPST, 1999).

produção com introdução de culturas perenes, novas tecnologias para manejo das áreas sem o uso do fogo, recuperação de áreas degradadas e mananciais e criação de áreas de reservas legais e de proteção ambiental. O componente ambiental também incluía um programa específico dedicado à questão indígena (MPST, 1999).

Sob a justificativa do avanço das grandes madeireiras na região, foram propostas duas áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional do Iriri, à margem esquerda da Rodovia Transamazônica, envolvendo os municípios de Altamira, Brasil Novo, Rurópolis, Trairão e Novo Progresso; e a Floresta Nacional da Transamazônica, localizada ao Norte da rodovia, após o limite da área oficial de colonização, até a margem direita do rio Amazonas⁶⁹. O componente indígena do *Grita Transamazônica* rejeitava a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, pedia a imediata desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca/Iriri, a instalação de postos de vigilância para coibir o avanço da extração ilegal de madeira, a demarcação da Terra Indígena Kuruaya, a identificação da Terra Indígena Xipayá, a demarcação das Florestas Nacionais do Xingu e Altamira e a criação de uma área de desenvolvimento sustentável na região da *Terra do Meio*, entre os rios Xingu e Iriri, para impedir a invasão desenfreada de madeireiros vindos de São Félix do Xingu e da Santarém-Cuiabá (MPST, 1999).

Em setembro de 1999, a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA/MMA), encaminha ofício ao coordenador do programa Brasil Socioambiental do ISA, solicitando à instituição que encaminhasse proposta ao ministério para a realização de estudos de viabilidade para a criação das unidades de conservação propostas para a região do Iriri, pelo movimento *Grita Transamazônica*. O compromisso de realizar tais estudos havia sido assumido pelo MMA, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM) e pelo Ibama, durante reunião realizada com esses órgãos pelo movimento *Grita Transamazônica*, no dia 13 de agosto de 1999, em Altamira. A SCA/MMA justificou a escolha do ISA em função da experiência acumulada pelo instituto e pelo eventual interesse da entidade na realização dos referidos estudos⁷⁰ (MPST, 1999).

Em 2001, o Greenpeace lança o relatório denominado “Parceiros do Crime: a extração ilegal de Mogno – A Amazônia à mercê de acordos entre cavalheiros”, que denunciava em

⁶⁹ Ao Norte da Transamazônica seria criada, mais tarde, a Reserva Extrativista Verde Para Sempre e ao Sul seria estabelecido o mosaico de áreas protegidas da *Terra do Meio*, conforme veremos.

⁷⁰ O Instituto Socioambiental (ISA) nasce em 1994 da fusão do Programa Povos Indígenas do Brasil do antigo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e da ONG Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), que fora criada em 1989, para acompanhar os desdobramentos dos direitos dos povos indígenas previstos na constituição de 1988. Além de nascer com uma bagagem ligada aos direitos dos povos indígenas, o ISA havia acompanhado o processo de demarcação da TI Araweté, na região do médio Xingu (TARAVELLA, 2008).

várias línguas a convivência do Estado brasileiro em relação à exploração predatória do mogno e solicitava que o governo brasileiro tomasse medidas urgentes relacionadas à preservação da *Terra do Meio*, reforçando o pleito da criação de unidades de conservação na região (ICMBIO, 2015b). O relatório era fruto de uma intensa campanha, iniciada pela ONG após a Eco-92, pela inclusão do mogno na lista da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção (CITES⁷¹) e que acabou voltando os olhos da comunidade ambientalista internacional para região da *Terra do Meio*, dadas as constantes denúncias do Greenpeace de extração ilegal do mogno, especialmente nas terras indígenas (TARAVELLA, 2008).

Em agosto de 2001 ocorre o assassinato de Ademir Federicci, o Dema, coordenador do MDTX. O sindicalista havia liderado a caravana da Transamazônica a Brasília, em 1992, e participado das mobilizações dos gritos da Amazônia e da Terra Brasil. Um mês antes do seu assassinato, Dema havia assinado, juntamente com outras lideranças do MDTX, o manifesto “SOS Xingu – Um chamamento ao bom senso sobre o represamento dos rios da Amazônia” em que são previstos os inúmeros prejuízos sociais e ambientais que adviriam da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O ativista havia participado, ainda, da denúncia de roubo de madeira na TI Arara, em que as lideranças solicitavam ao governo federal que investigasse os desvios de recursos de empresas agropecuárias que operavam na Transamazônica com recursos da SUDAM (MDTX, 2001a; 2001b; MONTEIRO, 2021).

Em 2002, com o governo federal pressionado a dar resposta em relação aos eventos ocorridos na região da *Terra do Meio* e da Transamazônica, o Ministério do Meio Ambiente contrata o ISA para a realização de um estudo técnico para a criação de um mosaico de unidades de conservação na *Terra do Meio*. O estudo foi desenvolvido em parceria com Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia⁷² (IPAM), FVPP, CPT, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia⁷³ (IMAZON), Greenpeace, CIMI e USP. Outras instituições também participaram do processo, tais como SCA/MMA, CI, TNC, SECTAM, UFPA, MPEG⁷⁴ e FETAGRI (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015b).

⁷¹ Da sigla em inglês: Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.

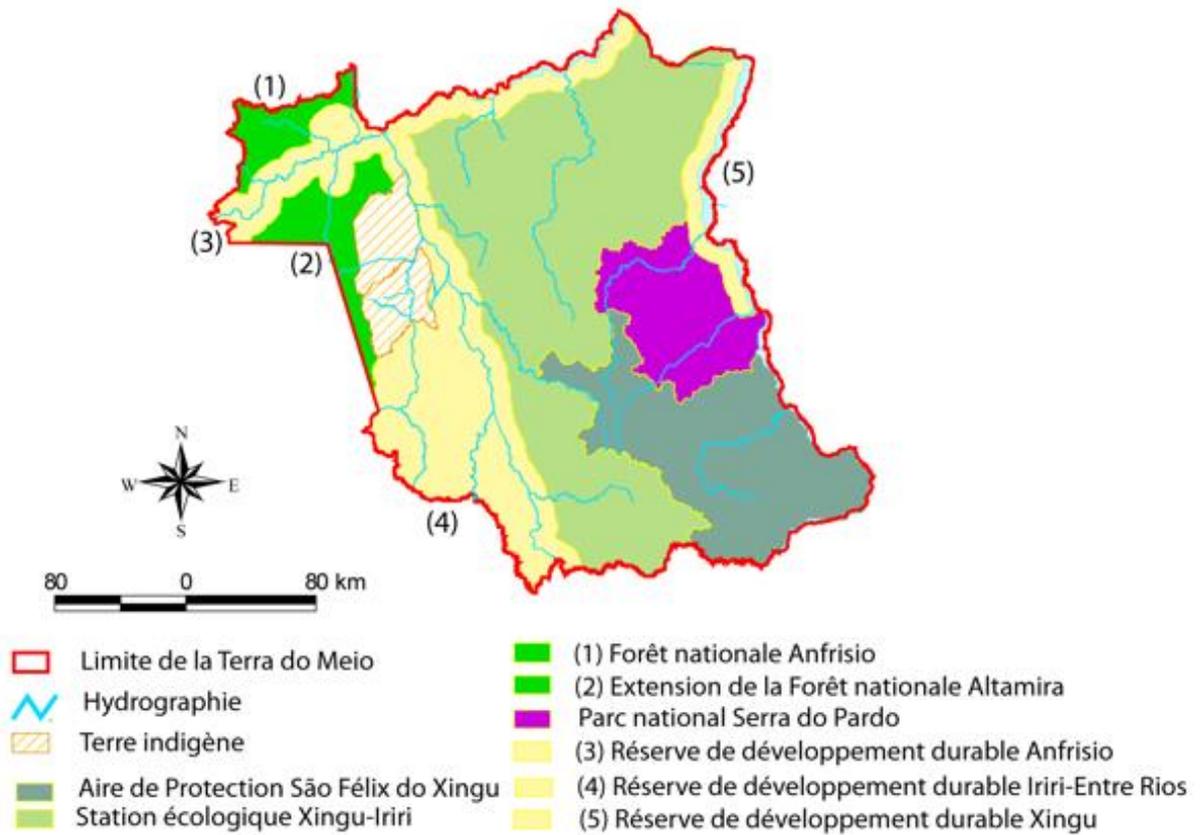
⁷² O IPAM foi criado em 1995, por um grupo de pesquisadores reunidos em Belém que identificavam a necessidade de discutir as políticas públicas para a Amazônia, produzir conhecimento científico engajado e desenvolver ações no campo, tendo em vista a velocidade observada na devastação da floresta (IPAM, 2022).

⁷³ O Imazon foi criado em 1990 pelo ecólogo americano Christofer Uhl e os colegas Adalberto Veríssimo, David McGrath e Paulo Barreto. Uhl era vinculado à Embrapa e à ONG americana Woods Hole Research Center (WHRC). Alarmado com as imagens do desmatamento da floresta amazônica, no final da década de 1980, Uhl decide fundar uma organização que pudesse diminuir a defasagem de informações relacionadas às profundas transformações observadas na paisagem amazônica (TARAVELLA, 2008; IMAZON, 2021).

⁷⁴ Museu Paraense Emílio Goeldi.

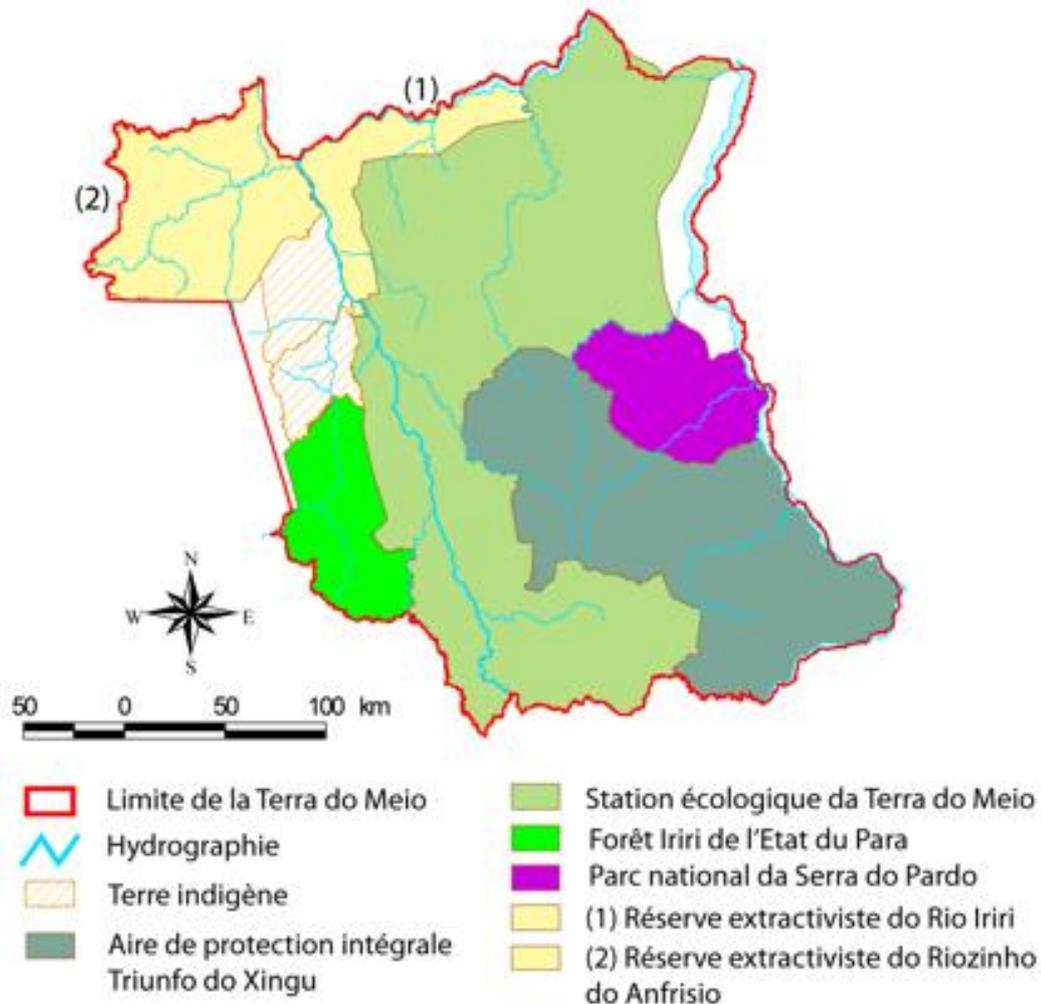
O relatório final é lançado em 2003, onde é apresentada a primeira proposta para o mosaico de áreas protegidas da *Terra do Meio*, que serviu de base para a sua posterior implementação pelo governo (Figuras 13 e 14).

Figura 6 – Mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio proposto pelo ISA



Fonte: Taravella (2008, p.457).

Figura 7 – Mosaico da Terra do Meio como foi implementado



Fonte: Taravella (200p.4578).

No estudo coordenado pelo ISA, a região do riozinho do Anfrísio ganha especial destaque, sendo indicada como prioritária para a criação de uma área protegida, dada a densidade de famílias ribeirinhas vivendo na área, bem como as ameaças por elas sofridas, advindas da ação de madeireiros e grileiros. A partir de então, diversas organizações regionais, tais como o MDTX, a FVPP, o GTA e a CPT passam a se articular em torno da viabilização do projeto de criação da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (TARAVELLA, 2008).

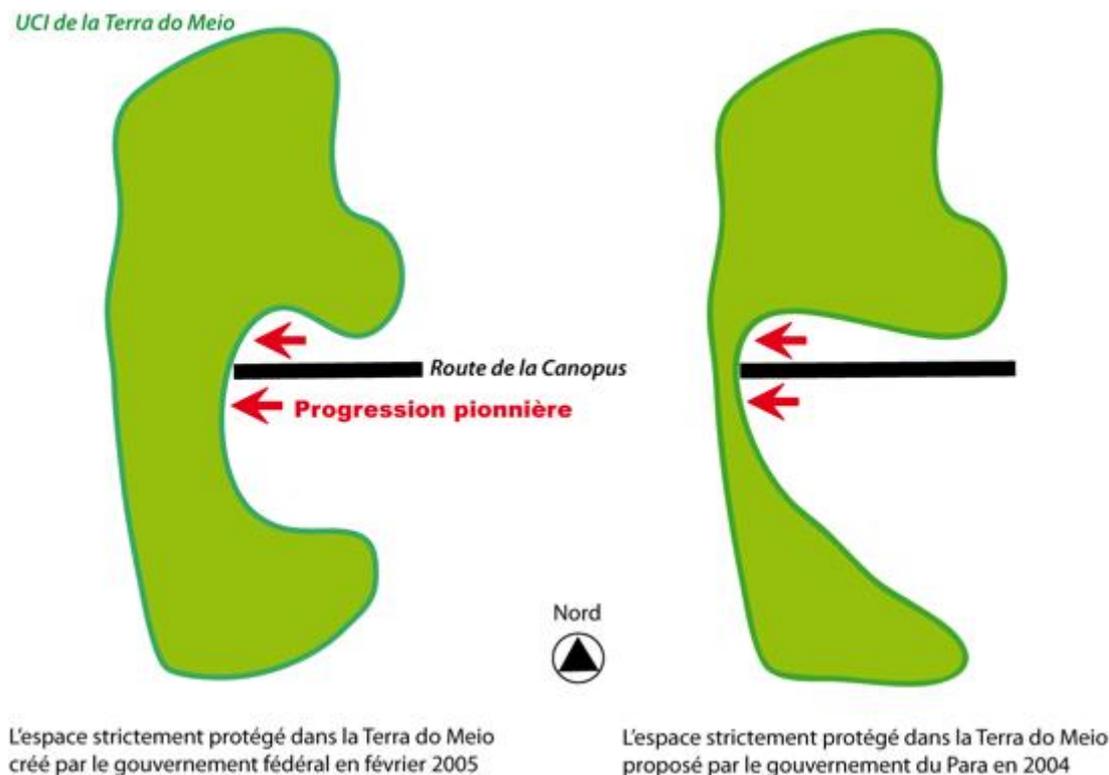
A partir de 2003, com o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o MMA sob a gestão da ministra Marina Silva, o ISA estreita sua relação com o ministério, ampliando sua influência na política ambiental, em nível federal, ao mesmo tempo em que realiza a articulação com as instituições parceiras, em nível regional e local. Junto com isso, ocorre a aproximação do ISA com a ONG Environmental Defense que opera no sentido de dar visibilidade internacional à causa dos ribeirinhos da *Terra do Meio*, oportunizando a

parceria com agentes financiadores internacionais, tais como a fundação Gordon and Betty Moore e a Fundação Ford (TARAVELLA, 2008; ICMBIO, 2015b).

Em março de 2004, é criada a Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio (AMORA), constituindo-se em um corpo jurídico para representar o pleito dos moradores junto ao poder público, em especial no que se referia à criação da Resex. Em outubro do mesmo ano, é publicada uma matéria especial pela revista *Época*, assinada pela jornalista Eliane Brum, intitulada “O Povo do Meio”, a qual ressaltava a situação de vulnerabilidade dos moradores do riozinho do Anfrísio, frente à ameaça constante dos grileiros. Após a publicação da matéria, foi registrado o aumento das ameaças feitas às lideranças locais, levando o ISA a articular, junto com a SCA/MMA, uma audiência de representantes da AMORA com o presidente da república, em Brasília. A Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio é criada, por decreto presidencial, no dia 08 de novembro de 2004, mesmo dia em que os ribeirinhos deixaram a capital federal (TARAVELLA, 2008; BRUM, 2004).

Ressalta-se também nesse ano os debates ocorridos entre o MMA, fortemente influenciado pela visão de integrantes do ISA, e o governo do Estado do Pará sobre os limites da Estação Ecológica da Terra do Meio. Na visão do ministério, a unidade de conservação deveria servir de barreira para impedir a ligação da estrada da Canopus com a BR-163. Por outro lado, a postura do governo estadual era mais favorável à expansão da atividade pecuária, o que levava a um estreitamento dos limites da Esec na área correspondente ao avanço da estrada (Figura 15). À época, houve também uma proposta do Ibama de dividir a Esec entre um parque, ao Norte, e uma floresta nacional, ao Sul. Também nesse caso prevaleceu a visão do MMA e do ISA de que nessa área deveria ser criada a categoria de unidade de conservação mais restritiva possível, mantendo-se, portanto, a proposta de criação da estação ecológica (TARAVELLA, 2008).

Figura 8 – Debate entre governo federal e governo estadual sobre os limites da Estação Ecológica da Terra do Meio



Fonte: Taravella (2008, p.399).

9.3. A mobilização na área de influência da BR-163

Paralelamente à mobilização que ocorria para a criação das áreas protegidas na *Terra do Meio*, diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais se mobilizavam desde 2001 no Oeste do Pará, motivados pela construção do Porto da Cargill, em Santarém, e da promessa de asfaltamento da BR-163. Temia-se uma nova onda de desmatamento provocado pela valorização das terras na região, acompanhada de processos de grilagem de terras públicas, migração desordenada, conflitos fundiários, assassinato de lideranças sindicais e degradação das condições de vida da população, tal como já havia sido observado na região nas décadas anteriores (ISA et al., 2003; SCHITTINI, 2010; SAUER; MARTINS, 2016).

Em outubro de 2003, a FVPP, juntamente com a Fetagri Pará, promoveu uma conferência popular regional com o tema “Desenvolvimento do Território da Transamazônica, Xingu e Cuiabá-Santarém” agregando às (já históricas) demandas dos movimentos sociais da Transamazônica o pleito trazido pelas organizações atuantes na área de influência da BR-163, que passam a se articular por meio do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163. Nessa

conferência foi apresentada uma proposta de Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável para a Transamazônica e o Xingu. As ações do plano se dividiam em quatro eixos: infraestrutura, ordenamento territorial (onde estava mencionada a criação do mosaico de unidades de conservação da *Terra do Meio*), produção agropecuária, florestal e pesqueira e políticas de inclusão social. O documento cita a região do Oeste do Pará como a última fronteira da Amazônia Oriental com grande estoque de reserva florestal e demonstra especial preocupação em relação ao aumento da pressão sobre os recursos florestais advindos do asfaltamento das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, da construção da UHE de Belo Monte e do Programa de Eletrificação Rural (FVPP, 2003; SCHITTINI, 2010).

Após a conferência de Altamira, ocorreram outros três eventos regionais e populares, organizados pelas entidades ligadas ao Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, reivindicando a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região situada na área de influência da BR-163. Em novembro de 2003 ocorreu em Sinop (MT) o Encontro BR-163 Sustentável: desafios e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém, organizado pelo ISA, juntamente com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Instituto Centro Vida (ICV), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), o GTA, a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) e o apoio da ONG's internacionais WWF, CI e TNC (ISA et al., 2003).

Em dezembro de 2003, foi realizado em Santarém (PA) o Encontro em Defesa da Sustentabilidade do Baixo Amazonas e BR-163, organizado pelo IPAM em conjunto com o Centro de Estudos Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM), a Fetagri do Baixo Amazonas, o STR de Santarém, o Fórum da Produção Familiar do Baixo Amazonas e o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR). Por fim, também em dezembro do mesmo ano, foi realizado em Itaituba (PA) o Encontro Regional da Produção Familiar da Cuiabá-Santarém, organizado pelo IPAM, juntamente a Fetagri do Baixo Amazonas, a FVPP, o STR de Itaituba, e a prelaia de Itaituba (CEFTBAM et al., 2003; FETAGRI-BAM et al., 2003).

Todos esses encontros serviram para fortalecer a articulação e a mobilização das organizações ligadas à temática socioambiental atuantes na região. Foram apresentadas aos órgãos das três esferas do governo e à sociedade em geral, propostas voltadas ao ordenamento fundiário, com a criação de áreas protegidas e projetos de assentamentos em áreas florestais; ao apoio às atividades produtivas de base familiar, melhoria dos serviços públicos, em especial nas áreas de saúde, educação e saneamento; fortalecimento e apoio às organizações socais da região e o combate à impunidade e à violência no campo (FETAGRI-BAM et al., 2003).

Em resposta à mobilização da sociedade civil, o governo federal lança em fevereiro de 2004, o documento base do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 com ações organizadas dentro de quatro eixos: ordenamento territorial e gestão ambiental; fomento a atividades produtivas sustentáveis; infraestrutura para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania. O plano incluía no eixo de ordenamento territorial e gestão ambiental a criação e consolidação de unidades de conservação e a regularização e proteção de terras indígenas na área de influência da rodovia (SCHITTINI, 2010). No mesmo ano, a *Terra do Meio* e a área de influência da BR-163 foram incluídas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), tornando o processo de criação e implementação de áreas protegidas nessas áreas passíveis de serem financiadas pelo Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (TARAVELLA, 2008).

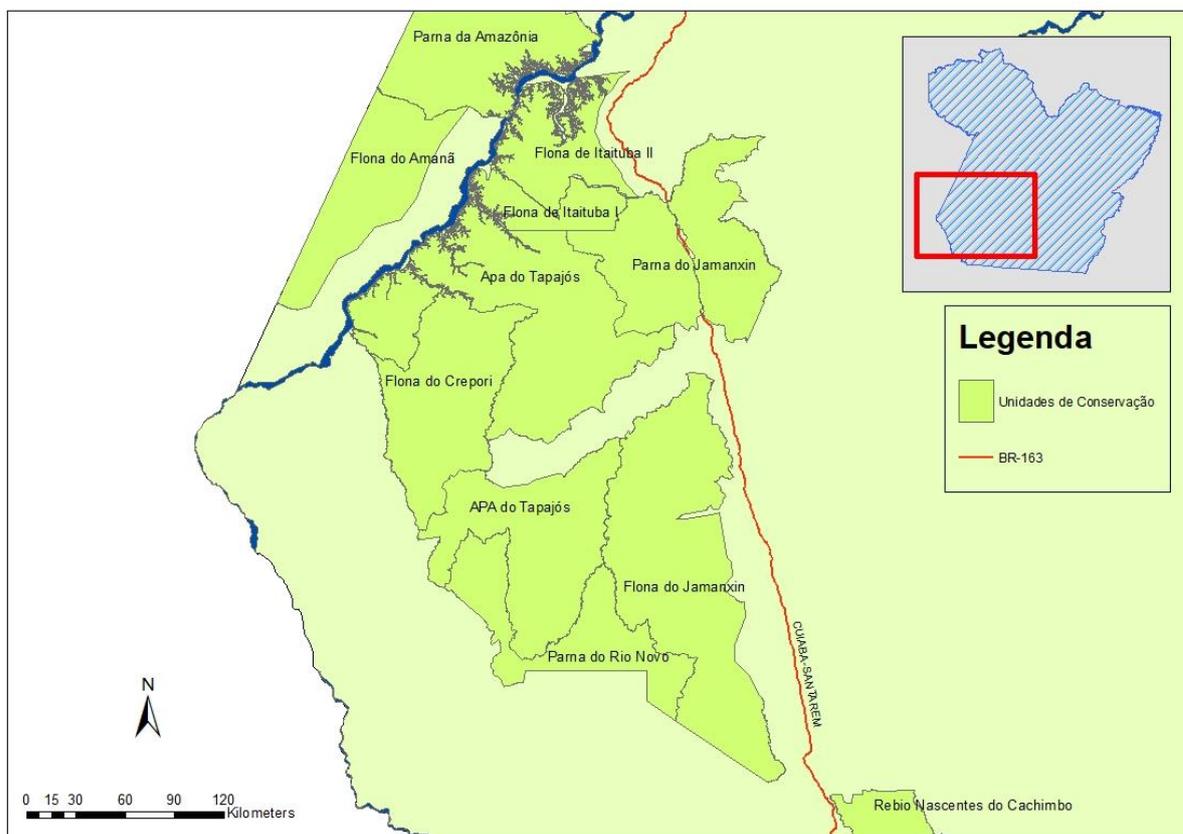
No dia 12 de fevereiro de 2005, ocorre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, a Irmã Dorothy, que atuava junto à CPT em favor dos direitos das famílias assentadas na região da Transamazônica, mais especificamente no município de Anapu (PA). A ampla repercussão nacional e internacional do seu assassinato precipitou a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo, na *Terra do Meio* (Figura 14), cujos decretos de criação foram assinados pelo presidente Lula no dia 17 de fevereiro de 2005 (TARAVELLA, 2008; SCHITTINI, 2010; ICMBIO, 2015b).

Acompanhando a criação das unidades de conservação da *Terra do Meio*, foram criadas outras unidades de conservação em áreas consideradas estratégicas para contenção do avanço da fronteira agropecuária na Amazônia. Foi também publicado o Decreto nº239, de 18 de fevereiro de 2005, que criava a Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP), abrangendo 8,2 milhões de hectares de terras públicas da União ao longo da área de influência da BR-163, que passavam a estar limitados a um regime administrativo especial, a fim de que fossem realizados os estudos para a criação de novas unidades de conservação na região (TARAVELLA, 2008; SCHITTINI, 2010).

Como resultado desses estudos, foi publicado o decreto s/n de 13 de fevereiro, destinando mais de 6 milhões de hectares da ALAP a unidades de conservação. Nesse ato foram criadas a APA Tapajós, as Flonas Amanã, Trairão, Crepori e Jamanxin e os Parque Nacionais do Jamanxin e Rio Novo, além de ter sido expandido o Parque Nacional da Amazônia (figura 16). De forma alinhada com os princípios do PPCDAM, o critério para a criação das unidades de conservação na área de influência da BR-163 não se baseou apenas na conservação da biodiversidade, mas também na criação de um *cinturão verde* para dificultar o avanço do

desmatamento ilegal ao longo do eixo da rodovia, afastando as expectativas de regularização fundiária futura e desestimulando a grilagem de terras na região (SCHITTINI, 2010).

Figura 9 – Criação das Unidades de Conservação ao longo do eixo da BR-163



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

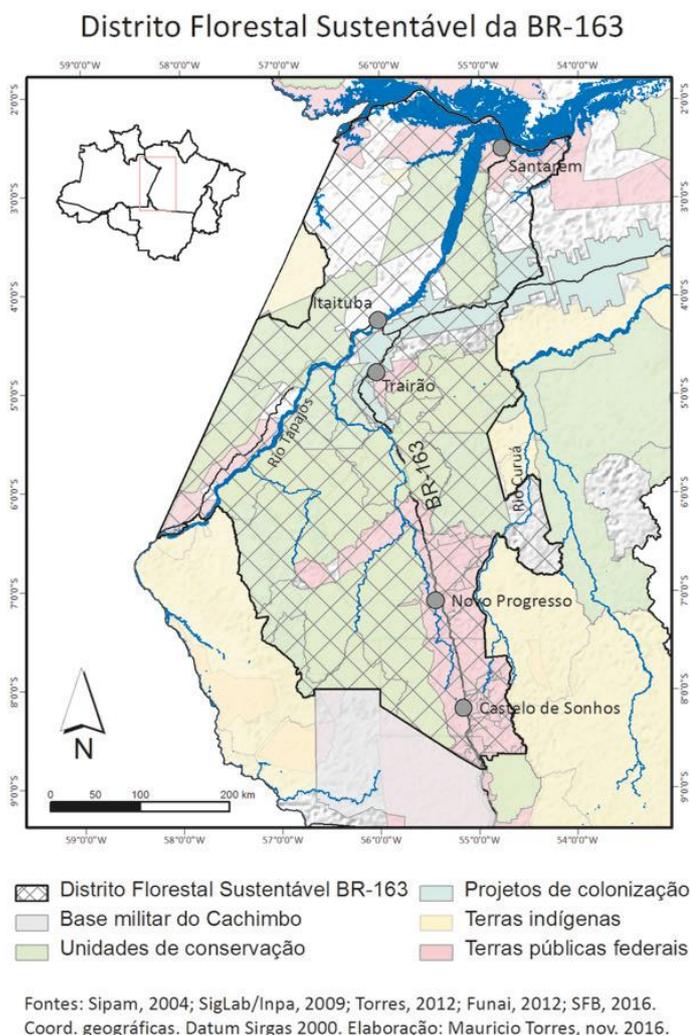
Dessa forma, o critério de áreas prioritárias para conservação, definidas no âmbito do Programa Nacional de Biodiversidade (Pronabio), foi utilizado para a criação dos parques nacionais do Rio Novo e do Jamanxin. Para a criação das florestas nacionais foram priorizados os critérios de aptidão à exploração sustentável, a proximidade com os centros e o grau de preservação das áreas. Buscou-se integrar as unidades de conservação com outras áreas protegidas existentes como terras indígenas e áreas militares, a fim minimizar o efeito de borda e garantir a proteção das áreas mais ricas em biodiversidade. Por fim, buscou-se garantir a conectividade entre as unidades de conservação situadas a leste e a oeste da BR-163, a exemplo do perímetro do Parque Nacional do Jamanxin, que é cortado ao meio pela rodovia (SCHITTINI, 2010).

Por outro lado, cabe mencionar que, graças à pressão dos atores atuantes na fronteira extrativa, a área inicialmente destinada a se tornar uma Floresta Nacional, tornou-se Área de Proteção Ambiental (por pressão do MME), a fim de permitir a exploração mineral na região.

Da mesma forma, o decreto de criação da Flona Jamanxin permitiu a continuidade do garimpo na área sobreposta com a Reserva Garimpeira do Tapajós e a área da rodovia Transgarimpeira foi excluída da APA do Tapajós. Observa-se também que a opção pela criação de várias florestas nacionais, situadas de forma estratégica ao longo do eixo da rodovia, privilegiou a atividade de exploração florestal (SCHITTINI, 2010).

Após a criação das UC's, o governo federal criou o Distrito Florestal Sustentável da BR-163, compreendendo áreas dos municípios de Altamira, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Santarém e Trairão (Figura 17), tendo como objetivo a implementação de políticas de estímulo à produção florestal na região (ICMBIO, 2010d; 2010e). A área correspondente à Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, criada em 2005, foi considerada como prioritária para a conservação da biodiversidade, no contexto do projeto Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente, desenvolvido nos anos de 1990, com recursos do PPG7. A serra do cachimbo integrava o “Corredor de Conservação da Amazônia Meridional”, que se estende de Rondônia a Tocantins. Em 2005, o Instituto Centro de Vida (ICV), em parceria com o WWF Brasil, aprovaram junto ao MMA o projeto “Estabelecimento de Programa Local de Conservação e Estudo de Criação de Unidade de Conservação na Área das Nascentes”, por meio do qual foi realizado o diagnóstico ambiental e socioeconômico que viria a subsidiar a criação da Rebio (ICMBIO, 2009).

Figura 10 – Posição do Distrito Florestal Sustentável da BR-163



Fonte: Torres (2017, p.218).

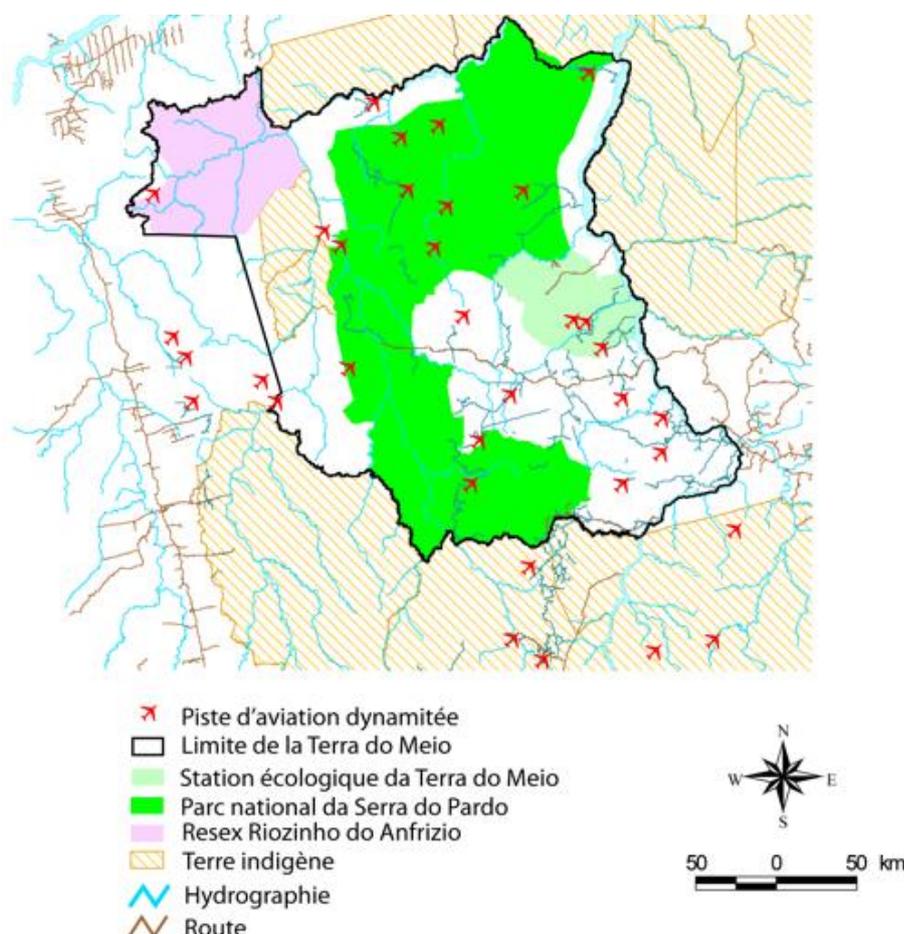
9.4. A nova configuração territorial

Para a *Terra do Meio*, alguns dias após a criação da estação ecológica e do parque nacional, ainda sob a forte repercussão do assassinato da irmã Dorothy, foi deslocada uma tropa do exército de quatrocentos homens, a fim marcar a presença do Estado e dar apoio logístico às operações do Ibama na região. Durante o período de um mês em que as forças armadas permaneceram na *Terra do Meio*, foram apreendidas trezentas e oitenta e seis armas de todos os tipos, que estavam sob a posse dos colonos. Entre julho e setembro do mesmo ano, foram realizadas duas operações do Ibama na região que resultou em mais de cento e dez processos verbais e na apreensão recorde de cento e dez veículos irregulares, dois aviões agrícolas, quinze

tratores, mil litros de diesel, oitocentos litros de gasolina, vinte motosserras, oito armas e quase quatro toneladas de sementes de forrageiras (TARAVELLA, 2010).

Em fevereiro de 2006 é deflagrada nova operação do Ibama para destruição de trinta e quatro pistas de pouso clandestinas, sendo dez delas situadas na estação ecológica (Figura 18). Na operação foram empregados mais de quinhentos quilos de dinamites, utilizados para tornar a região inacessível aos aviões. Em dezembro do mesmo ano, ocorre a operação Monte Pardo, dedicada à fiscalização de desmatamentos localizados especificamente na área do Parque Nacional da Serra do Pardo (TARAVELLA, 2008). Na esteira dessas operações, o governo federal decretava, em junho de 2006, a criação da Resex do Rio Iriri e em dezembro do mesmo ano o Estado do Pará decretava a criação da APA Triunfo do Xingu⁷⁵ e da Floresta Estadual do Iriri (Figura 14) (ICMBIO, 2015b).

Figura 11 – Localização das pistas de pouso dinamitadas na Terra do Meio



Fonte: Taravella (2008, p.516).

⁷⁵ Conforme os estudos preliminares, a APA Trinfo do Xingu foi concebida como uma área de 1.347.000 hectares. O governo do Pará acabou criando a APA com 1.670.000 hectares, beneficiando os proprietários de terras que teriam suas propriedades inseridas na Esec *Terra do Meio* (Figuras 11 e 12) (COSTA, 2013).

Em 2006 ocorre também a formação da Rede Terra do Meio, constituída pelo conjunto das organizações socioambientalistas e os órgãos oficiais atuantes na região. Com a criação da Resex do Rio Iriri e da APA do Triunfo do Xingu, as atenções se voltam para a área da Resex do Rio Xingu, que permanecia desprotegida e tinha sido alvo de invasões de quatro fazendas, entre os anos de 2002 e 2005, com prejuízo para as famílias ribeirinhas que passaram a sofrer ameaças constantes de pistoleiros a serviços dos fazendeiros interessados em se apropriar das áreas tradicionalmente ocupadas⁷⁶. Intensificam-se as mobilizações a favor da criação da Resex Rio Xingu (ICMBIO, 2012b).

Em 2006 e 2008 ocorreram os dois primeiros encontros da Rede Terra do Meio nos quais foi pautada a urgência de criação da Resex do Rio Xingu. No início de 2008 foi organizada a última de uma série de viagens de lideranças locais a Brasília para pressionarem as autoridades em favor da criação da Resex. Finalmente, em junho de 2008, é decretada a criação da Resex do Rio Xingu, concluindo o processo de criação das unidades de conservação do Sudoeste Paraense (Figura 19) (ICMBIO, 2012b).

Em 2013 foi constituída a Rede Xingu+, reunindo as principais organizações de povos indígenas e entidades de apoio atuantes na bacia do Xingu, além das associações de moradores das Resex do Rio Xingu, do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri. Remontando aos movimentos de resistência contra o barramento do rio Xingu, que culminou no encontro de Altamira de 1989, a Rede Xingu+ passou a promover intercâmbios e fortalecer as parcerias entre os povos e comunidades do Xingu, tendo em vista o desenvolvimento de alternativas produtivas sustentáveis e a criação de estratégia de gestão integrada dos territórios (REDE XINGU+, 2021).

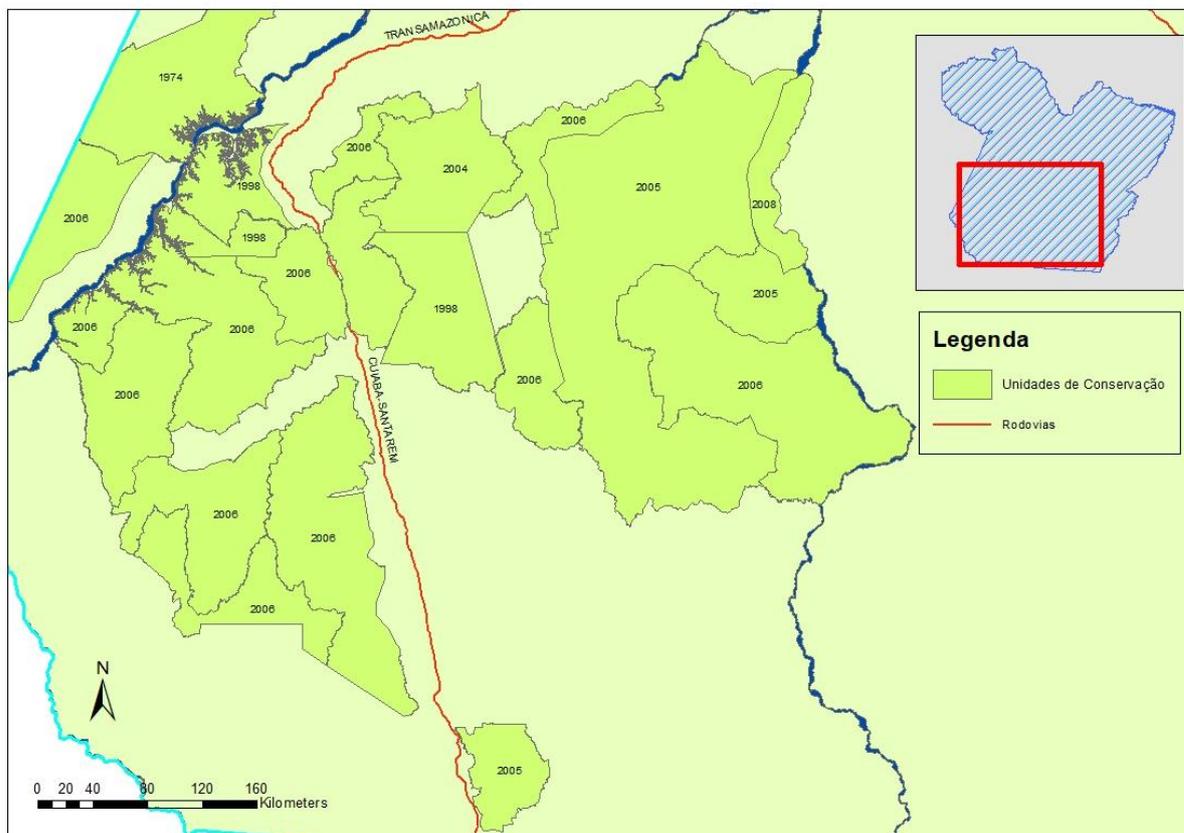
Contando com a parcerias de organizações internacionais como o ED, a Rainforest Foundation Norway, a Moore Foundation, a Climate and Land Use Alliance, a Charles Stewart Mott Foundation e a União Europeia, a Rede Xingu+ vem priorizando a formação de uma economia de base florestal. A busca por alternativas de produção e comercialização de produtos tais como babaçu, borracha⁷⁷, castanha, copaíba, cumaru, pequi, mel, sementes e artesanato,

⁷⁶ Em 2005, após a primeira solicitação de criação de uma área protegida, o Ibama recebeu documentos de protesto da Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda (Incexil), reclamando a propriedade de áreas localizadas dentro da proposta de criação da Resex. No mesmo período o órgão ambiental recebeu um manifesto de repúdio, assinado pelos prefeitos da região (com exceção de Pacajá e Medicilândia), contra a criação das Resex Verde Pra Sempre e Riozinho do Anfrísio, da Esec da Terra do Meio e do Parna Serra do Pardo (ICMBIO, 2012b).

⁷⁷ Considerando a demanda dos moradores das Resex da *Terra do Meio*, o ISA, a FVPP, o IPAM e o WWF Brasil se articularam para implementar, a partir de 2008, o projeto Renascer Seringa, voltado para a reativação dos seringais na região, começando pela Resex do Riozinho do Anfrísio (ICMBIO, 2010b).

ensejou o desenvolvimento de iniciativas inovadoras voltadas ao fortalecimento dessas cadeias produtivas (REDE XINGU+, 2021).

Figura 12 – Ano de criação das unidades de conservação no Sudoeste Paraense



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Destacam-se, dentre essas iniciativas, a Rede de Cantinas da Terra do Meio, que permite a gestão integrada de um conjunto de entrepostos espalhados pelos territórios, administrados pelas próprias associações, que garantem melhores condições para a compra de mercadorias e venda da produção. A implantação de miniusinas nas comunidades também é uma iniciativa inovadora, que tem permitido o beneficiamento dos produtos florestais, como desidratação de castanhas e frutas e extração de óleos vegetais (REDE XINGU+, 2021).

Outra iniciativa inovadora na busca por mercados diferenciados para os produtos do Xingu é o Selo Origens, que permite conectar o consumidor final com os produtores e os territórios de origem. Acessando um *QR Code* na embalagem dos produtos, o consumidor pode conhecer um pouco da realidade de quem produz e a sua luta pela preservação da floresta e da sua cultura (REDE XINGU +, 2021).

9.5. Embates com a fronteira extrativa agrária

A partir da segunda metade da década de 2000, a criação das áreas protegidas provocou uma transformação súbita na dinâmica de apropriação de terras, ocupação do território, exploração dos recursos naturais e desmatamento no Sudoeste Paraense. Em contrapartida, os agentes da fronteira extrativa agrária se reorganizaram rapidamente, a fim de dar continuidade ao processo de acumulação extrativa, mesmo após a destinação das áreas públicas para a formação de um mosaico de áreas protegidas na região.

Na *Terra do Meio*, a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio freou o acelerado processo de apropriação de terras por meio da formação de pastagens, que se expandia a partir de São Félix do Xingu. Diante da impossibilidade de aquisição futura de direitos sobre a terra, os fazendeiros passaram a reorientar o esforço de ocupação de terras para as áreas ainda não afetadas pelas unidades de conservação federais (TARAVELLA, 2008).

Antes mesmo de ser criada, a área correspondente à APA estadual Triunfo do Xingu, tornou-se alvo das ocupações via formação de pastagens, diante da expectativa de regularização fundiária das terras com menos de 2.500 hectares, após a criação da APA. Enquanto se observa no interior das unidades de conservação de proteção integral da *Terra do Meio* uma queda no desmatamento, variando entre 70% e 100% ao longo dos anos de 2003 e 2006, no exterior dessas UCs, área correspondente à APA Triunfo do Xingu, observou-se um aumento de cerca de 15% no desmatamento no mesmo período (TARAVELLA, 2008).

Não à toa, houve uma articulação dos agentes da fronteira extrativa agrária para que a área prevista para a Esec sofresse uma redução de mais de 320 mil hectares, em favor do aumento da área prevista para a criação da APA. Na prática, a APA funcionou como um antídoto para a adoção de medidas conservacionistas efetivas na área, evitando, por um lado, a criação de uma UC mais restritiva e, por outro, oferecendo pouquíssima restrição ao processo de apropriação de terras no local (TORRES, 2012).

Ao longo da BR-163, a pressão pela desafetação e alteração dos limites das UCs se iniciou logo após a publicação dos decretos de criação. Inspirados na experiência da TI Baú, as lideranças locais ligadas à apropriação de terras públicas, iniciaram uma guerra jurídica e uma campanha midiática a favor da alteração dos limites da Flona Jamanxin, que se estendia por uma área de 1,3 milhão de hectares, ao longo da rodovia (TORRES et al., 2017).

A proposta de transformar em APA uma área de pouco mais de 542 mil hectares da Flona, chegou a ser incluída na Medida Provisória n° 756, assinada pelo presidente Michel Temer em dezembro de 2016 (ISA, 2016). Seis meses mais tarde, porém, após pressões do

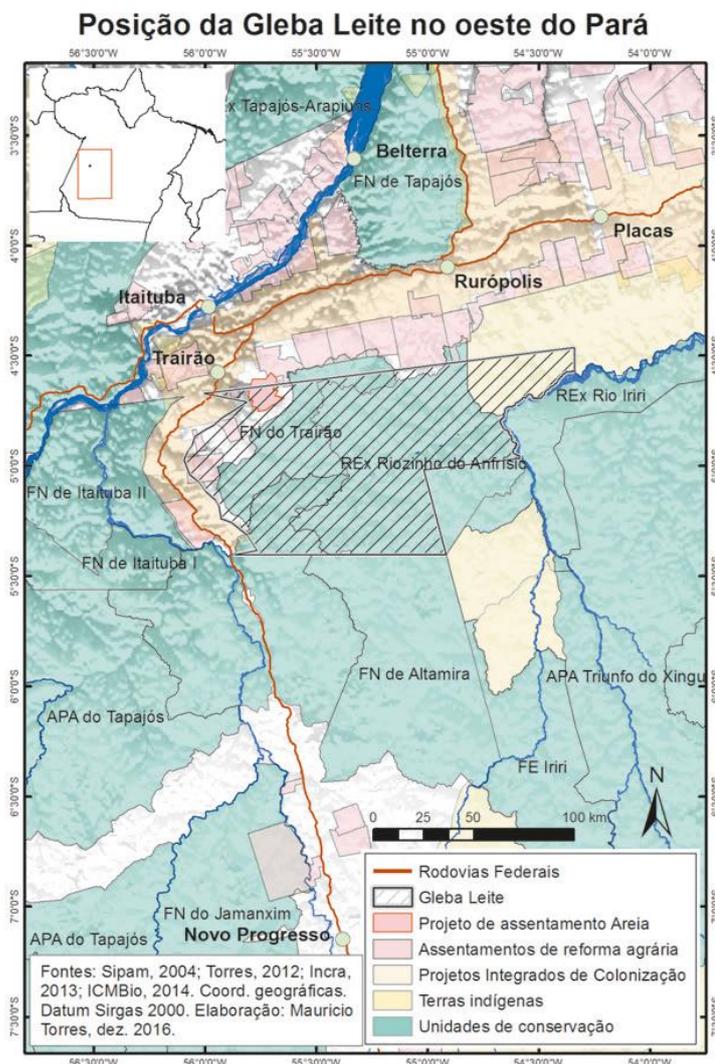
Ministério Público Federal e do setor ambientalista, o presidente acabou vetando integralmente a MP, quando ela voltou do Congresso Nacional. No veto, o presidente admitiu a “contrariedade do interesse público e inconstitucionalidade” da proposta. Ao divulgar o veto pelo Twitter, Temer marcou o WWF e a top model Gisele Bündchen, que haviam se engajado na campanha pelo veto da MP (AQUINO, 2017).

A criação da Resex do Riozinho do Anfrísio, da Flona Trairão e do Parna Jamanxin pôs fim às pretensões das quadrilhas de grilagem que disputavam as terras públicas na área correspondente à Gleba Leite⁷⁸ (Figura 20), uma das áreas mais disputadas do oeste paraense. Uma vez que a criação das UC's impossibilitou a titulação das terras almejada pelos grileiros, observou-se uma migração da exploração pecuária praticada na área, para a exploração madeireira. Os agentes da fronteira extrativa agrária permaneceram mobilizados, alternando para a comercialização da madeira, ao invés da terra, o foco da acumulação extrativa. Valeram-se, para isso, das dificuldades de monitoramento remoto da atividade madeireira, de rastreamento da origem da madeira comercializada e de identificação dos verdadeiros organizadores da atividade criminosa (TORRES et al., 2017).

[...] o saqueio madeireiro é a continuidade da apropriação privada e ilegal das terras que vieram a se tornar UCs. Trata-se de uma atividade que, apesar dos impactos causados, não é contabilizada oficialmente como desmatamento propriamente dito. Se, em termos de dano ambiental, a diferença não é tão relevante, em termos políticos, é bastante substancial: se houve redução na curva de desmatamento na região do oeste paraense após 2004, isso se deve, em boa parte, à alteração do crime ambiental praticado, em função da mudança do *status* fundiário das áreas para a condição de UCs, e a um detalhe técnico, o fato de o saqueio madeireiro não ser computado na coluna intitulada “desmatamento” (TORRES et al., 2017, p.185).

⁷⁸ Torres (et al., 2017) relata, inclusive, a participação do INCRA no processo de apropriação ilegal de terras públicas, através da emissão de “certidões de posses” ilegais, que fora deflagrada pela Operação Faroeste, da Polícia Federal, em 2004.

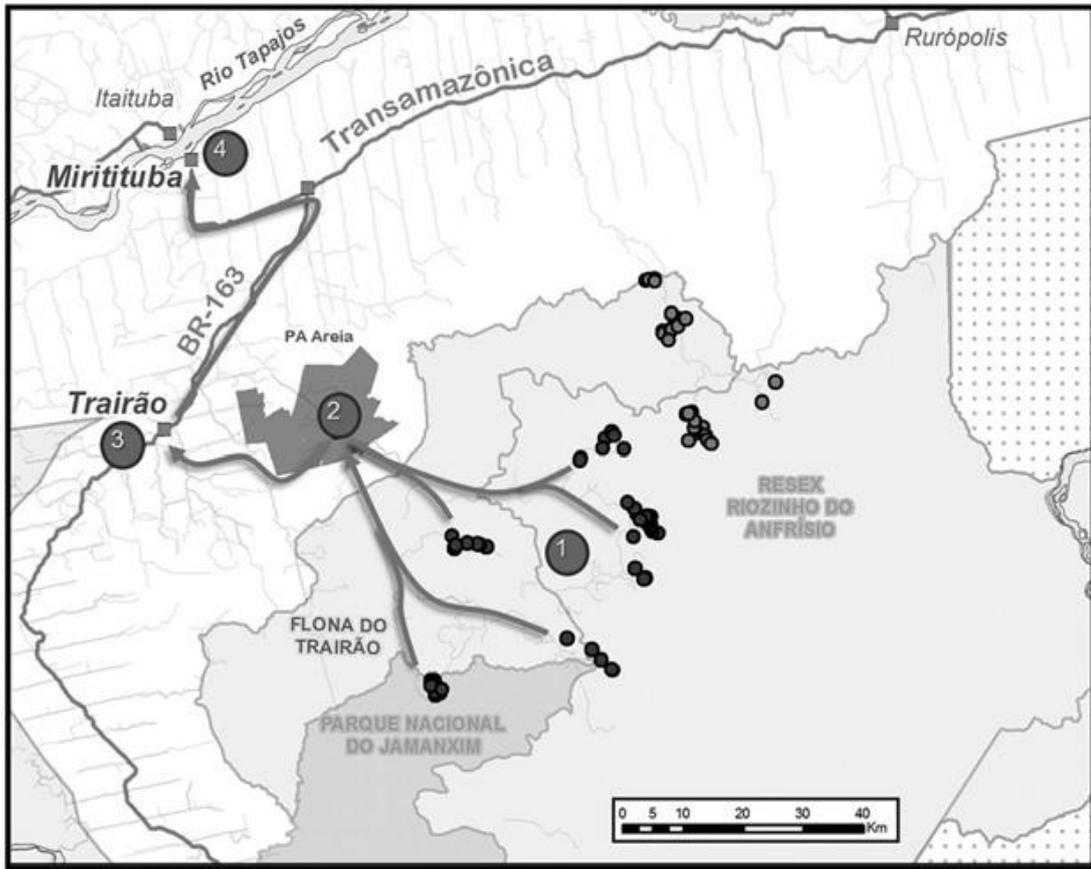
Figura 13 – Sobreposição da Gleba Leite com as UC's Flona Trairão, Resex Riozinho do Anfrísio e Parna do Jamanxin



Fonte: Torres (et al., 2017, p.225).

Observa-se um novo impulso para o estabelecimento de grupos madeireiros na região que, a exemplo do que ocorrera anteriormente na região da *Terra do Meio*, passaram a delimitar suas áreas de influência, havendo, por vezes, conflitos e disputas pelo controle de áreas específicas. O Projeto de Assentamento Areia torna-se um centro de coordenação, controle e distribuição das toras extraídas nas áreas da Resex do Riozinho do Anfrísio, do Parna Jamanxin e da Flona Trairão. As toras são encaminhadas para as serrarias do município de Trairão e a madeira beneficiada segue para Miritituba, onde estão as sedes das principais madeireiras, que providenciam o transporte do material pela via fluvial (Figura 21) (TORRES et al., 2017).

Figura 14 – Esquema logístico do roubo de madeira das UCs na região de Trairão



Fonte: Torres (et al., 2017, p.173).

Apesar das operações realizadas pelo ICMBIO, entre os anos de 2011 e 2016, no intuito de coibir a exploração de madeira ilegal na região, observa-se a persistência da atividade extrativa. Os recursos limitados destinados a essas ações de fiscalização, bem como a ausência de uma atuação mais estratégica, focada nas instâncias superiores das organizações criminosas, não são suficientes para desmobilizar os agentes da frente madeireira, que continuaram movimentando vultuosas somas de dinheiro por meio da exportação da madeira (TORRES et al., 2017).

Além disso, as ações de fiscalização sofreram a resistência da própria população dos municípios de Itaituba e Trairão, que comumente partiam em defesa das madeiras, enxergando nelas uma das poucas oportunidades de emprego e, na ausência do Estado, de fornecimento de serviços básicos de transporte e infraestrutura de saneamento, saúde e

educação. “O governo não vem aqui nos ajudar a trabalhar e ainda tira nosso emprego não liberando os Planos de Manejo para a madeiras⁷⁹” (ICMBIO, 2010e).

Torres (et al., 2017) ressalta o papel ambíguo da atuação dos madeireiros na fronteira extrativa, ao tratar do caso específico de João Chupel Primo, representante de um dos grandes grupos madeireiros atuantes na região, assassinado em outubro de 2011, após efetuar uma série de denúncias contra a atuação de grupos madeireiros concorrentes:

[...] Afinal, Chupel era uma liderança comunitária ou um grileiro? Um madeireiro que saqueava ilegalmente UCs ou alguém que denunciava violações de direitos humanos? Essas questões inspiravam cautela às autoridades que recebiam o assustador volume de denúncias efetuadas por Chupel e Júnior José Guerra. Os dois, assim como tantos outros, apresentavam, simultaneamente, todos esses atributos. Chupel era um homem forjado na *fronteira*. Onde a atuação enviesada do Estado lançou, em apenas uma geração, camponeses que migraram na condição de expropriados, devido à ausência de reforma agrária no Sul e no Nordeste, à condição de expropriadores. Onde o saqueio de recursos naturais públicos, a grilagem de terras e a expropriação de comunidades tradicionais, entre outras ações, tornam-se banais e prosaicas.

E isso deve ser observado não de um ângulo moral, mas como condição política. Ser grileiro não impedia Chupel de ser um representante comunitário, empenhando-se, por exemplo, em levantar mais de R\$ 1 milhão para seus vizinhos desabrigados por um deslizamento de terras. O fato de ser um madeireiro que atacava UCs não o impedia de ser um “defensor da natureza na Amazônia”, como declarou Dom Frei Wilmar Santin em nota divulgada por ocasião do assassinato (João, 2011). Suas denúncias — que lhe custaram a vida — ofereceram, sem dúvida, a maior oportunidade (perdida) para se desarticular a organização criminoso que pilha a região. Enfim, não há clivagem moral, mas política, entre expropriador e expropriado. Assim como há sinuosa coerência no fato de Chupel ser autor de importantes denúncias de crimes ambientais pelos quais também seria autuado (TORRES et al., 2017, p.149).

Ressalta-se que as rupturas sociais e econômicas herdadas dos ciclos extrativos anteriores criaram as condições para o surgimento de personagens controversos como Chupel. Apesar de ser um fora da lei, grileiro e madeireiro, diante da ausência do Estado e da situação de penúria da população local, outrora expropriada de suas terras pelos mesmos agentes da fronteira extrativa, ele passa a ser visto como um herói que, com seus próprios meios, destina recursos à melhoria das condições das comunidades onde atua.

De toda maneira, observa-se uma tendência de queda na taxa de desmatamento na região da *Terra do Meio*, a partir de 2007, com uma estabilização entre os anos de 2001 e 2013

⁷⁹ Depoimento colhido por moradores do município de Itaituba, durante pesquisas para elaboração do Plano de Manejo da Flona do Crepori (ICMBIO, 2010e).

e uma nova tendência de alta, a partir de 2014⁸⁰. Entre os anos de 2011 e 2014 registra-se um aumento vertiginoso da extração de madeira ilegal e da abertura de estradas e ramais abertos em áreas sensíveis para a conservação como a Terra Indígena Cachoeira Seca e a Resex do Riozinho do Anfrísio (DOBLAS, 2015, ICMBIO, 2010b).

Na região da BR-163, o asfaltamento da rodovia, a transferência da etapa de cria de bezerros de outros locais e o aumento do preço da arroba do boi concorreram para inflacionar o mercado de terras na região de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, impulsionando o processo de apropriação e valorização das terras por meio do desmatamento e formação de pastagem, na década de 2010⁸¹. Contribuía para esse processo a sensação de impunidade gerada pelos processos de regularização fundiárias de áreas outrora griladas, levados a cabo no âmbito do Programa Terra Legal⁸². Soma-se a isso a capitalização dos comerciantes de Novo Progresso, propiciada pelo aumento vertiginoso do tráfego da caminhões graneleiros na BR-163, que impulsionou o investimento na pecuária e no desmatamento⁸³ (TORRES et al., 2017).

9.6. Fronteira energética

Em 2010, com o lançamento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), incrementa-se o investimento estatal nos Planos de Expansão de Setor Elétrico, tomados com prioridade durante o governo da presidente Dilma Rousseff, ex-ministra de Minas e Energia do Governo Lula. Nesse contexto, a construção das usinas hidrelétricas na Amazônia entra para a ordem do dia, com destaque para a UHE de Belo Monte, com seus 11.000 MW de potência instalada⁸⁴ (NASCIMENTO, 2017).

No município de Altamira, a dinâmica populacional é profundamente transformada com o início do processo de instalação da UHE de Belo Monte, após quatro décadas de

⁸⁰ O que os dados do PRODES/INPE mostram para o período é uma redução de cerca 500km² desmatados em 2007, para cerca de 100km² desmatados em 2011 na região da *Terra do Meio* (DOBLAS, 2015).

⁸¹ Nesse processo, um hectare de floresta podia saltar de R\$350,00 para R\$5.000, após desmate e implantação do pasto (TORRES et al., 2017).

⁸² O Programa Terra Legal foi lançado em 2009, baseado na MP 458/2009 e na Lei n° 11.952/2009, com o objetivo de acelerar a regularização de até trezentos mil ocupações informais em terras públicas da Amazônia Legal, em 463 municípios (BRASIL, 2009).

⁸³ Conforme salienta Torres (et al., 2017), a infraestrutura da soja capitalizava indiretamente o desmatamento, em regiões onde o plantio do grão não se expandiria. Fecha-se assim mais um ciclo extrativo iniciado com o capital acumulado da atividade madeireira na década anterior, que passa a ser reinvestido na produção de grãos (OLIVEIRA, 2005), que por sua vez ensejará a abertura de novas áreas para pastagens e para a própria extração de madeira.

⁸⁴ Apesar da capacidade apregoada de 11.000MW instalados, a produção efetiva de energia pela UHE de Belo Monte, fica em torno de 4.000MW, dadas as amplas variações na vazão do Xingu nas estações de seca e de cheia (NASCIMENTO, 2017; BRUM, 2020).

resistência dos movimentos sociais ligados às comunidades indígenas, ribeirinhas e de pequenos agricultores da região, apoiados por especialistas e instituições diversas que se debruçaram sobre os possíveis impactos de implantação da usina. A partir de negociações entre o governo federal e o setor empreiteiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza, em março de 2010, o leilão da UHE Belo Monte, vencido pelo consórcio Norte Energia, composto por um conglomerado de empresas, dentre elas a Eletronorte, o Grupo Eletrobras, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco e as Entidades de Previdência Complementar, ligadas à Petrobras (GONÇALVES et al., 2016).

O processo de licenciamento da UHE Belo Monte foi marcado por inúmeras controvérsias, envolvendo desde o real impacto ecológico do empreendimento e a redução real da vazão do rio na volta grande do Xingu, até o tamanho da área que seria de fato alagada, o número de famílias atingidas, bem como as formas de indenização dessas e a respectivas medidas compensatórias (GONÇALVES et al., 2016; BRUM, 2020).

Na catástrofe ecológica produzida pelas forças que geraram Belo Monte, todos os elementos estão presentes. Um leilão suspeito de fraudes, seguido pela formação de um consórcio-construtor composto pelas maiores empreiteiras do país, que mais tarde seriam objeto de denúncias da Operação Lava Jato; a imposição sobre os povos originários e tradicionais, violando a legislação brasileira e também internacional; a repressão e criminalização dos protestos contra a usina promovidos por participantes de movimentos sociais, indígenas e ribeirinhos, usando a Força Nacional contra o povo; o uso do instrumento jurídico autoritário da Suspensão de Segurança para impedir que as obras fossem paralisadas e assegurar que a usina se tornasse fato consumado antes que as ações fossem julgadas; a utilização da Abin para espionar movimentos sociais em pelo menos um caso comprovado; analfabetos assinando papéis que não eram capazes de ler em que perdiam todos os direitos ou aceitavam indenizações irrisórias para deixar suas casas, terras e ilhas; o comportamento omissivo (ou favorável à empresa) de órgãos federais e autoridades públicas que deveriam proteger o meio ambiente e os povos originários, mas não o fizeram ou o fizeram debilmente; a contratação de empresas de assessoria de imprensa que atuavam na desqualificação de jornalistas que denunciavam as violações de direitos na construção da usina, ao mesmo tempo em que faziam lobby junto à direção de jornais para enaltecer a “grande obra de engenharia”; mais recentemente, a contratação de advogados especializados em direito ambiental para processar jornalistas que denunciavam os abusos da Norte Energia (BRUM, 2020, não paginado).

O processo de construção da usina provocou um novo fluxo migratório para a cidade de Altamira, desde pessoas que foram trabalhar na construção da usina, até famílias migrando das áreas rurais atraídas pela promessa de aumento dos investimentos na região e a criação de novas oportunidades de trabalho. A esses se somaram as milhares de famílias atingidas pelo empreendimento, que por razões diversas tiveram que abandonar o modo de vida ribeirinho

para se instalar nas regiões periféricas de Altamira. O que se observa no município é um aumento nos últimos anos dos índices de criminalidade associados ao tráfico de drogas, prostituição, abusos sexuais, fazendo com que Altamira figurasse, em 2019, entre os municípios mais violentos do Brasil (GONÇALVES et al., 2016; BRUM, 2020).

A montante da barragem, destaca-se o caso dos ribeirinhos⁸⁵ que viviam nas diversas ilhas ao longo do Xingu, que deram lugar ao reservatório principal. Algumas famílias, após receberem uma indenização irrisória, precisaram ser reassentadas no município de Altamira, em condições totalmente diversas das quais usufruíam anteriormente. Longe do rio e das suas principais fontes de subsistência, foram separadas dos elementos estruturadores da comunidade e de seus modos de vida tradicionais. Aquelas que conseguiram se manter nas proximidades do rio, enfrentaram a dificuldade de estabelecerem áreas para plantio e viram a piscosidade do rio cair em função das alterações no ciclo hidrológico, eliminação do pulso de inundação, desmatamento e erosão nas margens dos rios e igarapés (GONÇALVES et al., 2016).

Antes do fechamento da barragem, a expectativa de indenização dos ocupantes das ilhas do Xingu ensejou o surgimento de um novo ator da fronteira extrativa agrária: o *barrageiro*, que nada mais é do que o grileiro especializado na apropriação de áreas atingidas por barragens, visando o posterior benefício da indenização. Diante do assédio dos *barrageiros*, muitos ribeirinhos que habitavam as ilhas à montante do Xingu, acabaram aceitando uma pequena quantia de dinheiro e indo com suas famílias se juntar à massa de excluídos no município de Altamira (GONÇALVES et al., 2016).

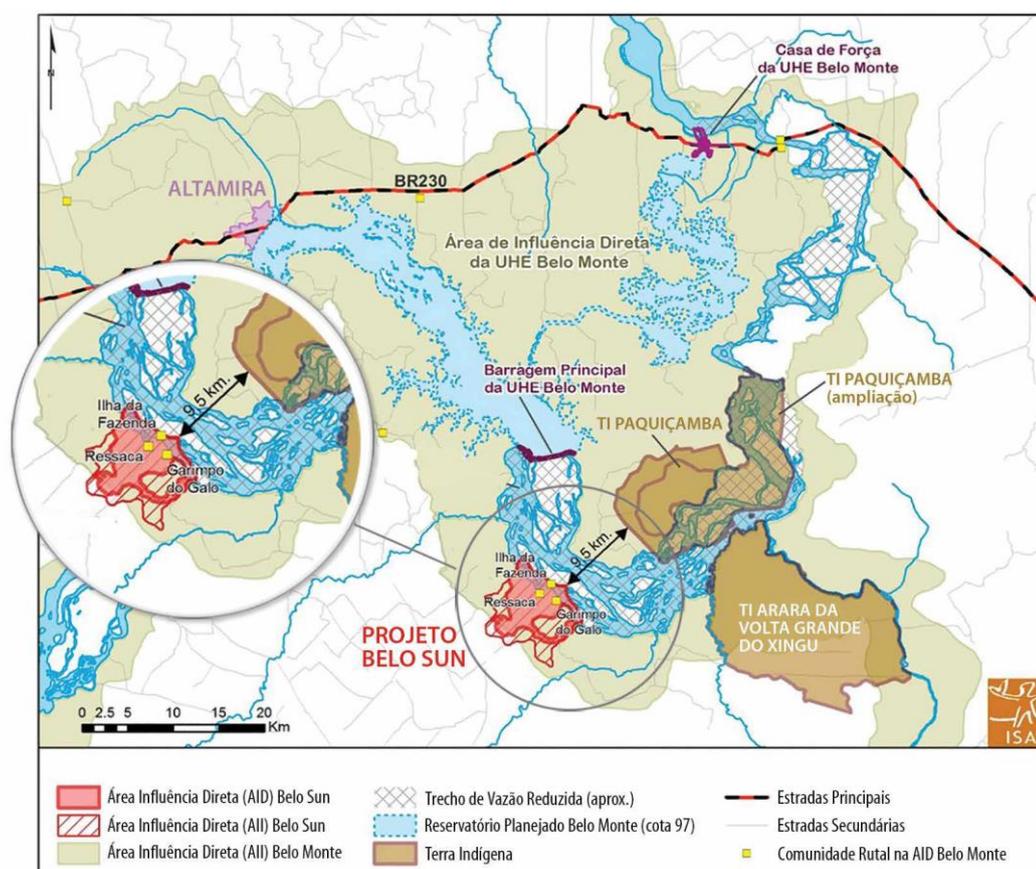
A jusante da barragem, na Volta Grande do Xingu, a redução da vazão do rio também provocou uma série de impactos ecológicos que afetaram diretamente o modo de vida das comunidades indígenas e ribeirinhas, com diminuição da ocorrência de peixes, tanto em quantidade quanto em diversidade de espécies, redução da pesca, escassez hídrica e o consequente dano à segurança alimentar das comunidades. Além do efeito da diminuição da vazão do rio, essas comunidades da Volta Grande do Xingu enfrentam adicionalmente os impactos do Projeto Volta Grande, da empresa Belo Sun Mineração Ltda, subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corp, que pretende extrair 73,7 toneladas de ouro do local, em 12 anos de exploração (Figura 22) (GOMES, 2017).

⁸⁵ Muitas dessas famílias já haviam se refugiado nas ilhas no processo de expropriação perpetrado pelos fazendeiros, durante o ciclo da pastoralização (ver ítem 9.3).

Uma liderança da TI Arara da Volta Grande, resume suas impressões sobre a sobreposição dos impactos da UHE e do projeto de mineração⁸⁶:

Eu dizia que essa barragem não ia prestar, e hoje nós bebemos essa água com tudo o que vem de lá. O rio não tem mais direção, ora está cheio, ora está seco. O pacu nesse período do ano melhorou, mas antes não tinha gosto de nada. O curimatã segue bom, mas o tracajá só tinha osso. Agora melhorou. São impactos que a Norte Energia trouxe. Nós não temos estrada aqui, dependemos do rio. Tudo a partir de Belo Sun vem para a gente. Estamos na ‘boca da onça’ para receber o que cai na água. Belo Sun nunca chegou nesta comunidade para falar conosco. Tenho receio também das invasões, do garimpo, dos marginais (GOMES, 2017, p.20).

Figura 15 – O projeto da Belo Sun na Volta Grande do Xingu



Fonte: Gomes (2017, p.8)

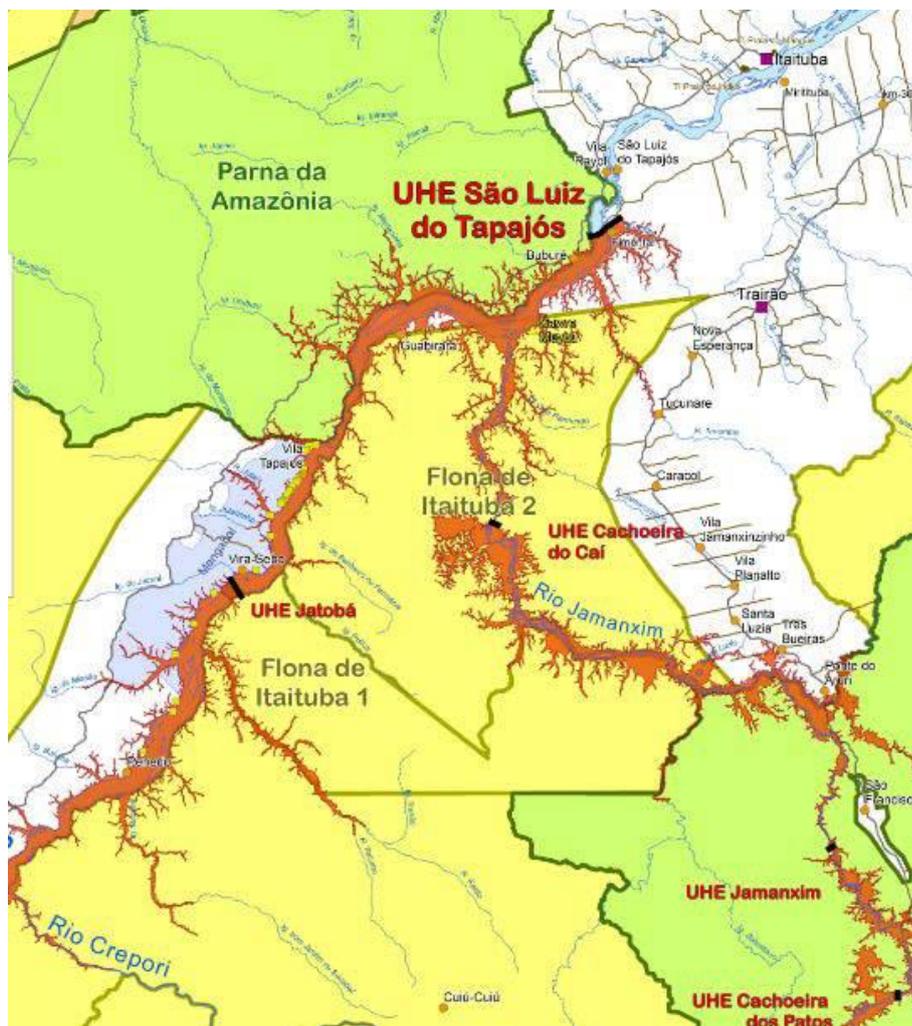
O Projeto Volta Grande tem restringido o acesso das comunidades às áreas tradicionalmente utilizadas para o extrativismo vegetal e também para o garimpo, que é praticado na região desde a década de 1940, sendo uma das principais fontes de renda das famílias que vivem hoje no Projeto de Assentamento da Vila da Ressaca. A presença da Belo

⁸⁶ Depoimento colhido durante a elaboração do Dossiê intitulado “As veias abertas da Volta Grande do Xingu”, editado pela Fundação Rosa Luxemburgo (GOMES, 2017).

Sun vem recrudescendo o histórico conflito que ocorre entre os trabalhadores do garimpo e as grandes empresas mineradoras (GONÇALVES et al., 2016; GOMES, 2017).

No vale do Tapajós, é o Complexo Hidrelétrico do Tapajós que vem prometendo gerar uma escalada de violência e conflitos semelhantes à de Belo Monte. Está prevista a construção de cinco usinas hidrelétricas, sendo duas no rio Tapajós e três no rio Jamanxim, perfazendo um total aproximado de 12.000MW de capacidade instalada. O empreendimento afetará as áreas das Flonas Itaituba I e II, do Parna da Amazônia e do Parna do Jamanxim, com perda de habitats de diversas espécies e o desaparecimento de inúmeros trechos encachoeirados (Figura 23). O aumento do nível dos rios inundará áreas onde hoje é desenvolvido o garimpo, empurrando a atividade extrativa ainda mais para o interior das unidades de conservação (ICMBIO, 2014).

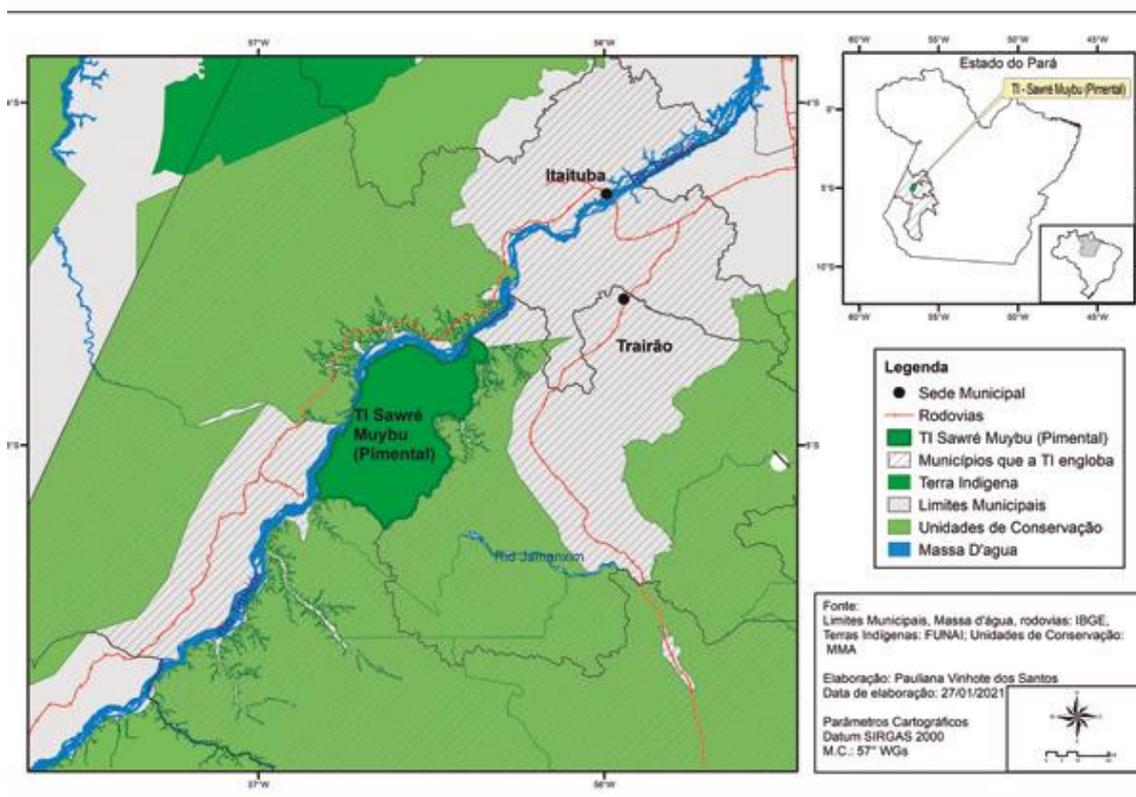
Figura 16 – Localização das UHE do Complexo Hidrelétrico do Tapajós



Fonte: ICMBIO (2014, p.200).

O caso se torna ainda mais complexo pela presença dos Munduruku na porção norte da Flona Itaituba II, onde está em processo de regularização a Terra Indígena Sawré Muybu (Pimental) (Figura 24). Configura-se assim um território disputado pelos Munduruku, pela Eletronorte, por madeireiros, por garimpeiros que já atuam no local e por empresas mineradoras que já formalizaram o requerimento para exploração de ouro e diamante no local (MONTEIRO, 2021; ICMBIO, 2014).

Figura 17 – Localização da Terra Indígena Sawré Muybu



Fonte: Monteiro (2021, p.229).

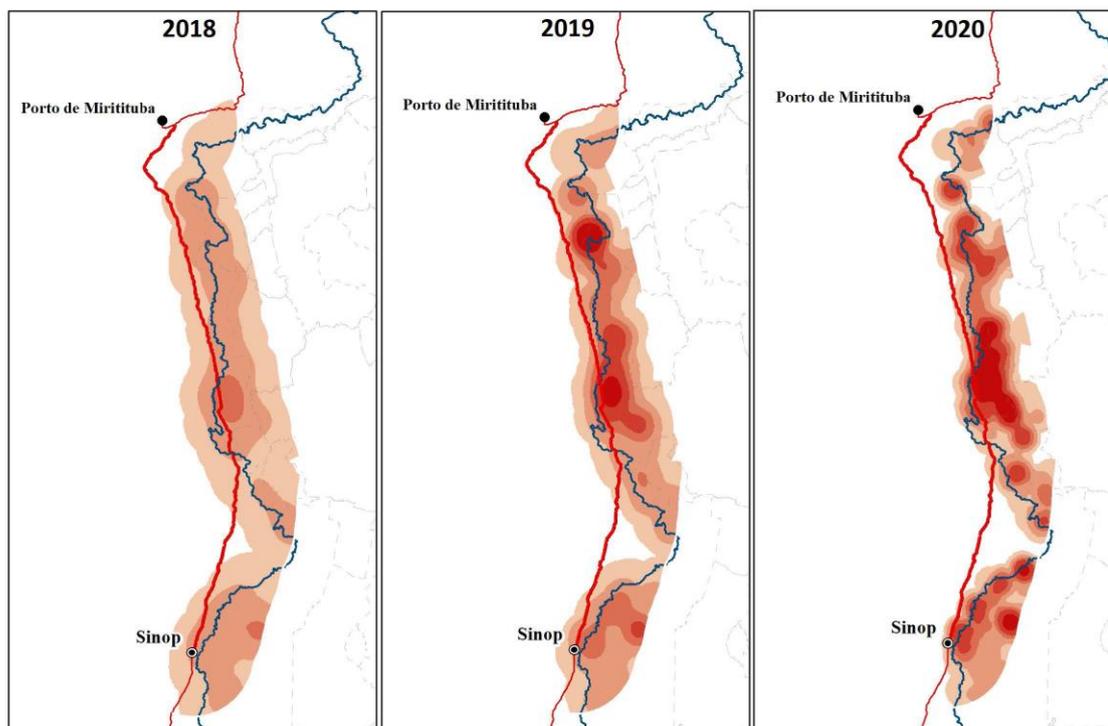
9.7. Radicalização agroextrativa

A partir da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, em outubro de 2018, observa-se uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa agrária. Antes mesmo de tomar posse, o discurso do presidente eleito de criminalização dos movimentos sociais do campo, ataques a ONGs ambientalistas e órgãos de fiscalização ambiental e sua promessa de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, foi suficiente para provocar uma onda de invasões de terras indígenas e unidades de conservação, queimadas e

desmatamento ilegal, mortes e violência em diversas regiões da fronteira amazônica⁸⁷ (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2018; FERREIRA, 2018; RIBAS, 2018).

No Sudoeste Paraense observa-se, entre os anos de 2018 e 2020, um avanço do desmatamento em duas frentes principais: a partir de Novo Progresso e de São Félix do Xingu (Figura 3). O que ameaça a conectividade do Corredor de Biodiversidade do Xingu, por meio da possibilidade de conexão dessas duas frentes. Nesse contexto destaca-se uma explosão do processo de grilagem de terras, garimpo ilegal e extração de madeira dentro das áreas protegidas. Entre os anos de 2019 e 2020, com a conclusão da pavimentação da BR-163, no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), observa-se o aumento do desmatamento ao longo desse trecho da rodovia, em especial na sua margem direita, tendo havido um aumento de 40% na taxa de desmatamento em 2019, em relação ao ano anterior, e um aumento de 58% em 2020 em relação a 2019, que já tinha sido um ano de aumento intenso do desmatamento (Figura 25). Tudo isso em um cenário em que persiste a falta de regularização fundiária, agravando-se a grilagem de terras (REDE XINGU+, 2020a).

Figura 18 – Evolução da densidade do desmatamento no trecho Sinop-Miritituba da BR-163, entre os anos de 2018 e 2020



Fonte: Rede Xingu+ (2020a, p.13).

⁸⁷ Já em novembro de 2018, o sistema de alerta de desmatamento do Instituto Imazon, indicava um aumento de 406% no desmatamento da Amazônia em relação ao mesmo período do ano anterior (IMAZON, 2018).

No dia 10 de agosto ocorreu o episódio que ficou conhecido como o “dia do fogo”, em que produtores rurais do Pará promoveram uma ação orquestrada para incendiar extensas áreas de floresta, a fim de chamar atenção do presidente da república para a necessidade de se desmatar, para que haja a produção. A ação planejada dos produtores foi revelada a partir de conversas em redes sociais de um produtor de Novo Progresso que foram interceptadas pela Polícia Federal. O dia do fogo abrangeu áreas de Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu, atingindo, em especial a Flona do Jamanxin, a Rebio Nacentes da Serra do Cachimbo e a APA Triunfo do Xingu. No final de semana dos dias 9 e 11 de agosto, os satélites do INPE detectaram 431 focos de incêndio em Altamira, representando 39% dos focos de incêndio registrados em todo o Brasil e uma alta de 179% em relação aos dias anteriores. Em Novo Progresso foram registrados 124 focos de incêndio, aumento de 300% em relação ao dia anterior. São Félix do Xingu apresentou 288 focos de incêndio entre os dias 9 e 11 de agosto, representando um aumento de 329% em relação aos três dias anteriores. Somente no APA Triunfo do Xingu foram perdidos 3.000 hectares de floresta no período⁸⁸ (MACHADO, 2019; CAMARGOS, 2020).

Em agosto de 2020, diante do cenário de avanço da fronteira extrativa na região da BR-163, os Kayapó ocuparam a estrada, na altura de Novo Progresso, reivindicando a renovação do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), ligado ao licenciamento da rodovia. O PBA-CI vinha garantindo, desde 2008, ações de fiscalização e monitoramento das TI’s Menkragnoti, Baú e Panará, realizado pelas próprias organizações indígenas. No mês seguinte, em decisão liminar, o MPF determinou que o governo federal renovasse o PBA-CI, alegando que as ações de mitigação são “imprescindíveis à reprodução física e cultural dos povos Kayapó Mekrãgnoti e Panará, e que devem persistir enquanto perdurarem os impactos crescentes do empreendimento rodoviário nos seus territórios”. A expectativa é que a pressão sobre esses territórios aumente ainda mais com a implantação do projeto Ferrogrão⁸⁹, que pretende implementar um eixo de mil quilômetros de transporte ferroviário de grãos, paralelo à BR-163 (REPÓRTER BRASIL, 2021).

⁸⁸ Em função de desentendimentos entre as polícias Civil e Federal e dos vínculos dos suspeitos com integrantes da bancada ruralista no Congresso Nacional, as investigações sobre o dia do fogo não prosperaram, sendo suspensas sem que tenha havido nenhum indiciado (CAMARGOS, 2021).

⁸⁹ O projeto Ferrogrão parte de uma proposta bancada pelo Consórcio Pirarara, formado pelas grandes corporações que dominam o mercado da soja – ADM, Amaggi, Bunge Cargill e Louis Dreyfus e está incluindo no Programa de Parcerias de investimentos (PPI) do governo federal, com custo de implementação estimado em R\$ 8,4 bilhões (REPÓRTER BRASIL, 2021)

Na bacia do Xingu, estima-se que entre 2018 e 2020 tenham sido desmatados 1.200 km² no interior de unidades de conservação e 660 km² no interior de terras indígenas (COWIE, 2021). A partir de 2020, o advento da pandemia de Covid-19, associado ao aumento do preço do ouro no mercado internacional e às restrições a operações de vigilância e repressão aos ilícitos por parte do Estado, provocou o aumento do desmatamento por garimpo nas terras indígenas, seguido do aumento do número de casos de ocorrência e morte por Covid-19 nessas áreas (REDE XINGU+, 2020b).

É o caso da TI Kayapó que, sendo a mais impactada pelo garimpo na bacia do Xingu, foi também a mais impactada por contágio e mortes por Covid-19. Até junho de 2020 tinham sido registradas 206 casos e ao menos seis mortes. O desmatamento por garimpo acumulado na TI de 1980 a junho de 2015 era de 2518 hectares. Esse número salta para 5713 hectares somente no período compreendido entre julho de 2015 e julho de 2019. Na TI Baú, a área desmatada por garimpo salta de 25 para 96 hectares somente entre abril e novembro de 2019, não parando de subir, desde então (REDE XINGU+, 2020b).

Somente em 2020, a TI Munduruku perdeu mais de 2 mil hectares de floresta para o garimpo ilegal. Em 2021 as terras indígenas Munduruku e Sai Cinza foram alvo de uma grande operação contra o garimpo ilegal, envolvendo agentes da Polícia Federal, Exército, Força Nacional e Ibama. Em retaliação, os garimpeiros invadiram a aldeia e incendiaram a casa de Maria Leuse Munduruku, uma das principais lideranças locais, que faz oposição ao garimpo no território Munduruku⁹⁰ (FOLHA, 2021; GUSSEN, 2021). Na cidade de Jacareacanga, manifestantes pró-garimpo tentaram invadir a base da Polícia Federal e depredar aeronaves e equipamentos policiais. No confronto entre os manifestantes e agentes da PF, dez garimpeiros ficaram feridos (MODELLI, 2021; CARNEIRO, 2021).

As Terras Indígenas Apyterewa, Cachoeira Seca, Ituna-Itatá e Trincheira Bacajá⁹¹ passaram a figurar no topo do ranking das mais desmatadas da Amazônia em 2020. As

⁹⁰ Adonias Munduruku foi apontado como o responsável pelo ataque. Ele foi um dos sete munduruku que embarcaram em um voo da FAB de Jacareacanga para Brasília em agosto de 2021. Na ocasião, o MPF abriu investigação sobre a conduta do então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que havia se encontrado com garimpeiros em Jacareacanga e atuado de forma a prejudicar a operação de combate ao garimpo ilegal dentro das terras indígenas Munduruku e Sai Cinza, no Vale do Tapajós. Além de ter ordenado a paralisação temporária da operação, Salles teria solicitado aeronave da FAB para levar para Brasília um grupo de moradores envolvidos com o garimpo nas terras indígenas, a fim de que reunissem com o próprio ministro e outras autoridades do governo federal, tendo em vista a legalização do garimpo em terras indígenas (G1, 2020; FOLHA, 2021).

⁹¹ Em agosto de 2020, veio a falecer, em decorrência das complicações causadas pela Covid-19, o caçique Beptok Kaiapó Xikrin, de 78 anos, líder histórico da aldeia Pyatko, conhecido como o caçique Onça. Se tratou da primeira vítima indígena do novo coronavírus na região do médio Xingu (GALVANI, 2020).

operações do Ibama realizadas nessas áreas entre novembro de 2019 e abril 2020 estavam logrando sucesso na redução do desmatamento. O cancelamento, porém, de forma injustificada das ações de fiscalização do Ibama, seguida da exoneração dos fiscais responsáveis, fez o desmatamento explodir nessas terras indígenas, a partir de maio de 2020 (REDE XINGU+, 2020a).

Durante as operações do Ibama foram recolhidos uma série de depoimentos e denúncias que resultaram na autuação do empresário Jassonio Costa Leite em R\$105,5 milhões, por ter desmatado uma área de mais de 21 mil hectares na Terra Indígena Ituna-Itatá. O empresário foi identificado nas investigações como chefe de uma organização criminosa especializada na grilagem de terras indígenas na Amazônia, tendo arrecadado cerca de R\$ 1 milhão com a venda de lotes irregulares dentro da terra indígena, entre 2018 e 2020. No início de Abril de 2020, a equipe de agentes do Ibama realizou várias incursões nas terras indígenas da região e lavrou 26 autos de infração, 24 apreensões e 17 termos de destruição de máquinas e equipamentos. As imagens da destruição dos equipamentos repercutiram negativamente no Palácio do Planalto, tendo o presidente da república condenado as ações e cobrado providências (CORREIO BRAZILIENSE, 2021; ESTADÃO, 2021).

Os coordenadores da operação do Ibama foram exonerados duas semanas após a operação realizada para combater o garimpo ilegal na Amazônia, em Abril de 2020. No início do mesmo mês o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, já tinha sido exonerado, após matéria veiculada no programa Fantástico, sobre a ação de garimpeiros ilegais no Pará e a conivência dos órgãos federais (REDE XINGU+, 2020a).

As invasões na TI Trincheira Bacajá alcançaram em agosto de 2019 a alarmante taxa de 1.115 hectares desmatados, a maior taxa mensal de desmatamento desde a sua homologação, em 1996. Na ocasião, um grupo de invasores ameaçou de morte as lideranças Xikrin, dizendo que iriam “caçar os índios”. Nesse período foi reativado um ramal saindo das TI's Apyterewa e Araweté/Igarapé Ipixuna, entrando 40 km pra dentro do território Xikrin (REDE XINGU+, 2020a). As invasões são impulsionadas pela expectativa de regularização das terras griladas, pelos discursos das autoridades públicas a favor da redução das terras indígenas e à inoperância dos órgãos federais responsáveis pela fiscalização (REDE XINGU+, 2020a).

Estando localizada na área de influência da UHE Belo Monte, a TI Apyterewa teve o seu processo de desintrusão incluído como parte das condicionantes ambientais para instalação da usina, e deveriam ter sido implementadas em 2011 (REDE XINGU+, 2020a). Não foi o que ocorreu. O processo de desintrusão teve início em 2016, com a retirada da maior parte dos pequenos agricultores que aceitaram como compensação a transferência para um Projeto de

Assentamento criado nas proximidades da TI. Com a deposição da presidente Dilma Rousseff, a desintrusão foi interrompida, sendo retomada em 2017 para retirar 400 famílias de posseiros ainda presentes na TI. Por pressão de grupos econômicos vinculados a atividades agropecuárias e madeireiras extensivas, o processo de desintrusão foi interrompido em 2018, por tempo indeterminado (MONTEIRO, 2021).

Desde então, o processo de desintrusão da TI Apyterewa segue inconcluso e a sua porção sudoeste encontra-se hoje tomada por atividades agropecuárias e de mineração, tendo os indígenas realizado sucessivos atos envolvendo a interdição da Transamazônica, tentando sensibilizar as autoridades para a situação de fragilidade da TI. Em 2020 foi revelado um esquema de grilagem de terras envolvendo a venda ou doação de lotes no interior da TI, coordenadas por redes criminosas. O garimpo ilegal também disparou dentro da TI, desmatando 146,4 hectares, entre os anos de 2018 e maio de 2020 (REDE XINGU+, 2020a; 2020b; MONTEIRO, 2021).

A TI Cachoeira Seca encontra-se em situação semelhante. O seu processo de desintrusão também fora acordado como condicionante à construção da UHE de Belo Monte. O que se observou, contudo, foi a intensificação do roubo de madeira na TI, a partir de 2016 e a pressão cada vez maior de garimpeiros e empresas mineradoras que acumulam requerimentos de extração mineral dentro da TI. Em 2018, os Arara se juntaram aos Parakanã no ato que interditou a Transamazônica, exigindo providências do governo federal em relação à situação de invasão de suas terras. O pleito incluiu também a TI Arara, que sofreria no final de 2018 um ataque organizado por madeireiros e especuladores de terra, que lotearam um trecho de 20 quilômetros. Atualmente, os Arara são forçados a empregar grande parte de sua energia na vigilância do seu território (MONTEIRO, 2021).

As unidades de conservação também vêm sofrendo com o recrudescimento da fronteira extrativa. Na Resex Riozinho do Anfrísio foi registrada, entre 2018 e 2020, a abertura de mais de 366 km de estradas ilegais, para viabilizar a retirada e o escoamento de madeira. Além da intensificação do roubo da madeira, a Resex assistiu à reativação do garimpo Fortaleza, fechado desde 2004. O garimpo foi reaberto em 2018 e teve em 2019 a atividade intensificada com o uso de maquinário pesado. O retorno dos garimpos ilegais também foi registrado na Resex do Rio Iriri, no Parna Serra do Pardo e na Flona de Altamira. Moradores do Parque Nacional relataram que os invasores espalhavam boatos de que a área não estava mais protegida, que o ICMBio e o Ibama não funcionavam mais e que o garimpo tinha sido legalizado (REDE XINGU+, 2020a; 2020b).

Nas duas APAs estaduais a devastação acelerou vertiginosamente entre 2018 e 2020. A APA Triunfo do Xingu perdeu mais de 93 mil hectares de floresta no período, consolidando-se como a unidade de conservação mais desmatada do Brasil. O desmatamento é motivado, em especial pelo processo de especulação fundiária. Em 2019, foi registrado um desmatamento de mais de 9 mil hectares em apenas um mês, em função das expectativas criadas com o sancionamento da nova lei agrária do Pará (Lei 8.878/2019), que favorece a regularização das áreas anteriormente griladas (REDE XINGU+, 2020a).

Na Floresta Estadual do Iriri foi detectada em 2018 a abertura de uma pista de pouso e de uma estrada vinda da Esec da Terra do Meio. Em agosto de 2020 essa estrada foi finalizada e reativada, interconectando as duas UCs. A Fes do Iriri é fruto da cobiça de ambas as frentes de desmatamento: a que vem de Novo Progresso, na área de influência da BR-163, e a que vem de São Félix do Xingu. Em 2020 foram encontrados 201 imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) dentro da floresta estadual, correspondendo a 90% do seu território e indicando um esquema de ocupação irregular de terras, por meio do loteamento virtual da UC (REDE XINGU+, 2020a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar os embates entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense, colocando em perspectiva, de um lado, os sucessivos ciclos extrativos sofridos pela região, desde o período colonial e, de outro, a coalização de diferentes atores e projetos político-institucionais, que forçaram um novo ordenamento do território e possibilitaram, em certa medida, a contenção do avanço da fronteira extrativa agrária na região. Para tal, foi necessário delimitar o conceito de fronteira extrativa agrária e fronteira socioambiental e analisar o processo histórico de formação de cada uma, antes de poder aplicar o modelo de análise proposto.

Desde o período colonial, cada ciclo extrativo que se sucedia no Sudoeste Paraense provocava um conjunto de rupturas sociais, ecológicas e econômicas que criavam as condições necessárias para o estabelecimento do ciclo extrativo seguinte. Desencadeou-se, assim, os padrões de apropriação da natureza e uso da terra que consolidaram a região como uma fronteira extrativa agrária.

A dizimação das populações indígenas da várzea do Amazonas, combinada com a política de descimentos e formação de aldeamentos missionários, durante o ciclo extrativo das *drogas do sertão*, favoreceu a posterior formação dos latifúndios e o aliciamento da mão de obra indígena para as frentes agrícolas e pecuárias, durante o período do Diretório, sob a administração do Marquês de Pombal. A consolidação dos latifúndios favoreceu, por sua vez, as oligarquias agrárias na política estadual de concessão de terras para a formação dos seringais, durante o ciclo da borracha. O despovoamento das áreas de várzea, provocado pelos ciclos extrativos anteriores, ensejou a política migratória e o estabelecimento do sistema de aviamento, com condições extremamente aviltantes para os seringueiros.

A letargia econômica e a desarticulação social herdadas do ciclo da borracha oportunizaram a caracterização dos vales do Xingu e Tapajós como “vazios demográficos”, propícios à implantação de grandes projetos de infraestrutura pelo Estado, a fim de favorecer agentes privados, ligados ao setor agropecuário. A abertura das rodovias, a partir da década de 1960, alcança os povos indígenas que haviam se dispersado para as áreas de terra firme, a fim de escapar da escravidão e da morte, durante o período colonial. Os conflitos com os indígenas são agravados com a chegada dos migrantes e a implantação dos projetos de assentamento oficiais, que não levaram em conta os aspectos socioecológicos da região.

A abertura das rodovias e o apoio insuficiente do Estado aos projetos de assentamento oficiais favoreceram a incursão sobre as jazidas minerais e a formação de um grande

contingente de garimpeiros, no Sudoeste Paraense. O ciclo da extração mineral serviu para abrir novas estradas e ramais e disponibilizar a mão-de-obra que seria aproveitada pelas empresas madeireiras, que começaram a migrar para a região, vindas do Norte do Mato Grosso e do Leste do Pará. A exploração madeireira intensifica a abertura de novas estradas e ramais e abre caminho para o processo de conversão de grandes áreas florestadas em pastagens, o que vem a se tornar o principal mecanismo de apropriação ilegal de terras públicas na região.

Inaugura-se o ciclo extrativo da terra, onde a apropriação da terra se dá para fins especulativos, e não tanto pelo interesse na exploração dos recursos nela presentes. Nova onda de expropriações se abate sobre as comunidades ribeirinhas e agricultores familiares, que haviam resistido ao fim do ciclo da borracha e à implementação dos projetos agropecuários na região.

A inserção da região amazônica no *consenso das commodities* coincide com a implantação do complexo produtivo da soja no vale do Tapajós, tornando a BR-163 um importante eixo de escoamento da produção do grão. O aumento do fluxo graneleiro na rodovia permitiu a capitalização de comerciantes na região de Novo Progresso, impulsionando novos investimentos no desmatamento para formação de pastagens.

Antes que toda a floresta fosse convertida em pastagem, e que os territórios sucumbissem à fúria do garimpo e da extração madeireira, movimentos sociais formados por colonos, ribeirinhos e indígenas, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, passaram a se organizar, reivindicando do Estado a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a região, voltado para a consolidação dos assentamentos e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Um novo modelo produtivo passou a ser buscado, tendo em vista a redução dos impactos da agricultura no solo e na biodiversidade. Uma política de ordenamento do território era exigida, de forma a proteger os povos indígenas e comunidades extrativistas e garantir a manutenção das áreas florestadas, frente o avanço da fronteira extrativa. A aliança com as grandes organizações ambientalistas internacionais, tais como Greenpeace, CI, TNC e WWF deu projeção internacional às demandas presentes nos territórios e aumentaram a pressão sobre o governo federal para que fossem criadas áreas protegidas que garantissem a proteção da diversidade biológica e cultural da região.

A campanha internacional do Greenpeace contra a extração ilegal de mogno na região da *Terra do Meio*, o assassinato de lideranças e ativistas como o Dema e a Irmã Dorothy e a pressão popular para adoção de medidas mitigatórias, frente o asfaltamento da BR-163, apressaram as negociações com o governo federal que levaram à criação do mosaico de

unidades de conservação na região. A instituição das áreas protegidas abriu caminho para que financiamentos de fontes diversas, tais como Banco Mundial, PP-G7, ARPA, Fundo Amazônia, fundações e organizações internacionais, viabilizassem projetos, desenvolvidos nos territórios por atores diversos, voltados para a gestão ambiental e territorial, o desenvolvimento de cadeias produtivas de base florestal, o fortalecimento da organização social e produtiva, e a valorização dos saberes e práticas tradicionais. O Sudoeste Paraense consolida-se, assim, enquanto uma fronteira socioambiental.

A região torna-se então um território em disputa pelos agentes da fronteira extrativa agrária e da fronteira socioambiental. A contradição se dá a partir do momento em que as atividades extrativas avançam, com a conivência e apoio do Estado, sobre as áreas protegidas, criadas pelo próprio Estado, justamente para conter esse avanço. Após a criação das unidades de conservação, os agentes da fronteira extrativa agrária permaneceram mobilizados, alternando para a comercialização da madeira, ao invés da terra, o foco da acumulação extrativa. Nas áreas controladas pelo Estado do Pará, o processo de grilagem por *pastoralização* não foi interrompido, caso da APA do Triunfo do Xingu, ou se estabeleceu um processo de loteamento virtual por meio do CAR, caso da Fes do Iriri.

A construção da UHE de Belo Monte ensejou um novo ciclo de expropriação de comunidades indígenas e ribeirinhas na região da Volta Grande do Xingu, alterando a dinâmica demográfica de Altamira e provocando o aumento da pobreza e violência na cidade. Com a deposição da presidente Dilma Rousseff e a posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, ocorre uma desregulamentação ambiental e agrária e um desmonte dos órgãos de fiscalização, ensejando uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa. Explode o garimpo, o roubo de madeira, a grilagem de terras, bem como o desmatamento associado a essas atividades, no interior das terras indígenas e das unidades de conservação, colocando em risco as populações que vivem nesses territórios e descredibilizando o projeto conservacionista que um dia foi proposto quando essas áreas foram institucionalizadas.

Diante da necessidade de cerrar fileiras contra a aceleração do avanço da fronteira extrativa, a tendência é que sejam atenuados os tensionamentos existentes no interior da fronteira socioambiental, provocados pelos interesses divergentes dos atores que atuam na escala dos territórios e dos que atuam nas escalas nacional e global. Estabelece-se uma queda de braço entre o avanço contínuo das atividades extrativas sobre os territórios e a defesa das áreas florestadas, independente dos fins almejados para elas.

Além do mais, a fronteira socioambiental busca se consolidar não somente como uma resistência ao avanço da fronteira extrativa agrária, mas também como uma proposta alternativa de desenvolvimento para a região, com foco no aproveitamento econômico da biodiversidade e no fortalecimento dos territórios, a partir de uma perspectiva comunitária.

A insurgência da fronteira extrativa agrária sobre a fronteira socioambiental, mesmo após todas as conquistas político-institucionais no sentido de conter esse avanço agroextrativo, pode ser explicado primeiramente pelo recrudescimento da ordem neoliberal e o estabelecimento do extrativismo como o principal mecanismo de acumulação do capital. Em segundo lugar pelo papel renovado relegado à América Latina e, em particular à Amazônia, de fornecedora de bens primários nesse contexto e, por fim, pela atuação precária e conivente do Estado brasileiro no sentido de favorecer os interesses do capital extrativo, por meio do processo de desmonte e paralisação das políticas ambiental, agrária e indigenista.

Fica claro o papel do Estado no sentido de definir o modelo de desenvolvimento a ser priorizado e dispor dos instrumentos legais e dos recursos necessários para a sua implementação. A simples entrega da região ao sabor das flutuações da dinâmica da fronteira significará o predomínio definitivo da lógica extrativa, pois é ela que rege a atual fase da economia globalizada.

Entender de que forma os diferentes atores se organizarão daqui pra frente, em ambos aspectos da fronteira amazônica, na busca pela hegemonia e controle do território e identificar estratégias políticas possíveis de serem adotadas para fazer prevalecer o modelo socioambiental, torna-se tarefa de investigações posteriores.

REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Luis Borelli et al. **Estudos Avançados: Dossiê Amazônia brasileira I**, v.89, n.19, p.530, 2005

AGÊNCIA BRASIL. **Agricultores expulsos de área indígena se amarram na frente do Ministério da Justiça**. Agência Brasil, 06/04/2011. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-04-06/agricultores-expulsos-de-area-indigena-se-amarram-na-frente-do-ministerio-da-justica>. Acesso em 31/07/2021.

AFP – ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA. Disponível em: <https://florestaprotegida.org.br/sobre>. Acesso em 16/10/2021.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e Localismo: Movimentos Sociais e Crise dos Padrões Tradicionais de Relação Política na Amazônia**. Xerox, 1992.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Brasília: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável), CDS-UnB, 2002.

ANDRADE, Daniela. Neoliberal extractivism: Brazil in the twenty-first century. **The Journal of Peasant Studies**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2030314>

AQUINO, Yara. **Temer veta MPs que poderiam reduzir áreas de preservação ambiental**. Agência Brasil, 19/06/2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-06/temer-veta-mps-que-poderiam-reduzir-areas-de-preservacao-ambiental>. Acesso em 30/09/2021.

ARAÚJO, Nelcionei. **As tensões territoriais ribeirinhas na Reserva Extrativista Médio Juruá (AM)**. Niterói: tese (doutorado em Geografia), UFF, 2007.

BAIA JÚNIOR, Pedro Chaves. **Entre o Ouro e a biodiversidade: garimpos e unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, Brasil**. Belém: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido). NAEA-UFPA, 2014.

BARBOSA, Josimas Alves. A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém-Pará, Brasil. **RIDB**, Ano 3, n.9, 2014.

BECKER, Bertha K.; MACHADO, Lia O.; MIRANDA, Mariana. **Fronteira Amazônica: questões sobre gestão do território**. UnB, UFRJ, 1990.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. Um futuro para a Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 3. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p.7-199.

BECKER, Bertha K. Signification actuelle de la frontiere: une interpretation géopolitique à partir Du cas de l'Amazonie Brésilienne. **Cahiers des sciences humaines**, v.22, n. 3/4, 1986.

_____. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.

_____. Amazônia: fronteira experimental para o século XXI: atores, estratégias, conceitos. In: BECKER, Paulo (org.). **Bioética no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

_____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patricio; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA Júnior. **50 anos de formação econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro, 2009a, p.471-503.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

_____. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: **Um projeto para a Amazônia no século 21**: desafios e contribuições. Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2009c.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Ciências Humanas, v.5, n.1, p.17-23, Belém, 2010.

_____. Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 2. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 3. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b. p.373-410.

_____. Geopolítica da Amazônia. In VIEIRA, Ima Célia Guimarães (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 3. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015c. p.451-470.

_____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In VIEIRA, Ima Célia Guimarães (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 3. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015d. p.471-503.

BENSUSAN, Nurit. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (Orgs.). **A Diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014, pp.30-81.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de; ZHOURI, Andréa; IORIS, Antonio A. R.; BRANDÃO, Carlos; BERMANN, Célio; HERNÁNDEZ, Francisco del M.; BEZERRA, Gustavo N.; ACSELRAD, Henri; PAULA, João A.; LASCHEFSKI, Klemens; COELHO, Maria C. N.; MONTEIRO, M. A.; GARZON, Luis F. N.; CUNHA, Luis H.; WANDERLEY, Luiz J. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio Janeiro: Lamparina, 2010, p.39-70.

BRANDÃO JR, Amintas; SOUZA JR, Carlos. **Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia**. IMAZON: 2013. Disponível em: <https://amazon.org.br/desmatamento-nos-assentamentos-de-reforma-agraria-na-amazonia/>. Acesso em 31/08/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº. 627, de 30 de julho de 1987**. Cria modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto nº. 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. **Decreto nº. 6.527, de 1º de agosto de 2008**. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria Interministerial nº. 239, de 21 de julho de 2009**. Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009**. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

_____. **Lei nº. 13.123, de 20 de maio de 2015**. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **A convenção sobre diversidade biológica**. Brasília, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – Epanb 2016-2020**. Brasília, DF, MMA, 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Arranjos produtivos locais: APLs de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília: MMA, 2017.

BRUM, Eliane. **O povo do meio**. Eliane Brum: desacontecimentos, 04/10/2004. Disponível em: <http://elianebrum.com/programas-e-resenhas/o-povo-do-meio/>. Acesso em 31/08/2021.

_____. **Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?** El País, 10/12/2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-10/como-pode-uma-empresa-controlar-a-vida-e-a-morte.html?event_log=oklogin. Acesso em 13/09/2021.

BUNKER, Stephen. Modes of Extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: the Brazilian Amazon, 1600-1980. **American Journal of Sociology**, v.89, n.5, p.1017-1064, 1984.

_____. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and the failure of the modern state.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BÜSCHER, Bram; FLETCHER, Robert. Accumulation by conservation. **New Political Economy**, 2014. DOI:10.1080/13563467.2014.923824

CAMARGOS, Daniel. **‘Dia do Fogo’ completa 1 ano sem presos nem indiciados; impunidade incentiva destruição da Amazônia.** Repórter Brasil, 10/08/20. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/dia-do-fogo-completa-1-ano-sem-presos-nem-indiciados-impunidade-incentiva-destruicao-da-amazonia/>. Acesso em 15/10/2021.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre.** Niterói: tese (doutorado em geografia), UFF, 2009.

CARDOSO, Alanna Souto. **Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará, Século XVIII.** Belém: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido), NAEA-UFPA, 2018.

CARNEIRO, Taymã. **Conflito entre agentes federais e garimpeiros deixa ao menos dez feridos no Pará.** TV Liberal, G1 PA, 26/05/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/26/conflito-entre-agentes-federais-e-garimpeiros-deixa-ao-menos-dez-feridos-no-para.ghtml>

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (ORG.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências.** Belém: NAEA, 2017.p.19-48.

CASTRO, José Roberto. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil.** Nexo Jornal, 31/03/2016. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>. Acesso em 27/02/2020.

CEFTBAM – Centro de Estudos, Pesquisa e Formação de Trabalhadores do Baixo Amazonas *et al.*. **Encontro em defesa da sustentabilidade do Baixo Amazonas e BR-163.** Documento final. Santarém: 7 de dezembro de 2003.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015.** CIMI/CNBB, 2016.

_____. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2016. CIMI/CNBB, 2017.

_____. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017. CIMI/CNBB, 2018.

_____. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018. CIMI/CNBB, 2019.

CHAPIN, Mac. A challenge to conservacionists. **World Watch Magazine**, november/december, 2004.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Institucional**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/>. Acesso em 22/11/2021.

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. **Quem somos**. Disponível em <https://coiab.org.br/quemsomos>. Acesso em 30/11/2020.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. In: **Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**, nº4. Anais. Brasília, 1985. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1200296967_19012017153912.pdf

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto.L.(ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.15-48.

CORREIO BRAZILIENSE. **Ibama identifica o maior grileiro de terras indígenas da Amazônia**. Correio Braziliense, 16/04/2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/04/4918680-ibama-identifica-o-maior-grileiro-de-terras-indigenas-da-amazonia.html>

COSTA, Solange M.G. Expansão da soja na Amazônia: os conflitos sociais após a chegada de soja na região do Baixo Amazonas no Pará. **34º Encontro Anual da ANPOCS**. ST14: Ideologia do desenvolvimento, sujeitos sociais e conflitos socioambientais. Belém, 2010.

COWIE, Sam. **Desmatamento na bacia do Xingu dispara sob governo Bolsonaro**. Mongabay, 10/06/2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/06/desmatamento-na-bacia-do-rio-xingu-dispara-sob-governo-bolsonaro/>. Acesso em 13/09/2021.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2020.

_____. **Conflitos no campo: Brasil 2020**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2021.

_____. **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2022.

CRONNON, Willian. **Uncommon ground**: rethinking the human place in nature. New York: W.W. Norton & Co., 1996.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: **Identidade Território e Resistência**. SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho (Orgs.). 1.Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.37-72.

CUNHA, Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **REVISTA USP**, São Paulo, n.75, p.76-84, 2007.

_____. Índios na constituição. **Novos estud. CEBRAP**, vol.37, n.3, p.429-443, 2018. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201800030002>.

DANTAS, Carolina. **Atual proposta de orçamento para Ministério do Meio Ambiente é a menor em 21 anos, aponta relatório**. Portal G1, 22/01/2021. Disponível em : <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/01/22/actual-proposta-de-orcamento-para-ministerio-do-meio-ambiente-e-a-menor-em-21-anos-aponta-relatorio.ghtml>. Acesso em 22/01/2021.

DEATH, Carl. Four discourses of the green economy in the global South. **Third World Quarterly**, v.36, n.12, p.2207-2224, 2015. DOI: 10.1080/01436597.2015.1068110

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudo Avançados**. V.15, n.43, p.157-172. 2001.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Bolsonaro promete acabar com o Ministério do Meio Ambiente; Haddad propõe transição ecológica**. De Olho nos Ruralistas, 24/10/2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/24/bolsonaro-promete-acabar-com-o-ministerio-do-meio-ambiente-haddad-propoe-transicao-ecologica/>. Acesso em 06/10/2021.

DIACON, Todd A. **Rondon**: o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIAS, Jaqueline Evangelista. Programa de apoio ao agroextrativismo e aos povos e comunidades tradicionais. Projeto PNUD/BRA/08/012. **Relatório técnico contendo subsídios e metodologia para a organização e orientação dos debates a serem realizados no Seminário de Avaliação do Programa Nacional da Sociobiodiversidade e Arranjos Produtivos Locais – APLs**. Relatório de consultoria. Governo Federal, Brasília, MMA, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

DOBLAS, Juan. **Rotas do saque**: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA). São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2015.

DOMINGUES, Gabriel; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. Os povos e comunidades tradicionais e a política de conservação da biodiversidade brasileira. In: **VIII Simpósio**

Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

Anais. Curitiba, 2017. Disponível em:

https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1505500997_arquivo_artigosinga201714_9_vicente.pdf

DOMINGUES, Gabriel; SAUER, Sérgio. A grande fronteira: Amazônia e a formação do sistema extrativo agrário global. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.24, n.3, p.447-458, set./dez/, 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e79713.

ESTADÃO. PF faz busca e apreensão contra maior grileiro de terras indígenas da Amazônia. Estadão, 20/07/2020. Disponível em:

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,pf-faz-busca-e-apreensao-contra-maior-grileiro-de-terras-indigenas-da-amazonia,70003784175>. Acesso em 15/10/2021.

ESTEVES, Bernardo. O meio ambiente como estorvo. **Revista Piauí**, Ed.153, jun.2019.

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-meio-ambiente-como-estorvo/>.

Acesso em 16/06/2020.

FASOLO, Carolina. Retomando o Brasil: Acampamento Terra Livre completa 18 anos de luta. **Instituto Socioambiental**. Notícias Socioambientais, 07 de abril de 2022. Disponível em:

<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/retomando-o-brasil-acampamento-terra-livre-completa-18-anos-de-luta>. Acesso em 26/05/2022.

FEM – Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. **Povos Indígenas no Acre**. Rio Branco: FEM, 2010.

FERNANDES, Vera Fróes [et al.]. **Linha do Tucum: artesanato da Amazônia**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura Amazônica, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá.

Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERREIRA, Lola. **Como fica a luta por direitos humanos no país do presidente que**

prometeu acabar com todos os ativismos. Gênero e Número, 28/10/2018. Disponível em:

<https://www.generonumero.media/como-fica-luta-por-direitos-no-pais-do-presidente-que-prometeu-acabar-com-os-ativismos/>. Acesso em 06/10/2021.

FETAGRI-BAM – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ, REGIONAL BAIXO AMAZONAS *et al.*. **Encontro Regional da produção familiar ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém: os desafios para ordenar o território**. Documento final. Itaituba: 12 de dezembro, 2003.

FOLHA. **Em reação a operação contra mineração ilegal, garimpeiros incendeiam aldeia de líder indígena no PA**. Folha, 26/05/2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/em-reacao-a-operacao-contra-mineracao-ilegal-garimpeiros-incendeiam-aldeia-de-lider-indigena-no-pa.shtml>. Acesso em 15/10/2021.

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. Disponível em:

<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em 22/11/2021.

FRANCO, Jennifer C.; BORRAS Jr., Saturnino M. Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. **Land Use Policy**. Vol. 84, 2019, p. 192-199. DOI: 10.1016/j.landusepol.2019.03.013.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

_____. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. In: **História** (São Paulo) v.32, n.2, p.21-48, jul./dez. 2013.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Disponível em www.funai.gov.br. Acesso em 25/06/2019.

FUNDO AMAZÔNIA. **Doações**. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/>. Acesso em 24/09/2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FVPP – FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR. **A Fundação Viver, Produzir e Preservar**. FVPP, 28/09/2011. Disponível em: <http://fvpp.blogspot.com/>. Acesso em 21/08/2021.

FVPP – FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR; FETAGRI/PA – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ. **Conferência popular regional: o desenvolvimento do território da Transamazônica e Xingu e Santarém-Cuiabá**. Carta de apoio ao Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Oeste Paraense. Altamira, 24 de outubro de 2003.

GALVANI, Giovanna. **Desmatamento aumenta 827% em terra indígena no período da pandemia**. Carta Capital, 02/09/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/desmatamento-aumenta-827-em-terra-indigena-no-periodo-da-pandemia/>. Acesso em 07/10/2021.

G1. **Avião da FAB é usado para levar garimpeiros ilegais do PA para reunião com ministro Salles em Brasília, diz MPF**. G1, 21/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/21/aviao-da-fab-e-usado-para-levar-garimpeiros-ilegais-do-pa-para-reuniao-com-ministro-salles-em-brasilia-diz-mpf.ghtml>. Acesso em 13/09/2021.

GOMES, Paulo Cesar C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto.L.(ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.49-76.

GOMES, Marcel. **As veias abertas da Volta Grande do Xingu: análise dos impactos da mineradora Belo Sun sobre a região afetada por Belo Monte**. Fundação Rosa Luxemburgo, Edição 16, outubro de 2017.

GONÇALVES, Amanda Cristina; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Médio Xingu. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. P.199-274.

GOVERNO DO PARÁ. **Subdivisões**. Disponível em: <https://www.pa.gov.br/pagina/54/subdivisoas>. Acesso em 14/06/2021.

GUERRA, Vania Maria Lescano; VALIENTE, Maria Francisca. Entre o discurso do “Acampamento Terra Livre” e a (ex) (in) clusão social, o (per)curso identitário dos povos indígenas. In: **Domínios de Linguagem**, UFU, Uberlândia, v.8, n.3, p.86-107, ago-dez. 2014.

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.gta.org.br/quem-somos/>. Acesso em 03/12/2020.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUSSEN, Ana Flávia. **Enquanto Bolsonaro discursava, os Munduruku eram atacados (mais uma vez) pelo garimpo**. Carta Capital, 23/04/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/enquanto-bolsonaro-discursava-os-munduruku-eram-atacados-mais-uma-vez-pelo-garimpo/>. Acesso em 13/09/2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito a desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HENNESSY, Alistair. **The Frontier in Latin American History**. Albuquerque: University of New Mexico, 1978.

HECHT, S.B. Forests lost and found in tropical Latin America: the woodland ‘green revolution’. **The Journal of Peasant Studies**, v. 4, n. 5, 2014, p. 877-909. DOI: [10.1080/03066150.2014.917371](https://doi.org/10.1080/03066150.2014.917371).

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, PPG-UFRJ, v.3, n.1, p.45-76, 2013.

HONÓRIO, Karen. **IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana**. Observatório de Regionalismo, 10/04/2017. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>. Acesso em 21/11/2021.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo**. Brasília, 2009.

_____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Crepori**. Volume I – Diagnóstico. Curitiba, 2010a.

_____. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio**. Altamira, 2010b.

- _____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Trairão.** Brasília, 2010c.
- _____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Jamanxin.** Curitiba, 2010d.
- _____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Crepori,** Curitiba, 2010e.
- _____. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Iriri.** Altamira, 2010f.
- _____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira.** Brasília, 2012a.
- _____. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Rio Xingu.** Altamira, 2012b.
- _____. **Plano de Manejo das Florestas Nacionais de Itaituba 1 e Itaituba II.** Volume I – Diagnóstico. Itaituba, 2014.
- _____. **Plano de Manejo da Estação Ecológica da Terra do Meio.** Brasília, 2015a.
- _____. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo.** Brasília, 2015b.
- _____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós.** Brasília, 2019.
- _____. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em 18/10/2021.
- IMAZON – Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Our History.** Disponível em: <https://amazon.org.br/en/about-us/ourhistory/>. Acesso em 01/09/2021.
- _____. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (novembro 2018).** Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-novembro-2018-sad/>. Acesso em 06/10/2021.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Números da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em 29/09/2020.
- INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Regime Global de biodiversidade: o caso Mamirauá.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento do desmatamento da floresta Amazônica brasileira por satélite.** Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em 02/09/2021.
- INSTITUTO KABU. **História.** Disponível em: <https://www.kabu.org.br/historia/>. Acesso em 31/07/2021.
- IPA – Instituto Pensar Agropecuária. **História do IPA.** Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Acesso em 22/11/2021.
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **O IPAM.** Disponível em: <https://ipam.org.br/sobre-o-ipam/>. Acesso em 31/01/2022.

ISA – Instituto Socioambiental et al. **Desafios e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém**. Documento Final do Evento. Sinop: 20 de novembro de 2003.

ISA – Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

_____. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011a.

_____. **Almanaque socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos**. São Paulo: ISA, 2011b.

_____. **Governo Temer altera Unidades de Conservação e fragiliza proteção à floresta no Pará**. Instituto Socioambiental, 21/12/2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-temer-altera-unidades-de-conservacao-e-fragiliza-protecao-a-floresta-no-para>. Acesso em 30/09/2021.

JEROZOLIMSKI, Adriano; RIBEIRO, Maria Beatriz N.; SOUSA, Cássio Noronha Inglês. Cisões Recentes e Mobilidade das Comunidades Kayapó. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.444-450.

KRENAK, Aílton. **Encontros**. COHN, Sérgio (org.). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **De L'État**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

LEITE, Acácio Zuninga et al. **Mudanças atuais das leis de terras: do golpe político ao golpe fundiário**. Caderno de Estudos, ABRA, AATR, CPT, GRAIN, 2021.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa Lima. As Múltiplas faces da colonialidade hegemônica na genealogia das práticas territoriais do movimento indígena, a partir da segunda metade do século XX no Brasil. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Orgs.). **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p.271-296.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

LITTLE, Paul E. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN. (orgs.). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

LUXEMBURG, Rosa. **L'accumulation du capital: contribution à l'explication économique de l'impérialisme (1913)**. Paris: François Maspero, Petite collection Maspero, n.48, 1969. Dans le cadre de la collection: "les classiques des sciences sociales", Université du Québec à Chicoutimi. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/luxemburg_rosa/oeuvres_4/oeuvres_4.html

MACHADO, Leandro. **O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia**. BBC News Brasil, 27/08/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2019/08/27/o-que-se-sabe->

[sobre-o-dia-do-fogo-momento-chave-das-queimadas-na-amazonia.htm](#). Acesso em 15/10/2021.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo.** 1ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev.Social.** USP, São Paulo, B (1), p.25-70, 1996.

MDTX – MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E DO XINGU. **SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia.** Altamira: MDTX, 2001a.

_____. **A Amazônia chora mais um dos seus defensores nos 30 anos da Transamazônica.** Altamira: MDTX, 2001b.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **FVPP: a história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.** Brasília: SDS/PDA/PPG7, 2006.

_____. **MacroZee da Amazônia Legal: estratégias de transição para a sustentabilidade.** Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zonamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal.html>. Acesso em 14/06/2021.

_____. **Acompanhamento e análise de impacto das políticas públicas: Ppcdam.** Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/acompanhamento-e-a-analise-de-impacto-das-politicas-publicas/ppcdam>. Acesso em 03/12/2020.

_____. **ARPA – Programa de Áreas Protegidas da Amazônia. Fase II.** Disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/fase-ii/>. Acesso em 03/12/2020.

MENEZES, Theresa Cristina Cardoso. Reservas extrativistas no Amazonas: gênese, metamorfoses e efeitos sociais. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MOÇÃO DE REPÚDIO. **Moção de Repúdio dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares aos setores empresariais envolvidos na elaboração e tramitação do Projeto de Lei que vende e destrói a biodiversidade nacional.** Terra de Direitos, 2015. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Moção-de-Repúdio-às-Empresas-1.pdf>. Acesso em 25/09/2020.

MODELLI, Laís. **Desmatamento por mineração na Amazônia bate recorde em 2021; área devastada até agosto já supera todo o ano de 2020.** G1, 27/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/27/desmatamento-por-mineracao-na-amazonia-bate-recorde-em-2021-area-devastada-ate-agosto-ja-supera-todo-o-ano-de-2020.ghtml>. Acesso em 15/10/2021.

MONTEIRO, Raimunda. **Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e esperanças teimosas.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.

MORENO, Camila. Mudanças climáticas e os elementos da colonialidade atual: o mecanismo de redd e a catequese do carbono sobre os povos indígenas amazônicos. **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-062/1109.pdf>

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MONBEIG, Pierre. Les franges pionnières .In **Géographie générale**, Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1966, p.974-1006.

_____. Les mouvements pionniers em Amérique Latine. In: **Les phénomènes de “frontiere” dans lês pays tropicaux**, Travaux et Mémoires de l'IHEAL n° 34, p.49-58, 1979.

MPF – Ministério Público Federal. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**: alternativas para o assecuramento de direitos socio-ambientais / 6. Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 2014

MPST – Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica. **Grita Transamazônica: asfaltamento já**. Documento Base. Altamira: Fetagri/PA, Fetagri Regional, Movimentos e Organizações Urbanas, Fundação Viver, Produzir e Preservar e CPT/Xingu, 1999.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. **Violência e estado de exceção na Amazônia brasileira**: um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu (PA). Belém: tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido) NAEA–UFPA, 2017.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American Mind**. Yale: Yale University Press, 1982.

NEL, Adrian. The neoliberalisation of the forestry governance, market environmentalism and reterritorialisation in Uganda. **Third World Quarterly**, v.36, n.12, p.2294-2315, 2015.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. Projeto ‘Amazônia 4.0’: definindo uma terceira via para a Amazônia. In: **Futuribles**, São Paulo, n.2, p.7-20, set. 2019.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima**. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudancas-do-clima/>. Acesso em 10/09/2020.

_____. **“Passando a boiada”**: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.oc.eco.br/passando-boiada-o-segundo-ano-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>. Acesso em 27/01/2021.

O ECO. **O que faz o Ministério do Meio Ambiente**. O Eco: 15 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28419-o-que-faz-o-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em 29/09/2020.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

OLIVEIRA, José Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B (orgs.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 61-81.

_____. Formas de Dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **Caderno SRH**, v.25, n.64, p.17-31, 2012.

OLIVEIRA, Karla Rosane Aguiar. **Fronteira agrícola e natureza: visões e conflitos no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba**. Brasília, dissertação (mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), PPGMader-UnB, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 21/09/2020.

PASQUIS, Richard; Silva; Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma Agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr, 2005.

PEREIRA, L. I. Matopiba: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 09-21, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.19-68.

PINA-CABRAL, João Paulo. Lusotopia como ecumene. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.74, p.5-20, out.2010.

PINEAULT, Éric. The capitalist pressure to extract: the ecological and political economy of extreme oil in Canada. **Studies in Political Economy**, v.99, n.2, p.130-150, 2018. DOI: 10.1080/07078552.2018.1492063

PINTO, Vicente Paulo dos Santos. **Alternativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira: a gestão cabocla nas várzeas de Silves-AM**. Tese. Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2004.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.33, n.104, 2020. DOI: 10.1590/3510410/2020

PORTAL YPADÊ. **História - CNPCT**. Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, 2016. Disponível em: <http://portalypade.mma.gov.br/historia>. Acesso em 29/05/2022.

PORTO, Cleia Anice da Mota. **Memórias, histórias e resistências camponesas em um desenvolvimento rural gerador de violência e impunidade: o caso do massacre de pau d'arco**. Dissertação. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Brasília: PPGMADER/UnB, 2020.

_____. **The Ghosts of Progress: contradictory materialities of the Great Capitalist Golden Age**. Montréal: Institute of Environmental Sciences, UQAM, draft version, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, *on line*, n.33, dezembro de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

REDE XINGU+. **Uma flecha do Xingu para o mundo, pela #Amazônia**. Disponível em <https://xingumais.org.br>. Acesso em 16/10/2021.

_____. **Xingu sob Bolsonaro**: análise do desmatamento na bacia do rio Xingu (2018-2020). Observatório de Olho no Xingu, 2020a.

_____. **Dossiê garimpo no Xingu**. Observatório de Olho no Xingu, 2020b.

REPÓRTER BRASIL. **Indígenas Kayapó e Panará ganham na Justiça renovação de plano que minimiza impactos da BR-163** Reporter Brasil - <https://reporterbrasil.org.br> - 23/09/2020. Acesso em 27/09/2021 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/208456>

RIBAS, Felipe. **Na Jovem Pan, Bolsonaro diz que vai entupir a cadeia de bandidos**. Gazeta do Povo, 09/10/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/na-jovem-pan-bolsonaro-diz-que-vai-entupir-a-cadeia-de-bandidos-9cb650wxl5ct7zat0cknl3di7/>. Acesso em 06/10/2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Fabio A. Nogueira. **Desintrusão é condicionante**. In: ISA. **Povos Indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.478-480.

RODRIGUES, Douglas. **Quatro décadas após o contato oficial**. ISA. **Povos Indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.457-461.

SAFRANSKY, S; WOLFORD, Wendy. **Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas**. Prepared for the International Conference on Global Land Grabbing to be held at the Institute for Development Studies, University of Sussex, April 6 – 8, 2011.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis (IEB/ISA), 2005.

SANTOS, Andreiany Aragão; MENEZES, Marcela; LEITE, Acácio Zuninga; SAUER, Sérgio. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.29, n.3, p. 669-698, out. de 2021/jan. de 2022.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

_____. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**, v. 79, 2018, p. 326-338. DOI: 10.1016/j.landusepol.2018.08.030

SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia:** demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 299-321, 2012.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 299-321, 2012.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, ed. esp., 2013, p. 245-264. DOI: 10.5654/actageo2013.0003.0013

SAUER, Sérgio; BORRAS Jr, Saturnino. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 23, p.6-42, Jul.2016.

SAUER, Sérgio; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira. Cultivo da soja e conflitos por terra na região de Santarém, Pará. In: SOLINGE, Tim Boekhout; SAUER, Sérgio; VÉLEZ-TORRES, Irene; BRINK, Babette Berrocal Vargas-van den. **Terra e direitos em águas turbulentas:** conflitos sócio-ambientais no Brasil e na Colômbia. Utrecht University, 2016, pp.21-38.

SAUER, Sérgio.; CASTRO, Luís F. P. Land and territory: struggles for land and territorial rights in Brazil. In: De SCHUTTER, O.; RAJAGOPAL, B. (eds.). **Property rights from below: commodification of land and the counter-movement**. Londres, Routledge, 2020, p. 113-130.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuninga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão. Disputas por terra e direitos dos povos do campo. No prelo, 2020.

SAUER, Sérgio.; OLIVEIRA, Karla. R. A. Agrarian extractivism in the Brazilian Cerrado. In: McKAY, Ben. M.; ALONSO-FRADEJAS, Alberto.; EZQUERRO-CAÑETE, Arturo (eds.). **Agrarian Extractivism in Latin America**. New York, Routledge, 2021, p. 64-84.

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. **Proteção à natureza e fronteiras:** a criação de unidades de conservação no âmbito do plano BR163 sustentável. Brasília: WWF-Brasil, 2010.

SCHMINK, Marianne; HOELLE Jeffrey; GOMES, Carlos Valério A.; THALER, Gregory M. From contested to 'green' frontiers in the Amazon? A long-term analysis of São Félix do Xingu, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v.46, n.2, p.377-399, 2019. DOI: 10.1080/03066150.2017.1381841

SCHWARTZMAN, Stephan; ZIMMERMAN, Barbara. Conservation Alliances with Indigenous Peoples of the Amazon. **Conservation Biology**, v.19, n.3, p.721-727, junho de 2005.

SCHWARTZMAN, Stephan. De volta para o futuro. In: ISA. **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, pp.512-515.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias. Artigos Científicos**. V.03, n.1, 46-63, jan-jun, 2007.

SOUSA, Cássio Inglez de Sousa. As relações com a sociedade envolvente. In: ISA. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.501-505.

SOUZA, Marcelo José L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto.L.(ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.77-116.

SURVIVAL BRASIL. **Davi Kopenawa**: biografia. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/davibiografia>. Acesso em 27/11/2020.

SURVIVAL INTERNATIONAL. **Brasil: boas notícias para os Arara**. Survival International, 29/04/2016. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/11232>. Acesso em 02/08/2021.

SVAMPA, Maristella. **Latin American development: perspectives and debates**, 2014. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/wp-content/uploads/2019/12/Svampa-Latin-American-Development-Perspectives-and-Debates.pdf>

_____. Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. **The South Atlantic Quarterly**, v.114, n.1, p.65-82, jan.2015. DOI: 10.1215/00382876-2831290

_____. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 -1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TARAVELLA, Romain. **La frontière amazonienne aujurd'hui: projet socio-environnemental de conservation forestière contre dynamique pastorale de déforestation. Une analyse stratégique 2000-2006 de l'action collective em "Terra do Meio" (Pará, Brésil)**. Thèse de doctorat présentée à l'Institut des Sciences ET Industries du Vivant ET de l'Environnement (AgroParis Tech), 2008.

THÉRY, Hervé. Les franges pionnières, un complexe géographique. État actuel des franges pionnières. In: DROULERS, Martine; THÉRY, Hervé. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Editions de l'HEAL, 1991, p.81-93.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan. Ti Cachoeira Seca, 25 anos de Espera pela demarcação. In: ISA. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.481-484.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **"Dono é quem desmata"**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

_____. **Terra privada vida devoluta**: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. São Paulo, 2012.

TORRES, Felipe Torres; ZAMORA, José Gasca. El Plan Puebla-Panamá: una perspectiva del Desarrollo regional en el contexto de los procesos de la economía mundial. **Problemas del Desarrollo**, v.35, n.138, p.33-56, julho-setembro, 2004.

TURNER, Frederick J. **The frontier in American history**. New York: Robert E, Krieger Publishing CO, 1976.

VELASQUEZ, Cristina; VILLAS BOAS, André; SCHWARTZMAN, Stephen. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **RAP Rio de Janeiro**, v.40, n.6, p.1061-75, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VELTMEYER, Henry. New social movements in Latin America: the dynamics of class and identity. **Journal of Peasant Studies**, v.25, n.1, p.139-169, october, 1997.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia do indigenismo. Brasília: tese (doutorado sobre as américas), CEPPAC-UnB, 2006.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S.de M. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Imazon: 2011. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/2673-2/>. Acesso em 31/08/2020.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; JUNIOR, Roberto Araújo de Oliveira Santos; TOLEDO, Peter Mann de. Dinâmicas Produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In: SIFFERT, Nelson; CARDOSO, Marcus; MAGALHÃES, Wesley de Assis; LASTRES, Helena Maria Martins. **Um Olhar Territorial para o desenvolvimento**: Amazônia. BNDES, 2014, p.370-395.

VILLAS BÔAS, André. **De olho na bacia do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **A marcha para o oeste**: a epopeia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Globo, 1994.

WEBB, Walter Prescott. **The Great Frontier**. University of Texas Press, 1979.

WOLFORD, Wendy. The Plantationocene: A Lusotropical contribution to the theory. **Annals of the American Association of Geographers**. Ithaca, Cornell University, 2021.

WINTHER, João Roberto Cilento. **Estudos Preliminares para a criação de um mosaico de unidades de conservação no Médio Xingu**. Documento Técnico. ISA – Instituto Socioambiental, 2002.

YE, Jingzhong; PLOEG, Jan D. van der; SCHNEIDER, Sergio e SHANIN, Teodor. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. **The Journal of Peasant Studies**, v.47, n.1, 155-183, 2020. DOI: 10.1080/03066150.2018.1559834

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e Ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela Floresta Amazônica. **Revista de Antropologia**, v.44. n.1, p.9-52, 2001.

ZIMMERMAN, Barbara; JEROZELIMKI, Adriano; ZEIDEMANN. Alternativas Econômicas Sustentáveis. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. [editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardol. -< São Paulo: Instituto Socioambiental, pp.506-508.